

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

NÚCLEO DE ESTUDOS DAS DIVERSIDADES, INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS

Programa de Pós-graduação – Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades

RAPHAEL DE JESUS PINTO

Cartografias políticas do corpo
Expressões discursivas e imagéticas
acerca do corpo com deficiência

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2022

UNIIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

VERSÃO CORRIGIDA

Raphael de Jesus Pinto

Cartografias políticas do corpo: expressões discursivas e imagéticas acerca do corpo com deficiência

Tese para apreciação de banca examinadora apresentada à Pós-graduação do Programa Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências – Área “Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades”.

Orientação: Profa. Dra. Eucenir Fredini Rocha

SÃO PAULO

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P659c Pinto , Raphael de Jesus
Cartografias políticas do corpo: expressões
discursivas e imagéticas acerca do corpo com
deficiência / Raphael de Jesus Pinto ; orientadora
Eucenir Fredini Rocha - São Paulo, 2022.
262 f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Corpo. 2. Corpo com deficiência. 3.
Participação social . 4. Inclusão social. I. Rocha,
Eucenir Fredini, orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Raphael de Jesus Pinto

Data da defesa: 08/04/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Eucenir Fredini Rocha

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 07/06/2022

(Assinatura do (a) orientador (a))

PINTO, Raphael de Jesus. **Cartografias políticas do corpo**: expressões discursivas e imagéticas acerca do corpo com deficiência. 2022. 262 p. Tese (Doutorado em “Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades” – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo), São Paulo, 2022.

Aprovado em: 08 de abril de 2022

Banca Examinadora

Prof (a). Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho a todos os corpos oprimidos que
fizeram de sua existência um instrumento de luta.

AGRADECIMENTOS

Nessa verdadeira viagem epistêmica, entre chegadas e partidas, muitas pessoas contribuíram para minha composição, como pesquisador ou como subjetividade. Estas poucas linhas são injustas por não serem capazes de contemplar a contribuição de todos.

Primeiramente, agradeço ao Senhor, sustentáculo de toda essa viagem. O ato de fé é necessário quando avançamos em desconhecidas jornadas, nos permitindo crer que, por mais que andemos nos vales das sombras e da morte e das paixões tristes, não precisamos temer, pois Sua presença sempre se faz presente. Nesta tese percorri o meu particular caminho de Santiago de Compostela que todo pesquisador deve trilhar.

Agradecimentos a profa. Dra. Eucenir Fredini Rocha, que muito mais que viabilizar a produção deste trabalho também sempre me estimulou para que enxergasse a força desta tese. Enquanto fui buscar a deficiência, você, “prô”, me apresentou o corpo, em sua potência sensível, epistêmica e política.

Não posso esquecer de Tais, minha esposa, pela paciência nessa longa jornada e por sempre ter uma escuta a cada descoberta desta viagem. Por me acolher enquanto navegava pelo “vale das sombras”. Aos meus pais, Ruth e Rudajá, e minha irmã, Joelma, que sempre apoiaram minhas empreitadas acadêmicas e me acompanharam em presença ou em orações. A Robson, meu irmão e confidente dos momentos de medo que esta viagem causara em minha sensibilidade. A minha avó Eunice (*in memoriam*) que não pode acompanhar, do plano terreno, o fim dessa viagem.

A minha grande amiga Camila, companheira nessa viagem acadêmica e que me mostrou que essa universidade é minha e que não devo ter medo de colocar minha voz neste espaço de poder. Agradeço por incentivar enquanto ser-professor e como ser-pesquisador. A Tatiana Saad, que em sua escuta profissional contribuiu para que eu enxergasse o ciclo de opressões construído em minha singularidade. Ao DIVERSITAS – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, ao programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades e a todos os seus funcionários e professores. Que o Diversitas continue sendo o lar das inquietudes e dos bons encontros. Agradeço meus amigos do grupo de pesquisa “Corpo, diversidade e saúde”, em especial a Mila que sempre ouviu com muito carinho as desventuras e descobertas relacionadas à tese. Aos companheiros e professores das disciplinas que participei enquanto estudante de pós-graduação, por mais que o tempo e as demandas cortem os vínculos todos vocês fizeram parte dessa trajetória. Aos amigos de outras jornadas,

em especial da graduação na Unicamp – SP. Obrigado dona Deise T. Pupo e equipe do laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central – Unicamp, por sempre acreditar que eu poderia fazer viagens muito mais longas quando mesmo eu duvidada.

Por fim meu agradecimento a você que está lendo esta tese. Que essa produção possibilite outras viagens, que se conformem novas rotas, que você construa novas cartografias e, por fim, que você vá além da rota dos tijolos amarelos. Esses são meus sinceros desejos.

PINTO, Raphael de Jesus. **Cartografias políticas do corpo**: expressões discursivas e imagéticas acerca do corpo com deficiência. 2022. 262 p. Tese (Doutorado em “Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades” – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo), São Paulo, 2022.

RESUMO

O corpo é a expressão basilar da existência e da inserção do indivíduo em sua realidade. Já, como objeto de apreciação dos diversos campos de conhecimento, lhe são atribuídos diversos sentidos e significados, que são condicionados as bases epistêmicas que subsidiam sua compreensão. Além do seu caráter como objeto epistêmico ele é expressão política, imerso nas relações de poder-saber a partir, por exemplo, da construção epistêmica hegemônica, do capital e dos meios de produção e das transformações das sensibilidades advindas do processo civilizacional. A cartografia do “corpo com deficiência” como concebido contemporaneamente apresenta como marco cronológico o século XVIII, na expressão da anormalidade corporal, a partir da interlocução dos saberes biomédico, da chancela das legitimidades jurídicas e nas mudanças das sensibilidades a partir do olhar caritativo atribuído aos infortúnios físicos do corpo. Dessas bases, sejam epistêmicas ou circunstanciais se projetam dispositivos, dos quais têm por natureza o exercício do poder e o controle dos corpos. A partir da interlocução de corpo, “corpo com deficiência”, relações de poder-saber e o controle social dos corpos se fundamentou a presente pesquisa que tem por objetivo compreender como o conceito de “corpo com deficiência” é expresso em ações políticas de pessoas com deficiência do município de São Paulo. De acordo com os procedimentos metodológicos, foram realizadas as seguintes etapas: observância da literatura - a compreensão de corporeidade a luz da perspectiva de Foucault e Courtine; a condução de entrevistas com indivíduos que participam do CMPD-SP (Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo) e militantes de movimentos sociais; atas das plenárias do CMPD-SP e diários de campo provenientes de observação dos sujeitos em seu *locus* de atuação política (CMPD-SP). Para fins de análise dos resultados foi utilizado o método Análise de Conteúdo, sendo as categorias analíticas advindas das concepções de corpo em Foucault e Courtine. Em linhas gerais ficou evidente que por mais que ações políticas apresentam um caráter progressista, ainda se faz presente fragmentos discursivos que remetem aos dispositivos de poder sobre o corpo.

Palavras chave: corpo, corpo com deficiência, participação social, inclusão social.

PINTO, Raphael de Jesus. **Political Cartographies of the Body**: discursive and imagetic expressions about the disabled body. 2022. 262 p. Thesis (Doctorate degree in “Humanities, Rights and Other Legitimacies” – Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, University of São Paulo), São Paulo, 2022.

ABSTRACT

The body is the basic expression of the existence and of the insertion of the individual in his/her reality. As an object of appreciation of the diverse fields of knowledge, many meanings and points are assigned to the body, which are conditionate to the epistemic basis which subsidize its comprehension. In addition of its feature as an epistemic object it is the political expression, immerse in relationships of being able to know from, for instance, the epistemic hegemonical construction, the capital and the means of productions and the transformations of the sensibilities originated from civilizational process. The cartography of the “disabled body” as contemporarily planned shows the 18th century as a time frame, in the expression of body abnormality, from the interlocution of the biomedical knowledge, of the seals of the juridical legitimacies and in the changes of the sensibilities from the creative vision attributed to the mishaps of the physical body. From these basis, whether epistemic or circumstantial some mechanisms are projected, of which has by nature the exercise of the power and the body control. From the interlocutions of the body, “disabled body”, relations of being able to know and the social control of the “disabled body” is expressed in political actions of disabled people of São Paulo City. According to the methodological procedures, the following steps were performed: observance of the literature – the comprehension of the corporeity in light of Foucault and Courtine’s perspective; the conduction of interviews with the individuals who attend CMPD-SP (São Paulo City’s Council of the Disabled Person) and activists of social movements; meeting minutes of CMPD-SP plenary sessions and field journals derived from the observation of individuals in their political action locus. In order to analyze the results, the Content Analysis was used, the analytical categories oriund from the conceptions of body of Foucault and Cortine. In general lines, it was evident that even when political actions show a progressive behavior, discursive fragments which reminds mechanisms of power over the body are still present.

Key words: body, disabled body, social attendance, social inclusion.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Levantamento de atas disponíveis no <i>site</i> do CMPD-SP.....	35
QUADRO 2	As plenárias do CMPD- SP (fev. 2019 à fev. 2020).....	37

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Divulgação dos participantes de uma das temporadas do programa “Os inamoráveis”.....	124
FIGURA 2	Artistas de <i>freak shows</i>	124
IMAGEM 3	Divulgação do reality show “Quebrando barreiras com a família Klein”.....	126
FIGURA 4	Artistas com nanismo de <i>freak show</i>	126
FIGURA 5	Editorial de moda da revista Vogue.....	128
FIGURA 6	Cartaz de divulgação dos irmãos Tocci.....	128
FIGURA 7	Divulgação do programa “Quilos Mortais”.....	129
FIGURA 8	Cartaz de um <i>freak show</i> com indivíduos obesos.....	129
FIGURA 9	Capa da revista Vogue (abril 2008).....	131
FIGURA 10	pôster de propaganda para fins de alistamento para o Exército Americano no período da Primeira Guerra Mundial.	131
FIGURA 11	Cartaz de campanha contra o racismo veiculada no campeonato Italiano.....	133
FIGURA 12	<i>Frame</i> de vídeo da campanha “Ser diferente é normal”.....	133
FIGURA 13	Logotipo do CMPD-SP, representando quatro categorias de “deficiências”.....	219
FIGURA 14	Símbolo Internacional de Acesso da Pessoa com Deficiência.	219

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEFAI	Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão
CER	Centro Especializado em Reabilitação
CID-10	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde
CIDID	Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Doenças
CIDPeD	Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade
CMPD-SP	Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CND	Censos Demográficos Nacionais
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CUT	Central única dos Trabalhadores
CVI	Centro de Valorização da Vida
DIVERSITAS	Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos
FCD	Fraternidade Cristão de Pessoas com Deficiência
FFLCH/USP	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
GT	Grupo de Trabalho

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social do Brasil
IP/USP	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOM	Lei Orgânica do Município de São Paulo
MDPD	Movimento dos Direitos das Pessoas Deficientes
NID	Núcleo de Integração dos Deficientes
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com Deficiência
PL	Projeto de Lei
REATCH	Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SME	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
SMT	Secretaria Municipal de Transportes
TCIs	Tecnologias de Comunicação e Informação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPIAS	Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
Entre composições e decomposições: por um conto do problema de pesquisa.....	15
INTRODUÇÃO – Um breve mapa cartográfico.....	20
Corpos presentes: trajetórias, singularidades e conhecimento.....	20
1. AS TRILHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	25
1.1 Objetivos.....	25
1.1.1 Geral.....	25
1.1.2 Específicos.....	25
1.2 Natureza da pesquisa: aspectos gerais.....	25
1.3 Procedimento de coleta de dados.....	27
1.3.1 A revisão de literatura para o desenvolvimento das categorias analíticas.....	27
1.3.2 O processo de entrevistas com os atores políticos com deficiência.....	28
1.3.3 As atas das plenárias do CMPD-SP.....	33
1.3.4 O trabalho de campo no CMPD-SP.....	36
1.4 Procedimento de análise dos dados.....	38
1.4.1 A análise do conteúdo como forma de categorizar os sentidos políticos do corpo com deficiência.....	38
2. OS PARADIGMAS DA DEFICIÊNCIA.....	41
2.1 A construção histórica e social da anormalidade: o corpo como tela de significação.....	43
2.2 As terminologias ligadas à deficiência: entre imaginários e institucionalizações.....	46
2.3 Modelos de pensamento e a compreensão crítico-conceitual de deficiência/corpo com deficiência.....	53
2.3.1 O corpo com deficiência: poderes, anjos e demônios.....	54
2.3.2 O corpo com deficiência: espetáculo da natureza à luz da razão biomédica.....	57
2.3.3 O corpo com deficiência: uma relação interseccional de existência.....	62
3. FOUCAULT E COURTINE: O CORPO COMO ELEMENTO EPISTÊMICO E POLÍTICO.....	74
3.1 Corpo(s), saberes e poder: considerações de e sobre Foucault.....	74
3.1.1 Do corpo condenado ao corpo disciplinado: as tecnologias de vigiar, punir e compreender os corpos e suas instâncias políticas.....	83
3.1.2 A (re)organização dos saberes, poderes à biopolítica do corpo.....	90

3.2	Imagem, discurso e corpo: considerações introdutórias em J. J. Courtine.....	99
3.2.1	O corpo enquanto signo do pecado.....	103
3.2.2	O corpo mercadoria: os mecanismos de opressão e do capital.....	106
3.2.3	O corpo sob a exclusividade do olhar médico legal, a caritas e as novas expressões do poder.....	116
3.3	As corporeidades anormais a partir das lentes de Foucault e Courtine: considerações e diálogos contemporâneos.....	120
4	ESTADO, DEMOCRACIA, REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	134
4.1	Aspectos conceituais acerca da organização político-social do corpo social ocidental.....	134
4.2	Características político- administrativas do CMPD-SP.....	148
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO: ONDE OS MARES SE REVOLTAM.....	156
5.1	As narrativas orais dos atores políticos: poder, corpo e intervenções.....	156
5.1.1	Poderes e atravessamentos: uma reflexão sobre o processo de entrevistas.....	155
5.1.2	O desvelamento dos sentidos de deficiência/ corpo com deficiência: entre opressões e ressignificações.....	161
5.2	As narrativas institucionais a partir das atas do CMPD-SP: poder, corpo e intervenções.....	186
5.2.1	Poderes e atravessamentos: a produção das atas como ritual de poder.....	186
5.2.2	O desvelamento de sentidos de corpo com deficiência: controle e opressões na documentação institucional.....	193
5.3	As narrativas do pesquisador e o olhar para o campo: poder, corpo e intervenções.....	201
5.3.1	Aspectos gerais do CMPD-SP: um ensaio acerca do corpo do pesquisador em intersecções com o <i>corpus</i> institucional.....	201
5.3.2	O desvelamento de sentidos de corpo com deficiência nas ações políticas expressadas no CMPD-SP.....	212
6	CONCLUSÃO: As palavras e o(s) corpo(s).....	236
7	REFERÊNCIAS.....	243
8	ANEXOS E APÊNDICES.....	259
8.1	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	259

APRESENTAÇÃO

Entre composições e decomposições: por um conto do problema de pesquisa

A viagem pelo mundo acadêmico é algo enfrentado por qualquer indivíduo inserido no mundo universitário. Para alguns, essa etapa pode representar um tempestuoso momento, para outros, uma calma viagem, mas, no geral, observamos a alternância entre estes dois momentos (PINTO, 2013).

A filosofia, ou o amor ao saber (conforme uma de suas expressões semânticas), corresponde a um relevante aspecto no propósito de congregar sentidos à experiência humana. Em outras palavras, o homem, independentemente de seu nível de instrução formal, possui a capacidade de pensar, meditar e construir sentidos de maneira relacional com seu cotidiano, sua cultura e sua realidade. Autores como Goffmann (1980) e Rodrigues (1975) afirmam que o ato de significar, categorizar instituir padrões, limites e contrastes são aspectos inerentes à experiência humana, conferindo sentido ao viver social.

As expressões do “amor ao saber” no ambiente acadêmico preconizam o rigor epistêmico a começar pelo respeito a perspectivas metodológicas, conceituais e disciplinares. O saber tradicional, alicerçado na lógica cartesiana de produção de conhecimento, ainda se faz muito proeminente no *corpus* universitário. Como consequência desta lógica de produção do conhecimento, os produtos da meditação acadêmica devem adequar-se a modelos da escrita científica que, muitas vezes, silenciam a singularidade do pesquisador no desenvolvimento seja de dissertações ou teses.

Podemos conceber que o ambiente universitário carece de expressões que incluam no produto do trabalho científico a rica rede de sentidos do pesquisador, criada nos encontros entre as teorias e a sua singularidade, promovendo incipientes legitimidades nas instâncias da produção do saber. A singularidade como aspecto relevante das reflexões acadêmicas, mesmo que congregando poucas linhas dessas produções, assume o caráter de resistência à constituição do conhecimento fundamentado no modelo tradicional, baseado na impessoalidade das ciências naturais. Vale ressaltar que os arcabouços das ciências naturais alimentaram o até então emergente campo das ciências humanas e sociais no âmbito da constituição de suas disciplinas e nos seus mecanismos procedimentais e epistêmicos.

Assim, a partir das premissas iniciais mencionadas, partindo de pressupostos de ordem teórica e da singularidade do pesquisador fundamenta-se a dada apresentação, que tem como propósito explicitar o questionamento que alicerça essa pesquisa.

A narrativa que se segue considera a construção da problemática de pesquisa às expressões de um conto, em terceira pessoa, na perspectiva de uma viagem fantástica aos desconhecidos mares. Nela os elementos que cada vez mais vão de encontro ao pesquisador contribuem para sua orientação epistêmica e ética. Deste modo, a constituição de campos do saber a partir deste prisma observacional transcende a expressão de uma teorização produtivista. Por se tratar de um texto em que estarão evidentes recortes da memória pessoal do pesquisador e primando pela liberdade criativa que permite essa seção, a narrativa se desenvolverá a partir das lentes e contribuições de constructos conceituais da filosofia espinozana (2009)¹. Destaca-se particular escolha narrativa em consequência dos bons encontros com as premissas filosóficas do referido teórico, reverberando assim na constituição de quem vos fala, como sujeito e como produtor de conhecimento. Entretanto não se tratará de um estudo filosófico em profundidade, mas, sim, a forma que o pesquisador encontrará sentidos para a compreensão de aspectos teóricos de densidade epistêmica, conceitual e política.

Baruch de Spinoza, filósofo nascido no século XVII, nos Países Baixos, instituiu valorosas construções teóricas no campo do saber filosófico, muitas delas relacionadas à transcendência divina, à felicidade, à ética e uma singular perspectiva acerca da corporeidade, como conceito relacional e complexo, em oposição ao modelo cartesiano de corpo. À luz da perspectiva espinozana (2009) o corpo é constituído a partir de relações de composição e decomposição, ou seja, se compõe a partir do contato com as paixões alegres e os bons encontros e se decompõe com as paixões tristes, aumentando e diminuindo, respectivamente, o *conatus*, que corresponde à potência, ou a capacidade de existir do corpo (SPINOZA, 2009).

Diante disso, assumimos que compor-se e decompor-se expressa as relações que ocorrem quando estamos imersos no trabalho de pesquisa acadêmica, expressos, por exemplo, nas paixões alegres advindas das descobertas, os bons encontros de fontes, orientações e demais colegas de investigação acadêmica. As contrapartidas se mostram também evidentes, personificadas nas paixões tristes e a noção de incompletude do trabalho acadêmico ou

¹ É importante ressaltar que Spinoza e a sua *Ética* (2009) não foi o aporte teórico utilizado por esta pesquisa. Entretanto a nossa breve incursão em suas contribuições teóricas nos possibilitou a reflexão acerca do corpo como elemento relacional, em contrapartida a sua concepção cartesiana, como objeto conformado pelo coletivo de partes. Assim, essa perspectiva crítica acerca do corpo se fez presente nesta produção, no sentido de reconhecer a potência do corpo enquanto elemento epistêmico, político e sensível.

quando construções conceituais afirmadas de maneira dogmática são colocadas em dúvida. O corpo sente, o corpo se forma e o corpo experiência e se relaciona com todo esse processo.

As paixões, independentemente de suas dimensões também proporcionam os devidos contornos às meditações que denotam o *corpus* da pesquisa, como também conferem sentidos à singularidade do sujeito pesquisador e se estendem ao olhar sobre o objeto de pesquisa. Nessa tônica, se faz importante explicitar um fato que colocou em dúvida as premissas acerca do objeto de reflexão do pesquisador. Tal fato foi manifestado no processo de entrevistas para admissão no Programa de Pós-Graduação “Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades” da FFLCH/USP².

A etapa de entrevistas é um dos mais importantes momentos dos ritos institucionais para o processo de admissão de qualquer programa de pós-graduação. Nessa etapa se preconiza a defesa do projeto de pesquisa dentro dos princípios da pertinência, adequação ao programa e sua viabilidade diante a análise dos seus procedimentos metodológicos. Também é observada a adequação conceitual do pesquisador no intuito de visualizar e compreender as prerrogativas históricas, políticas e epistêmicas que são assumidas pelo futuro ingressante acerca de seu objeto de estudo.

O encontro com indivíduos com experiência e reconhecimento acadêmico é de fundamental importância para a conformação do *corpus* epistêmico do pesquisador no momento em que se vê confrontado com conceitos e abordagens teóricas, as quais, em muitas oportunidades, são compreendidas de maneira dogmática pelos pesquisadores em iniciação.

Na entrevista do pesquisador em questão estava em pauta a discussão acerca de uma pesquisa que versa sobre a compreensão dos processos de exclusão da pessoa com deficiência (em específico, a criança com deficiência) frente à ação de equipamentos de efetivação e salvaguarda de direitos (o Conselho Tutelar). Por mais que o trabalho tenha sido elogiado, visto sua adequação ao *corpus* epistêmico do programa, num dado momento surgiu, ou melhor, insurgiu uma pergunta forte, realizada pela futura orientadora do projeto. Era um questionamento simples, diretivo e em mesma proporção, provocativo:

O que é deficiência para você?

² O programa de pós-graduação “Humanidade, Direitos e Outras Legitimidades” é de responsabilidade, administrativa, acadêmica e institucional compartilhada entre o Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (DIVERSITAS) e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

O corpo do pesquisador mais uma vez se expressara nesse momento, a partir da ação do Sistema Nervoso Simpático: era luta ou fuga, em outras palavras responder ou não. O pesquisador questionara em pensamento se os componentes da banca não tinham em mente o conceito ou mesmo uma ideia imaginativa do que se concebe por deficiência³. Percebeu-se que a questão era mais complexa e tinha intencionalidade e, por essa razão, a resposta deveria ser coerente e dentro de uma prerrogativa epistêmica minimamente consistente.

Entre balbuciações diante o nervosismo da situação e do incisivo questionamento, a resposta se deu a partir dos “mares relativamente calmos das legitimidades legais e institucionais”, ou seja, a partir do exposto nas documentações oficiais utilizadas pelo país, as quais, regimentam os aspectos conceituais mais contemporâneos relacionados à deficiência: os posicionamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos Censos Demográficos Nacionais (BRASIL, 2000a, 2010) e da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada pela composição dos Estados Partes da Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2007, 2009).

Com o prosseguimento dos estudos o pesquisador percebeu que a provocativa da banca no processo ainda se encontrava no horizonte e que sua resposta não se tratava de um elemento pragmático. Durante reflexões posteriores, a partir do recorte da banca de admissão, ficou evidente o quanto, pesquisador e demais atores políticos e sociais, com ou sem deficiência, são atravessados por saberes e dispositivos legais hegemônicos. Ou seja, as vozes hegemônicas que se projetam nas singularidades dos sujeitos revelam sutis processos de cooptação, visto que a reprodução de conceitos e significados, em específico, acerca do que se constitui por deficiência, não são epistemicamente e politicamente contextualizadas.

É complexa a concepção do que pode vir a abarcar a experiência da deficiência, vista no seu sentido mais amplo, como fenômeno singular e social. Por mais que se mostrem diversos os elementos constituintes da teia de significados sobre “deficiência” não podemos nos furtar de compreendê-la a partir da projeção do corpo. Um corpo que é observado, imaginado e significado a partir das instâncias da linguagem, dos saberes e das normatividades. Como prediz Spinoza (2009), no corpo se fundamenta a existência do sujeito, bem como, é o elemento que se coloca na relação com o mundo. Assim, como premissa

³ Na leitura de Michel Maffesoli, em entrevista a Silva (2001), o imaginário e a cultura são duas categorias em imbricação. No caso, a cultura assume o papel de elemento ‘identificável’, fenômeno de possível descrição. Todavia o imaginário possui algo de imponderável, configurando-se como um estado de espírito que caracteriza um povo. A partir da perspectiva antropológica de Gilbert Duran, Maffesoli completa mencionando que o imaginário corresponde à relação entre intimações objetivas e subjetividade, sendo que essas intimações correspondem aos limites que a sociedade impõe a cada ser, ou seja, a relação entre as coerções sociais e a subjetividade (SILVA, 2001, p. 75).

epistêmica, “deficiência” é uma relação indissociável da existência de um corpo. Observar os interstícios e os elementos que conferem sentidos e significados ao “corpo com deficiência” assumiu assim, a questão fundamental da presente pesquisa.

Entre as composições e decomposições, o fazer e refazer das mediações acadêmicas se observa a potência política que possui a simples pergunta: “O que é deficiência para você? ” Em verdade, não era a semântica de deficiência que estava em pauta, mas sim, qual é a perspectiva assumida pelo pesquisador diante deste objeto para além de seu caráter normativo, compreendendo suas diversas nuances de ordem histórica, social, cultural e política. A cada seção, nas linhas navegadas dessa pesquisa estará latente a pergunta: “O que é deficiência? ”, ou como preconizamos, “O que é corpo com deficiência? ”

Na pluralidade de vozes na qual se fundamentou o olhar do pesquisador, a partir da densa rede de significados e sentidos, permeados por discursos, signos e imaginários, atravessados por saberes, práticas racionalidades e instituição de legitimidades e poderes, se constituiu a “carta náutica desta pesquisa”. Parafraseando Camões a partir de sua mais ilustre obra, *Os Lusíadas*: “navegar é preciso”.

Que nossos corpos possam se relacionar com a historicidade e as paixões, sejam elas alegres ou tristes, parafraseando Spinoza (2009), dos corpos com deficiência, que de alguma maneira moldaram as sensibilidades do pesquisador como a condução teórica da presente pesquisa. É o que desejamos com as leituras e nessa viagem que se segue.

INTRODUÇÃO

Um breve mapa cartográfico

Corpos presentes: trajetórias, singularidades e conhecimento⁴

*Existem mais mundos
No alto ou no fundo
Entre eu e você
Existem mais corpos
Ou vivos, ou mortos
Entre eu e você
Ivan Lins*

O “despertar do corpo” como objeto de teorização foi proporcionado pela incursão do pesquisador na disciplina “Compreensão, Conhecimento e Novas Legitimidades I”, oferecida pelo Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (ROCHA; NERLING; SCHWARTZ, 2015). Observar a polissemia conceitual de corpo e suas implicações no viver das populações permitiram reflexões acerca deste elemento como objeto basilar na compreensão do “valor social” do sujeito nas configurações sociais⁵. A partir de corpo se constituem alguns substratos de significação que conferem sentido social à ordem moral e estética e às hierarquias sociais nas diversas sociedades humanas ao longo do tempo (RODRIGUES, 1975; GOFFMANN, 1980).

Nessa direção, com as contribuições dessa disciplina, o corpo como objeto de apreciação epistêmica transcende os seus contornos orgânicos. Ele assume diversos sentidos e significados, materializados nos imaginários, nas sensibilidades e nas produções discursivas baseadas nas mais distintas expressões e campos do saber (de ordem empírica, filosófica, teológica, estética, científica ou sociológica, entre outros).

Ademais, os diversos cenários culturais, históricos e sociais vigentes são fatores que também corroboram para a construção de significados e sentidos acerca do que se constitui conceitualmente ou simbolicamente por corpo. Este elemento também é

⁴ Quanto no repostamos a compreensão de “corpo presente”, evocamos as diversas nuances em que se manifesta o corpo, para além de sua compreensão cartesiana, centrada em sua existência material. Nessa direção se faz o corpo, em suas dimensões políticas, epistêmicas e sensíveis, projetada nas formações discursivas, imaginários e nas instâncias do olhar, em toda a sua complexidade e incompletude.

⁵ Para o entendimento das configurações sociais, Elias (1980) compreende este termo como um entrelaçado flexível de tensões, mediado pela interdependência (de aliados e de adversários) e pelas relações de poder – “O conceito de poder se transformou de um conceito de substância num conceito de relação” (ELIAS, 1980, p. 143).

compreendido a partir da dimensão política. Segundo Foucault (2009), na expressão dos corpos se prediz a existência política do sujeito em sua realidade, atravessada pelas inerentes relações de poder.

Na diversidade semântica, conceitual e simbólica dos corpos, os nossos olhares se orientam para os “corpos com deficiência”, historicamente compreendidos segundo as instâncias de uma norma corporal constituída pelos princípios da construção epistêmica e da cultura hegemônica das sociedades ocidentais⁶.

A passagem do século XVIII para o XIX, de acordo com Foucault (2009) marca grandes transformações na episteme da cultura ocidental e a insurreição da constituição de um pensamento moderno. Nessa direção, as concepções de ordem político-filosóficas como o Iluminismo (eurocentrismo), além do liberalismo econômico e da eugenia, influenciaram as relações entre os corpos, manifestando-se nas expressões da linguagem, do imaginário social e de projetos de poder e nas ações políticas. Assim, ao observar esses três elementos no sentido da produção conceitual da anormalidade corporal se estabelecem relações de poder e opressão relacionados às violações do corpo em suas instâncias física, institucional, moral e cognitiva.

Majoritariamente, dentro do processo histórico social, o corpo com deficiência⁷ foi classificado por nuances terminológicas e conceituais no princípio da “negatividade” – o monstro, o anormal, o aleijado, o defeituoso, o inválido, o desvalido, o doente, o louco, o selvagem, o educável (treinável) etc. O corpo em suas marcas (materiais ou simbólicas, naturais ou produzidas) não remonta a simples adjetivações ou formas de expressões imaginativas e discursivas no âmbito de compreender as diversas expressões corporais, mas conformam a expressão política e as posições sociais do sujeito, enquanto corpo, em sua realidade sócio histórica.

Porém a rede de sentidos e significados políticos relacionados ao “corpo com deficiência” pode ser compreendida como um processo dinâmico e que se remodela, na direção em que o mesmo corpo sob o signo da anormalidade e da negatividade torna-se objeto

⁶ Para Silva e Silva (2006), o significado mais simples do termo “cultura” abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo, tudo o que é produzido pela humanidade, no plano da materialidade e da intangibilidade (ideias e crenças), assim como todo complexo de conhecimentos e habilidades humanas e todo comportamento apreendido independente da ação biológica. Para Chauí (2008, p. 56), cultura corresponde ao campo no qual os sujeitos humanos elaboram signos e símbolos, instituem práticas e valores e definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo, diferenças no interior do espaço.

⁷ Em dispositivos legais oriundos da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007), a população com deficiência é referendada como “Pessoa com deficiência”. Assumimos a expressão “corpo com deficiência” como maneira de reconhecer a experiência social da deficiência como elemento transcendente ao reconhecimento desta população com entidade conceitual jurídica e institucionalizada.

de reivindicação das ditas “minorias sociais” no período das intensas transformações político-sociais da década de 1960 (COURTINE, 2013). Ou seja, observa-se o intenso investimento político do corpo no princípio da participação política dos corpos com deficiência no âmbito da ocupação de arenas políticas e na institucionalização de suas reivindicações ⁸.

No espaço da produção de conhecimento novos campos de investigação, como os “estudos da deficiência”, geram novas expressões conceituais acerca de “deficiência”, que se institui, nessa abordagem como elemento relacional e produto de uma realidade social, cultural e política. Assim, o corpo torna-se tela de manifestação das contradições sociais e econômicas produzidas num sistema social que naturaliza as assimetrias de poder (DINIZ, 2007).

Entretanto nos parece precipitado dizer que a rede de sentidos e significados acerca de corpo com deficiência não é atravessada por seculares construções discursivas e imagéticas que retomam projetos de poder e opressão da produção epistêmica e discursiva (XVIII-XIX) dos corpos à margem da norma instituída. Nessa concepção, a partir do cenário contemporâneo, Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 66) expõem que o atual conceito de “deficiência” defendido pela Organização das Nações Unidas embasa-se na expressão de uma concepção médica e tecnicista dentro de uma matriz de direitos humanos.

Vale destacar que as legitimidades legais podem ser eficientes estratégias de poder. O poder e o exercício da lei conferem sentido social aos mais diversos estratos sociais, instituindo papéis e salvaguardando prerrogativas ou outorgando a legitimidade do simples ato de se fazer corpo vivente (o direito à vida). De teóricos contemporâneos de Weber (1999) e sua coletânea “Economia e Sociedade” à extensa produção bibliográfica de Foucault (1979, 2001, 2009), pontua-se a eficácia dos aspectos normativos enquanto poderoso dispositivo de poder.

Não desconsideramos a história das lutas por direitos sociais por parte das pessoas [ou corpos] com deficiência, as reconfigurações terminológicas e conceituais provocadas por pela a ação de atores políticos dessa área e a orientação de políticas públicas a partir de recomendações ligadas a este estrato populacional. Entretanto os sujeitos e sua produção discursiva, podemos inferir, são atravessados por constructos de ordens históricos, culturais, por imaginários, constituições éticas e morais alocadas nas instâncias da contradição.

⁸ Em conversa informal com um militante de movimentos sociais de pessoas com deficiência no dia 20 de outubro de 2019, na Paróquia Coração Eucarístico de Jesus e Santa Marina foi confidenciada a seguinte fala que sintetiza a presença do corpo como investimento político: “Não se faz ação política sem presença”.

Por mais que as legitimidades legais, como a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2007) incorporada na legislação nacional com *status* de emenda constitucional (BRASIL, 2009), imprimam na sociedade atual um cenário progressista na conceituação de “deficiência” e, por conseguinte, de “corpo com deficiência” à sombra do modelo social, é necessário refletir e fomentar debates que transcendam a concepção legalista e positivista de acesso a direitos como sinônimo de participação política.

Por essa razão torna-se pertinente a investigação das configurações sociais a partir da compreensão de “corpo com deficiência” para atores políticos com deficiência e participantes de arenas políticas, percebendo, em suas falas, produção documental e na sua ação enquanto ator político nos espaços institucionalizados os processos e instaurações de instrumentos sutis de domínio e controle das corporeidades, produto de seculares relações de poder estabelecidas na episteme da sociedade ocidental.

A partir do exposto, a pesquisa intitulada **Cartografias políticas do corpo:** expressões discursivas e imagéticas acerca do corpo com deficiência, apresentou como objetivo primário a compreensão dos sentidos que o corpo com deficiência assume na expressão das ações políticas de pessoas com deficiência no município de São Paulo⁹. Para isso se fundamentou em quatro objetivos específicos: (1) a compreensão conceitual de corpo com deficiência a partir do recorte epistêmico dos teóricos Michel Foucault e Jean-Jacques Courtine; (2) o entendimento de como o “corpo com deficiência” se expressa nas falas de atores políticos com deficiência que participam de arenas como o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo (CMPD-SP), e de movimentos sociais de expressão histórica da capital paulista; (3) a análise de como o corpo com deficiência está presente nos

⁹ No plano dos significados cartografia compreende um conjunto de estudos e operações de ordem científicas, técnicas e artísticas que orientam os trabalhos de elaboração de cartas geográficas (DICIONÁRIO GOOGLE, 2022). Deleuze (2005), em seu texto “Um novo Cartógrafo”, menciona a condição diagramática em que se configura o pensamento de Foucault. “O diagrama não é mais o arquivo auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia co-extensiva a todo campo social [...] todo diagrama é uma multiplicidade espaço temporal” (p. 44). Para Albuquerque Neto, Veiga-Neto e Souza Filho (2008, p. 9), o diagrama pode ser “entendido como mapa das relações de força, mapa de intensidade, que procede por todos os pontos, estabelecendo relações múltiplas e diferenciadas entre matérias e formas de expressão também dispares”. Assim, a construção do pensamento foucaultiano estaria marcada por uma visão espacializante explicitada em seus conceitos e na sua forma, na qual o teórico apresenta os problemas e visualiza o funcionamento do social. O corpo como objeto epistêmico torna-se a nossa tela de manifestação de forças e saberes, à ordem de discursos e imagéticas que se configuraram dentro de históricas relações de poder e opressão. No mesmo sentido, “fazer um sumário topográfico e geológico da batalha”, como evidencia Foucault (1979, p. 151), é exercício necessário à toda prática militante/intelectual de resistência, ou contra poder. Não temos por intenção utilizar a cartografia enquanto instrumento metodológico, mas localizar entre opressões, resistências, discursos e imagéticas o corpo com deficiência enquanto elemento de natureza política.

registros das atas do CMPD-SP; (4) a expressão do corpo com deficiência nas plenárias do CMPD-SP.

A pesquisa teve por intenção discutir a compreensão de “deficiência” ou “corpo com deficiência”, a partir dos elementos sutis que configuram os processos de exclusão social e transcendem a simples assunção de normas e recomendações de organizações supranacionais. Espera-se que esses escritos promovam reverberações e contribuições tanto para a área dos estudos da deficiência como para as arenas políticas e atores políticos que participam de militância ligada aos movimentos de pessoa com deficiência.

A pesquisa, dentro de uma leitura da realidade social na perspectiva das ciências humanas, assume uma dimensão política em virtude das hostilidades e das resistências que os estudos que este campo de conhecimento encontra no cenário contemporâneo nacional, cada vez mais conformado aos princípios e saberes da ordem do tecnicismo e do pragmatismo como modelo de desenvolvimento social. Tais projetos de poder se fundamentam em raízes históricas, muitas das quais concebidas no caminhar do século XVIII no que se entende por sociedade ocidental ¹⁰.

Para tanto, o presente trabalho, devido a sua intencionalidade epistêmica e política, soma-se aos trabalhos desenvolvidos pelo DIVERSITAS/FFLCH/USP (DIVERSITAS, 2012) que confluem para ampliar o entendimento dos processos que historicamente marginalizam diversos segmentos populacionais e que geram os vastos segmentos excluídos de participação social.

No entendimento conceitual de “corpo com deficiência” orientado como potente instrumento político, construído a partir do encontro dos corpos, possam ser construídas frutíferas concepções em oposição às seculares e hegemônicas construções epistêmicas e dos projetos de poder que tendem ao controle e/ou exclusão social das corporeidades.

¹⁰ Acerca desse aspecto podemos entender que para a entidade pública existe uma seleção de saberes que são relevantes para os projetos de poder. Para saber mais: ARBEX; LOPES (2016) – Alckmim critica FAPESP por pesquisas ‘sem utilidade pública’. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 27 abr. 2016. RESENDE, C. Weintraub: 'Não quero sociólogo, antropólogo e filósofo com meu dinheiro'. **Uol Notícias**, São Paulo, 14 jun. 2020. VEJA. Bolsonaro elogia ideia de Weintraub de reduzir verba para os cursos de filosofia. **Portal Veja**. 26 de abril de 2019. SANTA RITA. B. Governo confirma que reduzirá recursos para filosofia e sociologia. **Carta Capital**. 27 de abril de 2019.

1.

AS TRILHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Sem um projeto, materiais de construção poderão ser reunidos, mas não haverá orientação alguma ao tipo ou quantidade necessários. Carpinteiros, pedreiros e encanadores poderão reunir tais materiais, mas cada um deles terá uma concepção diversa da estrutura que deverão erigir.

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

Compreender os sentidos que os termos “corpo com deficiência” e “deficiência” assumem na expressão das ações políticas de pessoas com deficiência no município de São Paulo

1.1.2 Específicos

- OBJETIVO 1 – Compreender “corpo” a partir das contribuições dos teóricos Michel Foucault e Jean Jacques Courtine.
- OBJETIVO 2 – Entender como o conceito de “corpo com deficiência/deficiência” é impresso nas falas das pessoas com deficiência que participam de arenas políticas como o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo (CMPD-SP) e de movimentos sociais das pessoas com deficiência da capital paulista.
- OBJETIVO 3 – Analisar o conceito de “corpo com deficiência/deficiência” presente nos registros das atas das plenárias do CMPD-SP (2007-2017).
- OBJETIVO 4 – Examinar como “corpo com deficiência/deficiência” é referido nas plenárias do CMPD-SP.

1.2 A natureza da pesquisa: aspectos gerais

O trabalho buscou construir uma reflexão teórica acerca do conceito de “corpo com deficiência/deficiência”, compreendendo sua natureza política, seu contexto histórico e cultural, sua relação com os meios de produção e com as sensibilidades emanadas da

realidade social ocidental. Parte-se da premissa de que os sentidos de “corpo”, e por conseguinte, “corpo com deficiência”, são objetos de ordem epistêmica, discursiva e imagética, concebidos dentro das densas e conflituosas relações de poder.

Por mais que as legitimidades legais, como a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – CIDPcD – (BRASIL, 2007) incorporada à legislação nacional com *status* de emenda constitucional (BRASIL, 2009), tenham buscado imprimir na sociedade um cenário progressista acerca da conceituação de “deficiência”, é necessário fomentar debates e críticas a incipientes paradigmas e discursos de verdade emergentes do poder legal institucional. Desse modo, o conceito de “deficiência” (ou “corpo com deficiência”) constitui-se como questão complexa e problemática relevante na investigação científica e no fortalecimento da práxis política de atores que ocupam arenas de representação política. Não por acaso, essa questão fundamenta esta pesquisa.

Ao concluir que o corpo se expressa como categoria analítica, como objeto de saberes e da ação política, condição que não se manifesta de forma diferente com o “corpo com deficiência/deficiência”, criamos a hipótese de que os sujeitos, enquanto atores políticos, as arenas políticas ocupadas pelos seus corpos e a documentação institucional deste meio são atravessadas, de forma incisiva ou sutil, por históricas categorias corporais que remetem a estratégias de opressão e controle social. Em específico, essas estratégias de poder impõem sentidos aos corpos e à existência, se referindo à norma e a toda episteme ocidental dentro de um contexto iluminista, liberal e eugênico, nas expressões dos séculos XVIII-XIX.

Quanto à caracterização metodológica, podemos considerar essa pesquisa de natureza qualitativa, sendo classificada quanto aos seus objetivos como uma pesquisa do tipo explicativa analítica¹¹. Em relação aos seus procedimentos metodológicos, a pesquisa pode ser compreendida tanto sob a perspectiva bibliográfica/documental (sobre o conceito de corpo com deficiência/deficiência) e o aporte de documentos institucionais para o conhecimento das arenas políticas de ordem institucional (CMPD-SP) como também de coleta empírica de dados, materializada na realização de trabalho de campo e de entrevistas em profundidade com atores políticos com deficiência que participam de ações políticas na cidade de São Paulo.

¹¹ De acordo com Gil (2002, p. 42), a pesquisa explicativa tem por preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, levando ao aprofundamento acerca do conhecimento da realidade “porque explica a razão, o porquê das coisas”. A perspectiva analítica do trabalho fundamentou-se nas contribuições teóricas e conceituais de Foucault (2009, 2004, 2001, 1979) e Courtine (2013, 2008) sobre o conceito de “corpo anormal”, conforme a intenção explicitada no objetivo específico 1.

A pesquisa envolve o trabalho com seres humanos, sendo necessário submetê-la à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa para fins de apreciação das condutas assumidas em seu escopo procedimental e metodológico. O presente trabalho foi analisado pelo Comitê da Ética e Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), recebendo o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 28775420.2.00005561¹².

As categorias analíticas das expressões de “corpo com deficiência” como elemento de natureza política foram concebidas à luz da compreensão de corpo anormal, conforme as contribuições teórico-conceituais de Foucault (2009, 2004, 2001, 1979) e Courtine (2013, 2008). Para fins de análise dos dados correspondentes aos objetivos específicos 2, 3 e 4 foi utilizada a abordagem metodológica “Análise do Conteúdo” do tipo temática, conforme procedimentos descritos por Bardin (2011).

1.3 Procedimentos de coleta de dados

1.3.1 A revisão de literatura para o desenvolvimento das categorias analíticas

De acordo com a proposta metodológica, o primeiro objetivo específico é a compreensão de corpo como categoria epistêmica e política a partir das contribuições teóricas de Michel Foucault e Jean Jacques Courtine. Utilizar as lentes desses teóricos para investigar categorias analíticas como “corpo” e “corpo com deficiência” ocorreram dentro do processo de amadurecimento da pesquisa e com a contribuição de grandes mestres que avaliaram a presente produção.

Como mencionam Goffmann (1980) e Rodrigues (1975) nas linhas introdutórias desta produção, o ato de significar, categorizar, instituir padrões (normas) limites e contrastes é inerente à natureza da experiência humana, como aspectos que conferem sentido ao viver social. Desse modo, não é possível entender a construção de sentidos, significados e seus efeitos e intencionalidade na realidade sem se referir às expressões políticas e epistêmicas que manifestam. Foucault e Courtine possibilitam entender “corpo” e os sentidos que seus contornos adquirem não apenas dentro de um contexto histórico, positivista e seccionado, mas como efeitos do poder e do contra poder.

¹² O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) encontra-se disponível na seção **Anexos e Apêndices**.

Os discursos e imaginários enquanto produção cultural são circulantes, instituem modos de viver, subjetividades (o entendimento do “eu”), categorias sociais (o entendimento do “nós”) e todos esses processos instauram-se nas vicissitudes e estruturas do cotidiano. Este último aspecto, na perspectiva dos efeitos do poder, é contextualizado nas obras dos teóricos utilizados na pesquisa. Desse modo, buscamos, não apenas sobrepujar os discursos de verdade sobre corpo com deficiência, presente principalmente nos dispositivos legais/institucionais, mas compreender sua possível gênese e os efeitos e contradições que eles proporcionam à realidade social contemporânea.

Selecionamos algumas obras dos teóricos em questão buscando investigar os sentidos de corpo e demais categorias corporais relacionados a projetos de poder e controle e que foram expostas em seções subsequentes. Em Foucault, destacamos: “A microfísica do poder” (1979), “Vigiar e Punir” (1999), “Os anormais” (2001), “A história da clínica” (2005), “O corpo utópico” (2013). Em Courtine, destacamos a sua coletânea “História do Corpo” (2008) e a obra “Decifrar o corpo” (2013). Também utilizamos contribuições e diálogos de outros teóricos, na intenção de explorar alguns elementos conceituais e para desenvolver aspectos sensíveis à natureza da pesquisa, mas pouco explorados pelos nossos teóricos basilares.

Ademais, por não ser da especificidade dos autores, em especial, de Foucault, a investigação acerca da categoria “corpo com deficiência/ deficiência”, o presente trabalho realizou um levantamento bibliográfico denominado “Os Paradigmas da Deficiência”, no qual somos apresentados a terminologias e conceitos relacionados à temática proposta (a deficiência como objeto de teorização e como categoria analítica)¹³. No ato de dissertar sobre esses aspectos, todavia, não nos distanciamos das premissas epistêmicas fundamentais da pesquisa: a deficiência como expressão relacional que significa um corpo e sua construção conceitual e os produtos discursivos e imagéticos que se configuram nas relações de poder-saber da realidade social.

1.3.2 O processo de entrevistas com os atores políticos com deficiência

Como procedimentos metodológicos para a coleta de dados do objetivo específico 2 optou-se pela condução de entrevistas do tipo “em profundidade”. De acordo com Britten

¹³ Como parêntese, os teóricos destacam a anormalidade corporal para o entendimento de toda expressão corporal que represente o desvio, seja civilizacional, moral, morfológico, produtivo ou estético.

(2005), esse tipo de procedimento consiste em uma sistemática menos estruturada e que pode cobrir menos aspectos, todavia, os conteúdos apresentam-se com mais detalhes.

Para Marconi e Lakatos (2008), a entrevista objetiva basicamente a obtenção de informações do entrevistado sobre determinado assunto ou problema. Além de ser um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados, a entrevista é eficiente para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Para a elegibilidade dos sujeitos na participação nas entrevistas foram considerados os seguintes aspectos: 1 – ser pessoa com deficiência (autodeclarado); 2 – ser maior de 18 anos; 3 – envolver-se em ações políticas na cidade de São Paulo, sejam elas institucionais e com ligação na administração pública direta (participantes do CMPD-SP) ou que participam (ou participaram) de movimentos sociais ligados à pessoa com deficiência.

Para a formação da rede de entrevistados o pesquisador utilizou-se das seguintes estratégias: 1 – contato presencial durante as plenárias do CMPD-SP, abordando possíveis participantes para o estudo. Nesse contato o pesquisador mencionou brevemente a pesquisa, questionando o sujeito acerca da possibilidade de sua participação. Em caso positivo, o pesquisador posteriormente fez o contato (via telefonema ou por aplicativo de troca de mensagens instantâneas); 2 – contato pessoal em movimentos ligados a militância da pessoa com deficiência (FCD: Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência; MDPD: Movimento dos Direitos das Pessoas Deficientes e NID: Núcleo de Integração dos Deficientes), seguindo os mesmos procedimentos adotados no CMPD-SP; 3 – obtenção de contatos telefônicos de sujeitos dentro dos critérios de elegibilidade da pesquisa a partir dos sujeitos anteriormente abordados nas arenas políticas¹⁴.

O universo de entrevistados respeitou a perspectiva da amostragem por conveniência, resultando assim em um universo total de 8 entrevistados, sendo 4 sujeitos participantes do CMPD-SP e 4 sujeitos ligados a militância de movimentos sociais da capital paulista. Alguns sujeitos atuaram das duas formas, ou seja, participaram no CMPD-SP e possuíam histórico de militância em movimentos sociais.

Em linhas gerais, o pesquisador realizou o processo de entrevistas em três fases: pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e pós-entrevista.

¹⁴ A escolha do CMPD-SP como local para formação da rede de entrevistados ocorreu por sugestão de coorientador (2017-2019). A opção dos participantes dos movimentos sociais elencados aconteceu devido a disponibilidade de contatos oferecido ao pesquisador por uma fonte sem deficiência, mas que acompanhara a gênese e efetivação destas organizações no plano político municipal, estadual e federal. Também foi solicitado pelo pesquisador aos entrevistados para que indicassem sujeitos pertencentes ao seu lócus político, para assim, compor a comunidade dos sujeitos entrevistados.

A pré-entrevista consistiu nos procedimentos anteriores ao encontro, em que ocorram: a confecção do roteiro de entrevista, o contato inicial por meio das tecnologias de comunicação e informação (TCIs) com os sujeitos elegíveis para colaborar com a pesquisa e a realização de uma conversa não gravada para fins de apresentação mais aprofundada do pesquisador e da intencionalidade do estudo.

A confecção do roteiro, dentro da perspectiva da entrevista em profundidade, é pertinente no sentido de se obter os dados necessários para a condução e o entendimento do problema de pesquisa. O roteiro utilizado nesse trabalho teve por finalidade obter os sentidos que corpo com deficiência adquire para os sujeitos com deficiência, assim como visualizar as expressões utilizadas nas considerações de corpo na práxis política desses atores.

A elaboração desse instrumento baseou-se na adequação terminológica e na objetividade, buscando-se reduzir a ocorrência do viés (da indução do entrevistado a uma específica linha de pensamento ou conceito sobre o tema) ou possíveis incompreensões. Entretanto, por mais que cuidados fossem adotados, o jogo de interpretações acerca dos questionamentos propostos e, porventura, a constituição de sentidos ocorrem em condições que transcendem o controle do pesquisador. De acordo com Franco (2005), o sentido (de mensagens verbais ou simbólicas) implica a atribuição de um significado pessoal que se manifesta a partir das representações sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas.

Foram realizadas as seguintes questões disparadoras para os entrevistados:

1. O que você entende por “deficiência”?
2. O que você entende por “corpo com deficiência”?
3. Como estes temas aparecem em sua ação política?
4. O que mais você gostaria de falar a respeito desses temas?

O segundo aspecto da fase de pré-entrevistas foi o contato inicial entre pesquisador e possíveis colaboradores: o convite para a participação no estudo. Conforme anteriormente mencionado, a formação da rede de colaboradores do estudo ocorreu via contato pessoal, todavia, devido à pandemia de COVID-19 e visto a especificidade da população envolvida na pesquisa, caracterizada como grupo de risco, alguns procedimentos metodológicos precisaram ser revistos¹⁵.

¹⁵As medidas de isolamento social defendidas por instituições como a OMS (Organização Mundial de Saúde) e acatadas pelas administrações públicas locais, dentre elas, o estado de São Paulo, fizeram o presente estudo reformular alguns aspectos metodológicos. Parte dos contatos iniciais, como todo os processos de entrevistas, e o momento de pós-entrevista foram conduzidos com o uso das TCIs. (Contato telefônico, aplicativo de troca de mensagens instantâneas e mensagens de correio eletrônico).

A seguir segue uma breve descritiva dos entrevistados colaboradores desse estudo.

A entrevistada 1, de 61 anos, é pessoa com deficiência física, aposentada e atuante em movimentos sociais (Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência – FCD) desde a década de 1980.

O entrevistado 2, de 68 anos, é pessoa com deficiência física, aposentado e tem atuação na militância desde 1977. Também é participante da FCD e conselheiro de saúde de uma UBS (Unidade Básica de Saúde) em Artur Alvim, na Zona Leste de São Paulo.

A entrevistada 3, de 57 anos, é aposentada e deficiente física (paraplegia). Tem mais de 30 anos de atuação em movimentos sociais ligados à pessoa com deficiência, participando de movimentos políticos de sindicância, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Presidiu o CMPD-SP na gestão 2019-2021.

A entrevistada 4, de 60 anos, também é pessoa com deficiência física, doutora em psicologia, com reconhecida inserção acadêmica e nos trabalhos de assessoramento de entidades públicas no desenvolvimento de políticas públicas relacionadas às pessoas com deficiência. Atuante na militância da pessoa com deficiência desde a década de 1970, participando do Núcleo de Integração dos Deficientes (NID).

A entrevistada 5, de 37 anos, com nanismo, não apresenta muita experiência na participação política das pessoas com deficiência, sendo a participação no CMPD-SP sua primeira experiência. Trabalha com moda inclusiva, realizando oficinas e cursos em centros universitários.

O entrevistado 6, de 80 anos, é economista de formação e deficiente físico (paraplegia). Tem histórico de participação em movimentos ligados à pessoa com deficiência desde a década de 1980. Presidiu o CMPD-SP e participou do Movimento dos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD).

A entrevistada 7, de 56 anos, é surdocega oralizada. Foi participante em gestões anteriores do CMPD-SP, mas ainda participa com regularidade das atividades do conselho mesmo sem cargo formal na instituição. Atuante na militância da pessoa com deficiência desde 2005. Atualmente participa do Grupo Brasil de Atendimento ao Surdo cego e Múltiplo Deficiente, instituição sediada na cidade de São Paulo.

A entrevistada 8 é surdocega oralizada, tem 51 anos, é pensionista e tem mais de 32 anos de atuação em movimentos sociais das pessoas com deficiência. Compôs, em gestões

anteriores, o CMPD-SP e atualmente é coordenadora do Grupo Brasil de Atendimento ao Surdo cego e Múltiplo Deficiente.

Ainda na fase de pré-entrevista, houve uma conversa via contato telefônico com todos os entrevistados. Além dos aspectos metodológicos da pesquisa, esse contato pretendeu promover a troca de experiências e afinidades no sentido do compartilhamento das histórias de vida tanto do pesquisador como dos colaboradores. Respeitando os aspectos éticos da pesquisa, foram tomadas precauções sobre os temas abordados, deixando o entrevistado conduzir sua própria narrativa. Para Franco (2005), as histórias de vida e os depoimentos pessoais instituem-se na “Análise do Conteúdo” como unidade de contexto, que consiste na parte mais ampla do conteúdo, o “pano de fundo”, e imprime significado às unidades de análise.

Esses contatos duraram, em média, cerca de 60 minutos. Ao final, o pesquisador explicitou os aspectos éticos da pesquisa e solicitou ao entrevistado que escolhesse o melhor meio, dentro das TICs disponíveis (*e-mail*, ou aplicativo de troca de mensagens), para o envio do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Por mais que aspectos relevantes para a pesquisa fossem destacados nesses encontros, foi acordado que nenhum depoimento seria colhido ou mesmo gravado, pois o objetivo principal dos encontros foi proporcionar a gênese do relacionamento entre as partes envolvidas para além dos aspectos pragmáticos e utilitaristas da pesquisa.

A fase de entrevista propriamente dita consistiu no momento de obtenção dos depoimentos orais com os questionamentos do roteiro concebido previamente. Todas as entrevistas ocorreram via contato telefônico, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Já na ciência das condições do TCLE os sujeitos eram informados que a ligação telefônica seria gravada para futura transcrição e apreciação.

No momento da entrevista o pesquisador permitiu a livre expressão dos entrevistados diante dos questionamentos, buscando não interromper a fala dos colaboradores em nenhuma circunstância. A fala do pesquisador se fazia presente no momento de introdução das questões na necessidade de mais esclarecimentos. Quando ocorria a sobreposição entre as falas, o pesquisador cedia o espaço para o entrevistado terminar a sua proposição. Em linhas gerais, a entrevista mais curta durou aproximadamente 25 minutos e a mais longa, 60 minutos.

Todos os depoimentos foram salvos em formato AMR, na memória do dispositivo móvel do pesquisador, sendo posteriormente salvo na nuvem e no computador pessoal do

pesquisador. Todos os depoimentos foram tratados e transcritos para fins de análise da pesquisa. De acordo com as disposições do TCLE, o pesquisador tem por direito a posse deste material por um prazo de cinco anos. Depois desse período, todo o material deverá ser destruído. No trabalho de transcrição o pesquisador realizou a audição pessoal de todo o conteúdo oral, utilizando o aplicativo *Microsoft Word* (2010) para o registro em texto.

A terceira fase (pós-entrevista) foi reservada para que o pesquisador agradecesse a contribuição dos entrevistados. Nesse momento foi mencionado aos entrevistados que a participação deles não se encerraria com o depoimento e, em caso de dúvidas ou novas solicitações, tanto o pesquisador como os entrevistados poderiam construir um canal de diálogo. Foi realizada a entrega dos depoimentos transcritos em formato digital DOC para a apreciação e aceite dos colaboradores de seu uso integral. As transcrições foram enviadas aos entrevistados por *e-mail* pessoal ou por aplicativo de troca de mensagens instantâneas. Esse procedimento, além de conferir a lisura do depoimento coletado, garante uma participação mais ativa dos colaboradores na condução da pesquisa e na produção do conhecimento.

1.3.3 As atas das plenárias do CMPD-SP

O registro das plenárias por meio de atas é um recurso no qual as arenas políticas tornam público as suas principais demandas, deliberações, resoluções e compromissos em seu campo de atuação e em seu papel social. O registro das reuniões do CMPD-SP, além de dar fé do compromisso no propósito da promoção da pessoa com deficiência em seu raio de jurisdição, proporcionou um olhar para as perspectivas dos atores sociais frente a sua ação como agente político.

A responsabilidade da confecção da ata é compartilhada entre os conselheiros. Na maioria das oportunidades um conselheiro centraliza a função de documentar a plenária. A aprovação da ata ocorre em plenária subsequente, na qual é realizada a leitura e votação do seu conteúdo. Geralmente a ata é aprovada por aclamação. As atas do CMPD-SP respeitam a estrutura a seguir.

1. Informações iconográficas institucionais (logomarca da Prefeitura de São Paulo e do CMPD-SP) que ficam tanto na parte superior da página como em nota de rodapé. Esses símbolos têm por finalidade a reprodução da identidade visual do CMPD-SP.
2. Data, horário e local de realização da plenária (são as primeiras informações do documento).

3. Abertura da plenária com as palavras do presidente do CMPD-SP em exercício, assim como, resumo dos principais assuntos a serem tratados no encontro.
4. Relato da plenária propriamente dita: descritiva dos informes gerais do conselho, palestras e encontros com convidados externos aos CMPD-SP (movimentos, entidades e agentes públicos), eventos (externos ou em colaboração ao CMPD), atividades realizadas pelo conselho, relato de grupos de trabalho do conselho e abertura para fala e participação de externos ao CMPD-SP e para os participantes da plenária.
5. Encerramento: a hora que a plenária foi encerrada e sua aprovação para fins de publicização.

Cada ata tem em média de 2 a 3 páginas de conteúdo, excluindo-se deste cenário as descritivas de alguns eventos, como os Encontros Paulistanos da Pessoa com Deficiência, em que ocorre o processo eleitoral da escolha de novos representantes do CMPD-SP ou a apreciação de projetos de lei e políticas ligadas ao setor.

A coleta e análise das atas do CMPD-SP corresponde ao cumprimento do objetivo específico 3. Como mencionado, as atas são documento de livre acesso, estando disponíveis no *site* institucional do CMPD-SP em formato digital. No recorte metodológico o presente trabalho tinha como objetivo cobrir um período de 10 anos (2007-2017). Destacamos o ano de 2007 como um período importante na mudança de paradigmas acerca do que se constitui por deficiência, ou pessoa com deficiência, em virtude das ações da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, promovida pela Organização das Nações Unidas em 2007 (BRASIL, 2007).

Entretanto, durante as pesquisas e coleta das atas, realizada no segundo semestre de 2018 no *site* institucional do CMPD-SP estavam disponibilizadas apenas as atas produzidas entre os anos de 2013 e 2017. Uma hipótese para tal fato é a falta de digitalização das atas anteriores, devido aos poucos recursos humanos disponíveis no CMPD-SP. De acordo com uma conselheira do CMPD – SP, a atualização dos dados e informações da página do conselho não ocorre com grande frequência¹⁶, fato observado pelo pesquisador em sua navegação periódica no *site* institucional da arena política. Para a devida pesquisa adotamos a análise apenas dos documentos disponibilizados pela instituição, visto que essa é a informação pública e disponível para apreciação e controle social.

No quadro abaixo (Quadro 1), podemos observar o levantamento dos documentos disponibilizados para a análise da pesquisa.

¹⁶ Depoimento coletado de uma conselheira da gestão 2019-2021, realizado em 16/05/2020.

QUADRO 1									
Levantamento de atas disponíveis no <i>site</i> do CMPD-SP									
ANO	ATAS								
2013	03Ago.	10Ago.	14Set.	19Out.	11Nov.	30Nov.	07Dez.		
2014	01Fev.	15Mar.	10Mai.	05Jul.	17Jul.	02Ago.	06Set.	11Out.	01Nov.
	22Nov.	03Dez.							
2015	17Jan.	24Jan.	29Jan.	02Fev.	07Fev.	24Fev.	07Mar.	18Abr.	09Mai.
	13Jun.	16Jun.	04Jul.	15Ago.	12Nov.	03Out.	06Nov.	05Dez.	
2016	30Jan.	01Fev.	12Fev.	20Fev.	01Mar.	01Abr.	07Mai.	01Jun.	01Out.
2017	01Set.	01Ago.	02Ago.						

As datas indicadas em vermelho estavam na relação de atas no *site* do CMPD-SP, entretanto sem a disponibilidade do documento para consulta pública.

Para a coleta de dados das atas do CMPD-SP, foram adotados os procedimentos a seguir.

- Pesquisa no *site* institucional do CMPD-SP¹⁷.
- Arquivamento das atas disponibilizadas em pastas digitais, categorizadas pelos anos correspondentes a documentação.
- Levantamento dos dados disponíveis, entre eles o número de atas disponíveis por ano.

Cogitou-se a coleta de documentação referente a atas das reuniões dos movimentos sociais, todavia esses documentos não foram encontrados e muitas organizações relacionadas ao estudo não possuem *site* institucional ou qualquer outra documentação que registre sua ação política.

Como exemplo desse fato podemos citar uma visita feita pelo pesquisador à Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência, na Zona Leste de São Paulo. Durante o encontro não foi observada a realização de nenhum registro escrito por parte dos participantes dessa entidade, das ações propositivas ou fatos ocorridos no dia. A maioria dos encontros deste grupo é acordada em grupos de aplicativos de mensagens instantâneas. O pesquisador teve ciência do único evento em que pôde participar apenas por advento de seu contato com uma das colaboradoras desse estudo, participante da FCD.

¹⁷Disponível

em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmpd/#. Acesso em: 22 jan. 2022.

1.3.4 O trabalho de campo no CMPD-SP

De acordo com Pope e Mays (2005, p. 41), os estudos observacionais são uma maneira de o pesquisador confrontar perspectivas adotadas em entrevistas, por exemplo, visto que este método privilegia o acompanhamento sistemático dos sujeitos e eventos, observando, assim, comportamentos e interações desenvolvidas na comunidade de interesse investigada. Nesse sentido, “as pesquisas observacionais baseiam-se na atuação do pesquisador como instrumento de pesquisa, que documenta o mundo que ele observa” (p. 46).

A necessidade de realizar esse tipo de procedimento metodológico adveio das meditações a respeito das atas provenientes do CMPD-SP. A partir da leitura desses materiais surgiram questões acerca das narrativas empregadas nesses documentos. Ou seja, espectros políticos particulares e silenciamentos seletivos poderiam ser tônicas de expressão na confecção da referida documentação institucional.

Observar a partir das ações dos corpos e dos discursos produzidos nesse espaço aproxima o olhar da problemática da pesquisa, destacando elementos pertinentes, que transcendem o conteúdo da documentação institucional.

Nas pesquisas observacionais a primeira tarefa, na visão de Pope e Mays (2005), é a escolha e a obtenção do acesso ao estabelecimento do campo, ou seja, “[...] tem que decidir sobre o tipo de estabelecimento em que está interessado e negociar o acesso” (p. 44). Para este estudo, como referido, a comunidade de investigação foram as plenárias do CMPD-SP. Por se tratar de uma arena política pública com encontros abertos à população, não foi necessário nenhum tipo de negociação ou mesmo autorização para a realização da pesquisa de campo. As características do campo podem ser descritas como uma pesquisa observacional do tipo velada e não participativa.

As plenárias foram realizadas majoritariamente na Câmara Municipal de São Paulo, situada na Rua Jacareí, n. 100, centro da capital Paulista. Os outros locais em que ocorreram as reuniões foram: o Anfiteatro da Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência de São Paulo (fev. 2019), Centro de Convivência do Idoso do Anhangabaú (ago. 2019) e a ETEC de Artes, no bairro do Carandiru (dez. 2019). No quadro a seguir são apresentadas as plenárias observadas e os respectivos temas abordados.

QUADRO 2

As plenárias do CMPD- SP (fev. 2019 à fev. 2020)

Data	Tema da plenária
Fev. 2019	Educação
Mar. 2019	Políticas para Mulheres com deficiência
Mai. 2019	Tecnologia Assistiva no processo inclusivo da Pessoa com deficiência
Jun. 2019	Saúde
Ago. 2019	XXIX – Encontro Paulistano da Pessoa com deficiência de SP
Ago. 2019	XXIX – Encontro Paulistano da Pessoa com deficiência de SP
Out. 2019	Outubro Rosa
Dez. 2019	Cultura, Esporte e Lazer
Fev. 2020	Mercado de trabalho e geração de renda

As observações das plenárias do CMPD-SP ocorreram entre fevereiro de 2019 e fevereiro de 2020. Geralmente as plenárias ocorrem no primeiro sábado do mês, no período da tarde, das 13h00 às 17h00. A exceção foi o Encontro Paulistano de Pessoas com Deficiência de São Paulo, evento de importância política para o conselho, realizado em dois sábados do mês de agosto, das 8h00 às 18h00.

A divulgação das plenárias do conselho era realizada por meio digital, no *site* institucional do CMPD- SP ou nas redes sociais da instituição. Outro meio de divulgação das plenárias era um grupo de troca de mensagens instantâneas de pessoas cadastradas no CMPD-SP, ao qual o pesquisador não teve acesso. O Conselho também disponibilizava informações sobre as plenárias via contato telefônico e por correio eletrônico (o pesquisador utilizara essas duas TCIs para informações sobre a realização das plenárias).

Para coleta dos dados adotou-se o registro em diários de campo. Com relação a esse registro, segundo Pope e Mays (2005), é essencial que as anotações sejam descritas da forma mais completa possível, por mais que existam limitações práticas que não permitam documentar as minúcias do campo. Os relatos detalhados e descritivos devem fornecer uma perspectiva cronológica dos eventos, a descrição das pessoas envolvidas, suas falas e seu comportamento. “É importante que as descrições concretas sejam registradas e não simplesmente as impressões” (POPE; MAYS, 2005, p. 46). Para as autoras, os dados mais reflexivos, os sentimentos e as reações pessoais a essas observações devem estar à parte das descrições concretas.

Durante a realização deste estudo foi cogitada a realização do campo em um movimento social, no universo daqueles que compõem a pesquisa. O pesquisador realizou apenas uma visita à FCD na Zona Leste da Capital (em novembro de 2019), quando

ocorria uma confraternização entre seus membros. Ficou acordada a possibilidade de outras visitas nas reuniões desse coletivo, porém, devido à pandemia de COVID-19 e as medidas de isolamento social, a FCD paralisou (por tempo indeterminado) as suas atividades, fato que inviabilizou a realização do campo em movimentos sociais. Supomos que as medidas de isolamento afetaram em mesma medida as reuniões presenciais dos movimentos sociais de maneira geral.

1.4 Procedimento de análise dos dados

1.4.1 A análise do conteúdo como forma de categorizar os sentidos políticos de corpo com deficiência

Segundo Bardin (2011), esse método compreende um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo das mensagens. De acordo com Marconi e Lakatos (2008, p. 117-118), a análise de conteúdo consiste em uma técnica de descrição sistemática das comunicações, que visa aos produtos da ação humana, voltando-se para os estudos das ideias e não para a palavra em si.

Bardin (2011) compreende a análise do conteúdo como intenção à inferência (dedução lógica) de conhecimento relacionado às condições históricas, situação socioeconômica e cultural. Sendo assim, a contextualização da realidade deve ser considerada, revelando o “pano de fundo”, e proporcionando a relevância do estudo. Toda análise de conteúdo implica em comparações (entre mensagem e realidade social). As inferências acerca das mensagens podem ser de ordem relativa às características do texto, sobre as causas e antecedentes da mensagem e sobre os possíveis efeitos da comunicação (FRANCO, 2005).

Bardin (2011) descreve um rol de técnicas relacionadas à análise de conteúdo, todavia, respeitando os critérios de familiarização com a técnica por parte do pesquisador e sua adequação ao proposto pela pesquisa, foi escolhida a análise do conteúdo do tipo temática/categorial, método mais antigo e mais utilizado nesse tipo de abordagem, valendo-se de operações de desmembramento do texto em unidades ou em categorias. Esse método é considerado simples, rápido e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas).

A autora (2011) descreve três etapas cronológicas para o desenvolvimento de

estudos de análise do conteúdo. Realizaremos uma breve descritiva do tratamento dos dados conforme preconizado pela autora.

Na fase de pré análise o estudo reuniu os dados de análise, conforme procedimentos descritos na coleta de dados. Depois, foi realizada a leitura flutuante das transcrições das entrevistas, do diário de campo e das atas do CMPD-SP, para levantamento das primeiras impressões e primeiras possibilidades de diálogo com o arcabouço teórico da pesquisa. Levantaram-se fragmentos dos discursos, as unidades de sentido (palavras ou o coletivo de expressões) que remetem às categorias analíticas que foram propostas pela leitura das categorias de corpo advindas de Foucault e Courtine.

Na segunda fase, de preparação e exploração do material (codificação) e tratamento dos resultados, buscou-se consolidar os fragmentos de discursos, as unidades de sentido, com as categorias analíticas de corpo com deficiência. Realizamos o recorte de trechos das fontes analisadas, organizando as informações de acordo com o jogo de interpretações e inferências do pesquisador e com a leitura do quadro teórico para assim colocar em relevo as informações obtidas para a análise. Desse modo, tais considerações foram interpretadas à luz dos objetivos iniciais (a compreensão de corpo com deficiência), articuladas com as categorias analíticas advindas da fundamentação teórica alinhadas ao objetivo específico 1, além das contribuições de outros teóricos que versam sobre os aspectos e discussões contemplados neste estudo.

Para a apresentação dos resultados o estudo centrou a observação em dois pilares analíticos: 1) poderes e atravessamentos, que analisa e reflete acerca das expressões do poder nas entrevistas, na produção discursiva das atas e no olhar sob as planárias do CMPD-SP; 2) corpo com deficiência: as opressões sobre o corpo e as possibilidades de resistências e resignificação.

O primeiro pilar analítico teoriza aspectos concernentes ao “pano de fundo” da produção dos documentos para análise. Não podemos desconsiderar que o ato de entrevistar, muito mais do que procedimento metodológico, é condição relacional entre os corpos e é permeado por imaginários, os quais podem influenciar a singularidade dos sujeitos e sua produção discursiva. Como situar o corpo do pesquisador produz efeitos do poder que, muitas vezes, não estão sob seus domínios? Ou mesmo: como o pesquisador se situa enquanto corpo dentro de arenas políticas? É possível pensar numa invisibilidade/neutralidade do pesquisador ou esse corpo produz efeitos de poder? E este corpo não é afetado pelas diversas relações expressas no campo? Ademais, a produção das atas das plenárias, mais que uma

documentação institucional e um relato descritivo/impessoal, conforma-se como produto de discursos e silenciamentos produzidos pelas dinâmicas de poder impressas nessa arena política?

O segundo pilar buscou investigar as questões específicas acerca do conceito de “corpo com deficiência/deficiência” em diálogo com as leituras de “corpo anormal” em Foucault e Courtine e suas diversas contribuições categoriais: o corpo disciplinado/dócil, anormal (nas instâncias médicas e jurídicas); o corpo biomédico (clínico); o corpo transcendente/moral, mercadoria, e nas instâncias médico/legal/caritativa¹⁸. Entre a participação política e os impedimentos advindos de uma cultura normativa se prediz os espaços de possibilidades e a ação política dos atores sociais, que indubitavelmente são atravessadas pelas relações de poder e saber que se manifestam em efeitos e sentidos nas instâncias dos corpos. Que as trilhas metodológicas, e que nossas bússolas epistêmicas orientem nossos olhares para os paradigmas da deficiência que se avistam no horizonte.

¹⁸ Essas categorias serão mais desenvolvidas na unidade posterior.

2.

OS PARADIGMAS DA DEFICIÊNCIA¹⁹

Os jogos [Paralímpicos] de 1980 ocorreram na Holanda, pois a União Soviética não teve interesse de realizá-los, usando o argumento de que não havia pessoas deficientes na União Soviética
(BAILEY, 2008, apud PARSONS; WINCKLER, 2012, p. 4).

Para a escrita acadêmica é fundamental familiarizar-se com os elementos inerentes ao objeto de pesquisa. Os trabalhos de revisão de literatura a respeito do tema correspondem à realização de uma imprescindível viagem que deve ser feita pelo ser pesquisador. Devido ao movimento metodológico, e dentro do lirismo que permite esta inicial seção, anos baseamos na máxima atribuída a Newton: “Se enxerguei mais longe é por que me apoiei nos ombros dos gigantes”.

Temos por interesse nessa seção investigar, dentro da literatura disponível, que significados podem ser atribuídos a “deficiência” ou, como convencionamos, “corpo com deficiência”, visto que esses conceitos congregam uma complexidade que transcende posicionamentos conceituais e terminológicos alocados nas esferas institucionais.

Ou seja, além do “já dito” legitimado pelas instâncias legais existe uma diversidade de produções discursivas que ainda se manifestam nas sensibilidades, promovendo sentido social ao que se efetiva por “deficiência”. Reconhecemos que dado recorte não pode se mostrar suficiente em virtude da vasta rede de sentidos e significados atribuídos ao fenômeno “deficiência”, todavia, a ciência de uma parcela deste cenário tem por objetivo demonstrar a natureza política na qual são configuradas as produções discursivas em torno da expressão dos corpos à margem da norma. Assim, a incisiva pergunta “O que é deficiência? ” na mesma proporção em que revela a sua complexidade, desvela a sua pertinência.

¹⁹ O significado de “paradigma” corresponde em: 1- algo que serve de exemplo geral ou de modelo (padrão); 2 (gramática) – conjunto de formas que servem de modelo de derivação ou de flexão (padrão); 3 (linguística) – conjunto de termos ou elementos que podem ocorrer na mesma posição ou de mesmo contexto de uma estrutura (DICIONÁRIO PRIBERAM DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2022). Deste modo, afirmamos a existência de padrões no plano dos sentidos e significados, alicerçados por saberes, que constituem entendimentos e o sentido social de deficiência/ corpo com deficiência para os sujeitos e para as coletividades.

Nessa viagem terminológico-conceitual ficou evidente a polifonia característica das diversas fontes de pesquisa (referências bibliográficas e documentais) em suas considerações sobre o tema. A compreensão acerca de deficiência, ou corpo com deficiência, se compõe a partir de uma densa rede de sentidos e significados atravessados por aspectos institucionais, saberes produzidos, articulações político-ideológicas, condições de produção, expressão das relações de poder e sensibilidades morais dos atores sociais. De acordo com Januzzi:

O modo de se conceber, de pensar, de se agir com **o diferente** depende da organização social como um todo, na sua base material, isto é, na sua organização para a produção em íntima relação com as suas descobertas das diversas ciências, das crenças, das ideologias, aprendidas pela complexidade da individualidade humana na sua constituição física e psíquica. Daí as diversas formas de o diferente ser percebido pela sociedade nos diversos tempos e lugares, que repercutem na visão de si mesmos [grifo nosso] (JANNUZZI, 2004, p. 9)²⁰.

O grande desafio desta viagem é a observação de terminologias e conceitos sobre “deficiência” que não encontrem alicerces na expressão positivista do fato histórico, em que, cada mudança ou consideração sobre a temática materialize-se sequencialmente em uma dada linha temporal. Afinal, partimos do princípio de que dadas expressões epistêmicas, principalmente alocadas nos séculos XVIII e XIX ainda possuem reverberações na contemporaneidade. Como explicita Rouanet (2003), a corrente de pensamento iluminista influenciou as concepções pedagógicas legais que apresentam reverberações na atualidade.

Dada as premissas iniciais das leituras que orientaram as considerações epistêmicas sobre a deficiência, construímos a nossa pesquisa a partir de três eixos. O primeiro subtítulo (2.1) deste capítulo discute a construção de uma norma corporal como forma de conferir sentidos ao corpo. Assim compreendemos a expressão da deficiência como uma experiência social e histórica de um corpo dissonante à norma, conforme preconiza Diniz (2007).

O segundo subtítulo (2.2) apresenta as questões identitárias relativas às terminologias associadas aos corpos com deficiência. Observar a gênese, as transformações e os sentidos das diversas nomenclaturas relacionadas à deficiência nos possibilita visualizar o atravessamento no plano dos saberes e dos poderes do ato de nominar o corpo fora da norma.

²⁰ Destaque para a palavra “o diferente”, reforçando a polifonia dos aspectos terminológicos que orientam as questões ligadas à deficiência. Nesta pesquisa consideramos que a diferença se institui a partir da assunção de uma norma corporal concebida por uma produção epistêmica discursivamente e historicamente localizada.

Por fim, o terceiro subtítulo (2.3) discorre sobre as grandes teorias de pensamento da deficiência. Apresentamos os dois modelos hegemônicos de pensamento acerca da deficiência, conformado no plano dos saberes, que instituíram as legitimidades identitárias, políticas e sociais dos corpos fora da norma.

2.1 A construção histórica e social da anormalidade: o corpo como tela de significação

O exercício de significar no âmbito da construção coletiva, assim como o de conferir sentido aos diversos fenômenos da realidade, fundamenta-se como aspecto inerente da experiência humana. Conforme Rodrigues (1975), o trabalho de significar, de instituir padrões, limites e contrastes possibilita dar sentido ao viver em coletividade. Com base nesses pressupostos, as possibilidades de o homem conferir sentido à sua existência no plano coletivo subsidiam-se em bases epistemológicas. Nesse sentido, a partir da natureza do conhecimento humano produzido (popular, intelectual, científico ou religioso, por exemplo), os sujeitos e as coletividades apropriam-se da sua realidade, decodificando e manipulando os diversos fenômenos, códigos e informações à sua volta.

O corpo como uma unidade de significação não se apresentou (ou melhor, não se apresenta) à margem de uma leitura epistêmica, e tais leituras não são dissociadas das relações de poder historicamente construídas. Deste modo, a partir do corpo e sobre o corpo se instauram processos de significação que orientam as sociabilidades com base em padrões de normatividade.

Se nos remetermos ao campo da semântica, a palavra “anormal” corresponde a um adjetivo que qualifica os elementos que se afastam de uma norma, que se apresentam irregulares, ou aquilo que não se constitui como ‘normal’²¹. Em uma pesquisa simples encontramos como sinônimos da palavra “anormal” expressões depreciativas, como: “estranho”, “esquisito”, “aberrante”, “defeituoso”, “disforme”, “tarado”, “depravado”, “impudico”, dentre outras²².

Na leitura de Bueno (2001), o vocábulo ‘anormal’ corresponde a uma construção histórica, baseada na identificação, segundo algum critério, de indivíduos que possuíam alguma(s) característica(s) não familiar(es) àquelas encontradas na maior parte dos membros

²¹ Significado da palavra “anormal” In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/anormal>. Acesso em: 23 nov. 2016.

²² Sinônimos da palavra “anormal”. In: **Dicionário de Sinônimos online de português do Brasil**. Disponível em: <http://www.sinonimos.com.br/anormal/>. Acesso em: 23 nov. 2016.

do agrupamento e que, conseqüentemente, acarretavam prejuízos nas possibilidades de participação da dinâmica social e construção em coletividade. Nesta concepção, a simples diferença não constitui elemento motriz para a compreensão da anormalidade, mas sim o seu papel na dinâmica entre indivíduo e sociedade.

Nas sociedades ancestrais, bem como por um expressivo período histórico, a materialidade expressada na organicidade do corpo destacou-se como elemento imprescindível para a sobrevivência e para designar o “valor social” do indivíduo. A sobrevivência, o *status* diante do seu agrupamento e a perpetuação da espécie dependiam da adaptabilidade da unidade morfofisiológica diante das hostilidades ambientais. Para aqueles corpos categorizados como “socialmente indesejáveis”, a partir de expressões corporais como más-formações congênitas ou deformidades, era reservado o infanticídio, o abandono e a exclusão social (SILVA, 1987).

Goffmann (1980), em sua obra “Estigma”, realiza um pioneiro estudo utilizando o corpo com deformidades como objeto de análise para a compreensão dos processos de estigmatização social. Segundo o autor (1980, p. 11), a gênese do termo “estigma” remete à sociedade grega e corresponde a sinais corporais (como cortes e queimaduras) que evidenciavam algum carácter extraordinário ou pernicioso em relação ao *status* moral de quem os apresentava.

Esse fenômeno pode ser exemplificado nos seguintes fatos históricos: a cultura de distinguir os párias sociais na sociedade grega a partir da confecção de queimaduras e cicatrizes (GOFFMANN, 1980); as deformidades e enfermidades como conseqüências de desvios morais e religiosos (ROCHA, 2006; SILVA, 1987); a marcação da letra “P” sob as vestes dos desvalidos ingleses no século XVII como condição para recebimento de assistência paroquial (NALLIN, 1985) e a incipiente ciência forense e a medicina do século XIX que, por intermédio dos sinais corporais, teorizou concepções de cunho racista e ideias que subsidiaram ideologias e instituições de intolerância presentes até hoje.

Oliveira (2003) menciona que a concepção eugenista de “deficiência” corresponde à expressão fiel do cruzamento racial, nociva para o ideal desenvolvimento das sociedades à época. A partir de uma antropologia das periculosidades, datada do fim do século XIX, produziu-se uma vasta literatura que relacionava traços monstruosos no homem e na mulher em referência à predisposição para a realização de crimes (COURTINE, 2008).

A anormalidade expressada e significada no corpo e pelo corpo congrega um *status* social negativo, considerando as implicações desfavoráveis tanto no campo imagético

(o “outro” como a personificação da nocividade/periculosidade social) como no acesso e apropriação da realidade no âmbito das relações. Ou seja, conforme Bueno (2001), na participação do indivíduo na construção coletiva de seu agrupamento social. Para Rocha (2019a, p. 45), o padrão corporal de nossa sociedade está atrelado aos atributos da independência, eficiência e da beleza, e uma transgressão proporciona sentimentos discriminatórios em relação ao transgressor e sentimento de inadequação por parte deste.

A partir disto, o corpo e suas singularidades manifestadas em seus “sinais corporais”, produzidos ou provenientes do acaso da natureza, são objetos de significação, transportando aquilo que concerne à materialidade para o campo do imaginário e da subjetividade e, por extensão, às relações de poder das mais diversas civilizações históricas. Desta maneira, os discursos de produção de sentidos e significados acerca dos corpos também perpassam pelas relações de poder. A leitura de corpo, como evidencia Foucault (2009), apresenta uma natureza expressamente política. Como reforça Rocha (2019a, p. 45), o estigma em nossa sociedade representa mais uma forma de dominação, na qual o diferente deve se subordinar a esta lógica corporal que se manifesta a partir de um duplo efeito: no sentimento de culpa por materializar-se enquanto sujeito desviante e a assimilação da norma nas instâncias da reprodução dos argumentos que corroboram concepções estigmatizantes de seu corpo.

A experiência da deficiência como um coletivo de sinais corporais antíteses a construção da normatividade (orgânica, estética, psíquica e moral) compreende, deste modo, o que podemos assumir por “corpo com deficiência”. Conforme Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 65), a anormalidade corporal no tocante a deficiência sintetiza-se ora como uma expectativa biomédica (a adequação orgânica dos contornos corporais), ora como um preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais.

A construção de uma significação para corpo com deficiência pode confluir para a formulação de estereótipos e o estabelecimento de padrões, que podem convergir para a naturalização de preconceitos acerca da anormalidade como *status* historicamente negativo do corpo com deficiência. Amaral (1994, p. 37) afirma que os estereótipos são fruto de preconceções, ou seja, de uma experiência desvinculada da concretude, sendo a matéria prima do preconceito o desconhecimento. Amaral (1994) acredita que a experiência de alteridade entre os corpos no âmbito da estigmatização do corpo com deficiência se expressa mais no campo simbólico, na interpelação de imaginários naturalmente estigmatizantes do que na potência do encontro e do compartilhamento, no plano do real, entre as diversidades.

Todavia, não podemos nos referir à estigmatização desse corpo como produto do desconhecimento. Conforme Louro (2001, p. 551), em seus estudos acerca da Teoria *Queer*, a ignorância pode ser compreendida como uma particular expressão do conhecimento. Assim, sugere que a ignorância não é neutra, nem um estado original, ela é um efeito e não uma ausência de conhecimento (LOURO, 2001, p. 551).

Nesse sentido compreendemos que as construções discursivas, conceituais e imagéticas (os estereótipos) acerca da anormalidade e do corpo com deficiência ancoram-se e são legitimadas por expressões do conhecimento humano (sensorial, empírico, intelectual, popular, científico, religioso, filosófico, dentre outros) e inserem-se em um projeto político de poder, seja do controle dos corpos, seja da difusão da norma. A partir disso, o reconhecimento do “valor social” negativo influencia incisivamente na formação do autoconceito de sujeito político, afastando os corpos ditos “anormais” das instâncias e cargos de influência e reconhecimento social e da participação da produção de bens culturais da sua realidade. Eis que o desprestígio social se torna veículo de reconhecimento de si, demonstrando a ação de mais uma sutil forma de dominação e controle social e ação política sobre os corpos.

Orientar a leitura de anormalidade e deficiência para uma narrativa das opressões do corpo é reconhecer as instâncias da norma enquanto elemento formador dos sentidos e significados de “corpo com deficiência” no princípio de históricas e seculares relações de poder-saber que confluem para o controle dos corpos. Nessas linhas introdutórias, buscou-se apresentar as premissas relativas ao “[...] sumário topográfico e geológico da batalha [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 86), fato que, posteriormente, nos possibilitará compreender os movimentos de oposição a partir do reconhecimento da expressão da anormalidade corporal como bandeira de representatividade e resistências tanto epistêmica como política.

2.2 As terminologias ligadas à deficiência: entre imaginários e institucionalizações

Os Censos Demográficos Nacionais (CDNs) representam singulares instrumentos para o diagnóstico e definição de demandas por estatísticas sociais e são pertinentes ferramentas para a mensuração quantitativa dos diversos grupos sociais, entre eles a população com deficiência. Os dados estatísticos acerca da “deficiência” estão presentes desde o primeiro recenseamento nacional, ocorrido em 1872, ainda no período imperial, que investigou o universo das pessoas com doenças e enfermidades aparentes, com defeito *physico*, os surdos-mudos, os cegos, os tortos, os aleijados, os dementes, e os alienados.

(SIMÕES; ATHIAS; BOTELHO, 2018, p. 143). Os dois últimos recenseamentos, apontaram a existência de 25 milhões de pessoas deficientes em 2000 e 45 milhões de pessoas com deficiência em 2010 (BRASIL, 2000a; BRASIL, 2012).

A partir dessas considerações iniciais, dois aspectos são dignos de destaque: as mudanças terminológicas e, por conseguinte, os sentidos acerca de deficiência. Nesta seção, estaremos restritos às considerações terminológicas, que se subscrevem dentro das condições de produção de ordem epistêmica, política e social dentro do processo histórico das sociedades ocidentais. Em evidência, o corpo é o substrato de significação, sendo as diversas nomenclaturas formas de expressar as relações de poder-saber que confluem para significar um corpo.

Na historiografia é observável que deficiência no que tange à rede de sentidos e significados sobre corpo anormal agrega constructos discursivos e terminológicos de valores expressamente negativos. Um exemplo desta afirmação corresponde à alcunha “inválido”. Nas leituras de Sasaki (2014) e Sá, Rabinovich (2006), o termo “inválido” expressa a ideia de “indivíduo sem valor”, tido como socialmente inútil, assumindo a posição de fardo para a família e para a sociedade. Arelado a esta construção terminológica podemos citar outras nomenclaturas de mesma carga semântica, como: aleijado, defeituoso, incapacitado, retardado, ceguinho, débil mental, mongoloide, mudinho, entre tantas outras que ressaltam “a prevalência da aparência”, a limitação e a lesão (SASSAKI, 2014)²³.

De acordo com o Instituto Nacional de Seguridade Social do Brasil (INSS), uma das modalidades de aposentadoria pressupõe a invalidez, que consiste no “trabalhador permanentemente incapaz de exercer qualquer atividade laborativa e que também não possa ser reabilitado em outra profissão de acordo com avaliação da perícia médica do INSS” (BRASIL, 2020).

Na expressão da invalidez e todas as terminologias associadas a este aspecto sobressaem diversos elementos que remetem à norma e à imagética de um corpo produtivo, apto, tanto em sua constituição orgânica como corpo integrado nos sistemas de produção à ordem do capital. O distanciamento da norma corporal ideal confere ao sujeito uma posição social enquanto ator social e político restrita à tutela familiar ou do agente estatal.

A partir das leituras acerca dos “estudos da deficiência” destacamos a

²³ A “violência simbólica”, termo de autoria do filósofo Pierre Bourdieu (1989), condiz a processos de coação sem a utilização da violência física, provenientes de fatores relacionados à ordem econômica, social ou simbólica. Corresponde a uma expressão de dominação, levando o grupo desprovido do exercício do poder a se posicionar no seu espaço social seguindo os critérios, desígnios e padrões do discurso dominante.

compreensão de capacitismo que, para Sasaki (2014), compreende-se como toda a discriminação, ou um conjunto de crenças pejorativas a respeito dos corpos com deficiência. Para Gesser, Block e Mello (2020, p. 18), esse termo consiste numa condicionante que atravessa sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar que partem do pressuposto de um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram os corpos desviantes como ontológica e materialmente na insígnia do *déficit*. Ademais, a concepção capacitista ancora-se nos saberes biomédicos, dentro da óptica eugenista, sustentados no binarismo da norma/desvio e no aperfeiçoamento do sistema capitalista, visto que se constrói um ideal de normatividade corporal ideal para a manutenção e aperfeiçoamento do sistema econômico (GESSER, BLOCK, MELLO, 2020, p. 18).

A década de 1950 configura incipientes possibilidades de se relacionar com os corpos com deficiência na sociedade ocidental. Observa-se, de acordo com Rocha (2019b, p. 59), o incremento das políticas de saúde em reabilitação no Brasil e no mundo no princípio da ampliação e concepção de centros de reabilitação nos núcleos urbanos em resposta à epidemia de poliomielite que assolara a época. A partir de instituições supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), conformou-se um projeto único de reabilitação, exportado para países pobres que congregava uma abordagem biomédica, organicista e especializada. A reabilitação profissional e sua preocupação com a independência econômica sustentava-se na concepção de corpo com deficiência a partir da linguagem biomédica – corpo deficitário (ROCHA, 2019b, p. 64).

Historicamente a categoria deficiência também encontrou espaços de significação no rol das enfermidades. Não é incomum a descrição dos impedimentos de ordem física, sensorial, intelectual, ou mental como sinônimo de enfermidades, apoiado em vocábulos como: doença mental, defeituoso físico, vítima da paralisia infantil, sofre de paraplegia, doente de lepra, entre outras (NALLIN, 1985; SASSAKI, 2013).

A construção social da deficiência no quadro das patologias é originada a partir do pensamento ocidental do século XVIII e resultado do desenvolvimento tecnocientífico e da ascensão das ciências médicas e da vida (DINIZ, 2007; ROCHA, 2006). Estes saberes foram mediadores dos diversos aspectos concernentes à vida social dos sujeitos, observável desde a adoção de específicos hábitos de profilaxia e cuidados de saúde influenciando até mesmo políticas públicas e sociais de Estado.

A compreensão da norma corporal prediz as estruturas que condicionam os sistemas de opressão dentro das produções discursivas que se alicerçam em saberes, crenças e imaginários historicamente produzidos, tornando-se eficientes dispositivos de poder na opressão dos corpos das diversas categorias sociais, entre as quais estão as mulheres, as pessoas negras, indígenas, população LGBTQIA+ e as pessoas com deficiência. Neste sentido, na produção discursiva acerca do “inválido”, do enfermo e do estigma da anormalidade corporal na esteira da periculosidade se justificam todas as intervenções ao corpo, desde as políticas eugênicas de esterilização e extermínio até as práticas de reabilitação institucional, que tinham por finalidade o aprimoramento/desenvolvimento das estruturas orgânicas, tornando os corpos deficientes produtivos e, conseqüentemente, inserindo-os no sistema político-econômico e social vigente.

Ainda na década de 1950, nos países escandinavos, iniciam-se questionamentos de ordem moral e procedimental quanto às interações entre os corpos com deficiência, suas demandas e a necessidade de participarem da sua realidade social. Tais aspirações ficaram conhecidas como o paradigma da integração, que teve como lócus e gênese os estabelecimentos de ensino daqueles países. No panorama nacional, a partir da instauração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 (BRASIL, 1961), observamos esta nova demanda ética/moral para com o corpo com deficiência para a “integração” da criança com deficiência nos ambientes formais de ensino. Este paradigma tinha como princípio a preocupação de desenvolver as potencialidades do indivíduo para que o corpo com deficiência tenha acesso aos meios de produção econômicos e culturais, ocupação do território e participação na realidade sócio histórica. A concepção das necessidades do corpo com deficiência gerou uma nova terminologia acerca de corpo com deficiência, fundamentando a instituição da excepcionalidade.

O termo “excepcional” foi adotado nas décadas de 1950, 1960 e 1970, no Brasil, geralmente para designar indivíduos com deficiência mental (SASSAKI, 2014). Na concepção de Paula (2008, p. 22) esta terminologia foi empregada para se referir a seres físicos e, em especial, intelectualmente incapazes. Em termos da legislação nacional, essa terminologia e o princípio da integração foram adotados no corpo da LDB de 1961, visto que nos dois únicos artigos na seção “Educação dos Excepcionais” ficou evidente a necessidade de instrução formal para essa população, oferecida em cogestão por instituições estatais e da iniciativa privada e/ou filantrópicas. Para Araújo (2011), a presente designação se mostrou presente constitucionalmente até o ano de 1978. Por volta das décadas de 1980 e 1990

observou-se a ressignificação da excepcionalidade. Devido ao surgimento de estudos e práticas educacionais o termo também denotou aqueles que possuem altas habilidades ou talentos extraordinários – os superdotados (SASSAKI, 2014).

A escola como instituição de controle (FOUCAULT, 2009) institucionaliza mecanismos de estratificação e metrificação dos processos mentais e cognitivos a partir de instrumentos normativos, como avaliações e escalas de inteligência, por exemplo. Tais métodos identificavam os corpos desviantes, cabendo aos ambientes educacionais e professores categorizar os educandos e encaminhá-los às escolas regulares, às classes especiais ou aos asilos e internatos (OLIVEIRA, 2003). Assim, a compreensão terminológica da “excepcionalidade”, seja no senso comum, seja na institucionalidade das políticas públicas e sociais, majoritariamente demarcavam uma fronteira social baseada na perspectiva de uma norma corporal. Deste modo, por mais que o paradigma da integração tenha orientado as políticas públicas voltadas para os corpos com deficiência por toda a segunda metade do século XX no sentido de referendar mecanismos de ressignificação terminológica para esta população, é inegável que o alicerce epistêmico deste “modelo de pensamento” acerca da deficiência continua ancorando-se no binarismo normatizante, orientado nos princípios dos saberes biomédico, tecnicistas, eugênicos e produtivistas.

O ano de 1981 foi simbólico e representativo em relação às lutas e à mobilização civil e em torno dos temas ligados aos direitos sociais dos corpos com deficiência. Neste ano, por meio de compromissos assumidos no Ano Internacional da Pessoa Deficiente, organizado pela ONU, convencionou-se a nomenclatura “Pessoa Deficiente”. Anteriormente, nos dispositivos legais, conforme Araújo (2011) grafava-se apenas o termo “Deficiente” ao se referir a essa população, o que nos permite compreender que as leituras acerca da identidade social e os imaginários sobre o corpo com deficiência convergiam à expressão do *déficit*.

Esta nova conjuntura no âmbito da ascensão e reconhecimento deste grupo social à categoria “pessoa” foi valioso na tentativa de promover a “igualdade” do indivíduo com deficiência com as outras categorias sociais. Para Nobre Junior (2000, p. 195), esta concepção traduziu a repulsa às práticas imputáveis tanto aos poderes de ordem pública como particulares que viessem a expor o ser humano, enquanto tal, em posição de desigualdade perante os demais. Para Araújo (2011) atrelar o conceito de “pessoa” àqueles historicamente alijados de direitos, diminui a situação de desvantagem que caracteriza este grupo de pessoas.

A mudança terminológica e o reconhecimento dos corpos com deficiência como sujeitos de direitos revelam um novo capítulo na ocupação por parte deste estrato

populacional das arenas políticas institucionalizadas e outros espaços de articulação política. Segundo Rocha (2006, p. 15), a inclusão de demandas advindas das organizações de pessoas com deficiência é fato histórico e resultado dos movimentos presentes nas décadas de 1970/1980, no propósito de conduzir e inserir demandas provindas deste grupo populacional nas Constituições (estadual e federal) e leis orgânicas municipais.

Todavia, a compreensão de “pessoa deficiente” para as arenas políticas, como a própria ONU, ainda congregava a compreensão de “deficiência” dentro do espectro da incapacidade nas instâncias da norma corporal e do paradigma biologizante, os quais invalidavam a própria existência e identidade enquanto sujeito/pessoa:

O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1975).

Por conseguinte, mais uma expressão que versa a polidez no trato com esta população é “Pessoa Portadora de Deficiência”. Sasaki (2014) situa a utilização deste termo entre os anos de 1986 e 1996. Araújo (2011) ressalta sua presença na constituição nacional de 1988 e critica a sua utilização, considerando inadequada a possibilidade de se “portar” a deficiência aos moldes de como se portam objetos pessoais. A expressão “portar” nos permite interpretar um movimento de cisão entre o sujeito enquanto pessoa de direitos, conforme as legitimidades legais referendavam, e o sujeito que tem consigo um caráter, um traço identitário historicamente identificado como estigmatizante. Busca-se o distanciamento desses sinais corporais, não os reconhecendo enquanto manifestação e experiência singular do corpo, o que, em nossa compreensão, contribuiu para a reafirmação da norma corporal.

Por fim, a construção terminológica e conceitual contemporânea acerca da deficiência corresponde à expressão “Pessoa com Deficiência”, terminologia concebida na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPCD), organizada pela ONU em 2006/2007. A produção documental desse encontro reafirmou o espaço dos corpos com deficiência nas arenas institucionalizadas, no sentido de reverberar suas demandas nas políticas públicas e dispositivos legais que lhes são sensíveis.

O Brasil, devido sua condição de signatário da ONU assumiu o compromisso de incorporar as prerrogativas legais oriundas da CIDPCD nos diversos dispositivos legais, direta ou indiretamente envolvidos na garantia de direitos dessa população. A CIDPCD foi incorporada integralmente na legislação nacional com o *status* de emenda constitucional

(Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009) (BRASIL, 2009), conforme prerrogativas descritas no parágrafo 3º do artigo 5º da constituição nacional (BRASIL, 1988), apresentando eficácia revogatória de toda a legislação infraconstitucional que lhe seja contrária (VANNUCHI, 2007; MAIA, 2013)²⁴.

Deste modo, podemos assumir as concepções terminológicas oriundas de arenas políticas supranacionais como uma expressão do exercício do poder, normatizando toda a produção discursiva das instâncias institucionais, ao menos, no sentido de se referir aos corpos com deficiência. Ademais, essa construção terminológica convergiu para um projeto político, acompanhando a produção epistêmico-cultural sobre deficiência.

A partir da CIDPCD buscaram-se esforços para imprimir novos sentidos e compreensões acerca de “deficiência”, bem como reafirmar uma série de direitos sociais salvaguardados a essa categoria. Conforme o artigo 3º dos Princípios Gerais desta legislação (BRASIL, 2009), as pessoas com deficiência são reconhecidas como parte da diversidade humana e da humanidade, nesse sentido, a “deficiência” se expressa como uma experiência social de um corpo com impedimentos em sua realidade que condicionam a experiência social deste corpo enquanto pessoa de direitos.

Reconhecem-se os esforços em promover a mudança do *status* social, historicamente negativo das questões relacionadas aos corpos fora da norma, porém as mudanças de nomenclatura por si só não promovem transformações substanciais nas estruturas sociais (participação política e na cultura do meio), mas apontam a instituição de possíveis novas legitimidades na trama das relações de poder que se exercem pelos corpos à margem da norma. Devemos assumir que as relações entre os corpos se processam, muitas vezes, de formas transcendentais às linhas jurídico-institucionais, fato que permite a coexistência das diversas expressões terminológicas e por conseguinte, suas diversas leituras e imaginários.

Deste modo, a CIDPCD, no intuito de conciliar as diversas vozes dos atores e entidades representativas das pessoas com deficiência, também não seria espaço de manifestação da contradição? Pode-se observar tal evidência na investigação dos modelos de pensamento acerca de “deficiência” que orientaram tanto uma construção epistêmica como política da produção conceitual acerca dos corpos com deficiência.

²⁴ O artigo constitucional citado decreta que: “§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (BRASIL, 1988).

2.3 Modelos de pensamento e a compreensão crítico-conceitual de deficiência/corpo com deficiência

Como anteriormente descrito, os dois últimos recenseamentos apuraram que a população brasileira é composta de 24 milhões de pessoas deficientes (2000) e posteriormente, no recenseamento de 2010, apurou-se que havia 45 milhões de com deficiência, (BRASIL, 2000a; 2012). Todavia, na tentativa de se adequar às normativas internacionais que legislam sobre o tema da deficiência, o IBGE (2018) reformulou seus indicadores. Como resultado, obteve que o universo de pessoas com deficiência no país corresponde a 6,7% da população (12.748.663), em contradição a proporção de 23,9% da amostragem anterior do Censo de 2010.

Para Lenzi (2012, p. 13) uma das principais razões para esse aumento populacional de pessoas com deficiência é creditado às diferenças conceituais e à falta de padronização dos CDNs (BRASIL, 2000a; 2012), causando assim diferenças nas observações, captações e comparabilidades. Amiralian et al. (2000) destacam que as imprecisões do conceito de “deficiência” que se instauram nas pesquisas acadêmicas geram dificuldades na comparação entre os estudos que se debruçam nesta temática.

O próprio IBGE (2018, p. 1) reconhece a necessidade de se adequar às discussões internacionais e às mudanças na concepção da deficiência, bem como, à investigação estatística que o tema sofreu ao longo dos anos, fato que nos apresenta a importância das considerações conceituais que envolvem a compreensão de deficiência.

No campo do acesso a direitos historicamente conquistados e das políticas públicas e sociais, Maia (2013) alerta que as imprecisões conceituais que incidem sobre a pessoa com deficiência levam a dificuldades relacionadas à elegibilidade dos direitos e benefícios de políticas afirmativas, assim como a indevida destinação de recursos a indivíduos alheios a este grupo social. Nas políticas de saúde, de acordo com Di Nubilla e Buchalla (2008), os problemas acerca da falta de definição clara do que é deficiência ou incapacidade inviabiliza a promoção de saúde e o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em dados válidos e viáveis sobre o estado funcional desta população.

Isto posto compreendemos que o conceito de deficiência não é elemento simples e intuitivo, visto que se articula a questões reservadas à identidade, à singularidade dos sujeitos, como também a aspectos amplos relacionados à produção epistêmica inserida e contextualizada nas relações de poder entre os corpos sociais. Ou seja, conceber um conceito

de “deficiência” ou “corpo com deficiência” é um exercício epistêmico e político, como observamos nas questões ligadas às terminologias atreladas ao corpo com deficiência.

Tais construções conceituais materializam-se em específicas realidades históricas e concebem-se no princípio da crítica a modelos e esquemas de pensamento hegemônicos. Este movimento, entre a produção de saberes emergentes e saberes hegemônicos, no âmbito das relações de poder-saber, configuram “novas legitimidades”, de ordem simbólica, conceitual, imagética e discursiva. Todavia, é ingênuo supor que as diversas compreensões conceituais de deficiência e corpo com deficiência, a partir das diversas expressões de saberes, não estabelecem uma relação de coexistência – fato que podemos inferir como promotor de inconsistências metodológico-conceituais nos censos demográficos. Conforme Stiker (2008, p. 368), datar o desaparecimento de um conceito é um exercício indubitavelmente mais complexo do que datar o fim de um acontecimento político. Foucault (2005, p. 4-5) complexifica essa questão, mencionado que a história de um conceito não é de forma alguma o seu refinamento progressivo, na sua racionalidade continuamente crescente ou de seu gradiente de abstração, mas “a de suas regras sucessivas de uso, a de seus meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração”. Assim, é importante observar os saberes relacionados à constituição de um dado conceito que em consequência lhe garanta substrato de legitimação.

Apresentaremos o conceito de deficiência ou corpo com deficiência a partir de três matrizes de saberes: nos princípios teológicos; à luz do pensamento e da racionalidade biomédica e como categoria da análise das ciências humanas e sociais. Não temos por intenção alcançar uma matriz única de entendimento sobre o tema, no sentido de apontar conceituação factível para aplicação no campo das políticas públicas, do direito, da saúde ou da academia. Cada uma dessas matrizes possui suas relações político-epistêmicas que não perpassam as análises deste trabalho. Todavia, esse sobrevoos conceitual que apresentaremos, de alguma forma, se expressa enquanto legitimidade nestes diversos campos citados.

2.3.1 O corpo com deficiência: poderes, anjos e demônios

Podemos considerar o transcendental, o misticismo, o divino e o sagrado como elementos que subsidiam a explicação de fenômenos relativos à realidade do indivíduo e sua relação com a coletividade. As cosmogonias refletem os esforços das mais diversas civilizações de interpretar as origens da existência humana sem bases empíricas. Assim os

conhecimentos de ordem teológica/religiosa provenientes das crenças, dos mitos e da religião promoviam, ou mesmo promovem, para alguns segmentos um sentido social para a compreensão de sua existência e também dos elementos de sua realidade.

Como observaremos leituras e narrativas que são anteriores ao século XVIII, referendadas por DINIZ (2007) e Courtine (2013) como secularidade gênese da compreensão de deficiência contemporânea, voltaremos nosso olhar para a manifestação da excepcionalidade e dos prodígios de um corpo com características que fogem à norma. Este olhar por nós adotado buscou contornar possíveis leituras anacrônicas e descontextualizadas que diversas bibliografias realizaram sobre o tema.

O corpo com deficiência sob esta abordagem, ou campo de conhecimento, encontrou paradoxais possibilidades de origens e eventualmente ambíguas formas de valor social.

Na leitura de Amaral (1994, p 14) a loucura e a deficiência na antiguidade oscilaram entre polos bastante contraditórios: como a presença dos deuses (o venerável saber do oráculo cego) ou sinal demoníaco (a expressão da animalidade, a extirpação do corpo sadio e da humanidade). Silva (1987), em sua “Epopéia Ignorada”, também relata as mesmas posições apresentadas por Amaral (1994) no que tange à veneração ou à execração do corpo com deficiência. Para Rocha (2006, p. 11), em muitas sociedades a segregação do corpo com deficiência parte de antigas convicções culturais religiosas que concebem a deficiência como o acometimento do corpo por espíritos ou castigos de origem divina.

Por mais que as razões místicas soem antiquadas frente às sociedades com grande circulação de informações não podemos negligenciar as possíveis manifestações do místico para a compreensão do corpo com deficiência. Um exemplo deste fenômeno é descrito por Maia (2013) em seus estudos acerca da percepção do significado social da cegueira em Portugal e em Moçambique. No estudo o autor (2013) identificou em Portugal uma leitura biomédica da cegueira, enquanto no país africano persistem misticismos na leitura sobre a temática.

Enfim, o corpo com deficiência assume contornos extraordinários, representante da manifestação da transcendência na realidade, imagem ora concernente ao dom ou à maldição, ora manifestação do etéreo ou da heresia. Ademais, os sentidos confeccionados sobre o corpo com deficiência, para além da dicotomia “veneração e afastamento”, também revelaram outras possibilidades de se relacionar com esse corpo, a caritas cristã, que é produto de um código moral e das relações de poder estabelecidas por essa instituição.

É de consciência geral acerca de algumas máximas da cristandade, dentre elas o amor entre seus pares: “Amar ao próximo como a ti mesmo” (Mateus 22:39) (BIBLIA DA FAMÍLIA, 2014, p 1021), e a caridade e a misericórdia como preceitos normativos de ação cristã. Sendo assim, a caritas assumiu espaços destacados na assistência social ao corpo desvalido. Segundo Nallin (1985, p. 23), cabia às igrejas e à caridade cristã a assistência aos sujeitos deficientes, que eram vistos como uma espécie de doentes. Silva (1987) alerta para o contingente de recém-nascidos com deformações deixados à sorte e à mercê da caridade cristã, sendo criados em orfanatos e em conventos, no período colonial brasileiro. Por fim, Jannuzzi (2004) destaca a filantropia como elemento histórico no atendimento e nos cuidados aos desvalidos, dentre eles os corpos com deficiência.

Na concepção judaico-cristã, os cuidados aos desvalidos, dentre eles o corpo com deficiência, orientava-se tanto para o cumprimento dos preceitos morais da cristandade como para ascensão para a vida a eterna, a salvação da alma e o conforto do espírito. Enfim, trata-se de construções de corpo que dialogam com a concepção cartesiana de existência: a efemeridade da matéria que sustentava as práticas caritativas, veículo para a presença do sublime e elevação da alma.

Enquanto sujeito da ação da caritas, conforme as considerações anteriormente citadas, podemos supor a manutenção do *status* social negativo atribuído ao corpo com deficiência visto as ações partirem de uma noção assistencialista e paternalista de cuidado, ao mesmo tempo em que potencializa o prestígio social e a legitimidade de grupos estabelecidos (como as instituições assistências) devido à negligência da ação, por exemplo, de agentes públicos e do Estado.

Contemporaneamente, com o crescimento do Estado Neoliberal, surgem como agente suplementar da ação do Estado as Organizações Não Governamentais (ONGs), que disponibilizam bens e serviços sociais, que antes eram de inteira responsabilidade governamental (ARAGÃO, 2011). Ou seja, podemos inferir que diversas instituições (entre elas, as de origem religiosa) ocupam espaços de ação teoricamente reservados à iniciativa pública.

Entretanto, a mesma instituição que fora fruto de diversos dispositivos de controle dos corpos também foi espaço de acolhimento de movimentos sociais ligados à organização política de pessoas com deficiência, tendo como movimento de maior expressão a Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (CRESPO, 2012, 2009). Trata-se de um movimento internacional, ecumênico, que teve origem em 1945, na França, chegando ao

Brasil em 1972, em um núcleo na cidade de São Leopoldo – RS (CRESPO, 2009, p. 72). Em descritiva a FCD de São Paulo se denomina:

[...] Movimento Popular, leigo e ecumênico de doentes e deficientes sente-se chamado a servir ao Reino de Deus aqui na terra, identificado com a missão evangelizadora que Cristo anunciou: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a boa notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos, e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor” (1c 4,18-19). A partir desta perspectiva evangelizadora, a FCD/SÃO PAULO se solidariza com todos (as), marginalizados (as) e excluídos (as), e quer ajudar a construir a Nova Sociedade (FCD-SP, s/d apud FREDERICO, 2009).

O interessante deste fragmento consiste na ressignificação do sentido de corpo com deficiência: não como a marca do pernicioso, do pecado, mas manifestação do corpo de Deus. Este aspecto e o propósito de missão evangelizadora situa e confere legitimidade à ação política do movimento social no propósito de promoção dos corpos socialmente marginalizados e tolhidos de participação político-social.

Em síntese, o corpo com deficiência na sociedade ocidental na perspectiva da instituição judaico-cristã congregou elementos discursivos e imagéticos de ordem negativa, na insígnia da invalidez social visto que se expressa como manifestação da ira divina sob os desvios de ordem moral impressos em um código normativo e religioso. A caritas cristã fundamentou-se como eficiente dispositivo de poder no domínio e segregação dos corpos e orientando condutas sociais a partir de um código religioso moralizante. Outra manifestação das relações de poder corresponde, contemporaneamente, à aproximação com a máquina pública de poder, com relação à atuação no campo da assistência, na administração e oferecimento de serviços que deveriam ser de responsabilidade do agente estatal.

Em contrapartida, os espaços da instituição religiosa foram fecundos no propósito de ressignificar a luta política e compreensão de deficiência, acolhendo movimentos de expressão da mobilização social dos corpos com deficiência, principalmente na gênese das discussões no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980 (CRESPO, 2009).

2.3.2 O corpo com deficiência: espetáculo da natureza à luz da razão biomédica

A compreensão organicista de corpo fundamentou perspectivas políticas e filosóficas como o Iluminismo do século XVIII. Expoentes como o médico e filósofo Julien de La Metrie sustentou que, em essência, a condição humana era análoga aos animais e que a

existência se fundamenta no bom funcionamento das estruturas orgânicas (ROUANET, 2003, p. 40). Na contemporaneidade, temáticas em torno da manipulação genética, a clonagem, a concepção de psicotrópicos e a recorrente medicalização do corpo mostram a atual tendência para o assentimento do materialismo biologizante como paradigma atual (ROUANET, 2003).

Este olhar cartesiano acerca do corpo dentro da sistematização das ciências, entretanto, é apriorístico segundo Novaes (2003). O autor afirma que em cada realidade histórica buscou-se estudar o corpo a partir de suas camadas mais exteriores até chegarmos à contemporaneidade, com os avanços da biologia celular. Outro exemplo deste fenômeno nos remete à Renascença Europeia, por volta do século XV, que, segundo Lindenmeyer (2012), foi o cenário em que se popularizou o interesse pela dissecação, a visualização dos órgãos e a descrição de seus funcionamentos na razão de compreender o mecanismo das doenças.

De acordo com DINIZ (2007), o século XVIII fundamenta as construções teóricas que propiciaram uma das concepções imagéticas mais usuais acerca da deficiência, ligada à expressão organicista da corporeidade. Bueno (2001) corrobora com essa perspectiva demonstrando que a concepção hegemônica moderna de anormalidade social utilizou como base teórico-conceitual o paradigma biológico, visto o avanço das ciências no processo histórico-social. Ou seja, segundo Gaudenzi e Ortega (2016, p. 3063), o corpo, até então como manifestação dos caprichos da natureza, reconhecido como produto do acaso ou procedente de expressões do metafísico e da misticidade, passa a ser compreendido à luz dos princípios da evidência e da razão científica. Para Courtine (2008, p. 289), a teratologia científica finda definitivamente como a monstruosidade corporal como manifestação diabólica ou divina, aberração curiosa e produto grotesco. Neste cenário, insere-se o corpo com deficiência, na perspectiva de Stiker (2008), na história do corpo endireitado, de um corpo manipulado pelo olhar biomédico.

A patologia torna-se um dos grandes perigos para o desenvolvimento sustentável dos agrupamentos sociais, cabendo ao olhar médico e à razão científica desenvolver mecanismo de defesa e técnicas de intervenções. No parecer de Rocha (2006, p. 32), sob o olhar médico, a patologia é observada em suas constâncias, generalidades e nos seus elementos particulares. Sendo assim, a ação não recai sobre o plano individual, mas sobre o quadro patológico ou epidemiológico. Em continuidade, a instituição médica propõe uma guerra contra o patológico a partir de um enfrentamento cada vez mais sistematizado das enfermidades (ROCHA, 2006, p. 28). Deste modo, para Canguilhem (2009, p. 13) este olhar resultou na formação de uma teoria das relações entre a normalidade e a patologia, segundo a

qual os fenômenos patológicos nos organismos vivos nada mais são do que variações quantitativas dos fenômenos fisiológicos correspondentes.

Assim, olhar médico e o corpo de conhecimento inerente da razão científica promoveu uma leitura organicista da realidade, bem como dos agrupamentos sociais, não ficando à margem deste novo paradigma o corpo com deficiência, que foi significado, como já visto, como corpo enfermo, ferido, doente, enfraquecido e digno de reparação e cura (NALLIN, 1985; COURTINE, 2008; STIKER, 2008; SASSAKI, 2013).

As intervenções no corpo em vistas das transformações corporais, pode-se dizer, são milenares. Para Costa e Sousa (2004, p. 29), a maioria dos historiadores e arqueólogos afirmam que os chineses, aproximadamente em 2.500 a. C., foram os primeiros a criar programas de “ginástica médica” com o intuito de prevenir doenças e proporcionar exercícios corretivos. Lima (2005, p. 28), menciona entre os séculos XVII e XVIII os exercícios ocupacionais da vida diária, desenvolvidos por Friedrich Hauffmann e Clement Tissot, como cortar, costurar, entre outros trabalhos manuais, como meios para se adquirir força e saúde, atividades que a autora caracteriza como base para a concepção da terapia recreativa e dos esportes adaptados.

Os aspectos inerentes à “deficiência” como expressão de enfermidade certificou o saber médico e toda intervenção organicista pautada numa concepção cartesiana de corporeidade, legitimada por uma moral caritativa salvaguardada pelo rigor das autoridades legais. A legitimidade jurídica no que confere a salvaguardar os cuidados ao enfermo responde ao modelo societal vigente no pensamento do século XIX que, segundo Rocha (2006, p. 44), corresponde à seguinte máxima: “todo cidadão tem direito de usufruir seus direitos e a sociedade deve lhe garantir essa possibilidade”. Moulin (2008) aponta o século XX como temporalidade em que o corpo é reconhecido como sujeito de direitos e deveres, destacando-se o direito à saúde, instituído para proteção da integridade corporal e acesso a assistência médica.

Nos primórdios das políticas de assistência à saúde no Brasil, até meados do século XX, as ações que concernem ao “corpo com deficiência” foram tangenciadas pela preocupação higienista com as doenças infectocontagiosas potencialmente incapacitantes, sendo um dos intuitos da época separar esses doentes em locais segregados para controle e proteção da sociedade (PAULA, 2008, p. 15). Não por acaso, as instituições asilares, os hospitais de retaguarda e os lares para os “excepcionais” apresentavam diferentes expressões

de corpos com deficiência, como também pessoas em sofrimento psiquiátrico, patologias ligadas à velhice e crianças em situação de abandono (PAULA, 2008, p. 23).

Como evidenciou Canguilhem (2009, p. 46-7), a patologia implica um valor social em que estar doente significa ser nocivo, indesejável ou socialmente desvalorizado “Inversamente, o que é desejado na saúde é evidentemente do ponto de vista fisiológico, e isso dá o conceito de doença física em sentido relativamente estável”. Nesta proporção, a doença como infração à norma pressupõe que “não há consciência concreta ou científica da vida a não ser pela doença” (CANGUILHEM, 2009, p. 45).

Para Rocha (2006, p. 29) o corpo torna-se cada vez mais objeto de controle social devendo este ser preparado para a atividade produtiva. Assim, as instituições oriundas do século XIX deveriam formar na escola, reformar ou corrigir nos hospitais ou asilos (destino dos inaptos aos sistemas educacionais) para a aquisição de aptidões específicas que o qualifiquem para integrar o todo social.

As intervenções no corpo enfermo dirigem-se para o uso de procedimentos e intervenções oriundas do tecnicismo médico e da pedagogia no princípio da razão científica a serviço da promoção da mudança do *status* corporal e, porventura, em mudanças no campo das relações do sujeito com sua realidade. Este fato constituiu e consolidou o estabelecimento de instituições normativas, da esfera educacional, da saúde e da assistência social, que são secularmente relacionadas à assistência e ao cuidado ao corpo com deficiência.

No final do século XVIII e no transcorrer do século XIX, o corpo enfermo começa a ser educado e passa a ser observado de maneira diferente, saindo de uma visibilidade somente feia e pavorosa (STIKER, 2008). Diderot, em 1749, em sua “Carta sobre os cegos para o uso daqueles que veem”, elenca as possibilidades que os indivíduos com incapacidades sensoriais podem apresentar, atingindo competências iguais ou superiores à dos outros (videntes) desde que os meios adequados lhes sejam oferecidos (STIKER, 2008, p. 350).

Nessa perspectiva, o exercício de educar para e pela razão apresenta-se como uma possibilidade de normalizar a enfermidade, ou seja, “o corpo do enfermo educável, porque educável, participa da grande história do corpo normalizado (STIKER, 2008, p. 351). Esta concepção possibilitou a fecundação das grandes instituições educacionais voltadas para a educação do deficiente, como o Instituto Real de Cegos, o Instituto Nacional de Surdos Mudos de Paris e seus equivalentes nacionais: o Imperial Instituto de Meninos Cegos (1854), atual Instituto Benjamin Constant, e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos (1857), o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Jannuzzi (2004) expõe que a educação do corpo com deficiência centrava-se em oferecer instrução para lhes garantir meios de subsistência (fazer-se corpo produtivo), oferecer certa ocupação do tempo livre e, se possível, diminuir prováveis rebeldias por meio de atividades laborais. Vale ressaltar que todas as atividades e oficinas oferecidas nessas grandes instituições asilares possuíam pouca ligação com o desenvolvimento econômico e a dinâmica social do país (JANUZZI, 2004).

Nas práticas educacionais desenvolvidas entre os séculos XVIII e XX observa-se os preceitos higienistas, na assunção de uma norma corporal no sentido de normalizar as corporeidades desviantes. Assim, o papel das instituições, na perspectiva de Foucault (2009), converge para a dominação e o controle social, tanto que, para o teórico, os sistemas educacionais assumem perspectiva análoga às organizações militares, as instituições prisionais e os hospitais psiquiátricos que se fundamentam na normalização do corpo a partir de um código disciplinar e de um sistema de vigilância específicos à natureza destes estabelecimentos. O “corpo com deficiência”, até então assumido como signo de ameaça ao outro e às coletividades, resigna-se a um sistema de valores institucionais. Ou seja, conforme Foucault (2009, p. 126-127): “a disciplina tem o poder de converter multidões confusas ou perigosas em multiplicidades organizadas”.

Devido ao aprofundamento da compreensão das causas e dos tipos de deficiência (ou incapacidades), as práticas de reabilitação (compreendida por nós como a maneira de reparar o corpo enfermo) passaram a ser cada vez mais especializadas e pautadas pelo modelo médico (ROCHA, 2006). Nessa perspectiva, Nallin (1985) e Rocha (2006) concebem a reabilitação como um conjunto de práticas e técnicas normativas de saúde e educação promovidas por exclusividade por um corpo técnico terapêutico à luz da razão científica e da consciência moral de assistência aos desvalidos. Nesta abordagem o corpo com deficiência é personificado como o desvio anatômico das estruturas corporais e, dada sua constituição, são passíveis de intervenções técnicas, corretivas e terapêuticas (NALLIN, 1985, p. 26).

Nessa tendência, se aceita que a integração e a promoção da justiça social seriam alcançadas apenas na possibilidade da normalização do corpo com deficiência. Couberam às antigas instituições de segregação do corpo anormal, como os hospitais e as instituições asilares, o “nobre trabalho” de prover a normalização das estruturas corporais. Acerca deste aspecto, Rocha (2006) evidencia a paradoxal concepção de “integração” social a partir da intervenção no corpo com deficiência:

A finalidade das atividades para o deficiente era desenvolver padrões comportamentais e de conduta adequados à sociedade, para sua futura integração social. No entanto, o fato de muitas vezes serem desenvolvidas em espaços segregados do restante da comunidade servia mais para organizar e aquietar essas pessoas e à sociedade [como no caso de soldados vindos da guerra], isolando-as das “normais” e restringindo o contágio, do que exatamente para sua reabilitação ou habilitação tendo em vista o retorno ao convívio social (2006, p. 30).

Lobo (2011, p. 411) destaca as práticas da recém-inaugurada medicina brasileira do século XIX como um dos braços do biopoder respondendo ao projeto da construção de sujeitos segundo a norma burguesa para a conduta de uma sociedade, controlada por dispositivos de segurança, visto que, como menciona Rodrigues (1975, p. 15-16): “o insólito, o anormal, tudo o que está à margem das normas converte-se imediatamente em fonte de perigo”. Moulin (2008) acrescenta, compreendendo a medicalização como processo que promulga regras de comportamentos, censura prazeres, aprisiona o cotidiano, sendo que a “intervenção dos poderes em matéria de saúde pública comprova aquilo que Michel Foucault denominava de governabilidade da vida, estimula também o cuidado consigo mesmo” (MOULIN, 2008, p. 21).

A construção do corpo com deficiência como signo da enfermidade, as medidas e profilaxia social [exclusão institucionalizada] e a intervenção do corpo à revelia da subjetividade do sujeito confluem para uma percepção imagética negativa que, segundo Rocha (2006, p. 28), posiciona este grupo entre a noção de piedade e de periculosidade, sendo que tais constructos imagéticos ainda se mostram presentes na sociedade contemporânea.

Todavia, observam-se, principalmente na segunda metade do século XX, insurgências provindas da sociedade civil que culminaram na ocupação de espaços políticos e de representação civil por pessoas com deficiência. A ocupação dos espaços sociais também ocorreu por advento de novos campos de estudos, instituindo novas possibilidades de significar o corpo com deficiência de forma crítica ao estabelecido pelo poder da clínica. Fundamenta-se uma singular rede de significados e sentidos na direção de se investigar as intersecções das relações sociais e de poder como instrumento metodológico e político para se conceber e compreender o corpo com deficiência.

2.3.3 O corpo com deficiência: uma relação interseccional de existência

As Grandes Guerras Mundiais, além das perdas materiais e humanas, suscitaram novas demandas sociais que proporcionaram outras à sociedade global diferentes

possibilidades de se relacionar. A criação da Organização das Nações Unidas em 1945, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a ampliação dos direitos sociais e a criação de um sistema de garantia de direitos são exemplos deste fenômeno²⁵.

A ampliação dos direitos sociais também chegou aos países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, contribuindo assim para a promoção de extratos da população até então marginalizados social e historicamente. Formou-se um considerável arcabouço legal (BRASIL, 2015, 2009, 2007, 2000b, 1989) além do surgimento de instituições com finalidade de promover e zelar pelos direitos historicamente conquistados, como: movimentos sociais observatórios, conselhos de direitos e políticas públicas, instituições de assessoramento, organizações não governamentais entre outras.

Segundo Amaral (1994), Rocha (2006), Diniz (2007) e Gaudenzi e Ortega (2016), no Brasil e no mundo a luta pelos direitos dos corpos com deficiência ocorreu no contexto dos diferentes grupos socialmente excluídos, como os pobres, as mulheres, os negros, os homossexuais.

Neste período, segundo Rocha (2006) e Crespo (2012), observou-se um aumento exponencial das organizações de caráter popular composto por pessoas com deficiência no Brasil a partir da criação dos primeiros conselhos populares de representantes das pessoas com deficiência na cidade e no estado de São Paulo entre os anos de 1984 e 1985 (ROCHA, 2006, p. 15). Em entrevista a Crespo (2012, p. 216), Ana Rita de Paula, teórica e participante dos movimentos de emancipação das décadas de 1980, comenta que: “o movimento [político das pessoas deficientes] desautorizou todos os que, historicamente, sempre falaram sobre e no lugar das pessoas deficientes”.

As expressões do cenário político por parte dos corpos com deficiência evidentemente foram alicerçadas pelo advento de novas expressões epistêmicas acerca de corpo com deficiência.

Nas palavras de Mello e Mozzi (2018, p. 19), a deficiência como categoria de análise indispensável às ciências humanas e sociais possibilitou a reflexão em torno das verdades, discursos e práticas sociais sobre a deficiência (ou os corpos com deficiência), bem como alocam a autoridade do “lugar de fala” dos sujeitos com deficiência. A produção de significados e sentidos sobre o corpo a partir da antropologia, sociologia, filosofia e psicanálise possibilitou seu entendimento como elemento socialmente construído, sendo

²⁵ Bobbio (1992) caracteriza o século XX, na realidade inglesa, como a era dos direitos sociais.

modelado por convenções sociais que reproduzirão os conflitos de ordem simbólica, cultural e política (FERREIRA, 2008).

Os sentidos de corpo com deficiência, em ciências humanas, possibilitou a resignificação da existência do corpo com deficiência: do paradigma da tragédia pessoal para o entendimento desse elemento como produto da conjuntura histórica e social. Isso permitiu a observância dos dispositivos de poder sobre os corpos deficientes/anormais, como proporcionar a emergência dos debates em torno dos direitos humanos e das políticas públicas e sociais para as diversidades corporais. Na concepção de Gaudenzi e Ortega (2018), a deficiência é um campo crescente e heterogêneo de ativismo político e investigação política tanto no Brasil como no mundo, no sentido de elencar e garantir direitos específicos para os corpos com deficiência. Essas considerações respaldam a concepção do modelo social de deficiência.

De acordo com Diniz (2007), Diniz, Barbosa e Santos (2009), Gaudenzi e Ortega (2018) e Mello e Mozzi (2018), os significados de deficiência como experiência social tiveram a ancoragem na perspectiva marxista do materialismo histórico no tocante a abordagem das mazelas sociais (a primeira geração dos estudos) e, posteriormente, nos estudos feministas, antirracistas e culturalistas (segunda geração). Essas concepções dos “estudos da deficiência” reverberaram tanto na produção de conhecimento acadêmico como no ordenamento jurídico nacional e internacional e mesmo de caráter supranacional (BRASIL, 2015, 2009, 2007, 2000b, 1985).

A compreensão de “deficiência” para a primeira geração dos teóricos do modelo social, como a UPIAS (Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação), na década de 1970 e teóricos como Paul Abberley e Mike Oliver buscaram redefinir este aspecto no sentido do plano da exclusão social em virtude a desvantagem e a restrição da atividade provocada pela organização social contemporânea que pouco ou nada considera aqueles que possuem lesões físicas (DINIZ, 2007, p. 14-5).

A construção conceitual da deficiência para esses teóricos encontrou subsídios teóricos nas contradições dos valores do sistema capitalista, os quais possibilitaram visualizar os dispositivos de opressão direcionado aos corpos com deficiência na condição de exército de reserva laboral ou como consumidores dos cuidados da assistência social e de instituições vinculadas à reabilitação profissional ²⁶.

²⁶ Em estudo, Garcia e Maia (2014) observaram a seletividade dos corpos produtivos para assumir postos no mercado de trabalho. Na pesquisa dos autores constatou-se que, de maneira geral, quanto mais incapacitadas

Nesta emergente concepção a deficiência assume um *status* conceitual mais complexo, em que se reconhece a experiência da deficiência como objeto de denúncia da estrutura social opressora (DINIZ, 2007, p. 9). O que existe são realidades e contextos pouco sensíveis à compreensão da diversidade corporal assumida nos diferentes âmbitos do viver (DINIZ, 2007, p. 8). As desvantagens e a falta de independência e autonomia resultam muito mais das barreiras sociais do que propriamente da lesão, ou seja, ocorre a ruptura epistêmica entre as concepções de lesão e deficiência: a primeira reservada aos cuidados das ciências médicas e da reabilitação e a segunda situada no plano da experiência social (DINIZ, 2007; DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009; NALLIN, 1985; ROCHA, 2006, 2020).

As constituições teóricas da primeira geração e a perspectiva das contradições advindas da intersecção entre as expressões das barreiras sociais com um corpo com lesão como geradoras da exclusão social dos corpos com deficiência influenciaram importantes documentos institucionais, dos quais destacamos a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), concebida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2001, e a própria Convenção Internacional dos Direitos das pessoas com deficiência (2006/2007).

O reconhecimento dos contextos sociais como fator que agrega sentidos e significados à experiência da deficiência, conforme mencionado, influenciou o pensamento de instituições supranacionais de saúde, a OMS na reelaboração de sua família de Classificações Internacionais dos Estados de Saúde, como a CID-10 – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde; a CIDID – Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Doenças, de 1980, e a sucessora direta desta última, a CIF – Classificação Internacional de Funcionalidades, de 2001. Essas classificações internacionais cumprem a função de avaliar os estados de saúde/doença – CID, assim como aspectos relativos à funcionalidade e a incapacidades – CIDID [década de 1980] e CIF.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2004) a CIF pertence à “família” das classificações internacionais para aplicação em vários aspectos da saúde, proporcionando um sistema para a codificação de uma ampla gama de informações sobre saúde (por exemplo: diagnóstico, funcionalidade e incapacidade, motivos de contato com os serviços de saúde etc.) a partir de uma linguagem comum e padronizada, que permite a comunicação sobre saúde e cuidados de saúde em todo o mundo, entre várias disciplinas e ciências (OMS, 2004, p. 7).

O processo de concepção da CIF se beneficiou, desde o seu início, das contribuições de pessoas com incapacidades e de organizações ligadas a pessoas com

quanto a sua constituição corporal, maiores serão as dificuldades de esses corpos se integrarem à dinâmica socioeconômica e o mercado ocupacional.

deficiência, como a Organização Internacional de Pessoas Incapacitadas, que participou no processo de revisão (OMS, 2004, p. 215). Esse último fato integra a CIF na tônica das bandeiras reivindicatórias das pessoas com deficiência acerca do processo de participação nas políticas, dispositivos legais e práticas institucionais que lhes dizem respeito. Tal aspecto corrobora para a compreensão de deficiência como mais que um movimento técnico/normativo, mas também fato de forte intersecção política.

A CIF considera os aspectos contextuais para a compreensão dos impactos que os impedimentos (físico, sensorial, intelectual e mental) e suas possíveis consequências na vida do sujeito. Este instrumento, na concepção de Rocha (2006, p. 24-25) e Di Nubilla (2007), migrou de um contexto de uma classificação de doenças para uma classificação de componentes da saúde, ou seja, a CIF propõe a integração entre os constructos “função”, as “estruturas do corpo” e “atividades e participação” com os fatores contextuais, ambientais e pessoais. Para Di Nubilla (2007, p. 55), a redação final da CIF adota uma abordagem que fortalece o modelo social de deficiência em comparação ao modelo médico anteriormente adotado. Já Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 70) consideram que ela representou um marco para a legitimação do modelo social no campo da ação política e dos direitos humanos, sendo documento normativo para a aquisição de benefícios sociais, dentre eles o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Não cabe ao presente instrumento classificatório a função denotadora de categorizar quem é “pessoa com deficiente”, pois a sistemática envolvida nos processos de avaliação balizados pela CIF são mais pontuais e reconhecem aspectos e graus de deficiência ou incapacidade ao longo de toda a população (DI NUBILLA E BUCHALLA, 2008, p. 331). Assim, a velhice apresenta-se como conceito aproximado à experiência da deficiência, sendo tal consideração levantada pelos primeiros teóricos do movimento social (DINIZ, 2007; DINIZ, BARBOSA, SANTOS 2009). Esta conclusão é oportunizada devido aos impedimentos de ordem corporal apresentarem-se como elementos inerentes do processo de envelhecimento, assim como a consequente inter-relação desse corpo com as diversas barreiras advindas da sociedade. Di Nubilla e Buchalla (2008, p. 330) aprofundam esta construção, mencionando que a doença, a deficiência e a incapacidade sugerem uma condição humana compartilhada, ou seja, passível de manifestação em qualquer sujeito.

As influências do modelo social de deficiência constituíram também a tônica das reflexões e orientações provenientes da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ocorrida em Nova York, no ano de 2006. Em seus 50 artigos

salvaguardaram-se diretrizes para o campo dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. O evento e a redação da CIDPcD contaram com a participação de diversos setores de representação da pessoa com deficiência como: segmentos da sociedade civil, de instituições privadas e públicas de representação dessa população, todos provenientes das nações signatárias da ONU.

De acordo com o postulado na CIDPcD e nos demais dispositivos legais que versam sobre a temática, pessoa com deficiência é conceituada como:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em iguais condições com as demais pessoas (BRASIL, 2007, 2009).

Convém, de maneira sucinta, delimitar algumas características dignas de destaque, com a intenção de conduzir a uma compreensão de corpo com deficiência elencado no referido dispositivo legal. Os impedimentos de longo prazo, de acordo com a Lei nº 12.435/2011 são “[...] aqueles que incapacitam a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos” (BRASIL, 2011). Para fins de benefício, este mesmo dispositivo em seu parágrafo 6º nos informa que: “A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) . O Estatuto da Pessoa com Deficiência dentro do que referenda a CIF compreende a avaliação de deficiência a partir de uma perspectiva biopsicossocial e de responsabilidade de equipe multiprofissional, todavia compreendem os impedimentos como elemento relacionado a estruturas e funções do corpo (BRASIL, 2015).

Se para as legislações a concepção de impedimento atrela-se ao entendimento de corpo com lesão, que desvelam uma histórica rede de sentidos e significados expressamente negativos, para Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 69) os impedimentos correspondem a atributos sociais neutros, na direção em que não era a natureza que oprime, mas a cultura da normalidade que descrevia os corpos como indesejáveis. Nesta compreensão os autores citados (2009) buscam deslocar deficiência como sinônimo de impedimento, reconhecendo a participação como fenômeno determinante para a identificação das desigualdades pela deficiência. Mais uma vez o paradigma cartesiano, inserido na essência do modelo social, entre natureza e cultura, se justifica, no propósito de superação de aspectos estigmatizantes atrelados ao corpo com lesão

A partir do exposto a compreensão de corpo nos dispositivos legais e normativos citados (CIF, CIDPcD) e mesmo no entendimento dos teóricos da primeira geração do modelo social dialogam com o tecnicismo médico – nos princípios de saberes e instrumentos que categorizam o corpo a partir de sua função e performance. Assim, por mais que se alicerce a experiência da deficiência como categoria histórica e social, na intersecção dos poderes sobre os corpos tidos como anormais, na égide da elegibilidade de direitos (BPC, INSS), o corpo com deficiência é avaliado dentro de sua expressão funcional, cartesiana e capacitista.

A própria OMS (2004, p. 52) reconhece a CIF como produto da integração entre os modelos médico e social de deficiência. Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 66) assinalam que esse atual conceito de deficiência defendido pelo ONU na CIDPcD representa a expressão do modelo médico em uma matriz de direitos humanos. Acerca da manutenção da condição expressivamente cartesiana de corpo com deficiência dentro do modelo social, Hughes e Paterson (1997) mencionam que:

De fato, há uma convergência poderosa entre a biomedicina e o modelo social da deficiência com relação ao corpo. Ambos o tratam como um objeto físico pré-social, inerte, discreto, palpável e separado de si mesmo. A separação de impedimentos e deficiência, que agora é uma convenção semântica para o modelo social, segue a metanarrativa ocidental tradicional, cartesiana, da constituição humana. A definição de deficiência proposta pelo modelo social da deficiência recapitula o modelo biomédico de "máquina defeituosa" do corpo (p. 329, tradução nossa)²⁷

A manutenção desta percepção de corpo com deficiência dentro da lógica médica cartesiana representa os mecanismos sutis de controle relacionados à rede de sentidos e significados acerca de deficiência, que ainda possuem reminiscências entre os atores políticos que ocupam as arenas políticas institucionalizadas. Segundo Di Nubilla (2007, p. 61), nos momentos finais da redação da CIDPcD chegou a ser veiculado em comunicado diário que seria melhor não ter nenhuma definição a ter uma definição muito ruim, pois muitos países não admitiam que a interação com fatores externos fizesse parte do conceito de deficiência.

As barreiras, outra categoria importante de análise da experiência da deficiência, é importante elemento incorporado no conceito de deficiência, sendo este elemento muito

²⁷ Indeed, there is a powerful convergence between biomedicine and the social model of disability with respect to the body. Both treat it as a pre-social, inert, physical object, as discrete, palpable and separate from the self. The denitional separation of impairment and disability which is now a semantic convention for the social model follows the traditional, cartesian, western meta-narrative of human constitution. The definition of impairment proposed by the social model of disability recapitulates the biomedical 'faulty machine' model of the body (HUGHES; PATERSON, 1997, p. 329)

presente na argumentação acerca das causas das desvantagens experienciadas pelos corpos com deficiência.

De acordo com a Lei nº 10.098/00 (BRASIL, 2000b) e a Lei nº 13.146/15 (BRASIL, 2015), as barreiras correspondem a “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]”. Classificam-se em barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na comunicação e na informação, atitudinais e tecnológicas (BRASIL, 2000b; 2015).

A supressão das barreiras como circunstância *sine qua non* para o exercício da liberdade e da autonomia dos corpos com deficiência correspondia, segundo Diniz (2007, p. 63) uma das orientações do modelo social visto que “permitiria que os deficientes demonstrassem sua capacidade produtiva”. Conforme Gaudenzi e Ortega (2018, p. 3066), nas sociedades capitalistas ocidentais os valores liberais expressam-se na compreensão de sujeito independente e submetido apenas a si mesmo e ao comando da razão. Na leitura de Gesser, Block e Mello (2021, p. 18) essa concepção configura o capacitismo estrutural que tem relação com o aperfeiçoamento do sistema capitalista:

[...] ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência, como ontológica e materialmente deficientes (2020 p,18).

A ética liberal, o modo de viver capitalista e o corpo com deficiência como expressão desse universo corroboram para a valorização e a naturalização de aspectos como os padrões corporais de beleza, a eficiência e o poder competitivo em detrimento da noção de interdependência das relações e trocas e de apoio, as diferentes fases da vida com suas possibilidades e necessidades, os diferentes corpos, o impacto na vida cotidiana, relacional e econômica das famílias, ou seja, as diferentes formas de viver do ser humano (ROCHA, 2019b, p. 55).

Nessa concepção capacitista e de forte moral liberal no que concerne autonomia e independência se fundamentou a crítica da segunda geração do modelo social de deficiência, baseada nos estudos feministas, antirracistas e interseccionais.

Desse modo, a compreensão de corpo com deficiência confluiu para a intersecção entre um corpo com lesão para além da experiência da opressão, mas sim para o entendimento acerca das assimetrias existentes neste elemento quando comparado a categorias como: gênero, território, raça, classe, sexualidade, entre outros aspectos (DINIZ, 2007; DINIZ, BARBOSA; SANTOS, 2009; MARAFON; PILUSO, 2020; GESSER, BLOCK, MELLO, 2021).²⁸

Nessa direção, Rocha (2020, p. 56) afirma que as mulheres com deficiência apresentam maiores dificuldades no acesso à educação e ao trabalho ou as pessoas com deficiência intelectual e/ ou em sofrimento psíquico enfrentam maiores desvantagens em seu convívio social. O mesmo ocorre com as pessoas com deficiência mais pobres, tendo maiores possibilidades de vivenciarem a condição de segregação e exclusão social. A própria CIDPcD (BRASIL, 2007) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Brasil (BRASIL, 2015) reconhecem a salvaguarda de direitos e necessidades de assistência a estratos específicos da população como as mulheres, os idosos e as crianças (BRASIL, 2007, 2009).

As teorias feministas datadas da década de 1990 foram as primeiras a apontar a relação entre a crítica ao sistema capitalista e outros temas emergentes que versam sobre a vida do sujeito com deficiência, como as necessidades do corpo com lesão, a perspectiva da interdependência e a discussão sobre o cuidado (DINIZ, 2007, p. 62; MARAFON; PILUSO, 2020).

Como mencionado, a primeira geração do modelo social compreendeu a experiência da deficiência dentro de uma perspectiva cartesiana de existência, em que a lesão não é elemento constituinte da singularidade dos sujeitos, sendo deficiência uma experiência social proporcionada pelas contradições do sistema político e econômico hegemônico. Entretanto, os limites do corpo como prerrogativa expressamente social – para a crítica feminista – não era argumento capaz de representar as demandas por justiça de diferentes grupos de corpos com deficiência (DINIZ, 2007, p. 63). Conforme Gaudenzi e Ortega (2018, p. 3064), conferir às estruturas sociais uma importância maior para incorporar a dimensão corporal (orgânica) fez com que os teóricos ignorassem a dimensão da lesão e da necessidade de cuidados especiais das pessoas com deficiência. Rocha (2020, p. 55) diz que é imperativo o

²⁸A interseccionalidade constitui-se, segundo Akotirene (2019) e Gesser, Block e Mello (2020) como teoria, metodologia e instrumento prático encabeçado pelas intelectuais negras na direção de se contrapor ao denominado “feminismo branco”, que não passou pela experiência da colonização e que não situava o fato da transversalidade das questões de gênero com os recortes de raça, sexualidade, classe social no sentido da produção de diferentes expressões da opressão. De acordo com Crenshaw (s/d) a visão tradicional no campo de produção de conhecimento, da militância e das políticas públicas segregam os olhares para questões que, em verdade, se mostram sobrepostas

reconhecimento que a experiência, por exemplo, de uma pessoa cega é distinta de uma com surdez, assim como, aquelas com deficiência intelectual ou física, pois aspectos específicos desses diferentes corpos agregam singularidades às experiências de vida dessas pessoas, de famílias e relacionamentos.

Essa perspectiva teórica, ética e política de se compreender a singularidade e a expressão da diversidade dos corpos com deficiência credita-se, segundo DINIZ (2007, p. 61), às cuidadoras de pessoas com deficiência, fato que além de projetar atores políticos sem deficiência no debate, também denunciam o viés interseccional de gênero no liberalismo político em torno da temática em questão. Não é difícil compreender as interconexões entre cuidadores, familiares e pessoas com deficiência, pois conforme evidenciam Sá e Rabinovich (2006), não apenas o corpo com deficiência sofre estigma e preconceito, mas a sua família também sofre o processo de estigmatização advindo da organização social.

O princípio da interdependência, outra nova legitimidade proposta na releitura do modelo social de deficiência, busca evidenciar outras possibilidades de relações entre os corpos, que não sejam permeadas pelas intensas assimetrias de poder ou estejam dentro do projeto liberal e capacitista de igualdade. Assim subentende-se que todos, de alguma forma, apresentam em maior ou menor grau vínculos de dependência. Entretanto, para alguns, os vínculos de interdependência a partir da expressão do cuidado pressupõem a sobrevivência, como no caso do corpo com lesão (DINIZ, 2007; MARAFON; PILUSO, 2020). Para Diniz (2007, p. 70), o principal desafio dessa corrente é demonstrar a possibilidade de um projeto de justiça que considere o cuidado em estruturas sociais de intensas assimetrias de poder.

O cuidado, como destaca Mollinier (2014, p. 32), é indissociável de uma utopia política que coloca a divisão do trabalho no centro. Divisão essa que muitas vezes expressa a opressão sofrida pelos corpos com deficiência, diante das precarizadas condições de trabalho, principalmente considerando um específico recorte social, de renda e de gênero. Marafon e Piluso (2020) e Diniz (2007) destacam que o cuidado e a interdependência ainda são considerados valores marginalizados por serem categorizados como elementos concernentes ao universo feminino e reservados à esfera do privado e da vida doméstica.

Evidentemente a garantia a assistência, bens, serviços, tecnologias, ao acesso ao território e à participação social, conforme preconizam os diversos dispositivos legais à sombra da CIDPCD, são considerações que dialogam, em sentido lato, com a expressão do cuidar. Entretanto, tais regulamentações de ordem moral não são suficientes diante das contradições de ordem ética, política, discursiva e social expressas em realidades de densas e

históricas assimetrias de poder vivenciadas pelos corpos com deficiência.

Assim, consideramos que as concepções provenientes da CIDPcD, da CIF e mais dispositivos legais e normativos que legislam acerca do conceito de deficiência ou corpo com deficiência alinham-se a concepções teóricas advindas da primeira geração do movimento social das pessoas com deficiência, tendo em vista seu alinhamento à perspectiva cartesiana de corpo, no princípio da separação entre lesão/impedimentos e a experiência da deficiência. Soma-se a isso a promoção de um ideário político liberal de produtividade corporal a partir da dicotomia independência/dependência no sentido da superação de barreiras como prerrogativa necessária para a participação social e a não composição da “experiência social da deficiência” como elemento de ordem intersetorial e interdependente com os outros corpos/atores políticos, visto que o corpo com deficiência e sua relação com o mundo se dá a partir das barreiras e não por advento das conexões que este estabelece com seus pares com e sem deficiência.

A composição da singularidade e da expressão social dos corpos com deficiência circunscreve-se na centralidade da experiência da opressão do corpo, este inerte e sem reconhecimento enquanto agente ativo e de potência política. Essas considerações, evidentemente, são paradoxais diante das lutas de diversos corpos com deficiência em torno do reconhecimento da sua existência enquanto legítima expressão social da diversidade dos corpos. Ademais, as legislações, enquanto instrumento moral, normativo e que evocam os ideários da igualdade, independência, autonomia e corpo/indivíduo, dentro de um projeto político liberal de promoção social, não se mostram suficientes para dimensionar as necessidades, a singularidade e a experiência social dos corpos com deficiência.

Os impeditivos da lógica do modelo social de deficiência na perspectiva feminista na redação das normativas legais revelam, conforme anteriormente descrito, as assimetrias de poder, alicerçadas dentro de recortes interseccionais de gênero, das condições de trabalho/mercado, renda e imaginários e narrativas estigmatizantes historicamente produzidos sobre os corpos femininos e sobre o corpo com deficiência que se manifestam tanto nas arenas políticas institucionalizadas como no corpo social.

As questões levantadas nos interstícios das terminologias, conceitos, ideias imaginativas ou dispositivos legais de caráter normativo encontram como alicerce epistêmico as compreensões acerca de corpo e poder, dentro da lógica do pensamento ocidental do século XVIII, o que nos possibilita concluir que a compreensão de corpo com deficiência se expressa a partir de projetos políticos de poder. Esta viagem surge do aprofundamento nos mares da

episteme do pensamento ocidental. Para tais fins nossas bússolas apontam para as contribuições teóricas e conceituais de Michel Foucault e J. J. Courtine. Pensar com esses teóricos é pertinente no sentido de localizar e compreender elementos de ordem discursiva e imagética, as quais não alicerçaram apenas o imaginário social, mas todo um arcabouço institucional, legal e científico acerca de corpo com deficiência.

FOUCAULT E COURTINE: O CORPO COMO ELEMENTO EPISTÊMICO E POLÍTICO

3.1 Corpo(s), saberes e poder: considerações de e sobre Foucault

Michel Foucault (1926-1984) filósofo francês e professor catedrático da cadeira de “História dos Sistemas do Pensamento”, se caracteriza pela complexidade epistêmica e pela densidade de suas obras. Compreender em essência a obra deste teórico é trabalho hercúleo e não é o objetivo desta pesquisa. Entretanto, não devemos nos abster da ciência de alguns aspectos do pensamento foucaultiano que configuram o nosso substrato analítico. Deste modo, reconhecer as contribuições de Foucault para nossas análises não necessariamente o caracteriza como uma produção, em essência, foucaultiana.

Estar com uma corrente teórica, reconhecer suas potências e limitações e não se colocar numa posição de assimetria no campo de produção de conhecimento, reafirmamos, é exercício epistêmico e político que autores como Courtine (2013) explicitaram de maneira singular. Courtine se mostra simpático às perspectivas analíticas de Foucault e sua genealogia dos poderes para a análise dos discursos: “há um fato de que o pensamento de Foucault me marcou muito, pois há em seus textos uma grande liberdade e elementos que atravessam as disciplinas” (NUGARA, 2008, p. 10). Deste modo, Foucault representa tanto a perspectiva epistêmica como a política, todavia engana-se quem pensa que as leituras de J. J. Courtine restringem-se ao arcabouço conceitual de Foucault. Na obra “Decifrar o corpo: pensar com Foucault”, já nas linhas introdutórias ele evidencia a seguinte prerrogativa:

Pensar com Foucault é primeiramente reencontrar em seu ensinamento uma incitação que jamais me parece ter sido nele desmentida: aquela liberdade de pensar, que deve se aplicar àquilo que pode ser feito hoje com a massa considerável de escritos que ele nos legou. [...] Parece-me que não se pode ler Foucault sem fazer em seus confrontos aquilo que ele fez com uma constância impressionante: apostas intelectuais (COURTINE, 2013, p. 7).

Nos colocamos na mesma posição defendida por Courtine (2013), investindo em apostas intelectuais no exercício de pensar com Foucault as temáticas às quais somos sensíveis.

De acordo com Revel (2005) a obra de Foucault caracteriza-se pela amplitude de campos de investigação, sua “escrita barroca” e nas reviravoltas conceituais e terminológicas.

Assim, trata-se de um autor da ruptura, do limiar, e que se colocava em posição de resistência às construções metodológicas hegemônicas no campo do saber da sua realidade, como a escrita historiográfica.

De acordo com Burke (1992) podemos discernir a escrita da história a partir de dois grandes movimentos: a história tradicional e a corrente denominada “Nova história”. A história tradicional preconiza os seguintes aspectos: caráter essencialmente político dos acontecimentos, narrativa linear e positivista centrada nos fatos e da documentação, legitimada pelo *corpus* que caracteriza o ofício do historiador. Seu contraponto contemporâneo denominado “Nova história” (segunda metade do século XX) buscou romper com a tradição positivista, colocando em questão premissas e metodologias acerca do fazer historiográfico. Alguns de seus expoentes são os teóricos J. Le Goff, a Escola dos *Annales* e Michel Foucault (REVEL, 2005; BURKE, 1992).

Em princípio Foucault (2005) opunha-se a alguns aspectos conceituais e metodológicos reservados à história propriamente dita, trazendo à luz o conceito de história das ideias, liberta de um jogo de noções, como a noção de tradição – “É preciso que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares” (FOUCAULT, 2005, p. 24) –; a percepção positivista de continuidade e evolução e a noção de “mentalidade” ou uma consciência coletiva como meio de criar uma unidade em torno de ligações simbólicas. Acerca destes elementos Foucault explicita (2005, p. 24):

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam.

Revel (2005) acrescenta outros aspectos à abordagem de Foucault relacionados à escrita histórica, como: a história na perspectiva de múltiplas durações – “o acontecimento não é um segmento de tempo, mas como ponto de intersecção de durações diferentes” (p. 60); o acontecimento não é elemento constituinte do trabalho histórico, ou seja, o “fato” consiste do resultado do tratamento de documentos e, por fim, a história não pode ser compreendida como elemento de análise do passado, mas como iluminação das transformações e dos acontecimentos²⁹.

²⁹ Para Silveira (2014) e Foucault, o documento não deve ser assumido como “verdade irrefutável da memória”. Ademais, segundo Ternes (1995), a compreensão de escrita da história em Foucault não traça linearidades e não

Uma das críticas basilares à escrita da história na abordagem de Foucault consiste na manutenção de um *status quo* em vez de direcionar o seu olhar para os pontos de inflexão, as rupturas e as novas legitimidades emergentes e o tratamento do analista perante as fontes históricas. Acerca desta crítica, o autor (2005) é enfático ao mencionar que:

[...] em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia e da literatura parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações de continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos (FOUCAULT, 2005, p. 6).

Conforme Foucault (2005, p. 23), o emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de transformação coloca em qualquer análise histórica não somente questões procedimentais, mas também problemas de raiz teórica.

Não é fácil estabelecer o estatuto das descontinuidades para a história em geral. Menos ainda, sem dúvida, para a história do pensamento. Pretende-se traçar uma divisória? Todo limite não é mais talvez que um corte arbitrário num conjunto indefinidamente móvel. Pretende-se demarcar um período? Tem-se, porém o direito de estabelecer dois pontos do tempo, rupturas simétricas, para fazer aparecer entre elas um sistema contínuo e contraditório? [...] Que quer dizer, de um modo geral não mais poder pensar um pensamento? E inaugurar um pensamento novo (FOUCAULT, 2000, p. 67-68).

Não é por acaso que Foucault, segundo Revel (2005), sintasse-se mais familiarizado em adotar a terminologia “genealogia” para “reencontrar as descontinuidades dos acontecimentos, a singularidade e os acasos, e de formular um tipo de enfoque que não pretende reduzir a diversidade histórica [...]” (p. 58). A abordagem genealógica, segundo Revel (2005), trata-se de:

[...] uma pesquisa histórica que se opõe ao “desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teologias, que se opõe à unicidade da narrativa histórica e à busca da origem, e que procura ao contrário, a “singularidade dos acontecimentos fora de qualquer finalidade monótona” [...] O enfoque genealógico não é, no entanto, um simples empirismo, “nem tampouco um positivismo, no sentido habitual do termo”. Trata-se de fato de ativar saberes locais, descontínuos. (p. 52)

Para Foucault (1979, p. 172), a compreensão de genealogia seria, portanto, um empreendimento para libertar da sujeição dos saberes históricos, no intuito de se opor aos

se contenta com as grandes casualidades. “Não se ocupa com isso que tanto fascina o historiador, os fatos” (TERNES, 1995, p. 46).

processos de coerção relacionados a um discurso teórico, unitário, formal e científico, e no princípio da reativação de saberes locais, contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder. Enfim, história e genealogia podem ser considerados termos imbricados em vez de conceitos em oposição, sendo que o segundo propõe outra possibilidade do fazer historiográfico, em sintonia com movimento proposto pela “nova história”³⁰

As principais indagações dessa perspectiva foucaultiana de investigação histórica, consistem não em meditar acerca do fato em si, mas no que possibilitou o aparecimento de novas legitimidades, por exemplo, com relação a modos de pensar, a estratégias de poder e a insurgentes conformações epistêmicas no campo dos saberes dos discursos. De acordo com Ternes (1995, p. 47), a arqueologia do saber de Foucault propõe-se a uma tarefa muito específica: descrever epistemes.

Para Revel (2005, p. 41), Foucault designa episteme como um conjunto de relações que liga tipos de discursos e que corresponde a uma dada época histórica. Todavia episteme não corresponde simplesmente à soma dos conhecimentos e discursos que caracterizam ou remetem a uma dada temporalidade. Episteme pode ser entendido como uma grande teoria, espaço de dispersão, um campo aberto em que coabitam desvio, as distâncias, as oposições, as diferenças, as relações de múltiplos discursos científicos (REVEL, 2005, p. 41-42).

A ciência da episteme com espaço da dispersão, um campo aberto, pode ser entendida como verosímil, visto que Foucault (2005) coloca em questão que aquilo não exposto na superfície deve ser admitido no entendimento do sistema de pensamento regente:

[...] não se pode reconstituir um sistema de pensamento a partir de um conjunto definido de discursos. Mas esse conjunto é tratado de tal maneira que se tenta encontrar, além do próprio enunciado, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente que emergiu voluntariamente do que disse ou da quase **imperceptível fratura de suas palavras manifestas**, de qualquer forma, trata-se de reconstruir em outro discurso [...]. (FOUCAULT, 2005, p. 30-31, grifo nosso)

Dentro do que postula a arqueologia de Foucault (2005), reiterado por autores como Ternes (1995), se faz necessário debruçar nos interstícios da episteme, indagando-se sobre o terreno fértil que possibilitou o surgimento de novas legitimidades, nesse caso, nas instâncias dos discursos. Ou seja, de acordo com Ternes (1995, p. 47), se faz necessário “[...]”

³⁰ Nos estudos da obra de Foucault, Revel (2005, p. 60) enfatiza o seguinte aspecto: “Se a história não é memória, mas genealogia então a análise histórica não é na verdade, senão condição de possibilidade de uma ontologia crítica do presente”.

interrogar o solo a partir do qual determinadas coisas podem ser ditas, certos discursos podem aflorar e outros não”. O discurso perpassa a densa produção bibliográfica de Foucault, tornando-se arcabouço teórico de campos do conhecimento como a linguística e a análise do discurso. Acerca disso, Revel (2005, p. 37) compreende discurso, em Foucault, como um conjunto de enunciados que podem pertencer a diferentes campos, mas que obedecem a regras de funcionamentos comuns, de ordem linguística, e também reproduzem as cisões historicamente determinadas (por exemplo: a separação entre razão/loucura). Assim, os discursos inseridos em determinado tempo histórico adquirem uma função normativa e reguladora, a qual coloca em operação mecanismos da organização do real por advento da produção de saberes, práticas e estratégias.

Foucault (2005, 1996, 1979) tem como cerne de suas meditações, a compreensão do jogo das instâncias do discurso (em detrimento da ciência de sua origem ou em sua constituinte estrutural/linguística), além de investigar como se estabelecem as imbricações do poder nas produções discursivas: “Afinal somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou de morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 180).

Entretanto, nas análises de Machado (1979, p. XI), nem a arqueologia, nem a concepção de genealogia buscam constituir-se como teoria ou sistema, “o programa que elas formulam é o de realizar análises fragmentárias e transformáveis”.

A passagem do século XVIII para o XIX, de acordo com Foucault (2009), marca grandes transformações na episteme da cultura ocidental e a insurreição da constituição de um pensamento moderno. No século XVIII numa época de intensas transformações, a Europa avistou o raiar das Luzes em contraponto às trevas impostas pelo dogmatismo cristão – imagética clássica e deveras superficial do retrato da Idade Média europeia. Essas Luzes têm por natureza transmitir os ideais políticos, intelectuais e ideológicos do Iluminismo, que preconizava sentido de existência ao homem (entende-se a minoria burguesa) a partir do incipiente desenvolvimento das ciências e da razão.

Deste modo, segundo o teórico (2000, p. 74), observam-se grandes transformações na cultura da episteme ocidental, na qual o domínio do empírico assume novas configurações, que o autor denomina “racionalismo”, fato que marca o desaparecimento das velhas crenças supersticiosas ou mágicas. Enfim, instaura-se uma ordem

científica³¹. Nela a concepção da racionalidade do saber da clínica e suas condições de exercício corresponde a um segmento da dialética do Iluminismo transportado para os olhares do médico (FOUCAULT, 2004, p. 57).

No século XVIII, Foucault (1979, p. 187-188) evidencia mudanças com a invenção de uma nova mecânica de poder a partir de procedimentos específicos e aparelhos totalmente diferentes e incompatível com as expressões do poder, o que se constitui nas relações de soberania. Deste modo no século XVIII, para Foucault (1979, p. 174), o exercício do poder se dá a partir de uma concepção jurídica e liberal de poder político, conforme a produção dos filósofos deste período:

Finalmente, é ainda esta teoria da soberania, reativada a partir do direito romano, que encontramos, no século XVIII, em Rousseau e seus contemporâneos, desempenhando um quarto papel: trata-se agora de construir um modelo alternativo contra as monarquias administrativas, autoritárias ou absolutas, o de democracias parlamentares. É este mesmo papel que ela desempenha no momento da Revolução Francesa (FOUCAULT, 1979, p. 197).

A época das Luzes corresponde, na sociedade ocidental, a uma nova “economia” de poder, vigilância, recorrendo à racionalização dos sistemas de punição, deslocando o sentido do exercício do poder da vingança de um soberano para a defesa da sociedade (FOUCAULT, 2009). As expressões do poder neste período instauram-se a partir de perspectivas singulares: não se concebe tal elemento como propriedade, mas sim como estratégia, os seus efeitos e domínios não se atribuem a uma apropriação, mas a disposições, manobras, táticas, técnicas e funcionamentos desvelados em uma densa rede de relações (FOUCAULT, 2009). Assim, o poder em Foucault, para Machado (1979), atinge a realidade concreta, penetrando na vida cotidiana, deslocando o olhar analítico tanto no nível espacial quanto na escala que este se efetua – a microfísica do poder.

Podemos situar dessa forma grandes transformações no que tange às relações de poder, à produção do conhecimento e dos discursos, bem como ao surgimento de novas legitimidades em relação a produção discursiva, saberes, imaginários e poderes, que encontram como elemento de confluência o corpo. Deste modo, o corpo como objeto epistêmico perpassa toda a obra foucaultiana, como evidencia Courtine (2013).

³¹ A obra “As palavras e a coisas” (2000) compreende as mudanças na episteme ocidental na passagem do século XVI para o XVII. Todavia, podemos supor que estas transformações encontraram espaços de manifestação e consolidação no século XVIII pelas diversas expressões nas instâncias dos saberes como o olhar médico e do direito (FOUCAULT, 2001; 2004).

Por mais que este elemento seja de potência na constituição do *corpus* teórico do filósofo, não podemos tomá-lo como teoria geral ou conceito hermético. O que revela o corpo em Foucault? Em princípio podemos discernir esse aspecto como entidade material, orgânica, “corpo, com volume tridimensional de órgãos” (FOUCAULT, 2005, p. 47):

É o cadáver, portanto, o cadáver e o espelho que nos ensinaram [...] que temos um corpo, que este corpo tem uma forma, que esta forma tem um contorno, há uma espessura, um peso, em suma que o corpo ocupa um lugar (FOUCAULT, 2013, p. 15).

Ademais, a constituinte material do corpo é o espaço de elementos sensíveis, imagéticos, dos domínios do onírico, do atemporal e que não se traduzem apenas na tangibilidade dos fenômenos, ou seja, o corpo institui-se como arcabouço de gênese e manifestação das utopias, sendo a mais sobressalente na história ocidental o mito da alma, creditada como elemento de apagamento de existência orgânica de corporeidade (FOUCAULT, 2013). Todavia:

Enganara-me há pouco, ao dizer que as utopias eram voltadas contra o meu corpo e destinadas a apagá-lo: elas nascem do próprio corpo e, em seguida, talvez, retornem contra ele. [...] Então o corpo, na sua materialidade, na sua carne, seria produto de seus próprios fantasmas. (FOUCAULT, 2013, p. 11-14)

O segundo aspecto que concerne ao conceito de corpo em Foucault é o entendimento do corpo nas instâncias sociais, ou seja, evidencia-se a concepção de “corpo social” que, de acordo com Cintra e Pereira (2010), é explicitada também em autores como Marcel Mauss, Mary Douglas, e Pierre Bourdieu. Em Foucault (2009, 1979), o corpo social pode ser denotado, em essência, como unidade na expressão da coletividade, ou seja, como sinônimo de sociedade. Por mais que o entendimento do imaginário social de sociedade remeta à ideia de agrupamentos que expressam padrões comuns de interesses e de convivência ou uma uniformidade quanto a origens, tal perspectiva não se faz presente em Foucault, no sentido em que as relações entre os corpos são complexas:

Eu acho que o grande fantasma é a ideia de corpo social constituído pela universalidade das vontades. Ora, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo do indivíduo (FOUCAULT, 1979, p. 145).

Em suma, em Foucault podemos visualizar corpo como espaço relacional, de manifestação, atravessamento, confluência e dispersão de saberes, poderes, discursos e imaginários – evidenciando-o, em essência, como objeto político.

Segundo Foucault (1999), o corpo está diretamente mergulhado num campo político e as relações de poder têm efeito imediato sobre ele. Essas relações o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, o sujeitam a trabalhos, obrigam-no a cerimônias. Nessa prerrogativa:

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica, é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação, mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está sujeito a um sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado) (FOUCAULT, 1999, p.25-26).

Existe um “saber” do corpo, como aponta Foucault (1999), que não é exatamente uma ciência de seu funcionamento, mas o controle de suas forças, a capacidade de vencê-las. Esse saber e esse controle constituem o que poderíamos chamar de tecnologia política do corpo. Assim, o corpo político em Foucault (2009) constitui-se como conjunto de elementos de ordem material e técnica que servem de arma, de reforço de vias de comunicação e pontos de apoio no sentido das relações de poder e de saber, as quais investem os corpos e os submetem tornando-o objeto de saber.

Foucault (2009) esclarece que poder e saber são elementos implicados, ou seja, não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem um saber que não se supunha e não constitua relações de poder, assim como os processos e as lutas atravessam a produção do saber, constituindo sua conformação e os campos possíveis de conhecimento. Segundo Machado (1979, p. X), em Foucault não existe uma teoria geral do poder, ou seja, não é elemento que constitua uma essência ou uma natureza definida por características universais. Deste modo, poder é uma prática social e historicamente constituída.

Os poderes não se localizam em nenhum ponto da estrutura social e se estabelecem a partir de uma rede de dispositivos e mecanismos em que nada escapa, assim como não se consegue estabelecer exterior, limites ou fronteiras: “Não existe de um lado os que têm poderes e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existe sim práticas ou relações de poder” (MACHADO, 1979, p. XVI).

Assim, poder, imbricado com saberes, não pode ser assumido com propriedade, mas elemento de exercício, sendo seus efeitos de dominação atribuídos a disposições, táticas, técnicas e funcionamentos dentro de relações densas, instituído dentro de um processo de lutas (FOUCAULT, 2009). “O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão (FOUCAULT, 1979, p. 184).

Revel (2005) descreve os dispositivos de poder como os operadores materiais, no que correspondem a técnicas, estratégias e formas de assujeitamento do poder, bem como instituições e práticas, isto é, “um todo social não discursivo”. Courtine (2013) corrobora com essa perspectiva, descrevendo dispositivos de poder como um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de ideias, de atos e práticas de palavras e de textos ditos e não ditos. Para Foucault (1979), o poder deve ser situado a partir de técnicas e táticas de dominação.

Ainda segundo Foucault (1979), a ação do poder sobre o corpo se manifesta a partir de um conjunto de estratégias, como o adestramento dos gestos, a regulação dos comportamentos, a normalização do prazer e do controle da sexualidade, a interpretação dos discursos, o intuito de comparar, distribuir, avaliar e hierarquizar – o homem como produção do saber, assim como objeto do saber.

Em síntese, no devido recorte histórico, entre os séculos XVIII e XIX, podemos compreender grandes transformações no que tange a relações de poder, produção do conhecimento e dos discursos, insurreição de novas legitimidades na relação do homem com os seus pares e, principalmente, com sua corporeidade. Esse recorte marca novas legitimidades com relação às concepções de corporeidade nas relações de poder e saber. Em específico, de acordo com Foucault (1979, p. 167), esse período marca a gênese de um saber sobre a anomalia e acerca das técnicas que o acompanham.

Observa-se, também nesse momento histórico, o surgimento de formas de controle e domínio do corpo e o estabelecimento da anormalidade a partir de um discurso médico, tecnicista e jurídico (FOUCAULT, 2001, 2004, 2009); na ascensão das instituições a partir de um discurso hegemônico (FOUCAULT, 1978, 2001, 2009) e a profilaxia e os cuidados em saúde como intervenção de domínio (FOUCAULT, 1984, 2008).

Entre a luz e as trevas dos fatos, podemos alegoricamente inferir que Foucault preferia investigar a penumbra, as zonas de fronteira e o interstício dos fenômenos. História/genealogia, episteme, discurso, corpo como insígnia política e poder-saber são algumas categorias conceituais que matizam a densa produção intelectual desse

contemporâneo filósofo e que nos são sensíveis ao compreender as relações que os corpos desempenham entre si e o seu meio.

Em suas reflexões sobre o corpo como objeto de intervenção do poder Foucault (1979, p. 148) realiza a seguinte indagação: “Resta estudar de que corpo necessita o sistema atual”. Assim, é necessário investigar que categorias o corpo (ou corpos) assume nas expressões dos dispositivos de poder e saberes que alicerçam toda intervenção sobre ele.

3.1.1 Do corpo condenado ao corpo disciplinado: as tecnologias de vigiar, punir e compreender os corpos e suas instâncias políticas

Os suplícios e os sofrimentos da carne marcaram diversos episódios da liturgia judaico-cristã e da historiografia da sociedade ocidental. A Via Sacra de Cristo, conforme relato das escrituras, narra os suplícios da carne, um episódio, singular para a construção do pensamento ético-moral e religioso da doutrina Cristã. Na historiografia mundial temos como exemplo das condenações sumárias em praça pública, os tribunais do Santos Ofício e, na história nacional, na imagem tão presente nos livros escolares do corpo esquartejado de Tiradentes, que se tornou símbolo do republicanismo, ou mesmo a cabeça de Lampião e seu bando, expostas em praça pública, como láurea e alerta àqueles que pensam em subverter o poder constituído.

Reconhecer esses episódios como barbárie deliberada, em referência a sua estética grotesca, ou como a aplicação da cólera um poder soberano sobre os corpos condenados reduz o olhar para um complexo fenômeno relacionado às metamorfoses e expressões políticas dos sistemas punitivos e de vigilância na sociedade ocidental. Estes fenômenos, para Foucault (2009, 1979), são atravessados por tecnologias, racionalidades e perspectivas políticas acerca dos corpos. Ou seja, concebe-se aparatos, instituições, produções discursivas e campos de saber, sistemas de vigilância para a opressão sobre os corpos. Além de uma “engenharia dos martírios”, encarnada nos instrumentos de tortura, instaurou dispositivos sutis capazes de macular o corpo e proporcionar uma espetacularização da dor.

Conforme Foucault (2009), devemos conceber o suplício, tal como é ritualizado como tecnologia política. Os ritos punitivos expressavam uma mecânica de poder, na qual toda intervenção e violência ao corpo suplicado deve ser concebida enquanto técnica de poder. Assim, como técnica de poder, as cerimônias de suplício não são a exacerbação de uma raiva sem lei, mas a manifestação do poder que pune. Faz-se do corpo do condenado, como

corpo do rei, o local de aplicação da soberania, intersecção na qual se reafirma as assimetrias de poder (FOUCAULT, 2009, 1979).

O aparato judiciário repressivo não buscava sanar a infração, o crime, mas controlar o indivíduo, neutralizar sua periculosidade, modificar suas disposições criminosas (FOUCAULT, 2009). O suplício tem então uma função jurídico- política. É um cerimonial para reconstruir a soberania lesada por um instante. Nessa direção, de acordo com Foucault (1979), se o direito na sociedade ocidental se conforma como instrumento de justificação ou instrumento para aplicação do poder soberano, o campo do direito e o judiciário correspondem a canais permanentes de relações de dominação e técnicas de sujeição diversas. Assim: “o direito deve ser visto como um procedimento de sujeição, que ele desencadeia e não uma legitimidade a ser estabelecida (FOUCAULT, 1979, p. 182)³².

De acordo com Foucault (2009), o suplício judiciário deve ser compreendido como ritual político. Neste evento o personagem principal era o povo, cuja presença real e imediata é requerida para sua realização. Ademais, segundo o autor (2009), o corpo do condenado este ritual obedecia a duas exigências: deve ser marcante ao condenado pela cicatriz ou deve torná-lo infame entre seus pares. Assim, o suplício imprime no condenado os sinais que não devem se apagar. A letra escarlata, a cicatriz, as vestes específicas dos condenados e tantos outros sinais corporais convergem para a adoção de simbologias que remetem tanto à culpabilidade e estigmatização do corpo condenado como à ação do poder soberano diante a insubordinação. Conforme Foucault (2009, p. 74) “Era o efeito, nos ritos punitivos, e uma certa mecânica do poder de um poder que não só não se furta a se exercer diretamente sobre os corpos, mas se exalta e se reforça por suas manifestações físicas”. A exposição do corpo configura-se como suporte público de um processo que fica nele e sobre ele o ato de justiça que deve ser legível para todos.

A tortura dos corpos do condenado produziu e reproduziu a verdade do crime, constituindo por advento de um jogo de rituais e de provas confessas a ocorrência do crime. O condenado “mostra que o leva inscrito em si, suporta a operação do castigo e manifesta seus efeitos da maneira mais ostensiva” (FOUCAULT, 2009). Instaurava-se uma política do medo e da vigilância, da qual se procurava dar o exemplo não apenas suscitando a consciência de que a menor infração era passível de punição, mas provocando um efeito de terror pelo espetáculo (FOUCAULT, 2009). “No suplício corporal, o terror era suporte do exemplo [...]

³² Quando Foucault (1979, p. 181) refere-se ao direito, não devemos entender como a simples sombra da lei, mas como um conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o direito.

o suporte do exemplo agora é a lição, o discurso, o sinal decifrável, a encenação e a exposição da moralidade pública (FOUCAULT, 1979, p. 187).

Foucault (1999, p. 286) aponta que, na teoria clássica da soberania, o direito à vida e à morte era um dos atributos fundamentais da vontade do soberano, sendo os súditos considerados atores politicamente neutros, todavia o corpo do rei não ocupa posição central nas relações assimétricas de poder. O que institui as relações de controle são as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social. Desse modo as relações sociais se processam numa perspectiva micropolítica, no sentido de que o poder nela exercido é concebido como propriedade, mas como estratégia, e que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, manobras, táticas, técnicas e funcionamentos desvelados em uma rede de densas relações (FOUCAULT, 2009).

Devemos ter por ciência que a derrubada dos micropoderes “não obedece a lei do tudo ou nada”, pois dentro dos processos de luta o poder não é adquirido em totalidade por um novo controle ou pela destruição das instituições (FOUCAULT, 2009). Neste sentido, o autor sinaliza para a possibilidade da transgressão das legitimidades instituídas: por mais que o corpo do criminoso seja tela de manifestação de um discurso de verdade acerca da transgressão, ocorriam episódios de insurreição, nos quais a solidariedade com o condenado era expressa pela população espectadora, salvando-o da punição capital.

Na época das Luzes instituem-se novas legitimidades na produção de um saber positivo sobre o homem, centrada na racionalidade de uma nova economia dos processos punitivos e de controle social e em um corpo profissional dentro de uma proposta humanizada de exercício e aplicação do poder (FOUCAULT, 2009, 1979).

A gênese da reforma penal neste período foi produto das críticas ao Antigo Regime por sua fluidez moral, ou seja, a existência de margens de tolerância/ilegalidade quanto ao cumprimento de ordenações, costumes e leis, como a inobservância de delitos derivados dos processos de oposição, pela força e obstinação por parte das camadas mais desfavorecidas, ou devido a tais transgressões, de alguma maneira, proporcionarem condições de funcionamento político e econômico dessas sociedades (FOUCAULT, 2009). Desta maneira: “Um sistema penal deve ser concebido como um instrumento para gerir diferencialmente as ilegalidades, não para suprimi-las todas” (FOUCAULT, 2009, p. 84).

O direito de punir desloca-se do direito do soberano para a defesa da sociedade, no sentido em que o corpo do condenado, se antes objeto do rei e de inscrição do poder

soberano, torna-se um bem social e objeto de apropriação coletiva, o que concerne ao condenado novas inscrições simbólicas e políticas acerca de sua transgressão:

No nível dos princípios, essa nova estratégia é facilmente formulada na teoria geral do contrato. Supõe-se que o cidadão tenha aceito de uma vez por todas, com as leis da sociedade, também aquela que poderá puni-lo. O criminoso aparece então como um ser juridicamente paradoxal. Ele rompe o pacto é, portanto inimigo da sociedade inteira, mas participa da punição que se exerce sobre ele. O menor crime ataca toda a sociedade; e toda a sociedade, inclusive o criminoso, está presente na menor punição. O castigo penal é então uma função generalizada de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas (FOUCAULT, 2009, p. 75).

A racionalização dos processos punitivos à luz da episteme iluminista converge para singulares mecânicas de poder que, conseqüentemente, confluem nas expressões políticas do corpo. O primeiro aspecto dentro de um princípio burguês societal é que os sistemas punitivos não se dirigem ao corpo em sua organicidade, como ocorriam, mas cerimônias de suplício, mas à supressão de direitos e bens (FOUCAULT, 2009).

Quase sem tocar o corpo, a guilhotina suprime a vida tal como a prisão suprime a liberdade, ou uma multa tira os bens. Ela aplica a lei não tanto a um corpo real e susceptível de dor quanto a um sujeito jurídico, detentor entre outros direitos, do de existir. Ela devia ter a abstração da própria lei (FOUCAULT, 2009).

Toda expiação de acordo com os teóricos do século XVIII deve ser inscrita na alma, os castigos devem atuar profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições, como evidencia Foucault (2009). Uma das grandes questões dos juristas nesse período, consistia em conceber dentro da multiplicidade de indivíduos e verdades a possibilidade de formar uma vontade única, ou um corpo único movido por uma alma que se faria soberana (FOUCAULT, 2009; 1979).

Observa-se um deslocamento de aplicação do poder sobre o corpo. Ele se torna intermediário, toda privação e quebra do contrato social estabelecido acarreta na desqualificação do indivíduo enquanto cidadão por advento da privação de sua liberdade ou da fruição de direitos. Designa-se alma ao espírito do corpo social como emergente superfície de inscrição do poder (FOUCAULT, 2009). O crime e o castigo nesta emergente arquitetura inscrevem toda evidência e contradições em um jogo de representações, tecnologia de poder alocada nos discursos, nos sinais decifráveis na encenação e na exposição pública da moralidade, tornando repulsiva qualquer ideia de transgressão. Por mais que o exercício do

poder não tenha encontrado substrato no corpo enquanto organicidade, não podemos ignorar que no corpo se inscrevia todas as construções que identificavam a quebra do contrato social. Assim se fazia necessário a sua exposição para atingir as sensibilidades do corpo social (FOUCAULT, 2009). Os tribunais do júri, como órgãos de soberania e exercício da jurisdição apresentam-se como um singular exemplo de uma ritualística de poder e do ápice da racionalidade em defesa da segurança da sociedade, na mesma proporção em que por outro lado investe o corpo criminoso, o corpo nas instâncias do olhar, de toda carga simbólica e discursiva da presença do crime:

De um lado, o criminoso designado como inimigo de todos que têm interesse em perseguir, sai do pacto, desqualifica-se como cidadão e surge trazendo em si como que um fragmento selvagem de natureza; aparece como o celerado, o monstro, o louco talvez, o doente e logo o anormal (FOUCAULT, 2009, p. 97).

Ademais, além do corpo como elemento de exposição da norma jurídica, dos suplícios e de toda intervenção à entidade material do corpo, como os trabalhos forçados, a redução alimentar, a privação sexual, a expiação física ou a masmorra, coexistiram em certas proporções com essa economia racional de poder da sociedade Iluminista, no propósito do exercício de “uma justiça mais desembaraçada e mais inteligente para uma vigilância penal mais atenta do corpo social” (FOUCAULT, 2009, p. 76). Como referenda o filósofo (1979), em sua microfísica do poder, por mais que as sociedades liberais insistam na concepção da entidade imaterial do corpo, como a alma, o espírito ou a concepção de uma identidade no seio das relações de poder, nada é mais físico e material do que o exercício do poder.

Os séculos XVIII e XIX engendram outras manifestações concernentes às tecnologias relacionadas ao controle social. Essas novas expressões ancoram-se no modo de produção liberal e no racionalismo médico, reverberando nos sentidos que o corpo projeta nas relações de poder.

Segundo Machado (1979, p. XVI), não se tinha mais por objetivo expulsar os homens da vida social ou impedi-los de suas atividades, mas controlá-los em suas ações para utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades, orientando os corpos no sentido de seu aperfeiçoamento gradual e contínuo. Como disserta Foucault (2009, 1979), esses mecanismos, correspondentes a técnicas de racionalização estrita de um poder, deveria ser exercido da maneira mais onerosa possível mediante todo um sistema convergente de tecnologias disciplinares do trabalho.

Essas novas expressões das relações de poder apoiaram-se mais nos corpos e em sua motricidade, no sentido de extrair do corpo tempo e trabalho, exercendo vigilância por advento de um sistema de obrigações, na proporção em que “se supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano” (FOUCAULT, 1979, 188).

Este novo tipo de poder, que não pode mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente, este poder não é soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar (FOUCAULT, 1979, p. 188).

Para Foucault (2009), o controle minucioso das operações do corpo e a sujeição constante de suas forças imprimem uma relação de docilidade-utilidade que se manifestam a partir dos processos disciplinares: “A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” (FOUCAULT, 2009, p. 119). Se anteriormente todo controle social e punição deveria alocar-se no coração do corpo social, neste período toda intervenção e atravessamento do poder é centrada no corpo individual, na proporção em que, segundo Machado (1979, p. XIX), o poder torna-se produtor da individualidade – o indivíduo é uma produção do poder e do saber.

Segundo o filósofo francês (1979), o sistema disciplinar não pode ser absolutamente transcrito no interior no direito, o discurso da disciplina é alheio ao da lei enquanto vontade soberana. Assim, o discurso disciplinar transcende a regra jurídica, instituindo-se como regra natural a norma, desenvolvendo-se, desse modo, um código societal que não é necessariamente o direito, mas a normalização (FOUCAULT, 1979, p. 189). Todavia, dentro do contexto da sociedade de controle não podemos dissociar o direito do exercício da soberania, ocultando desta forma os procedimentos e técnicas orientadas nos mecanismos disciplinares:

Os sistemas jurídicos – teorias e códigos – permitiram uma democratização da soberania, através da constituição de um direito público articulado com a soberania coletiva, no exato momento em que essa democratização fixava-se profundamente através de mecanismos de coerção disciplinar (FOUCAULT, 1979, p. 189).

Como fundamenta Machado (1979), a ação disciplinar no sentido da produção de corpos dóceis vem justamente da prerrogativa de elas não serem alocadas à negatividade, ou seja, convergem para expressões positivas do poder em termos de seu valor moral ou político, pois os sistemas disciplinares não utilizam como suporte discursivo e imagético elementos estigmatizantes e segregantes destinados à expiação física e moral dos corpos.

Foucault (2009, 1999, 1979) elenca as seguintes características do poder disciplinador: a organização do espaço, por meio da distribuição espacial dos corpos com mecanismos de classificação, individualização e comparação; o controle dos usos do tempo, objetivando produzir com o máximo de rapidez e eficiência; a vigilância como instrumento de controle. Como referenda o teórico (1979, p. 152), a defesa da sociedade converge para orientações relativas ao racionalismo médico, na qual os suplícios são substituídos por métodos assépticos derivados das ciências criminais, da eugenia e da separação os degenerados³³. O corpo torna-se objeto de apreciação e intervenção institucional – a escola, as instituições asilares e os quartéis transformam-se em espaços privilegiados para o exercício da norma disciplinar – organizando, alinhando, separando, hierarquizando ou dispondo os corpos serialmente; aumentando suas forças produtivas por advento do treinamento sistematizado e instituindo um sistema de vigilância constante, a partir de inspeções e relatórios ou na sua expressão sutil, constante, panóptica (FOUCAULT, 2009).

Como orienta Foucault (2009, p. 118), os mecanismos disciplinares congregavam reverberações tanto no campo econômico como no político, na proporção em que o corpo economicamente produtivo se torna inversamente potente enquanto expressão política – na tônica de sua capacidade de insurgência, resistência e luta contra as ordens do poder, instituindo homens politicamente dóceis.

Conforme mencionado, a medicina ocupou um papel importante para a instauração dos mecanismos disciplinares e na classificação normativa dos corpos. Segundo Foucault (1979, p. 190), essa expressão do conhecimento garantiu a mediação entre as heterogeneidades e contradições dos mecanismos de coerção disciplinares e do discurso legal do direito público a soberania. Assim, a medicina como poder-saber instituído de sacralidade científica, pacífica e legítima toda intervenção, o que de alguma forma contradiz aos ideários liberais e iluministas burgueses, centrados nos princípios da liberdade política e econômica e da igualdade enquanto sujeito de direitos.

³³ A concepção do corpo anormal, a formação de um campo discursivo e de saber entre a medicina e a instituição judiciária no propósito de se conceber os sistemas punitivos será abordado na seção posterior.

Não por acaso a razão biomédica apropriou-se do corpo com objeto epistêmico, aspecto colocado em relevo na produção teórica de Foucault (1979, 2001, 2004 2009). Também não devemos ignorar que a inferência do substrato discursivo/conceitual de corpo no imaginário social fundamenta-se numa concepção biomédica/científica, produto da organização de saberes e poderes que orientam nossos olhares à episteme ocidental iluminista dos séculos XVIII e XIX.

3.1.2 A (re)organização dos saberes, poderes à biopolítica do corpo

Toda a bibliografia foucaultiana, podemos dizer, perpassa a meditação acerca das configurações dos saberes, dos discursos, nas fronteiras entre o empirismo e o que reconhecemos hoje como razão científica. Assim, Foucault (2000) investiga as condições de possibilidades e a série de mutações dos discursos que determinaram novas legitimidades epistêmicas.

Em sua obra “As palavras e as coisas” (2000), o teórico apresenta duas históricas zonas fronteiriças que não são discernidas dentro de uma concepção positivista de história, mas no limiar sobre dois modos de significar o mundo, as palavras e as coisas. No século XVI, o ato de significar, ou buscar a lei dos signos, como referenda o filósofo (2004, p. IX; 2000, p. 39), está relacionado ao desvelar das semelhanças, na intersecção entre o olhar e a linguagem: “Trata-se, em primeiro lugar, da não distinção entre o que se vê e o que se lê, entre o observado e o relatado, da constituição, pois de uma superfície única e lisa, onde o olhar e a linguagem se entrecruzam ao infinito” (FOUCAULT, 2000, p. 54). Assim, a intersecção entre o olhar, as palavras e as coisas no âmbito da construção epistêmica são elementos convergentes: “O mundo é coberto de signos que é preciso decifrar, e estes signos, que revelam semelhanças e afinidades, não passam, eles próprios, de formas, de similitude (p. 44). As similitudes desempenharam um papel primordial na construção do saber da cultura ocidental (FOUCAULT, 2000, p. 23).

Dentro dessa premissa, decifrar o corpo é tarefa ancorada à soberania do olhar, depositário e fonte de clareza, com o poder de trazer à luz a verdade (FOUCAULT, 2004, p. XI). Para Foucault (2004, p. 80), no século XVI acreditava-se que os signos se depositavam sobre as coisas para que os homens pudessem decifrar seus significados, sua natureza, ou suas virtudes. Pensar o corpo nessa relação é entender sua expressão dentro de um sistema de afinidades, semelhanças e entrecruzamentos que justificam propriamente a sua presença no

mundo. Ou seja, não é incomum encontrar representações do corpo humano e suas estruturas anatômicas em analogia à anatomia de outros animais, a representação do homem a partir de elementos da natureza, ou com os astros, por exemplo (FOUCAULT, 2000).

Ademais, magia e erudição compartilhavam a mesma essência no plano do saber: “Afigurava-se-nos que os conhecimentos do século XVI eram constituídos por uma mistura instável do saber racional, de noções derivadas da magia e de toda a herança cultural, cujos poderes de autoridade a redescoberta de textos antigos havia multiplicado” (FOUCAULT, 2000, p. 43). Entretanto, a partir do século XVII, segundo Foucault (2000, p. 59), questionou-se como um signo pode estar ligado àquilo que significa.

Imensa organização da cultura de que idade clássica foi a primeira etapa, a mais importante talvez, posto ser ela a responsável pela nova disposição na qual ainda estamos presos – posto ser ela que nos separa de uma cultura onde a significação dos signos não existia, por ser absorvida na soberania do semelhante, mas onde seu ser enigmático, monótono, obstinado, primitivo, cintilava numa dispersão infinita (p. 59).

Esse período, como apontou Foucault (2000), marcou o desaparecimento das velhas crenças supersticiosas, instituindo a entrada da natureza na ordem científica, de modo que os signos deixam de estar ligados àquilo que eles marcam, encontrando o seu espaço no interior do conhecimento. Esta reconfiguração epistêmica proporcionou reverberações no século XVIII em relação do olhar, do corpo e a constituição de saberes e discursos:

No final do século XVIII, ver consiste em deixar a experiência em sua maior opacidade corpórea; o sólido, o obscuro, a densidade das coisas encerradas em si próprias tem o poder de verdade que o provem da luz, mas da lentidão do olhar que percorre, contorna e pouco a pouco, o penetra, conferindo-lhes apenas a sua própria clareza (FOUCAULT, 2004, p. XII).

Desse modo fundamenta-se o sujeito em sua qualidade, tornando possível organizar torno dele uma linguagem racional (FOUCAULT, 2004, p. XIII). Assim, no século XVIII a medicina, o olhar médico e a experiência da clínica apropriam-se do corpo como objeto de conhecimento (FOUCAULT, 2004, p. 1)³⁴. A medicina moderna, que fixou sua data de nascimento no fim do século XVIII, buscava confrontar e comunicar o saber em

³⁴ Acerca da experiência da clínica, de acordo com Foucault (2004, p. 70): “No século XVIII a clínica é, portanto, uma figura muito mais complexa do que o puro e simples conhecimento de casos. E, no entanto, ela não desempenhou papel específico no movimento do conhecimento científico; forma uma estrutura marginal que se articula com o campo hospitalar sem ter a mesma configuração que ele, visa à aprendizagem de uma prática que ela resume mais do que analisa; agrupa toda a experiência dos jogos de um desvelamento verbal que nada mais é do que a sua forma de transmissão, teatralmente retardada”.

detrimento da manutenção de arcaicos e obscuros direitos e tradições (p. 50). O corpo na ordem da clínica torna-se o espaço de entrecruzamento de uma linguagem científica e o poder soberano do olhar empírico (FOUCAULT, 2004):

Para os olhos já gastos, o corpo humano constitui, por direito de natureza o espaço de origem e repartição da doença, espaço cujas linhas, volumes, superfícies e caminhos são fixados seguindo uma geografia agora familiar, pelo atlas anatômico. Esta ordem do corpo sólido e visível é, entretanto, apenas uma das maneiras da medicina espacializar a doença (FOUCAULT, 2004, p. 1).

O leito do corpo enfermo torna-se campo de investigação e de configuração de discursos científicos (FOUCAULT, 2004). O olhar médico, dentro de um pensamento classificatório não se dirige inicialmente ao corpo concreto, ao espaço de volumes e massas – o doente – mas a “intervalos da natureza”, que se revelam como em negativo: “os signos que diferenciam uma doença da outra, a verdadeira, a falsa, a legítima da bastarda, a maligna da benigna” (FOUCAULT, 2004, p. 7)³⁵. Nessa tônica, o doente torna-se a personificação da doença, que adquiriu traços singulares, com sombra e relevo, matizes, profundidade (FOUCAULT, 2004, p. 15)³⁶.

Evidentemente, todas essas mutações do olhar sobre o corpo, o desvelar de seus signos, encarnados na manifestação da doença, e a (re)organização de saberes, antes exclusivamente orientados pela empiria, para a instituição de uma específica linguagem racional, a instituição de discursos de verdade à luz de uma episteme iluminista hegemônica não são destituídos de uma consciência política (FOUCAULT, 2004, 2001, 1979). A expressão da clínica para além de um elemento configurado dentro da coerência científica é também fator de utilidade social e de pureza política oriunda da organização médica (FOUCAULT, 2004, p. 79).

Foucault (2004) indica a existência de um estatuto político da medicina, a concepção de uma consciência médica encarregada da tarefa constante de informação, controle e coação, exigências que compreendem tanto objetos relativos à polícia, quanto

³⁵ Foucault (2004, p. 67) é enfático em discernir as nuances acerca do olhar médico desvelado nos exames clínicos, a intersecção entre uma produção discursiva e a ordem de um corpus de conhecimento: “Não é, portanto, olhar que tem o poder de análise e de síntese, mas a verdade de um saber discursivo que vem se acrescentar de fora e como recompensa ao olhar vigilante do estudante [...] trata-se se não de um exame, mas de uma decifração.

³⁶ Segundo Foucault (1979, p. 107), no sistema epistêmico da medicina do século XVIII, o grande modelo de clareza da doença é a botânica classificatória de Lineu. Assim, a doença é compreendida como fenômeno que obedece a leis naturais. A cura é dirigida por meio de uma intervenção médica que não se endereça propriamente a doença, mas ao ambiente que circunda o indivíduo.

propriamente às competências da medicina. A medicina como saber e discurso científico dentro da arquitetura dos sistemas “judiciários/punitivos” estabeleceu as nuances e fronteiras entre a patologia e a perversidade moral. Foucault (2001, p. 39) explicita que o código penal de 1810, Artigo 64, menciona que não há crime nem delito se o indivíduo estiver em estado de demência no momento em que ocorreu o crime. Assim, o exame clínico deve estabelecer uma demarcação dicotômica entre a doença e a responsabilidade legal, ou entre a casualidade patológica e a liberdade do sujeito jurídico, em síntese, entre a terapêutica e a punição, entre o hospital e a prisão. Ao analisar nas sociedades industriais a instauração de aparelhos punitivos, os dispositivos de seleção, os signos da anormalidade, do monstro social, Foucault (1979, p. 150), destaca-se o estabelecimento da psiquiatria a partir do olhar da degenerescência, da eugenia e da hereditariedade. A noção de transgressão do ordenamento jurídico e das leis naturais é apontando por Foucault (2001) quando se refere à compreensão de corpo anormal/o monstro social dentro das relações de poder:

O contexto de referência do monstro humano é a lei, é claro. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza [...] (2001, p. 48).

Todavia, o hibridismo técnico discursivo entre as noções médicas e o campo do poder judiciário na tônica do poder não se concentra apenas nas polaridades entre a patologia e o desvio moral, mas discrimina as nuances, cataloga as diversas expressões entre a normalidade e a anormalidade. Verdadeiro amálgama entre esses campos discursivos e de saberes conformam certo mecanismo que “justamente não é médico e não é judiciário” (FOUCAULT, 2001, p. 51):

No fundo, no exame médico legal, a justiça e a psiquiatria são ambas adulteradas. Elas não têm a ver com seu objeto próprio não põem em prática sua regularidade própria. Não é a delinquentes ou a inocentes que o exame médico legal se dirige, não é a doentes opostos a não doentes. É a algo que está, a meu ver, na categoria dos “anormais”, ou se preferirem não é o campo da oposição, mas sim no da gradação do normal ao anormal, que se desenrola efetivamente o exame médico legal (FOUCAULT, 2001, p. 52).

Toda essa miscibilidade institucional responde a que? Indaga o filósofo. “Ao perigo, ora essa” (FOUCAULT, 2001, 43). Outro importante aspecto levantado pelo filósofo é a legitimidade do exercício do poder neste campo fronteiro entre as ciências médicas e

judiciárias, pois os médicos requeriam o direito de exercer o seu saber no interior da instituição judiciária na mesma proporção da “reivindicação comum dos juízes no sentido da medicalização da sua profissão, da sua função, das suas decisões” (FOUCAULT, 2001, p. 49). Entretanto, é inegável os efeitos de poder das produções discursivas sobre o corpo anormal. Foucault (2001, p. 8) destaca como propriedades para essa expressão o fato de que a decisão da justiça diz respeito tanto a liberdade como, no limite, à vida e a morte, à soberania sobre o corpo – à desqualificação do outro. Outro aspecto é o papel do discurso institucional investido de verdade pelo seu *status* científico e por sua formulação advir de pessoas qualificadas no interior da instituição científica. Como dito, toda relação de poder se referenda na produção de saberes³⁷.

O corpo anormal, significado na zona conflituosa dos saberes médicos e da instituição jurídica, revela as nuances de uma negatividade sobre o corpo, que reprime, censura, exclui, recalca, adestra. O olhar médico como objeto de poder manifesta a partir da sutileza ou da ação de mecanismos positivos do poder. Como aponta Foucault (2004), o exercício do poder pelo corpo médico distingue-se dos outros corpos políticos pelo fato de não buscar limitar a liberdade ou impor leis aos cidadãos, mas impõe autoridade a si próprio.

As ciências médicas e os fenômenos patológicos coletivos (a medicina das epidemias) se instituem como órgão oficial de uma consciência coletiva, manifestas no espaço nacional tanto no nível da experiência como no do saber (FOUCAULT, 2004). Cabe lembrar que a concepção de uma alma ou consciência converge para uma das expressões do poder exercidos pela sociedade burguesa (FOUCAULT, 1979). O olhar médico revela-se apenas mais um segmento da dialética Iluminista, transportado para o olho do médico: “A primeira tarefa do médico é, portanto, política: a luta contra a doença deve começar por uma guerra contra os maus governos, o homem só será total e definitivamente curado se for previamente liberto” (FOUCAULT, 2004, p. 37).

O conhecimento médico não se circunscreve mais ao seu círculo de saber, ao encontro do profissional médico com o doente ou em registro clínico, de modo que o olhar médico começa a ser concebido enquanto extensa rede que exerce em todos os lugares e em todos os momentos um sistema de vigilância constante, móvel e diferenciado (FOUCAULT, 2004, p. 34). A medicina regula-se mais em discernir a normalidade do que propriamente os

³⁷ Acerca do estabelecimento de discursos de verdade e a clínica Foucault (2004) menciona que a clínica não é um instrumento para se descobrir a verdade ainda desconhecida, mas uma maneira de dispor a verdade já adquirida para que ela se desvele de maneira sistemática. Ela trabalha na condução e organização no intuito de determinar a forma do discurso médico e não inventa um novo conjunto de discursos ou práticas.

cuidados em saúde, não se circunscrevendo mais a um coletivo de técnicas de cura, mas, “em relação a um tempo de funcionamento ou de estrutura orgânica que ela forma seus preceitos e prescreve suas intervenções” (FOUCAULT, 2004, p. 39). Assim, além do conhecimento do homem saudável, interroga-se a definição de um homem modelo. A medicina no escopo da clínica define-se como saber múltiplo da natureza e conhecimento do homem em sociedade (p. 81).

Até o século XVIII, tal qual as prisões, os hospitais se instituíram como espaço da exclusão e separação dos corpos anormais³⁸. Segundo Foucault (1979), o hospital caracteriza-se como espaço de assistência aos pobres, não para fins de cura, mas para assegurar a salvação espiritual daqueles que prestavam a assistência ao enfermo. Além disso, separava os indivíduos perigosos da população em geral. Desse modo:

O hospital permanece com essas características até o século XVIII e o Hospital Geral, lugar de internato onde se justapõem e se misturam doentes, loucos, devassos, prostitutas, etc. É ainda, em meados do século XVIII, uma espécie de instrumento misto, de exclusão, assistência e transformação espiritual, em que a função médica não aparece (FOUCAULT, 1979, p. 102).

Assim, a organização hospitalar (espaço de expressão do poder clérigo) e a medicina permaneceram independentes até meados do século XVIII. Foucault (1979) indaga em sua microfísica do poder: como o hospital foi medicalizado e como a medicina tornou-se hospitalar? Uma das hipóteses suscitadas pelo filósofo é a anulação da desordem institucional, no sentido de purificá-lo, a partir da disciplina como técnica de exercício de poder e de gestão dos corpos. A clínica surge como uma dimensão essencial do hospital, pois a formação normativa do *corpus* profissional médico se manifesta nessa instituição, produto do poder disciplinar e das transformações do saber e das próprias práticas médicas (FOUCAULT, 1979).

Foucault (1979) intersecciona as características dos mecanismos disciplinares e os modelos de gestão das instituições hospitalares que, como podemos observar, apresentam reminiscências na contemporaneidade. Das características essenciais discriminadas pelo teórico, destacamos: a necessidade da distribuição espacial dos indivíduos, a inserção dos

³⁸ Podemos assumir a instituição hospitalar como um dos territórios do exercício do poder-saber biomédico, espaço de concepção de uma norma corporal em suas nuances moral, orgânica e social e, por fim, o ambiente de institucionalização dos corpos desviantes. Pensar na formação dos hospitais à lógica da disciplina é entender a constituição das instituições asilares e de saúde relacionadas ao atendimento dos corpos com deficiência que, em sua gênese, instrumentalizaram o cuidado dentro de uma concepção moral caritativa e técnico científica.

corpos em espaços individualizados, classificatórios e combinatórios (as alas hospitalares e a disposição dos leitos dos doentes); ação sobre o gesto e formação de mecanismos de gestão disciplinar dos corpos (as artes do corpo no propósito da cura e provimento de sua eficiência); a vigilância perpétua (o exame clínico e o olhar panóptico do corpo institucional sobre o corpo enfermo); a necessidade do registro contínuo (a confecção de prontuários clínicos – alvo nos indivíduos e nos resultados em sua singularidade). Ademais, os registros obtidos cotidianamente, quando confrontados entre as instituições hospitalares das mais diversas regiões, permitiam constatar patologias comuns a toda a população (FOUCAULT, 1979. p. 111). Assim, como descreve Foucault (2004, p. 32), o olhar médico não se circunscreve apenas ao seu círculo de saber, mas a uma totalização aberta, móvel, deslocada e enriquecida pelo tempo, que percorre, sem detenção, uma espécie de registro clínico de uma série infinita e variável dos acontecimentos.

Por outro lado, não podemos ignorar, além do regime disciplinar na formação do hospital médico, as expressões do liberalismo econômico na configuração de seu ordenamento institucional. Foucault (2004) explicita os termos do contrato entre riqueza e pobreza na experiência clínica-hospitalar:

O hospital aí encontra, em regime de liberdade econômica, a possibilidade de interessar ao rico, a clínica constitui a inversão progressiva da outra parte contratante, ela é, por parte do pobre, o interesse pago pela capitalização hospitalar consentida pelo rico, que é necessário compreender em seu excesso, desde que se trata de uma indenização que é do tipo de interesse objetivo para a ciência e do interesse vital para o rico (FOUCAULT, 2004, p. 96).

Deste modo, sobrepuja-se o problema moral acerca do direito de transformar o corpo enfermo do pobre em objeto de observação da clínica, indicando assim conhecer melhor a enfermidade que possa afetar o rico. Nesta mescla ambígua necessária para a manutenção dos hospitais, e dos privilégios da medicina, estrutura compatível com os princípios do capitalismo e a necessidade de proteção social, configurou-se mais uma das possibilidades de exercício de poder e exclusão social no princípio da proteção dos ricos contra os pobres (FOUCAULT, 2004, p. 93)³⁹. Assim, como mencionado, o olhar médico orientado no saber clínico, dentro de uma dialética Iluminista, além de estabelecer as novas

³⁹ De acordo com Foucault (2004, p. 45), o papel de técnico de medicina desempenha uma função econômica na repartição de auxílios, um papel moral, quase jurídico em sua atribuição, convertendo-o em vigilante da moral e da saúde pública. Esse papel não é divergente das instituições de seguridade e/ou outros benefícios sociais que dependem da aprovação técnica clínica para fins de provimento.

condições de exercício do poder, segundo Foucault (2004, p. 58) também proporcionou a ligação da clínica a um liberalismo científico, político e econômico.

Indivíduo e população são tomados como objeto de saber e são alvos da intervenção médica clínica por advento das tecnologias hospitalares que, para Foucault (1979, p. 111), é fenômeno próprio das transformações epistêmicas do século XVIII e que se consolidam no século XIX.

São esses fenômenos que confluem para a introdução da medicina, numa função maior de higiene pública, por advento de organismos de coordenação dos tratamentos médicos, centralização da informação de normalização do saber e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e da medicalização da população (1999, p. 291). As medidas de profilaxia (vacinação obrigatória, organização do registro de epidemias e doenças, a localização de lugares insalubres e a destruição destes focos) convergiram para o controle da saúde e do corpo das classes laboriosas para torná-las mais aptas para o trabalho e menos perigosas às classes ricas. (FOUCAULT, 1979).

Esse compêndio de transformações no exercício do poder não necessariamente subscreve-se à ordem da disciplina e da intervenção ao organismo, mas convergem para expressões dentro do coletivo, a multiplicidade, a espécie humana:

E depois, a nova tecnologia [de poder] que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção da doença etc [...] Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana (FOUCAULT, 1999, p. 289).

A concepção de biopolítica em Foucault (2008, p 3) é a de um conjunto de mecanismos correspondentes a características biológicas fundamentais dos homens que convergem para estratégias políticas e de poder –nas sociedades ocidentais tendo o fator biológico fundamental como laço comum da espécie humana. Podemos observar uma nova expressão da soberania – direito à vida e à morte – que perpassou o direito soberano do monarca, as instituições disciplinares (como o hospital, por exemplo), os saberes (médico/jurídico) e, em um posterior estágio, as tecnologias biopolíticas do corpo – “a soberania sobre a morte e a regulação da vida”, ou o poder de “fazer viver” (FOUCAULT, 2009, 1999, 1979). Foucault (1999) indaga: De que se trata essa nova tecnologia de poder?

Trata-se de um conjunto de processos de apropriação dos nascimentos e dos óbitos, da taxa de reprodução, da fecundidade de uma população, das morbidades, das incapacidades biológicas. Desse coletivo de fatores a biopolítica vai extrair seu saber e definir estratégias e o campo de intervenção de seu poder (FOUCAULT, 1999). Assim, instaurou-se um coletivo de pessoas que se ocupam da vida dos outros (saúde, alimentação, moradia) e que, inicialmente, no século XIX, se desenvolviam na ação filantrópica. Posteriormente, transformaram-se em personagens de instituições e saberes contemporâneos ligados à higiene pública: inspetores de saúde, assistentes sociais e psicólogos (FOUCAULT, 1979, p. 151).

Segundo Foucault (1999), esse novo elemento, ou personagem, diverge da teoria do direito e da prática disciplinar pela disposição de corpo/sujeito compreendidas nesses distintos campos de poder-saber. A teoria do direito, por exemplo, só conhecia o indivíduo e a sociedade, ou seja, o corpo e o sujeito como unidade isolada e o corpo social constituído pelo contrato social. Já os regimes disciplinares lidavam praticamente com o indivíduo e o seu corpo, sendo a extensão do domínio consequência de uma série de estratégias de poder, já discernidas, como: controle espacial, vigilância, registro e controle dos gestos (FOUCAULT, 2009, 1999). Assim, enquanto a disciplina regimenta o corpo como organismo dotado de individualidade, na biopolítica os corpos são realocados a partir dos processos biológicos de conjunto (FOUCAULT, 1999, p. 297).

Um novo significado para o corpo, como diz o filósofo (1999, p. 292-293), é um “corpo múltiplo”: “É a noção de população. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 293).

Neste cenário, conforme Foucault (1999), a medicina enquanto poder-saber reflete ao mesmo tempo o corpo como organismo, o “homem corpo”, e as populações, o “homem espécie”, ou seja, tanto sobre indivíduo como no coletivo, a partir dos processos epidemiológicos, expressando efeitos disciplinares e efeitos reguladores na aplicação de dada norma.

A sociedade da normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder no século XIX, tonou posse da vida, é dizer pelo menos que o poder do século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 1999, p. 303).

Os mecanismos de regulação como expressão biopolítica são reflexos do desenvolvimento da sociedade industrial do século XIX e as contradições relativas aos corpos à margem dos sistemas produtivos, como os velhos, os acidentados, os enfermos crônicos e os corpos com anomalias diversas. Em relação a esses fenômenos introduz-se não apenas as instituições de assistência, mas também mecanismos muito mais sutis e economicamente racionais, de seguros (saúde), poupanças individuais e coletivas, a seguridade social. Além dessas medidas, surgem regras de higiene que buscam garantir a longevidade das populações, pressões sobre a sexualidade e sobre a higiene das famílias, aos cuidados com as crianças etc., reforçando as imbricações entre mecanismos reguladores e disciplinares (FOUCAULT, 1999). Desse modo, para o teórico francês (1999, p. 285-286), o século XIX pode ser considerado um período de assunção da vida pelo poder, ou a tomada de poder do homem enquanto ser vivo numa espécie de estatização do biológico.

Observar a (re)organização dos saberes e poderes, que apresentam reminiscências no imaginário normativo social ou nas ações dentro de políticas públicas estatais, nos possibilita observar a especialização das relações de poder e conhecer esse cenário topográfico e geológico da batalha, visualizando os atravessamentos históricos, simbólicos e políticos, subjacentes ao corpo. O jogo multidimensional do poder não se esgota, sempre sendo retroalimentado pelas suas contradições, fator que torna complexa toda análise das relações de poder-saber. Como sintetiza sagazmente Foucault: “Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua” (FOUCAULT, 1979, p. 146).

3.2 Imagem, discurso e corpo: considerações introdutórias em J. J. Courtine

A palavra “Imagem” semanticamente nos remete a significados como “representação”, “forma”, “imitação” ou “aparência”. Contudo, também nos remete à apreciação dos sentidos humanos, na instância do olhar, e pode ser compreendida como elemento de teorização e aspecto intrínseco na cultura, na rede de sentidos e significados que proporciona sentido social às coletividades humanas ⁴⁰

⁴⁰ Walter Benjamin, ensaísta e filósofo de origem judaico-alemã, em uma de suas mais destacáveis obras, “A arte no tempo de sua reprodutibilidade técnica” (1936), faz uma densa e importante meditação a respeito da possível perda da essência da arte decorrente da perda do seu caráter de singularidade, de coisa única. Esse fenômeno se deve à grande reprodução e difusão do elemento artístico, que pode se expressar na reprodutibilidade de sua imagem. O teórico chama a atenção para a intensa circulação de imagens e o forte apelo imagético expresso nas

O estudo das imagens como objeto epistêmico compreende um dos campos de investigação de J. J. Courtine. O autor (2013) entende as imagens como elemento que se inscreve na construção coletiva de signos e proporcionam sentido social às coletividades, ou seja, toda imagem se inscreve em uma cultura visual e essa cultura supõe a existência junto ao indivíduo de uma memória visual, sendo que a articulação entre as imagens é que promovem sentido aos ícones de uma cultura. Essa memória é concebida com base em imagens externas, percebidas, ou internas, despertadas pela percepção exterior desse elemento. Assim sendo: “[...] toda imagem tem um eco. Existe um ‘sempre já’ da imagem” (COURTINE, 2013, p. 43)⁴¹. Assim, as imagens para Courtine (2008, 2013), em referência e epistemologia foucaultiana, assumem um caráter discursivo e político.

Courtine (2013, p. 43) introduz a noção de “intericonicidade”, que sublinha o caráter discursivo das imagens: “eu pensei que, antes de um modelo de língua, era um modelo de discurso, que urgia referir a imagem”, no sentido e compreensão, a partir da leitura de Foucault, em que o discurso pode ser o manifesto de um fragmento de imagem, ou centelha de imagem (COURTINE, 2013). A história dos olhares também é elemento implícito da herança foucaultiana, pois, para Courtine (2013, p. 84), a história da constituição do olhar clínico, da vigilância dos corpos criminosos, os poderes de normalização que isolam e distinguem os “anormais”, todos aspectos concebidos à luz da genealogia do poder em Foucault, desvela sem nenhuma dúvida expressões de uma história do olhar.

De acordo com Courtine (2013) é necessário pensar e descrever as maneiras pelas quais se entrecruzam as fontes históricas provindas dos arquivos, o suporte “psíquico” ou as sensibilidades das memórias individuais e coletivas – regime de práticas, série de enunciados e a rede de imagens. Assim sendo, “[...] o projeto de uma análise dos discursos que desenvolve à discursividade sua densidade histórica deve ser perseguida ele não poderia fazer

primeiras décadas do século XX. Se partimos da perspectiva de Chauí (2008) acerca de cultura, compreendida como campo no qual os sujeitos humanos elaboram signos e símbolos, instituem práticas e valores e definem a linha do tempo, não é salutar desconsiderar a circulação das imagens na produção e difusão de sentidos e significados dentro das comunidades historicamente situadas. Debord (2003), a partir de uma leitura marxista, apresenta as imagens como objeto de consumo e dispositivo de poder em um contexto no qual a mercadoria assume controle das relações entre os sujeitos das coletividades capitalistas. Este último teórico será importante para o desenvolvimento de nossas considerações posteriores.

⁴¹ Tal concepção dialoga com a afirmação advinda da Arqueologia Foucaultiana (2005, p. 28): “[...] todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já dito”. Todavia, tal consideração congrega uma complexidade que não se restringe à expressão de uma frase já pronunciada ou de um texto já escrito, mas remete a elementos que transcendem os enunciados, os “jamais ditos” que constituem: “um discurso sem corpo, uma voz silenciosa como um sopro, uma escrita que não é senão o vazio do seu próprio rastro” (FOUCAULT, 2005, p. 28). Nessa direção, a questão que surge na análise dos discursos e na reconstituição de sistemas de pensamento é: “o que se dizia no que estava dito?” (FOUCAULT, 2005, p. 31).

economia da análise de representações feitas de discursos, de imagens e de práticas” (COURTINE, 2013, p. 30). Ademais, para Foucault (2005, p. 31), a análise no campo discursivo trata de compreender o enunciado na estrutura e singularidade de sua situação, compreendendo as condições de sua existência, fixando seus limites, estabelecendo suas correlações com outros enunciados e que outras formas de enunciação ele excluí.

A análise de discurso, que consistiu por significativo período o *corpus* epistêmico e método analítico para Courtine, pode ser entendida como um campo interdisciplinar que se produz no entrecruzamento da historiografia, do linguístico e do político⁴². Para Courtine, em entrevista a Nugara (2008), as questões políticas formaram o *corpus* teórico da Análise do Discurso., pois a maioria de seus fundadores, como Françoise Gadet, Paul Henry Michel Plon Elizabeth Roudinesco, entre outros, alinhavam-se a ideologias de esquerda. Courtine ainda completa: “[a análise do discurso] se banhava no marxismo e nas controvérsias existentes no interior do mesmo” (NUGARA, 2008, p. 2).

O apagamento dos aspectos históricos e políticos como aporte epistêmico para análise dos fenômenos linguísticos em detrimento da sua “gramatização”, o uso sistemático da retórica, da semiologia e da comunicação pragmática como perspectivas analíticas em análise do discurso. e sua consequente “re-disciplinarização” formam pressupostos que fundamentam a crítica que culminou na “ruptura epistêmica” por parte de Courtine em relação à abordagem analítica de Pêcheux ⁴³.

Em contrapartida, Courtine se mostra simpático às perspectivas analíticas de Foucault e sua genealogia dos poderes para a análise dos discursos: “há um fato de que o pensamento de Foucault me marcou muito, pois há em seus textos uma grande liberdade e elementos que atravessam as disciplinas” (NUGARA, 2008, p. 10). Foucault representa tanto a perspectiva epistêmica, bem como política do autor no que se relaciona à constituição do seu *corpus* epistêmico e político, todavia engana-se quem pensa que as leituras de J. J. Courtine se restringem ao arcabouço conceitual foucaultiano. Em sua obra “Decifrar o corpo: pensar com Foucault” nas linhas introdutórias ele evidencia a seguinte questão:

⁴² Conceitualmente, a análise de discurso, segundo Orlandi (2008), pode se apresentar como um dispositivo de análise ou como instrumento para instaurar novos gestos de leitura e de produção de conhecimento. Acerca da constituição epistêmica da análise de discurso, a autora acrescenta: “[...] uma forma de conhecimento se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. E isto compreendendo-se o entremeio seja no campo das disciplinas, no da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico com o linguístico, que constitui a materialidade específica do discurso” (ORLANDI, 2008, p. 8).

⁴³ A “Gramatização” foi uma terminologia mencionada por Nugara (2008).

Pensar com Foucault é primeiramente reencontrar em seu ensinamento uma incitação que jamais me parece ter sido nele desmentida: aquela liberdade de pensar, que deve se aplicar àquilo que pode ser feito hoje com a massa considerável de escritos que ele nos legou. [...] Parece-me que não se pode ler Foucault sem fazer em seus confrontos aquilo que ele fez com uma constância impressionante: apostas intelectuais (COURTINE, 2013, p. 7).

A análise do discurso, que consistia no *corpus* epistêmico de Courtine, foi o elemento que conduziu a curiosidade do linguista para as questões que remetem ao corpo como objeto de teorização. Segundo o próprio: “Acreditando ir buscar junto a Foucault o discurso que ali se encontrava, acabei encontrando o corpo que ali realmente figurava” (COURTINE, 2013, p. 32)

Para Courtine (2013), o corpo é uma invenção teórica recente. De acordo com autor, antes da virada do século XX ele exercia um papel secundário na cena do teatro filosófico, visto sob o determinismo cartesiano que colocava em evidência a excelência da alma. Para muitos pensadores, até o final do século XIX, o corpo se desvelava como um pedaço de matéria, um feixe de mecanismos (COURTINE, 2013)⁴⁴. O corpo só alçou as instâncias de objeto de apreciação epistêmico-política em virtude das mudanças de ordem social e política da segunda metade do século XX. A partir do brado “Nosso corpo nos pertence” se reconheciam os movimentos ligados às questões de gênero, orientação sexual, ou de origem (COURTINE, 2013). Outro elemento potencializador dessa perspectiva epistêmica sobre o corpo foram as contribuições teóricas de Michel Foucault e a sua genealogia dos poderes, que “[...] se exercem na carne por uma arqueologia de estratos, discursos onde se formam os saberes” (COURTINE, 2013, p. 16).

Nesse sentido, Courtine, a partir da genealogia dos poderes em Foucault, evidencia outras leituras acerca do corpo que transcendem as instâncias do saber médico e a legitimação jurídica, destacando expressões e corporeidades “silenciadas” em Foucault: o corpo anormal dentro da lógica de produção na incipiente indústria do entretenimento de massa. (COURTINE, 2008, 2013). Tal conjectura teórica conceitual em Courtine se mostra importante nesse trabalho devido à pouca evidência dos investimentos do capital sobre corpo nas análises das relações de poder em Foucault que se expressaram na sociedade ocidental entre os séculos XVIII e XX, tema desta seção.

⁴⁴ Essa compreensão de um corpo mecânico para além da compreensão cartesiana do século XVI também encontrou expressões em concepções de ordem político-filosóficas, como o Iluminismo do século XVIII. Exponentes como o médico e filósofo *Julien de La Mettrie* sustentaram que em essência a condição humana era análoga à dos animais e que o essencial da existência residia no bom funcionamento das estruturas orgânicas (ROUANET, 2003).

Para Courtine (2013) o corpo se constitui na intersecção entre o olhar/a imagem e o discurso. Essa concepção de corporeidade, ainda segundo Courtine, advém dos trabalhos acerca da história da face e a concepção de significados das expressões faciais pelos fisionomistas na Idade média, sendo um trabalho “sobre o corpo que é olhado, mas também o corpo que olha” (COURTINE, 2013, p. 10). Ou seja:

[...] a leitura mais aprofundada que eu fiz da arqueologia do saber, e eu penso que a questão do olhar estava lá posta. Há em Foucault essa ideia de que os discursos são também maneiras de ver, que compreendem percepções, corpos, logo, o fio que liga o corpo, o olhar e o discurso se tornou uma relação essencial para mim. [...] A partir da História da Face, a questão do corpo e do olhar está evidente presente na forma de um trabalho sobre o corpo que é olhado, mas também sobre o corpo que olha (COURTINE, 2013, p. 10).

[...] os discursos são imbricados em práticas não verbais, ali o verbo não pode ser mais dissociado do corpo e do gesto, ali a expressão através da linguagem se conjuga com a expressão do rosto, de forma a não ser mais possível separar linguagem de imagem (p. 31).

Assim sendo, “o corpo humano era, e permanece para nós coberto de signos, mesmo se a natureza destes, o olhar que o decifra, a posição de quem os interpreta e a intenção de quem os exprime se modifica historicamente” (p. 78). Desse modo, Courtine (2008, 2013) aponta novas possibilidades de sentidos acerca desse objeto epistêmico e político. Em suas leituras (2008, 2013) os corpos anormais à sociedade ocidental podem ser compreendidos como elemento imagético, que congrega uma cultura visual, que constitui o olhar um corpo, e nos remete à norma enquanto dispositivo de poder, extrapolando os saberes médico-jurídicos.

Courtine (2008, 2013) ainda destaca três singulares representações: (1) a investida dos signos da tradição judaico-cristã na figura da personificação do pecado; (2) como atração teratológica e, (3) sob a tutela da legitimidade médico-legal e do olhar caritativo das mazelas orgânicas, a institucionalização do *handicap*. “A religião, depois a feira, enfim a ciência: pressente-se que este destino de um monstro condense as etapas de uma história geral dos anormais, e as curiosidades que eles suscitam” (COURTINE, 2013, p. 82).

3.2.1 O corpo enquanto signo do pecado

Na obra “O corpo utópico e as heterotropias” (FOUCAULT, 2013) há uma passagem significativa na qual o teórico expõe as vestimentas como elemento intermediário do

transcendental. Para Foucault (2013, p. 13), a vestimenta sagrada, religiosa, faz o indivíduo adentrar o espaço fechado do religioso, um lugar que não se manifesta propriamente na realidade, uma rede invisível da sociedade, as utopias seladas no corpo. A vestimenta em sua imagética significada na cultura visual de um coletivo transporta esse corpo para territórios extra-realidade no sentido em que “[...] o corpo, na sua materialidade, na sua carne, seria como produto de seus próprios fantasmas” (FOUCAULT, 2013, p. 14). Ademais, Foucault (2013) considera tudo o que concerne ao corpo, como desenho, cor, coroa, tiara, vestimenta, uniforme, maquiagem, máscara, tatuagem, ou seja, ícones dotados de sentidos e significados na realidade, desabrocha as utopias no corpo e para o corpo.

O sagrado como manifestação das utopias do corpo, suportado por um forte componente imagético, também está presente na possibilidade de significar o corpo com deformidades e anomalias no contexto da sociedade ocidental.

Courtine (2013) em sua incursão na “História do Corpo” consagrou que as percepções das deformidades corporais, o sinal teratológico carregado pelo corpo, carrega historicamente a marca da presença do diabo, o signo do pecado, ou está vinculado ao universo de milagres e piedade. A exibição dos fenômenos vivos, com registros ao longo do século XVIII, estava atrelada às feiras e às aglomerações de origem religiosa, além das esquinas, praças e partos insólitos, espaços onde a esmola caritativa poderia ser angariada (COURTINE, 2013, p. 87).

Ainda segundo Courtine, antes do século XVIII o destaque aos infortúnios de ordem física do sujeito e os sentidos criados sobre este corpo partem do sobrenatural ou dos efeitos da imaginação feminina o essencial da responsabilidade na geração do fruto monstruoso.

É interessante ressaltar nessa passagem o recorte de gênero e o universo da utopia e da imaginação como fonte de manifestação de todas as taras centradas no corpo. Conceber a anormalidade corporal como insígnia nos possibilita visualizar a extensão do estigma no recorte de gênero, bem como a necessidade de um sistema moral/religioso de controles e vigilâncias que se faz e se exerce nas instâncias destes corpos⁴⁵.

⁴⁵ Nunes (1985), na leitura das escrituras sagradas, revela a imagem negativa do sexo feminino a partir de uma narrativa da culpa introduzida no mundo por uma mulher (o pecado original), o que vincula o feminino ao mal e o torna portador de espíritos maléficos, instrumento pelo qual essas manifestações agem. Goffmann (1980), Silva (1987), Amaral (1994) e Rocha (2006) também destacam as marcas e os sinais corporais simbolizados em distintas realidades sócio históricas, mas relacionados aos mitos ou às cosmogonias cristãs. Nas instâncias do olhar se denotavam os territórios sociais e morais ocupados pelos sujeitos, se justificam as animosidades e todo um sistema opressivo sobre esses corpos. Semanticamente, a palavra “Mito”, do latim *mythos*, corresponde a personagem, fato ou particularidade que, não tendo sido real, simboliza uma generalidade que se deve admitir

O corpo com anormalidade/deficiência assume contornos extraordinários, representante da manifestação da transcendência na realidade e concernente à manifestação da heresia. Ao mesmo tempo, podemos encontrar nas escrituras sagradas os infortúnios do corpo como manifestação de Deus. Em João, capítulo 9, versículo 1-5:

Caminhando, Jesus, viu um homem cego de nascença. E os discípulos perguntaram: Mestre, quem pecou, este ou os seus pais, para que nascesse cego? Respondeu Jesus: Nem ele pecou, nem seus pais, mas foi para que manifestem nele a obra de Deus. É necessário que façamos as obras daquele que me enviou, enquanto é dia; a noite vem, quando ninguém pode trabalhar. Enquanto estou no mundo, sou a luz do mundo (BÍBLIA DA FAMÍLIA, 2014, p. 1120).

Deste modo, o corpo anormal, com deformidades ou com impedimentos sensoriais torna-se manifestação do etéreo (expressão da positividade divina da expressão de Deus), ao mesmo tempo é subjugado na ação de um poder extra-material.

As possíveis imagens e discursos confeccionados pelo ponto de vista do conhecimento religioso acerca do corpo anormal/com deficiência também são pertinentes ao entendimento da ação social em relação ao diferente. Esta concepção corporal dialoga com a concepção cartesiana de existência: a efemeridade da matéria que sustentava as práticas caritativas, veículo para a presença do sublime e elevação da alma. Numa leitura foucaultiana e, por essência, política, a matriz de significado da anormalidade corporal sob perspectiva teológica, se constitui eficiente dispositivo de poder no propósito de alocar essa corporeidade em posições subservientes dentro das relações de poder, seja pela sua natureza negativa, personificada no pecado, seja pelo exercício positivo do poder, por advento da caridade e do assistencialismo.

Por mais que outras expressões de saberes se mostrem hegemônicas no sentido de significar o corpo com anormalidade/deficiência, não podemos desconsiderar que os elementos de ordem moral/religiosa ainda são presentes, apesar de históricos e antigos⁴⁶. Ou seja, a partir dos mitos se estabelece a natureza da manifestação das assimetrias nas relações de poder, a necessidade dos sistemas de controle e opressão da corporeidade. Da religião

(DICIONARIO GOOGLE, 2022). Foucault (2013), conforme exposto anteriormente, admitiu que a extra materialidade também constitui as relações do homem em sua realidade, desta forma, é verossímil se conceber os mitos e as mais diversas cosmogonias como elemento que configura a rede de sentidos e significados e as relações de poder nas coletividades. Trata-se de um complexo conceito, de ordem filosófica, ou mesmo do campo psicanalítico. Desse modo, nos limitaremos às expressões semânticas acerca do significado de “mito”.

⁴⁶Como explicita Nunes (1985): “Na verdade, os mitos dizem respeito mais ao presente do que ao passado. Com tais construções não se quer apenas, nem principalmente, explicar as origens, mas apresentar as coisas como são, ou como deveriam ser, estabelecer sua “natureza”.

partimos para as feiras, em que se apresentavam novas possibilidades de significar e expor os corpos anormais, com deformidades ou com outros infortúnios que se inscrevem na carne.

3.2.2 O corpo mercadoria: os mecanismos de opressão e do capital

A corrente de pensamento Iluminista (XVIII) buscou instituir a ruptura com uma estabelecida construção de realidade muito ligada às cosmogonias, aos ritos e à moralidade judaico-cristã. Nesse período o corpo sob o signo da anormalidade corporal foi dissecado tanto pelo emergente fazer científico, dentro da perspectiva cartesiana de racionalidade, como pelo olhar atônito da incauta plateia de uma Europa ávida pelo consumo de imagens grotescas e jocosas dos picadeiros vivos. Surge assim duas específicas categorias imagéticas: o selvagem – os povos hotentotes, ameríndios, negros – e o monstro – corpos com anomalias disfórmicas (COURTINE, 2008, 2013). Ambas as categorias se imbricam em virtude de construções teóricas, imagéticas e econômicas que conformavam o exercício de poder sobre os corpos.

Courtine (2008, 2013) menciona que a teratologia antropológica propunha selar em termos de legitimidade o parentesco entre o hotentote, ainda hoje o último grau da escala antropológica, e os detentores de deformidades e patologias. Segundo o teórico (2008, p. 258), nas seções de teratologia (a ciência dos monstros e das deformidades) e etnologia do museu de imagens de cera anatômica do “doutor” Spintzner, na França (século XIX), os corpos com anomalias ou com patologias deformantes ocupavam o mesmo espaço de exibição das esculturas que representavam os povos originários. Stiker (2008, p. 349) acrescenta que a aparência embrutecida e babada dos “imbecis” na concepção de Locke correspondia a uma espécie intermediária entre o animal e o homem. Já dos surdos se dizia que se assemelhavam aos homens sem palavras dos tempos pré-históricos.

As Exposições Universais ocorridas entre os séculos XIX e XX evidenciaram outro espaço de apresentação da corporeidade anormal: o exotismo dos povos considerados primitivos na escala civilizacional e as curiosidades humanas como exibição contraposta ao desenvolvimento social dos colonizadores (COURTINE, 2008, 2013). O etnocentrismo europeu presumia que alguns agrupamentos étnicos (povos hotentotes) e alguns estratos sociais (os creditados como os cretinos, os retardados e os idiotas) eram propensos em maior grau a degenerescência, parecer legitimado a partir de constructos teóricos relacionados à evolução das espécies e a hereditariedade (STIKER, 2008, p. 367-368).

Outro importante elemento de imbricação entre o selvagem e o monstro moderno advém da estética presente nas apresentações teratológicas, as quais revelam narrativas, discursos, leituras e construção de identidades e outras realidades estranhas ao europeu médio. A construção da realidade acerca do elemento estrangeiro, dentro de campos do conhecimento ou de ideias imaginativas advindas da literatura, por exemplo, ancorou construções discursivas para legitimar a hierarquia racial, domínio colonial e desenvolvimento civilizacional. Segundo Said (1990, p. 50), “os homens sempre dividiram o mundo em regiões cujas distinções entre si eram reais ou imaginadas”.

Assim, o Teatro dos Monstros, como definiu Courtine (2008, 2013), obedecia a dispositivos cênicos rigorosos e a montagens visuais complexas, revelando que o corpo do monstro é também uma construção cultural:

Florestas de papelão e outras ficções exóticas expõem a estranheza anatômica pela distância geográfica e pela diferença racial. Quando Chang e Eng Bunker [irmãos siameses] desembarcaram em Boston em 1829, não lhes bastou exhibir a singularidade anatômica que os aflige: tiveram ainda, para “explicá-la, de desdobrar toda a panóplia do orientalismo e ter a companhia de uma píton engaiolada. Logo se percebe a monstruosidade pelo seu cenário selvagem. (COURTINE, 2008, p. 275-276).

O selvagem e o disforme (as corporeidades anormais) desvelam uma narrativa única, que se ancora na perspectiva do orientalismo, importante elemento no que corresponde à diversidade de dispositivos de poder, orientada pela episteme da época a partir da forte racionalização em uma perspectiva eurocêntrica de realidade na organização dos saberes, no ordenamento moral e no desenvolvimento civilizacional ⁴⁷. De acordo com Said (1990), o orientalismo consistiu na construção de discursos e concepções, seja pela emergente retórica da razão, seja pelas ideias imaginativas acerca dos povos ditos orientais ⁴⁸. Assim, se “Designava a Ásia ou o Leste, geográfica, moral e culturalmente. Era possível, na Europa, falar de uma personalidade oriental, de uma atmosfera oriental, de um conto oriental, do despotismo oriental ou de um modo de produção oriental, e ser entendido” (SAID, 1990, p. 42).

⁴⁷ Em outra passagem, Courtine (2013, p.81) cita a caracterização de Petit pépin, o “tronco humano”, em seu espetáculo insólito nas ruas de Paris: “Nascido em Veneza, em 1739, respondendo pelo nome afrancesado de Marc Cazzote, ele se produzia vestido de um traje de teatro elementar, que evocava o Oriente. [...] Ele carregava uma baioneta, a cabeça coberta por um turbante [...]”. Enfim, na imagética a partir da vestimenta se expressa um padrão identitário, sentidos e significados acerca do que se constitui por Oriente a partir da perspectiva ocidental.

⁴⁸ As considerações de Edward Said (1990) são pertinentes para a compreensão de saberes que possibilitaram a concepções de imaginários e construções teóricas acerca dos corpos divergentes do modelo hegemônico da sociedade ocidental. Essas concepções possibilitaram a constituição estética e cênica dos “espetáculos vivos” – as apresentações teratológicas dos monstros modernos.

Evidentemente, o intercâmbio cultural entre Leste e Oeste remete a uma secular relação em decorrência dos “descobrimientos” no período das Grandes Navegações, pela atividade comercial ou pelas guerras. Entretanto, o século XVIII, segundo Said (1990, p. 50), demarca novas instâncias nessa relação, advindas do “interesse disseminado a respeito do estranho e do incomum” e explorando por emergentes campos da razão, como a etnologia, anatomia comparada, filologia e história e as narrativas construídas a partir da literatura, por romancistas, poetas, tradutores e relatos de viajantes.

As concepções da atmosfera oriental não tinham por intenção conceber identidades ao exotismo e sentidos e significados a manifestações de coletividades adversas ao modo de produção europeu, mas sim, no princípio de um aporte epistêmico e imagético, desenvolver discursos legitimadores de projetos de poder dentro da concepção imperialista-liberal. De acordo do Said (1990, p. 46):

O argumento, quando reduzido a sua forma mais simples, era claro, preciso, fácil de apreender. Há ocidentais e há orientais. Os primeiros dominam; os segundos devem ser dominados, o que costuma querer dizer que suas terras devem ser ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro postos à disposição de uma ou outra potência ocidental.

Ademais, o orientalismo como projeto de poder se expressa como “um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado” (SAID, 1990, p. 51). A partir do espectro Iluminista liberal concebe-se olhares para o corpo que, na comparação entre o europeu padrão e os povos politicamente subjugados, encontram legitimidade em uma percepção eurocentrista de sociedade. Dentro das construções discursivas e terminológicas, como dispositivo de poder, o oriental é concebido como irracional, depravado (caído), infantil, “diferente”; desse modo o europeu é concebido como racional, virtuoso, maduro, “normal” (SAID, 1990, p. 50).

No âmbito das narrativas sobre as apresentações teratológicas, Courtine (2013) destaca a alteridade geográfica do objeto, como na primeira regra de construção da curiosidade humana, que, na leitura do autor, se expressa como um efetivo dispositivo de poder. Assim, “[...] o monstro é estranho porque é estrangeiro” (COURTINE, 2013, p. 100)⁴⁹.

⁴⁹Acerca dessa discussão, Courtine (2013) compreende o corpo anormal como uma espécie de intermediário imaginativo, que não necessariamente encontra substrato de significação no universo do sobrenatural ou da genealogia científica, mas a partir de uma cultura urbana própria e intermediada pelas imagens. Expressões como a propaganda, as narrativas, as fotografias e postais contribuíram para as novas formações discursivas sobre o monstro, fatos que merecem maiores reflexões.

Os corpos do selvagem, do deformado e do exótico assumiram na experiência da alteridade a função de objeto de afirmação e legitimação de uma série de valores para a manutenção do *status quo* social. Como imagem e personificação da virulência e da degeneração social, o corpo anormal deveria ser objeto de toda a manipulação para aproximá-lo do europeu médio ⁵⁰.

O risco da degeneração social pode ser apontado como uma das ameaças às instituições eurocêntricas. De acordo com Stiker (2008), a degenerescência corresponde à concentração de todas as taras que estão inseridas no corpo, acarretando o risco da decadência a uma espécie ou indivíduo. Cabia ao europeu civilizado a missão de procurar e regenerar os desvalidos que compõem o resto da humanidade – concepção historicamente difundida como “o fardo do homem branco”. Em outras palavras, por detrás das grades do zoológico humano, o selvagem serve para ensinar a civilização e demonstrar seus benefícios que se fundamentam na hierarquia natural “das raças” (COURTINE, 2008, p. 260-1) ⁵¹.

Assim, o tanto o corpo do monstro, com deformidades, e o corpo estrangeiro, do hotentote negro ou ameríndio, com base na racionalidade etnocêntrica e em imaginários a partir do princípio da norma, convertem-se em corpos úteis a novas expressões do capital. Em síntese, esses corpos, tratados como mercadoria, se inscrevem no princípio da instituição da escravidão (LOSURDO, 2006) e, posteriormente, ao uso do corpo anormal na incipiente indústria de entretenimento de massa (COURTINE, 2008; 2013) ⁵².

50 A norma, neste cenário pode ser assumida como a “expressão do homem médio”, não se tratando da identificação direta a um modelo ou a um contra modelo, mas da identificação relativa dos indivíduos uns em relação aos outros em função de uma norma social e de desvios aceitáveis a essa norma (STIKER, 2008, p. 372).

51 De acordo com Amaral (1994, p. 24), sejam conscientes ou inconscientes, admitidas ou inconfessas, as emoções perpassam as relações estabelecidas, ou a estabelecer, entre pessoas com anomalias, deformidades e as não categorizadas como tal. Estabelece-se a anormalidade e o corpo com deficiência como uma analogia à assimetria, a disfunção e o desequilíbrio, elementos de ameaça da existência do outro (AMARAL, 1994).

52 Losurdo (2006), filósofo italiano da corrente marxista realiza uma densa crítica ao liberalismo, ao capitalismo e ao colonialismo. De acordo com o teórico o liberalismo constitui os seus próprios elementos de contradição. Esses mecanismos de contradição expressam-se, por exemplo, no questionamento proferido por Josiah Tucker, padre e economista inglês do século XVIII: “Nós [britânicos] os orgulhosos Campeões da Liberdade e os declarados Advogados dos Direitos naturais da Humanidade, nos dedicamos a esse comércio desumano e criminoso, mais profundamente do que alguma outra nação” (LOSURDO, 2006, p. 26). Historicamente, destaca-se o papel dos corpos na economia dos países liberais, como a Inglaterra: “O *Liverpool Courier* de 22 de agosto de 1832 calculava que 3/4 do café britânico, 15/16 do seu algodão, 22/23 do seu açúcar e 34/35 do seu tabaco eram produzidos por escravos” (LOSURDO, p. 25). Sendo assim, dispositivos de poder de natureza política, discursiva, moral e social deveriam ser concebidos para a legitimação de expressões de domínio dos corpos, em tese, contraditórios à doutrina liberal que preconiza a liberdade do indivíduo. Todas as estratégias de controle dos corpos convergem para a desumanização do outro, estigmatização do corpo, constituição de uma identidade negativa acerca do “selvagem” e o caráter ético e caritativo relacionado ao processo civilizacional daqueles que não pertencem ao velho continente. Assim, na obra de Losurdo (2006) é evidente, além dos processos de contradição, as diversas construções teóricas, morais, políticas e sociais acerca da corporeidade advindas de sujeitos em privilegiada posição dentro das relações de poder-saber, nos séculos XVIII e XIX, as quais legitimavam a apropriação, dominação e a disciplinarização da corporeidade hotentote/anormal pelo capital

Assim, o monstro assume, segundo Courtine (2008), o modelo de todos os pequenos desvios, transgressor de todas as leis e quadros, cumprindo como missão dentro da rede de funções o papel de manutenção do *status quo* da “cultura da normalidade”, mecanismo sutil de controle social:

[...] a extensão do domínio da norma se realizou através de um conjunto de dispositivos de exibição do seu contrário de apresentação de sua imagem invertida. Sem a necessidade alguma de meios coercitivos, no entanto, para essa pedagogia de massa, bem o contrário de um espaço panóptico e de uma vigilância do estado [...] (COURTINE, 2008, p. 261).

Nessa direção, o corpo do monstro como analogia ao anormal e aos desvios humanos legitima concepções consideradas indispensáveis para a adequada vivência dentro de uma coletividade. Legitima-se o jogo assimétrico presente nas relações de poder, a subjugação dos selvagens colonizados, o respeito irrestrito às instituições legais e ressalta-se a importância das medidas de profilaxia e de saúde. (COURTINE, 2008).

Por mais que a leitura de Courtine (2008) aproxime a imagem do corpo do monstro dentro de uma perspectiva moral e da norma, e dentro de uma leitura de monstrosidade tecida por Foucault (2001), em obra posterior o próprio Courtine (2013), ainda em diálogo com a genealogia dos poderes foucaultiana, ressalta a necessidade de observar certas inadequações das generalizações entre o que ele chama de “monstro natural” e o “monstro criminal”. Ou seja, por mais que as expressões da medicina e da lei sejam o substrato conceitual do criminoso e da deformidade anatômica, esta apresentou outros modos de existência ao longo dos séculos XVIII ao XX (COURTINE, 2013, p. 116).

Assim sendo, esse modelo de corpo anormal nas instâncias do tecnicismo do saber médico e da legitimação jurídica, para Courtine (2013), não contempla integralmente os olhares acerca desse fenômeno. O corpo monstruoso, concebido historicamente à época das

(corpo como mercadoria). Dentro do espectro político e econômico, expoentes como John Locke, Adam Smith e Stuart Mill se identificavam com essa corrente e defendiam princípios como: liberdade econômica, redução do poder do Estado, liberdade política, defesa da propriedade privada, a luta contra o absolutismo, dentre outros elementos e perspectivas teóricas que subsidiaram discursos de poder e, conseqüentemente, de opressão de corpos, como o do escravo negro (LOSURDO, 2006). Necessita-se criar discursos de verdade em que se atenuem as contradições essenciais da doutrina liberal. Tais produções discursivas baseiam-se nos seguintes argumentos: a escravidão como “bem positivo” e necessário para o desenvolvimento civilizacional; a desumanização do outro, seja bestializando-o ou condicionando-o a uma menoridade, como a figura do negro, sendo necessário a sua tutela; legitimar a escravidão a partir da leitura de dispositivos normativos máximos da nação, reconhecendo o corpo do negro como propriedade (LOSURDO, 2006). Outra maneira de exercício do poder se dá no exercício da violência, seja institucionalizada e reconhecida dentro do ordenamento jurídico ou como pleno exercício do direito natural à guerra, pois rebeliões ou qualquer insurreição por parte da corporeidade negra e ameríndia consistia em uma transgressão contra as leis divinas: “O processo de escravidão e as práticas genocidas entrelaçam-se fortemente” (LOSURDO, 2006, p. 33).

Luzes do século XVIII, também pode ser compreendido a partir de singulares e emergentes formas de domínio e relações de poder. A apropriação do corpo pelo capital se especializa e, assim, são concebidos emergentes dispositivos de poder, imbricados com as transformações sociais, dentre elas o êxodo rural, o crescimento das grandes capitais Europeias e o estabelecimento de uma cultura urbana com forte apelo imagético (COURTINE, 2013).

Courtine (2008, 2013) assinala que o corpo anormal experimentou no século XVIII um período de intensa exposição nas ruas, nos parques, nos teatros, nos *freak shows*, ou nas Grandes Exposições Universais, com a capacidade de promover o riso, a estranheza e a repulsa, dentre outros processos emocionais. A grande difusão de apresentações burlescas das corporeidades anômalas extrapolou as produções mambembes e rudimentares, as feiras religiosas ou a simples exposição das excentricidades humanas nas ruas e tornou-se uma verdadeira “fábrica de monstros”, um fenômeno comercial, alimentando um lucrativo comércio que antecedeu o que hoje conhecemos por divertimento de massa:

As feiras e as ruas do século XVIII oferecem aos olhares do habitante citadino um universo diferentemente desencantado, onde as deformidades anatômicas se comercializam ao se teatralizarem, e nas quais o exercício da curiosidade popular se inscreve mais em uma cultura da diversão (COURTINE, 2013, p. 96).

A monstrosidade humana se torna então objeto comercial como qualquer outro [...] torna-se um produto que dispõe de um considerado valor agregado comercialmente em um mercado de massa, que satisfaz uma demanda crescente e desperta sem cessar novos apetites do olhar (COURTINE, 2008, p. 264).

As relações que as corporeidades anormais estabelecem em sua realidade se projetam no palco, na cênica, no onírico, colocando luz em uma construção cultural e discursiva da anormalidade para além dos campos dos saberes médicos, do espectro religioso ou da jurisdição, estando inserida na lógica da sociedade do espetáculo: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 2003, p. 13) ⁵³.

De acordo com Debord (2003), a sociedade na expressão do espetáculo se processa a partir das relações sociais mediadas por imagens, consistindo, simultaneamente,

53 Courtine (2008, 2013) apresentou consideráveis apontamentos sobre a produção de imagens e discursos sobre os corpos anormais para além dos saberes médicos e jurídicos, elementos que tratavam o corpo como mercadoria e alimentou uma incipiente indústria do entretenimento. Debord (2003) contribuiu para nossas discussões com a ciência dos mecanismos e dispositivos que proporcionaram à imagem status de objeto de consumo e mercadoria.

em resultado e projeto de modo de produção existente. Na leitura do teórico de origem marxista, a linguagem do espetáculo é constituída de signos provindos da produção reinante, que ao mesmo tempo respondem pelo princípio e pela finalidade da produção (DEBORD, 2003, p. 15).

A sociedade do espetáculo, para Debord (2003), corresponde a mais uma especialização do poder. Courtine (2008, 2013) afirma que o corpo anormal, neste cenário, se distancia da ideia do exercício do poder dentro da lógica de repressão ou exclusão, inscrevendo a produção da norma a partir de técnicas positivas de poder, ou seja, exerce atração, seduz, estupefaz, fascina e diverte. “A exibição monstruosa surpreende e inquieta, em seguida tranquiliza e finalmente diverte. O homem sem braços faz rir” (COURTINE, 2008, p. 103-104).

Desde modo, as técnicas de poder se estabelecem no cotidiano, ao acesso do olhar, como menciona Machado (1979, p. XII), na realidade concreta dos indivíduos, no território que se situa ao nível do próprio corpo social, caracterizando-se no exercício dos micropoderes. Assim, tais considerações corroboram a leitura das relações de poder em Foucault, que não perpassam fundamentalmente a violência ou o direito ou mesmo se supõe relações contratuais ou repressivas (MACHADO, 1979, p. XV). “O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (MACHADO, 1979, p. XVI). Para Foucault (1979, p. 148-149), se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse por meio da censura, da exclusão, do impedimento, ou seja, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Assim, “Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 149).

A disseminação de imagens, atingindo as sensibilidades do corpo social, a consciência coletiva sobre corpo e civilização não deve ser considerada estratégia do poder desprovida de materialidade. Segundo Foucault (1979, p. 148), é um erro creditar a tese de que o poder nas sociedades burguesas e capitalistas parte da negação da realidade do corpo em favor das concepções de alma, identidade e consciência: “Na verdade nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder...” Deste modo: “Não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. 145).

Na história dos olhares não podemos esquecer que em períodos anteriores houve a predominância do conhecimento de ordem teológica, na tônica da evidência dos infortúnios

físicos do corpo, bem como, na ojeriza que o corpo anormal/selvagem acarretava às vistas do europeu civilizado proporcionando mal-estar e medo da degeneração social. Enfim, para esse corpo adquirir status de mercadoria, se fez necessário a concepção de diversos mecanismos basilares para a manutenção e retroalimentação da sociedade na perspectiva do espetáculo, que são: as formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo do entretenimento (DEBORD, 2003, p. 15). É pertinente contextualizar como esses elementos se mostram imbricados na fabricação do monstro moderno.

Segundo Courtine (2013, p. 98), o fascínio dos monstros modernos, a partir de dispositivos de curiosidade, era alimentado por novas expressões da publicidade, na abundância de cartazes publicitários, de anúncios publicados em almanaques e cartões-postais com discurso convidativo, incitando a população a não resistir à curiosidade aos prodígios humanos: “estranheza, raridade, unicidade, novidade. Estas regras de construção do ser curioso fornecem a todos os anúncios, seu preâmbulo” (COURTINE, 2013, p. 102).

Por mais que as formações discursivas do monstro se inscrevessem em um modo de produção urbano, eram ancoradas em contos e mitologias das regiões rurais, o insólito do imaginário camponês (COURTINE, 2013, p. 106). Não podemos nos esquecer de que o grande crescimento das cidades se processava devido ao êxodo das regiões rurais, possibilitando a identificação, ou um “já visto”, com os objetos contemplados. Outra importante estratégia de conversão do corpo anormal em objeto de consumo é o apagamento do aspecto nocivo, da incompletude do corpo e do dano, visto que: “os monstros se naturalizam, os corpos são oferecidos ao olhar em uma espécie de literalidade anatômica” (COURTINE, 2013, p. 102).

Na linguagem do espetáculo se faz necessário o apagamento da imagética da degenerescência, do grande medo da extinção da civilização, da incompletude corporal e do risco à integridade física. Como mencionado, o selvagem e o monstro moderno serviram de pertinente dispositivo de poder e instrumento normalizador no sentido moral, sexual, e para o cuidado de si. Além dos dispositivos de curiosidade desenvolvidos pelos instrumentos de mídia publicitários, foi necessário teatralizar as apresentações teratológicas, colocando em cena a exibição de feitos cotidianos e proezas viris como forma de estabelecer a completude e anulação do espectro da periculosidade do corpo anormal. Ou seja, esses corpos performavam a condição de corpo produtivo.

Para Courtine (2013, p. 103), a realização dos feitos do cotidiano integra as corporeidades anormais aos ritos mínimos da sociabilidade, restituem seu estatuto de

indivíduo e o livram da inquietante excentricidade corporal que os marcam. Na narrativa deste corpo: “O objeto perdido foi recuperado, a tarefa cumprida, a busca pode interromper-se, a história se encaminha para um final feliz” (COURTINE, 2013, p. 103).

Na experiência da alteridade os ritos do cotidiano se teatralizavam, deslocando o monstro para o espaço real a partir de elementos identitários do europeu médio, advindo das áreas rurais, a massa desocupada que, como afirma Courtine (2013), não estava familiarizada com a cultura visual e urbana. Reconhecer-se no feito das excentricidades humanas, vide as mitologias associadas a essas figuras, a execução de ritos do cotidiano, ou mesmo da construção da masculinidade e o desempenho de atividades viris, proporciona uma específica expressão do poder que ensina enquanto diverte, como menciona Courtine (2008, 2013). Nesse cenário, a mercadoria, assumida na perspectiva da imagem desse corpo, adquire grande relevância dentro das relações de poder, estabelecendo efetivos processos de alienação:

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos ele vive, quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes, menos compreende sua existência. [...] A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhe apresenta. (DEBORD, 2003, p. 26).

Debord (2003) acrescenta que o espetáculo na sociedade representa a fabricação da alienação. A sociedade, sob a instância do fetiche pela mercadoria, acaba dominada por coisas suprassensíveis, embora sensíveis, ou seja, mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, mas que ao mesmo tempo se reconhecem como sensíveis por excelência.

Assim sendo, Courtine (2008, 2013) não rompe com as concepções substanciais advindas da teoria foucaultiana e de sua genealogia do poder. A história do corpo anormal dentro da perspectiva das relações de poder também se expressa a partir do domínio sutil, dentro das instâncias do olhar, e concebendo um sistema de vigilância que ao mesmo tempo ensina a norma e promove o divertimento (COURTINE, 2008, 2013). A grande intenção não é normalizar o anormal, mas transmitir a norma aos normais.

A concepção da exibição do insólito das corporeidades e a transfiguração do corpo como mercadoria convergem para a perspectiva foucaultiana a partir de sua compreensão como dispositivo de poder, ou seja, segundo Courtine (2013, p. 121) essas apresentações teratológicas representam um elemento dentro de um conjunto de dispositivos

com os quais se ensina a civilização a partir da concepção de uma cultura visual no espaço urbano, seja no velho continente, seja na América. Segundo Courtine (2013, p. 121), o entendimento de dispositivo se desloca conceitualmente para um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, arranjos do ambiente urbano, decisões regulamentares e leis, saberes e proposições filosóficas, os “ditos e os não ditos”. (COURTINE, 2013, p. 121).

Foucault (1979), em sua genealogia do poder, disserta sobre como o exercício do poder proporciona as condições para sua contradição, a intensa exposição do corpo anormal e a sua desvinculação do onírico, de prodígio, mas estes corpos se aproximam de uma “condição humana”. Nesse processo, para continuar a assumir a condição de mercadoria, mais estratégias são necessárias nas produções discursivas acerca do monstro: “[...] imaginar ficções, fabricar signos construir cenas, semear aparências, inventar ilusões ópticas, que ao mesmo tempo possam representá-los e colocá-los à distância” (COURTINE, 2013, p. 112).

Todavia, no fim do século XVIII os sentidos sobre a monstruosidade ganharam novas projeções em virtude da conformação de novas sensibilidades que influenciaram na atenção ao destino social e ao tratamento ético-moral das deformidades humanas.

Apoiado pelo rigor das autoridades e amparado pelo interesse caritativo da opinião o médico leva a melhor sobre o saltimbanco, o hospital suplanta o entra-e-sai, e o corpo do monstro, arrancado do teatro do disforme, torna-se com todo o direito tema de observação médica e objeto de amor moral. (COURTINE, 2008, p. 287).

Courtine (2013) aponta para mudanças com relação à cultura visual da sociedade ocidental, ou seja, o monstro encarnado no corpo anormal não é digno da expressão do riso da plateia a partir do abandono dos dispositivos de exibição. O olhar do transeunte se recalca a partir da tônica moral, principalmente a partir da legitimidade dos dispositivos legais. Assim, esse corpo se circunscreve ao espetáculo do olhar da instituição médica. Em síntese, conforme Moulin (2008, p. 19), o exibicionismo da doença não é mais admitido, reduzido pelo ideal de deficiência.

É inegável o caráter imagético que constitui a sociedade contemporânea, no qual o fluxo de informações por advento dos recursos tecnológicos comunicacionais atinge um enorme poder de difusão. Desse modo, será que a observação médica suplantou a exibição das excentricidades vivas enquanto objeto de consumo imagético? De acordo com Foucault (1979), o poder e todas as relações que o constitui estão sempre em constante especialização, deslocando-se, investindo em outros lugares, (re)organiza-se as peças dentro do complexo corpo social.

3.2.3 O corpo sob a exclusividade do olhar médico-legal, a caritas e as novas expressões do poder

Desde o final do século XVIII observaram-se discussões teóricas sobre os corpos com deformidade e as raízes de suas manifestações fenotípicas, entre elas: a repetição errônea de certas estruturas, a expansão desmedida ou a atrofia das estruturas corporais a partir de campos de conhecimento como a medicina, a biologia, a embriogenia e a anatomia comparada (STIKER, 2008; COURTINE, 2008).

Por intermédio da manipulação em laboratórios e nas descobertas da teratologia experimental postula-se que o corpo fora da norma orgânica é a expressão de uma ordem, ou seja, que segue alguma regularidade (COURTINE, 2008). Como evidencia Foucault em suas diversas obras: nada se distancia da norma. Evidências para essa afirmação foram sustentadas nas pesquisas em embriologia e genética e o olhar para as mutações cromossômicas que poderiam ser produzidas em laboratório, as deformidades como produto da hereditariedade e os efeitos teratológicos do meio ambiente, por advento da poluição industrial e das guerras: “Com efeito, a partir da década de 1880, todo um feixe de indícios confirma que o caso Tocci [irmão siameses] não é algo isolado, mas que aparece por toda parte na Europa [...]” (COURTINE, 2008, p. 287).

Concebem-se a construção de novos paradigmas sociais, nos quais o corpo do “monstro” torna-se objeto de apreciação das “ciências do corpo” (como a medicina, a biologia, a embriogenia e a anatomia comparada) (COURTINE, 2008).

Segundo Courtine (2008, p. 289), a teratologia científica finda definitivamente com a monstruosidade como manifestação diabólica ou divina, aberração curiosa e produto grotesco. Desse modo, essas descobertas são produtos de uma cultura da observação médica, a partir da racionalização dos olhares sobre o corpo monstruoso, promovendo, dessa maneira, a legitimidade científica no plano da existência dessas expressões corporais na realidade (COURTINE, 2013, p. 129).

Isso posto, o olhar médico e o corpo de conhecimento inerente da razão científica promoveram uma leitura organicista da realidade, bem como dos agrupamentos sociais, não ficando à margem deste novo paradigma do Processo Civilizador o corpo anormal, monstruoso, conforme anteriormente descrito por Courtine (2008). O olhar médico reina em exclusividade sobre a exibição das anormalidades corporais, decidindo sobre o que pode e o

que não poder ser visto acerca dessa matéria (COURTINE, 2013, p. 130-131).

Na intersecção entre o olhar caritativo, os saberes médicos e a legitimação jurídica nascem as primeiras medidas do corpo anormal como objeto de institucionalização – cliente das instituições asilares. Esse capítulo da história das anormalidades corporais, de acordo com Courtine (2013, p. 117), pode ser denominado como o período de “Normalização dos Anormais”, que corresponde ao movimento das sociedades compreendidas dentro do modelo democrático em perceber as anomalias à maneira de “anatomias ordinárias” ou dentro de projetos vinculados a sua reeducação. Courtine (2013) acrescenta que no final do século XVIII e no século XIX, no seio da medicina das Luzes, multiplicam-se instituições e o arcabouço de técnicas ortopédicas no intuito de favorecer a reinserção social desses corpos por meio do trabalho, e estatizar o dever da assistência para aqueles acometidos pelos infortúnios do corpo.

O papel das instituições na perspectiva de Foucault (2009) converge para a dominação e o controle social. Sendo assim, na leitura do autor, os espaços institucionais fundamentam-se na normalização do corpo a partir de um código disciplinar e de um sistema de vigilância específicos à natureza destes estabelecimentos. O corpo anormal, até então assumido como signo de ameaça ao outro e às coletividades, resigna-se a um sistema de valores institucionais. Conforme Foucault (2009, p. 126-127): “a disciplina tem o poder de converter multidões confusas ou perigosas em multiplicidades organizadas”.

Courtine (2013) menciona importantes transformações no processo civilizador da sociedade ocidental, evidenciada na comiseração dos infortúnios dos corpos anômalos, na “sociedade dos bons costumes”, proporcionando o que o autor (2013) denomina de “economia da compaixão”, materializada a partir da censura moral, administrativa e médica dos sofrimentos desse corpo enfermo, que transcende a simples arrecadação de donativos ou a concepção de instituições de apoio e assistência aos enfermos (COURTINE, 2013, p. 136).

Esse espírito, de acordo com Courtine (2013) que teve por expoente dispositivos relacionados ao universo da ficção, a partir dos romances, da ciência, do direito e da moral da episteme do XIX, produziu paradoxais perspectivas, como uma relação de “empatia” ao próximo ao mesmo tempo em que crescia proporcionalmente o distanciamento do objeto assistido, assim como: “Esta terá sido uma das descobertas científicas, literárias e estéticas essenciais do século XIX, cuja herança nos foi integralmente transmitida: os monstros têm uma alma. São humanos horrivelmente humanos” (COURTINE, 2013, p. 137).

Os conflitos mundiais da primeira metade do século XX, segundo Courtine (2013), proporcionaram um choque no coração da cultura perceptiva, pois os sequelados de guerra, vítimas de amputações, a iminência da morte e o olhar para o espetáculo dos corpos desmembrados, infligiram na sociedade a experiência coletiva dos sofrimentos físicos e da vulnerabilidade do corpo. A partir disto, a massa de desvalidos orbita o universo da culpa do corpo social, das obrigações de ordem moral dentro de uma cultura médico-social da reparação (COURTINE, 2013, p. 139).

A partir da produção discursiva, o século XIX separou o corpo do monstro do corpo enfermo, enquanto ao primeiro cabia o julgo da instituição penal, ao segundo foi reservado a reeducação. Já o século XX substitui o mutilado pelo enfermo, observado na invalidez, no *handicap*, uma insuficiência que necessariamente deve ser compensada (COURTINE, 2013, p. 139).

Para tais fins corroboraram uma série de acontecimentos de ordem política, social e moral, que tangenciaram os olhares, dentre eles o reconhecimento dos direitos sociais (BOBBIO, 1992; ROCHA, 2006), o estabelecimento de instituições de caráter supranacionais, como a ONU e as políticas de bem-estar social que buscavam o reestabelecimento da ordem diante as perdas materiais, econômicas e sociais proporcionadas pelo período entre guerras. Em virtude das expressões políticas e sociais proporcionadas pelo período dos grandes conflitos mundiais, organizações de caráter supranacional com a missão de difundir uma cultura da paz, o olhar para populações historicamente segregadas, possibilitou a ressignificação da anormalidade corporal a partir de uma emergente cultura institucional e política e o atravessamento histórico do olhar para o corpo anormal:

Em suma: as sociedades democráticas de massa pretendem converter o corpo anormal em corpo ordinário. E dessa forma elas se transformaram em espaço de um conflito entre a razão política e singularidade do olhar: a razão política reivindicando um tratamento igualitário dos indivíduos, não importando suas aparências e singularidades do olhar registrando o desconforto diante da deformidade corporal, mesmo que, simultaneamente percebida e gomada, lembrada e negada, na multiplicidade do que hoje chamamos de “diferenças”. Visto que este é precisamente o termo escolhido, nas sociedades democráticas, para proclamar – por causa de um recalçamento deliberado do olhar pela razão – a igualdade entre os corpos. (COURTINE, 2013, p. 142).

Instauram-se dispositivos discursivos e legais que regimentam as sociabilidades do corpo anormal na realidade da cultura ocidental, firmam-se pactos, agendas de compromissos no sentido da reparação histórica, buscou-se restaurar a humanidade do corpo

anormal para além do plano das sensibilidades e do olhar caritativo, regimentando novas expressões acerca dessa corporeidade a partir do exercício do poder. Entretanto, o corpo anormal ainda dialogava com olhar historicamente e culturalmente construído, a sombra da compreensão como dispositivo de poder na ordem da disciplina, da norma e da moral (COURTINE, 2013).

No desenvolvimento dessa singular história do corpo, em específico do corpo com deformidades, ou o “corpo ou pessoa com deficiência”, suportou ao menos três singulares representações: a investida dos signos da tradição judaico-cristã na figura da personificação do pecado; como atração teratológica, e sob a tutela da legitimidade médico-legal e do olhar caritativo das mazelas orgânicas, a partir da institucionalização do *handicap*.

J. J. Courtine acrescenta importantes considerações acerca dos estudos da deficiência, no sentido de constituir o elemento imagético como substrato de significação e difusão de sentidos acerca dos anormais, o que hoje compreendemos por corpos com deficiência. Ademais, o teórico coloca em discussão o universo do entretenimento de massa como maneira sutil de disseminar a norma corporal, moral e civilizatória a partir de projeto de poder de ordem iluminista, eugenista e liberal. Assim, reconhecemos a especialização do poder, que se manifesta para além dos regimentos legais e dos saberes médicos.

Entretanto, Courtine (2008, 2013) pouco desenvolveu os conflitos que se manifestaram nas relações de alteridade entre os espectadores e as excentricidades vivas. Será que os corpos disformes, artistas e atores das apresentações teratológicas eram apenas objetos de apreciação? Não desenvolveram processos de resistência? Ou a passagem do corpo saltimbanco para corpo clínico e objeto de apreciação médica só se procedeu devido a mudanças do processo civilizacional da sociedade ocidental? Ou seja, os corpos anormais apenas se configuraram como elemento de referência à norma? A história dos olhares, na tônica das corporeidades anormais, precisa ser direcionada para outros horizontes teórico-políticos.

3.3 As corporeidades anormais a partir das lentes de Foucault e Courtine: considerações e diálogos contemporâneos

[...] mesmo que uma atitude neutra e objetiva fosse possível, na produção do conhecimento, o produto dessa atividade, ao ser absorvido socialmente, não seria neutro, pois na prática social, teria sempre o caráter de legitimação ou denúncia
(RODRIGUES, 1975, p. 5).

Pensando o espaço de produção de conhecimento como arena política de exercício do poder, com o desenvolvimento histórico-social da sociedade ocidental observou-se incipientes movimentos de rupturas epistêmicas e novas legitimidades na constituição de saberes, reflexões, concepções teóricas e leituras da realidade no escopo das ciências humanas e sociais. A legitimidade do conhecimento produzido perpassa um processo de lutas, que o atravessa, constitui e determina as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 2009). A possibilidade de ruptura e a crítica a saberes e disciplinas estabelecidos com a ritualística universitária, por exemplo, foram tópicos elencados por teóricos como Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês e professor catedrático da cadeira de “História dos Sistemas do Pensamento”, e Jean Jacques Courtine (1945), linguista e professor de Antropologia histórica e cultural na *Université de la Sorbonne/Paris III*. Ambos os teóricos buscaram compreender, dentro de seus campos de investigação ou interesse epistêmico, os interstícios das relações sociais e dos fenômenos que dão sentido ao corpo como fenômeno social e político a partir de elementos como o saber, o discurso, a linguagem, o poder e seus mecanismos e as instituições de controle social.

Sublinhamos a importância desses teóricos diante de suas considerações acerca da natureza epistêmica e política do corpo, rompendo com a hegemonia das ciências naturais e da saúde como forma de significar esse elemento. O corpo, espaço da tangibilidade e das utopias, não é suportado apenas por um saber circunscrito dotado de neutralidade científica, é elemento interdisciplinar, complexo, e atravessado por saberes, produto da episteme (do coletivo de discursos) de dada realidade sócio histórica⁵⁴. Ademais, o corpo, enquanto elemento discursivo e imagético (uma outra possibilidade de expressar o discurso), conforma-

54 Segundo Japiassu (1976, p. 75) a interdisciplinaridade caracteriza-se quando se consegue incorporar os resultados de várias especialidades, tomar por empréstimo de outras disciplinas certos elementos e técnicas metodológicas, fazendo o uso de esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los interagirem e convergirem de pois de terem sido comparados e julgados.

se no plano dos sentidos e significados, enquanto objeto das relações de saber (COURTINE, 2013).

Assim, as contribuições teóricas de Foucault e Courtine assumem pertinência tanto no plano da construção do conhecimento como no escopo metodológico desta pesquisa em virtude do estudo acerca das “corporeidades anormais”. No corpo e a partir de suas marcas simbolizadas (pelo discurso teológico, médico/clínico, institucional/legal, pelo capital, pelas sensibilidades) se compreende as assimetrias entre as diversas categorias sociais, as condicionantes e legitimidades que alicerçam a violência simbólica e discursiva, o controle e a opressão, o recalçamento da subjetividade, entre outros fenômenos relativos às iniquidades sociais, bem como os processos de lutas e resistência, contra poderes, por advento de saberes e produções discursivas críticas aos fenômenos anteriormente descritos.

Conforme mencionado na seção intitulada **Os paradigmas da deficiência**, o corpo com deficiência, historicamente, na produção cultural da sociedade ocidental, foi a referência viva, discursiva e imagética da norma. Direta ou indiretamente, no plano dos saberes, ao vislumbre do olhar, o corpo com deficiência (o corpo anormal) – e demais expressões corporais, como: o corpo negro/hotentote, o corpo gordo, o corpo excêntrico, estrangeiro ao modelo societal ocidental iluminista, liberal e eugênico – nos remetem à norma civilizacional. É interessante ressaltar a necessidade de um olhar interseccional para o corpo com deficiência (corpo anormal) para compreender as experiências comuns de opressão social compartilhada pelos corpos fora da norma⁵⁵. Ademais, diversos segmentos sociais, no período das grandes transformações políticas e sociais da década de 1950 compreenderam os processos de estigmatização comuns a diversas corporeidades, compondo coletivamente possibilidades e resistências (COURTINE, 2013).

Fenômenos como a violência e a banalização da barbárie na imposição da soberania; a institucionalização do corpo a partir dos espaços da disciplina ou via chancela e legitimação de dispositivos jurídicos, a (re)organização dos saberes, e a confecção de imagéticas e narrativas como propósito de remeter à norma e a massificação do domínio, tão presentes nos escritos de Foucault e Courtine, ainda se manifestam em discursos e imaginários sociais da contemporaneidade. Como menciona Foucault (1979) em sua microfísica, o poder se especializa, ou seja, adquire novas nuances e se manifesta em emergentes dispositivos. Contudo, deficiência, ou corpo com deficiência, enquanto categoria

⁵⁵ Na seção **Paradigmas da deficiência** discutimos a interseccionalidade como maneira de compreender as diversas expressões do corpo com deficiência.

analítica, não se circunscreve às orientações de dispositivos legais, sendo necessário o exercício da crítica e a análise dos atravessamentos de poderes e saberes que conformam o significado social desse conceito.

Ou seja, assumir como discurso de verdade as impressões das legitimidades legais, como a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2007), fato comumente observado nas produções acadêmicas relativas ao tema, desconsidera os atravessamentos e as contradições inerentes que compõem a rede de sentidos e significados de uma coletividade. A produção de sentidos acerca do corpo com deficiência também não deve ser circunscrita a uma linha temporal positivista (como comumente ocorre), gradativa e polarizada entre a exclusão social e a inclusão dos corpos historicamente estigmatizados.

A concepção positivista de corpo com deficiência mostra-se tão evidente que se assume como polaridades políticas a compreensão de sua inclusão/exclusão, por exemplo. De acordo com Foucault (1979) e mesmo Spinoza (2009), é inverossímil se conceber exclusão em senso estrito como sinônimo de separação, apartamento deste corpo em relação a sua dinâmica social. Conforme os referidos teóricos, nos constituímos em singularidade, ou como expressão política, a partir da relação com outros corpos. O que podemos conceber são os efeitos do poder, que ora decompõem o *conatus*, a potência de existência dos corpos (que não deixa de se configurar enquanto projeto de poder), ora os processos de assimetrias que reduzem os espaços de possibilidade social, apropriação da realidade e de exercício de poder por parte de específicas categorias sociais. A difusão da norma não seria efetiva sem a existência de uma pedagogia das massas a partir da exibição do contraditório, da imagem invertida, do monstro (COURTINE, 2008). Segundo Courtine (2008) e Foucault (2001), o monstro remete à lei, ou seja, à norma civilizacional. Incluir e excluir podem ser compreendidos como estratégias de poder, formas de se compreender e estabelecer a relação entre as corporeidades. Em suma, não são processos antagônicos, em natureza.

Trata-se de uma problemática de extensa complexidade e na qual esta pesquisa não projetou restrita atenção. Entretanto, a contribuição reflexiva acerca dos sentidos de corpo com deficiência mostrou-se de valia para a construção de debates e críticas mais fecundos na produção acadêmica, nas arenas políticas institucionalizadas, nos movimentos sociais da pessoa com deficiência e com relação às políticas de “inclusão” dos corpos com deficiência em sua dinâmica social. Não podemos pensar as políticas relativas a pessoas com deficiência sem a presença do corpo (como objeto de sentidos/significados que exerce relações de poder-saber e é afetado por elas).

Dada a importância do corpo como substrato de significação para se pensar a categoria analítica da “deficiência”, nesta seção realizamos um exercício discursivo e imagético, no qual, na sutileza do olhar e da imagem, como manifestação de um discurso, ainda são remanescentes as sutis projeções da norma corporal da sociedade ocidental do século XVIII, interseccionada por projetos de opressão numa perspectiva iluminista (eurocêntrica), eugênica e liberal de civilização. As lentes epistêmicas de Foucault e Courtine evidenciaram o quanto os corpos e a sua compreensão ainda estão submetidos a históricos projetos de saber-poder, no nosso caso específico, em imagens veiculadas nas mídias contemporâneas nacionais e internacionais. Como evidenciou Courtine (2008, 2013), na sutileza das imagens enquanto dispositivo de poder, ou como dispositivo de curiosidade, se inscreve a estética dos corpos disformes, exóticos, anormais, dentro de uma cultura popular e nas diversões em massa, difundindo um ideário de corpo e de modelo moral/civilizacional.

As “jaulas midiáticas”⁵⁶ contemporâneas encarceram as diversidades corporais a partir de imaginários sociais que nos lembram a exposição pública nos museus e nos zoológicos humanos⁵⁷, as casas de espetáculos, os “entra-e-sai” e as grandes Exposições Universais. Nas relações de alteridade entre os corpos intermediada por imagens e discursos os atores sociais se reconhecem enquanto identidade, destacam seus papéis sociais e se subjagam ao processo civilizacional hegemônico.

Atualmente os *reality shows* representam uma produção midiática de grande difusão e apelo popular. Não por acaso, no Brasil, existem produções deste gênero com mais de 20 anos de exibição ininterruptos, mobilizando as subjetividades e revelando um verdadeiro voyeurismo em massa. Tais programas possuem por objetivo retratar os acontecimentos fruto da realidade, sem a presença de personagens ou enredos ficcionais, sejam no gênero de sobrevivência, ou aqueles que retratam o cotidiano de sujeitos famosos ou anônimos.

Se entre os séculos XVIII e XX os cartões-postais foram os veículos de difusão da imagem dos corpos anormais, disformes ou estrangeiros aos olhos da sociedade ocidental, na

⁵⁶ Quando utilizamos a terminologia “jaulas midiática” nos referimos a toda produção de imagem e som, como a televisão, o cinema, a propaganda os veículos impressos de mídia, que difunde imaginários e discursos que remetem aos propósitos das diversões em massa do século XVIII. Assim, a indústria de entretenimento, de acordo com Courtine (2008, 2013), concebia a atmosfera, os elementos cênicos, as narrativas e particularidades dos espetáculos vivos em exposição, aspectos que não são divergentes das produções televisivas e cinematográficas atuais.

⁵⁷ Os zoológicos humanos dos séculos XVIII e XIX ainda produzem expressões na contemporaneidade. Tal fato pode ser observado na seguinte matéria jornalística: “**Após 114 anos, zoológico dos EUA se desculpa por exibir jovem negro em jaula de macacos**”, publicada em 2020 pelo canal BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53939919>. Acesso em: 13 fev. 2022.

atualidade e por advento das tecnologias de comunicação e informação, como a televisão e a internet, observamos outras expressões no tocante a exibição dos corpos.

Como produções midiáticas, não podemos desconsiderar a produção de narrativas e imagéticas que assumem valor dentro do sistema produtivo, como mercadoria, que, como aponta Debord (2003), instrumentaliza formas de domínio e opressão dos corpos. Da mesma forma, as produções teratológicas do século XVIII se projetaram ao nível dos olhares, ensinando a civilização a partir do cenário exotismo, do orientalismo e de saberes que afirmam a norma civilizacional (COURTINE, 2008, 2013).

Assim, concebemos que tanto os *reality shows* contemporâneos como as produções teratológicas, o teatro dos monstros dos séculos XVIII e XIX, respondem aos meios de produção e à norma civilizacional hegemônica. O corpo com deficiência, enquanto mercadoria, teve presença em *reality shows*, como nas produções “Os inamoráveis” (2012) ou “Quebrando Barreiras com a Família Klein” (2009), todos de origem norte americana e transmitidos pelas operadoras de canais de assinatura no Brasil⁵⁸.

Essas duas atrações, como especialização do poder, reelaboram os dispositivos de curiosidade, visto que a exposição do corpo anormal deve respeitar as sensibilidades e os diversos dispositivos legais que legislam as sociabilidades ocidentais. Todavia, ambas as atrações se interseccionam no plano dos sentidos com as apresentações teratológicas tão abordadas por Courtine (2008, 2013):

Figura 1: Divulgação dos participantes de uma das temporadas do programa “Os inamoráveis”⁵⁹



Figura 2: Artistas de *freak shows*⁶⁰



⁵⁸ “Os inamoráveis”, ou “The Undateables”, retrata as dificuldades e desafios enfrentados por deficientes físicos e mentais na vida amorosa. O programa “Quebrando barreiras com a família Klein” acompanha a rotina de uma família americana com nanismo.

⁵⁹ Imagem disponível em: <https://www.sembarreiras.jor.br/2012/04/13/programa-aborda-dificuldades-no-namoro-de-deficientes/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

⁶⁰ Imagem disponível em: <https://universoretro.com.br/freak-shows-um-mergulho-nas-bizarrices-do-circo-dos-horrores-do-seculo-19/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

É interessante ressaltar a estética em que se apresentam os corpos no momento de captura da imagem. Lado a lado, aguça-se a curiosidade sobre as narrativas, origens, e contribuições ao entretenimento que possam fornecer. Busca-se as marcas historicamente simbolizadas no corpo e, quando não aparentes, indaga-se acerca dos estigmas que não estão ao alcance dos olhares. A luz releva corpos, os imaginários projetam as históricas assimetrias e os papéis a serem desempenhados. No plano discursivo, na nomenclatura da atração “Os inamoráveis” revelam-se os tabus do corpo, da sexualidade, da eterna infância e consequente tutela política que se exerce sobre os corpos com deficiência.

Como estes corpos com deficiência podem se relacionar amorosamente? Como pessoas sem deficiência se relacionam com as corporeidades anormais? Desse enlace, existe a possibilidade de as futuras gerações se constituírem de corpos com deficiência? Tais perguntas remetem à norma corporal, a um ideal estético, a corpo produtivo, a papéis reservados ao gênero, ou mesmo à preservação da espécie e do medo da degeneração social, dentre outros fatores que se configuram dentro das narrativas desenvolvidas nesses programas. Fascínio, curiosidade e o medo, como instrumento normativo se entrecruzam nos olhares e na singularidade dos olhares.

A curiosidade acerca da sexualidade dos corpos anormais não é uma temática contemporânea dentro da cultura de entretenimento em massa. Entre os séculos XVIII e XIX, Courtine mencionara a curiosidade dos transeuntes e dos espectadores dos “entre-e-sai” em torno da sexualidade dos corpos expostos nos *freak shows*: a pornografia do *handicap*.

A fotografia, com efeito, toma o maior cuidado para exibir aquilo que o cartaz logo procurava insinuar veladamente: o sexo de um mostro. O olhar do espectador é, sem demora, conduzido para um outro lugar da representação: esse duplo olhar que o fixa. A batida do olhar ganha então maior intensidade, os olhos percorrem, e não conseguem deter-se, esse triângulo que o olhar de um ou outro, o leva de volta inexoravelmente ao sexo do monstro (COURTINE, 2008, p. 285).

Além disso, o teórico (2008, 2013) menciona também que o corpo do monstro é um mecanismo sutil de difusão da norma moral/sexual, na qual as deformidades assumiam-se como produto ou signo de todo desvio libidinoso, dentro da episteme iluminista. Compreendemos que o sexo e a sexualidade são questões complexas, abordadas por Foucault quando desvela o poder em vista da opressão e controle dos corpos. Nossas intenções foram de compreender a remodelação dos dispositivos de curiosidade orientada para tabus do corpo, entre eles a sexualidade como expressão de controle e instrução moral.

Se a sexualidade se mostra tabu, o corpo, ao contrário, como insígnia da produção, é um caráter almejado e estimulado nas sociedades liberais. Ou seja, o valor social dos indivíduos, está relacionado ao corpo produtivo. Não por acaso este ideário foi alçado até mesmo por expoentes ligados ao movimento social das pessoas com deficiência⁶¹. Perforar um corpo produtivo também foi instrumento cênico e estético das apresentações teratológicas em que as façanhas cotidianas, muitas delas ligadas ao gênero, assumiam tons de epopeia (COURTINE, 2008, 2013). Desse modo, observar o cotidiano familiar e espetacularizar os pequenos feitos diários evoca os ideais capacitistas e liberais de corpo produtivo.

Figura 3: Divulgação do *reality show* “Quebrando barreiras com a família Klein”⁶²



Figura 4: Artistas de uma apresentação de *freak show*⁶³



É interessante ressaltar como exemplo o *reality show* “Quebrando barreiras com a família Klein”. O programa, pelo seu título, busca se atrelar a uma positividade, à superação das adversidades impostas os corpos com deficiência. A compreensão das barreiras como elemento de segregação destas corporeidades foi uma proposição que orientou correntes teóricas e políticas relacionada a pessoas com deficiência em nível mundial. Não é por acaso que a convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007, 2009) identifica as barreiras como um elemento que constitui o significado da experiência social da deficiência⁶⁴.

Assim a curiosidade perante a epopeia do cotidiano, das proezas humanas, torna-se palatável, comercialmente aceito, não ferindo as sensibilidades e restaurando a incompletude e as contradições dos corpos à insígnia do *déficit*. Parafraseando Camões, em

⁶¹ Este aspecto foi desenvolvido na seção “Os paradigmas da deficiência”.

⁶² Imagem disponível em: <https://i.ytimg.com/vi/cBhU9wVdp-k/maxresdefault.jpg>. Acesso em: 14 fev. 2022.

⁶³ Imagem disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/general-tom-thumb-o-anao-que-virou-celebridade-mundial-nos-insolitos-freak-shows.phtml>. Acesso em: 14 fev. 2022.

⁶⁴ Na seção “Os Paradigmas da Deficiência” essa questão é apresentada com maior profundidade.

intertextualidade com os princípios teórico e políticos da primeira geração do modelo social de deficiência: “Superar barreiras é preciso”.

Performar um corpo produtivo tornou-se uma das atrações dos espetáculos teratológicos, das atrações vivas do século XVIII. Conforme Courtine (2013), a visualização das proezas do “homem tronco”, de sua virilidade e desenvoltura em atividades simples como atirar, empunhar um machado, divertiam e ao mesmo tempo ensinaram relações de gênero e a norma corporal produtiva:

A feira de Saint-Germain, neste ano, não foi fortemente fecunda em curiosidades. Nela se apresentou um alemão sem pernas e mãos, não tendo senão dois cotos, num dos quais somente havia uma espécie de polegar, de uma carne cartilaginosa, mais parecendo uma excrescência; e, não obstante assim mutilado, ele fez coisas surpreendentes: serviu-se dos seus dois cotos, e com tamanha destreza, ao ponto de dominar uma pluma, de escrever perfeitamente, e inclusivamente fez traços, tocou xilofone, limpou copos, brincou de interpretação de cartas, disparou um fuzil, derrubou dois palitos muito próximos um do outro sem esbarrar em um candelabro posto no meio deles, e, o que parecia quase igualmente extraordinário, é que este homem assim feito tinha uma mulher muito bonita, e um filho: e os dois encontravam-se à soleira da porta do espetáculo (SAIN'FGELAIS, 1716, p. 132, apud COURTINE, 2013, p. 98).

A experiência da incompletude e a necessidade de restaurar a função perdida não é elemento apenas circunscrito às ciências médicas e à reabilitação, mas também uma necessidade da indústria de entretenimento e do divertimento em massa. No plano discursivo, o monstro possui uma origem que muitas vezes o desloca para o onírico, desumanizando a sua existência. se afirmar a norma social Como revelou Foucault (2013), o corpo se constitui como a gênese e a manifestação de todas as utopias. No plano imagético, desde a cênica e a estética em que estes corpos se inseriam nas apresentações até as formas de divulgação buscavam “apagar” a monstruosidade e todo signo de repulsa aos espetáculos vivos.

Os gêmeos ocupam o centro do cartaz. Suas pernas solidamente plantadas no chão, sustentam sem esforço os dois troncos que se separam acima do tórax, os quatro braços e as duas cabeças. O corpo é perfeitamente simétrico, segundo uma linha que o divide de alto abaixo. [...] O cartaz exhibe e apaga a monstruosidade, perturba e tranquiliza o olhar: basta o olho seguir o eixo vertical das simetrias, e esse corpo duplo poderia muito bem, no fim das contas, ser um só confrontado com a própria imagem. Da mesma forma tudo no cenário concorre para tranquilizar a percepção. Aí se acham reunidos os elementos canônicos de um estúdio de fotografia ou de pintura: a tela de fundo com dupla coluna, o inevitável feto confortável e burguês do interior, o terno azul marinho e colarinho largo com que se vestem ridiculamente as

moças e os rapazes nos rituais fotográficos daquela época. O corpo perturba, mas o cenário tranquiliza (COURTINE, 2008, p. 270).

Essa estratégia midiática, assumindo esses corpos como mercadoria, também se mostra presentes no caso específico em uma divulgação de promoção do Comitê Paraolímpico Brasileiro e a participação de atletas com deficiência nas Paraolimpíadas do Rio de janeiro de 2016, realizado pela Revista Vogue (muito criticado pela mídia e pelas redes à época de sua realização):

Figura 5: Editorial de moda da revista Vogue⁶⁵

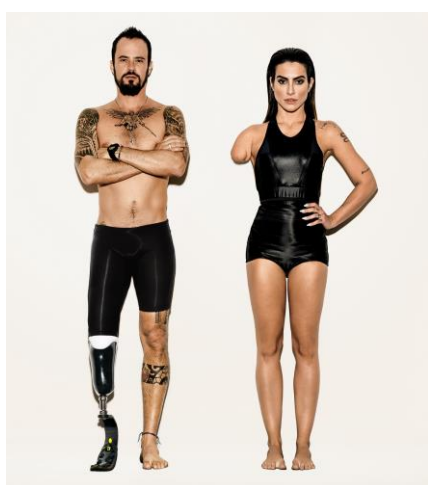


Figura 6: Cartaz de divulgação dos irmãos Tocci⁶⁶



As figuras da imagem 5 são atores de uma grande rede de televisão nacional e não são pessoas com deficiência. As marcas em seus corpos foram concebidas via tratamento de imagens. Da mesma forma que o cartaz de divulgação dos irmãos Tocci utilizam a simetria, o jogo de imagens (como se mostrasse a imagem refletida no espelho) como forma de apagar a repugnância e a monstruosidade da atração, o editorial de moda, na mesma direção, restaura os corpos, suas estruturas, visto que é sabido que os corpos expostos não são possuidores de tais marcas. Os olhares e as subjetividades mais sensíveis, em tese, acalmam-se.

Como referido nas leituras de Courtine (2008, 2013), os corpos anormais se manifestaram em sua diversidade de formas, contornos e narrativas sobre eles. Os corpos gordos também foram objeto de espetacularização, dentro da indústria do entretenimento e

⁶⁵ Imagem disponível em: <https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/campanha-que-simula-deficiencia-em-famosos-cria-polemica-nas-redes>. Acesso em: 14 fev. 2022.

⁶⁶ Imagem disponível em: <https://i.pinimg.com/736x/38/8c/59/388c5984fba1d304288ec2a84516cc39.jpg>. Acesso em: 14 fev. 2022.

dos populares *freak shows*. Na atualidade, *reality shows* como “Quilos Mortais” colocam em cena os corpos gordos com objeto imagético de consumo⁶⁷.

É interessante ressaltar o impacto visual não apenas das imagens dos corpos gordos, mas de como são construídas as relações entre as corporeidades: sempre em situação de sujeição/opressão seja no seu contexto familiar ou comunitário. Durante o programa, os corpos anormais encontram-se à margem do sistema produtivo enquanto força de trabalho, moralmente indolentes. Entretanto, enquanto participantes destes espetáculos televisivos, esses corpos alimentam uma indústria de entretenimento, em mesma proporção que os fenômenos vivos.

Figura 7: Divulgação do programa “Quilos Mortais”⁶⁸



Figura 8: Cartaz de um *freak show* com indivíduos obesos⁶⁹



Os marcadores biológicos, presentes na pesagem periódica destes corpos torna-se instrumento de poder tanto para àqueles que se submetem ao tratamento televisionado como para os telespectadores que acompanham a atração. Em princípio resalta-se um ideal de corpo à ordem da clínica, que orbita saberes de um coletivo de profissionais de saúde, como médicos, nutricionistas, fisioterapeutas e psicólogos. O processo de emagrecimento, a epopeia impressa nas narrativas da atração, institui um ritual de alinhamento à norma corporal/estética e produtiva/liberal da sociedade ocidental. São corpos que, indubitavelmente, necessitam de cuidados clínicos em saúde, entretanto, é inegável que aos olhares incautos dos telespectadores as imagens dos corpos anormais/disformes não provoquem expressões nas

⁶⁷ O programa “Quilos Mortais”, ou “My 600 lb life”, acompanha a jornada de pessoas com obesidade mórbida em busca de emagrecimento.

⁶⁸ Imagem disponível em: https://img4.hulu.com/user/v3/artwork/c4d76077-0911-49b4-957e-19c0db20d4ab?base_image_bucket_name=image_manager&base_image=a4b1d278-c383-4c26-8afc-392b57c98b5d®ion=US&format=jpeg&size=952x536. Acesso em: 14 fev. 2022.

⁶⁹ Imagem disponível em: https://cdn.shopify.com/s/files/1/0601/8754/1730/products/vintage-circus-freak-show-poster-giant-children-a3-a2-print-posters-prints-visual-artwork-767_500x.jpg?v=1633880757. Acesso em: 14 fev. 2022.

subjetividades, acerca do cuidado de si, o controle das pulsões e das paixões e dos excessos à ordem da clínica. Tais fenômenos podem ser apreendidos pela leitura da avaliação de usuários da plataforma *Google* que opinaram sobre a atração:

Excelente série sobre o assunto. Ele realmente **conscientiza a necessidade de cuidarmos de nossa saúde, nossa alimentação**. O Dr. Nowzaradan faz um brilhante trabalho. Gosto da forma como ele conduz. Apesar de não ter problema com obesidade, não perco um episódio, **me motiva muito a me cuidar e cuidar de minha alimentação**.

assustador mas educativo ao mesmo tempo .pq você [sic] ve o que essas pessoas estão sofrendo pra ter a vida de volta .então pra mim foi bom pq [sic] **agora penso bem antes de comer** coisas cheias de molhos e doces e ja vejo um bom resultado em minha vida ..muito bom o programa sou fã

programa muito **deprimente, mas necessário**

Gosto muito, **incentivo para muita gente** que está fora do peso

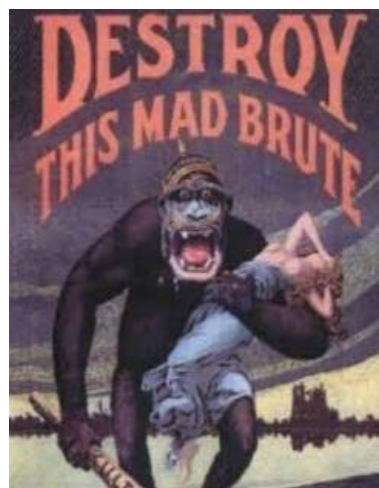
Adoro olhar este programa pois nos incentivamos com várias **histórias de superação** [grifo nosso].

Os corpos negros e os povos hotentotes também participaram da história dos corpos anormais, dentro de uma construção eurocêntrica de corpo social. Para além de mão de obra, esses corpos alimentaram a indústria do entretenimento. A desumanização do corpo negro, associado historicamente aos corpos disformes, ainda se mostra proeminente em universos relativos à estética da moda e ao esporte. Animalizar a existência deste corpo mostra-se eficiente estratégia de poder, de difusão de saberes, discursos e de uma estética que legitima as históricas assimetrias de poder. É pertinente, a partir do exercício do elemento imagético, observar a potência em que imaginários que remetem a estratégias de poder, opressões e controle dos corpos ainda se mostram sobressalentes na contemporaneidade.

Figura 9: capa da revista Vogue (abril 2008)⁷⁰



Figura 10: pôster de propaganda para fins de alistamento do Exército Americano no período da Primeira Guerra Mundial⁷¹



A figura 9 corresponde a um editorial da moda da Revista *Vogue*, de abril de 2008, em que estampam a capa a modelo brasileira Gisele Bündchen e o jogador de basquete norte-americano LeBron James. Em princípio, a revista evoca o jogo de contrastes na composição da cena entre a beleza do mundo da moda e a força do universo dos esportes, a docilidade da modelo e a brutalidade do jogador e de sua modalidade esportiva. O “segredo dos melhores corpos” (em tradução livre), conforme expresso na capa da revista, refere-se não apenas aos contornos estéticos e morfológicos, mas também a estruturas de poder, discursos e imaginários dentro de um espectro político histórico-social. A figura 10, por sua vez, é um pôster de propaganda para fins de alistamento para o Exército Americano no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no qual podemos visualizar um grande símio que tem em sua posse uma indefesa mulher loira de longas vestes azuis. É inegável a intersecção entre as imagens: a face embrutecida do jogador e do símio, as vestes da modelo brasileira e a moça retratada no pôster e a própria disposição dos elementos cênicos presentes nas reproduções (bola/tacape) como forma do esportista/símio se dispor no espaço etc.

Enquanto peças publicitárias, ambas as imagens despertam imaginários referentes ao corpo selvagem, que, segundo Courtine (2013), associa-se à tônica das relações de poder, ao corpo disforme enquanto objeto de espetacularização e domínio. Esta aproximação estética reforça a narrativa relacionada à animalização do outro (os processos de desumanização),

⁷⁰ Imagem disponível em: < <https://g1.globo.com/Noticias/PopArte/foto/0,,14328175-EX,00.jpg>>.

⁷¹ Imagem disponível em: < http://4.bp.blogspot.com/_QM0r54N9zck/TLi-shHrpfI/AAAAAAAAABA/btY_tB6xb2w/s1600/%27Destroy_this_mad_brute%27_WWI_propaganda_poster_%28US_version%29.jpg>.

autoafirmação de uma identidade predatória, e os perigos do corpo selvagem na degenerescência do um modelo civilizacional eurocêntrico. “Destruir este louco bruto” conforme descrito na propaganda de guerra, para além do uso deliberado da força, constituiu a supremacia epistêmica, tecnológica e civilizacional ou o exercício do poder por advento de uma moral caritativa “o fardo do homem branco”.

Na metamorfose do homem-Javali podemos ler uma metáfora deste trespasse cultural que desloca o monstro do campo à cidade: ainda submetido ao ciclo natural das estações, o monstro terrícola, uma vez transplantado, acaba se humanizando. Esta versão popular da obra *A bela e a fera* indica, portanto, uma genealogia, mas também uma transfiguração: os seres incompletos compensavam uma perda irreparável por sua habilidade; em virtude de uma lógica similar, o amor salva o homem-Javali de sua animalidade. Ao mesmo tempo completo e incompleto, homem e fera, às vezes macho e fêmea, adulto ou criança, o monstro de feira possui realmente, como os heróis do conto ou do mito, esta aptidão de reunir nele as dimensões simbólicas mutuamente exclusivas segundo as quais se estrutura a imagem do corpo (COURTINE, 2013, p. 109).

Esta construção imagética, da animalização do outro como meio de exercer e se afirmar as assimetrias de poder mostra-se tão interiorizada no imaginário social que ainda se faz presente em peças publicitárias que buscam a superação das opressivas relações a que foram submetidos os corpos anormais. Como campanha contra os episódios de racismo, a organização do Campeonato Italiano resolveu utilizar a imagem de um macaco em estádios e outros veículos de mídia daquele país (em 2019). Ou mesmo, referir-se à norma como possibilidade de subvertê-la, conforme observado em uma campanha de promoção das pessoas com deficiência amplamente divulgada na mídia.

Figura 11: Cartaz de campanha contra o racismo veiculada no campeonato Italiano⁷²



Figura 12: Frame de vídeo da campanha “Ser diferente é normal”⁷³.



Referir-se à norma, mesmo que dentro da perspectiva de sua ressignificação, em certa proporção não é referir-se a sua presença? Ou seja, de forma similar à propaganda veiculada na imagem 11, não se legitima, de forma sutil, as históricas assimetrias de poder?

A propaganda e a imagem difundem sentidos e significados que alijam os atores políticos a históricas e segregantes condições sociais. Estabelecem-se supremacias que, pela sutileza do olhar, são acatadas entre as subjetividades. A mídia torna-se local de disputa política e dispositivo de poder. Crespo (2009) evidencia uma curiosa passagem, na qual setores ligados aos movimentos sociais, como o NID (Núcleo de Integração do Deficiente), se colocaram em posição opositora a uma propaganda da TV Globo, realizada durante o ano internacional da pessoa com deficiência (1980). Tal posicionamento adveio devido a manutenção de uma imagem do corpo com deficiência com arquétipo do “coitadismo”, do isolamento, da tristeza e do pavor de ter uma pessoa com deficiência na família (CRESPO, 2009, p. 144).

Assim, a circulação de imagens e discursos, enquanto potente espaço de poder, de forma sutil orienta, disciplina e normaliza as relações expressas no corpo social. É um espaço de contenda e que ainda difunde sentidos e imaginários historicamente relacionados a projetos de opressão e controle dos corpos. O espaço discursivo e imagético é, por natureza, espaço de poder – e as lentes epistêmicas de Foucault e Courtine contribuíram para essa perspectiva.

⁷² Imagem disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/6433342/italia-faz-campanha-contra-o-racismo-com-macacos-e-revolta-clubes. Acesso em: 14 fev. 2022.

⁷³ Imagem disponível em: <https://garotasdepropaganda.files.wordpress.com/2011/11/metasocial.jpg>. Acesso em: 14 fev. 2022.

4.

ESTADO, DEMOCRACIA, REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Não menos estranho seria fazer do homem sumamente feliz um solitário, pois ninguém escolheria a posse do mundo inteiro sob a condição de viver só, já que o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade

(ARISTÓTELES, 1991, p. 211).

4.1 Aspectos conceituais acerca da organização político-social do corpo social ocidental

Como já dissemos, o homem, por essência, constitui sua existência por advento de densa rede de sentidos (e significados) que atribui a sua realidade. Pela atividade cognoscente, no plano dos saberes, o indivíduo e os agrupamentos sociais organizam-se, compreendem papéis a serem assumidos, determinam e justificam as assimetrias e projetos de poder, institucionaliza-se a existência, consolidam-se fronteiras físicas, ideológicas e sociais.

É relevante considerar as categorias analíticas citadas no título desta seção no intuito de compreender o desenho epistêmico, legal e institucional que originou as diversas organizações políticas da sociedade ocidental. Ademais, os atores políticos, as arenas políticas e toda sua produção discursiva, imagética, documental, normativa, dentre outras, refletem as tramas proporcionadas por atravessamentos históricos, culturais e sociais de saberes e poderes. Desse modo, esta seção conecta-se com o *corpus* da pesquisa para explicitar algumas categorias analíticas que dão sentido à organização política do “corpo social” e sua densa rede de relações de poder, de saberes, dos diversos elementos discursivos e teóricos que significam, qualificam e justificam a existência e a ação dos atores políticos em sua realidade sócio histórica ⁷⁴.

Aristóteles, em sua “Ética a Nicômaco”, assinalou a essência do homem, que, por natureza, tem a premissa de pertencer a uma dada coletividade, de modo que a existência humana é condição essencialmente política. É notório as expressões da episteme greco-romana tanto no imaginário social como na dimensão discursivo-institucional acerca de um

⁷⁴ Esta seção apresenta e dialoga com diversos teóricos (da Antiguidade à contemporaneidade) para apresentar um panorama conceitual das categorias analíticas citadas no título, compreendendo assim a organização político-social em que se processou a sociedade ocidental. Em algumas passagens, não nos eximimos, de contextualizá-las a partir das contribuições teóricas de Foucault e Courtine.

ideário de organização político-social que rege as relações de poder na sociedade ocidental. Entretanto, a compreensão político-social do homem nas instâncias da cultura e dentro do processo histórico foram significadas dentro das mais diversas estruturas conceituais e institucionais. Desse modo, é pertinente visualizar algumas categorias conceituais e analíticas dentro do escopo das ciências humanas e sociais, permitindo-nos introduzir a constituição e o estabelecimento de dinâmicas, papéis e espaços que perpassam ao exercício do poder dentro de um dado território.

Para Chauí (2008, p. 57-58), a noção de “sociedade” dentro da lógica liberal corresponde a isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros (a existência de indivíduos, separados uns dos outros por seus interesses e desejos), forçando o pensamento moderno a indagar como os indivíduos isolados podem se relacionar, tornar-se sócios (o que dá liga a sociedade), a invenção da ideia de pacto social ou de contrato social firmado entre os indivíduos, instituindo a sociedade ⁷⁵. Para Telles Junior (2003, p. 18), sociedade é natureza e é contrato, é natureza e é pacto social, no sentido em que a natureza humana corresponde a sua inclinação para a vida social. Em suma, sociedade é pacto social, contrato social, advinda da união ética de seres humanos em busca de fins comuns e formada a partir de um aparato jurídico (TELLES JUNIOR, 2003).

Estes aspectos anteriormente citados apresentam como marco os séculos XVII e XVIII, pois nesse período, por exemplo, ascende a escola contratualista, relacionada, em um sentido amplo, a um coletivo de teorias políticas, com expoentes teóricos como Rousseau, Spinoza, Locke e Hobbes e que veem a origem da sociedade e o fundamento do poder político (Estado, governo e soberania) a partir de um acordo tácito entre a maioria dos indivíduos, que deflagraria o fim do estado natural e da barbárie e o início do estado social e político (BOBBIO, 1998, p. 271).

Bobbio (1998) afirma que o contrato consiste em uma relação jurídica entre duas ou mais pessoas (físicas ou jurídicas), no qual se estabelecem deveres e direitos recíprocos, de modo que o contratualismo clássico corresponde à necessidade de instituir as relações políticas e sociais dos sujeitos a partir de um instrumento de racionalização do direito, convencendo a condição formal da existência jurídica do Estado⁷⁶. Telles Junior (2003)

⁷⁵ Conforme mencionado, essa expressão da natureza humana enquanto corpo é assinalada por Foucault (1979, 2009), quando se refere à concepção de corpo social como maneira de compreender o caráter uno, mas, ao mesmo tempo, diverso, microfísico, em que se estabelecem as relações entre os atores políticos.

⁷⁶ Para Bobbio (1998, p. 287), o contratualismo não corresponde a única teoria sobre a origem do poder político, como também não se trata da única marcada pelo elemento voluntarista, em que a ordem política é a expressão de um ato de vontade, tratando-se de uma construção artificial. Hegel, de acordo com Bobbio (1998) combatia a

corroborar, condicionando a ordem jurídica ao resultado de um esforço para imprimir uma forma ideal de relacionamento humano – as leis como mediadores das condutas humanas. Ademais, como destaca o teórico, a lei apenas se institui como norma jurídica se for declarada como tal pelo poder incumbido de levar a coletividade a seus fins e por advento de seus órgãos legislativos competentes, que a elegem e declaram como tal (TELLES JUNIOR, 2003). As expressões da ordem jurídica correspondem ao resultado de um esforço para imprimir uma forma ideal ao relacionamento humano, na direção e a serviço do bem comum (p. 39)⁷⁷.

Para Chauí (2008, p. 64), uma sociedade cria para si própria os símbolos, os signos e as imagens do poder. O Estado é produto da cultura e não produtor de cultura, além disso, à luz da Ilustração do século XVIII a ausência/presença de estruturas como o Estado, a escrita e o mercado denotava o grau civilizacional/cultural de uma dada localidade ⁷⁸. Avritzer (2007, p. 448) menciona que o Estado Moderno consiste na única instituição de ação no interior do território. Assim, o Estado moderno corresponde à homogeneização das comunidades políticas. Bobbio (1998, p. 401) nos diz que o Estado contemporâneo é a conflituosa relação do estado de direito (que representa a tutela das liberdades burguesas) e os conteúdos do Estado social (direito de participação no poder político e na distribuição da riqueza social produzida). O Estado de Direito, de acordo com Silva (2005, p. 218), que resultou das revoluções burguesas do século XVIII, em oposição ao absolutismo, coloca os governantes sob o julgo da lei, produtos da vontade popular, tendo, os governantes, como premissa principal a passividade e o respeito às liberdades individuais⁷⁹.

Weber (1999) aponta as bases jurídicas e a burocracia estabelecida na organização Estatal como uma das expressões de dominação legítima. Discerne-se o estabelecimento de

ideia de contrato social, por basear o poder do Estado num princípio de direito privado, assim como, a antropologia evolucionista, que refutava a ideia da existência de um pacto entre os homens como origem da vida social.

⁷⁷ Dada as leituras de Foucault (1979, 2001, 2009) e como anteriormente explicitado, o aparato legal e todas as instituições que orbitam esse elemento expressam dispositivos, seja na tônica do exercício do poder, seja no propósito do controle social dos corpos.

⁷⁸ Para Chauí (2008, p. 56), cultura constitui o elemento que dá forma às relações entre os sujeitos, ou seja, um campo no qual o homem elabora símbolos e signos, em que são instituídas as práticas e os valores para si próprios, “o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo, as diferenças no interior do espaço, os valores”. Cultura pode ser compreendida também como “trabalho da inteligência, da sensibilidade e da imaginação, da reflexão, da experiência e do debate, é pensá-la como instituição social, e assim sendo, determinada pelas condições materiais e histórias de sua realização” (CHAUÍ, 2008, p. 64-65). Acerca de Estado, Foucault (1979) não desconsidera esta categoria para análise em sua genealogia de poder, entretanto, o teórico entende que o poder não localiza-se na estrutura do Estado “nada mudara na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo ao lado dos aparelhos do Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano não forem modificados” (p. 149-50).

⁷⁹ De acordo com Deleuze (2005, p. 41) Foucault Jamais participou do culto ao Estado de Direito, visto que as concepções de ordem legalista se interseccionam com toda expressão repreensiva.

estatutos, bem como se configura quem e em que medida se deve obedecer. O poder da obediência gradua-se numa hierarquia de cargos, com base em funcionamento técnico e a disciplina em serviço (WEBER, 1999, p. 129)⁸⁰. Ademais, o teórico intersecciona essa estrutura de funcionamento/dominação Estatal burocrática com o mecanismo de controle similar exercido numa empresa capitalista privada, o que subjaz na perspectiva do “contrato”:

Correspondem naturalmente ao tipo de dominação “legal” não apenas a estrutura moderna do Estado e do município, mas também a relação de domínio numa empresa capitalista privada, numa associação com fins utilitários ou numa união de qualquer outra natureza que disponha de um quadro administrativo numeroso e hierarquicamente articulado (WEBER, 1999, p. 129).

Como corrobora Rosenfield (2006, p. 18), as manifestações da sociedade de mercado e o Estado administrativo são elementos ativos em um processo de diluição do político, de modo que a cena pública adquire cada vez mais um caráter meramente administrativo. A valorização da legalidade, segundo Silva (2005, p. 221-22), permanece nos dias contemporâneos, no sentido em que muitos creem que a solução para a maioria dos males sociais encontra-se na elaboração e na aprovação de uma lei.

Já a questão do estado social surge como efeito da Revolução Industrial, que buscou impor a necessidade de uma tecnologia que tratasse de remediar as causas das divisões sociais e lhes remediasse mediante adequadas intervenções e reformas sociais (BOBBIO, 1998, p. 403). Silva (2005, p. 223) relata que o Estado, na perspectiva social, é centrado na intervenção política em prol do social, visando extirpar as desigualdades, oferecendo oportunidades àqueles em condições desfavoráveis na esteira da conquista dos direitos econômicos e sociais.

Telles Junior (2003, p. 45) revela que o Estado social busca introduzir em seu comportamento cotidiano certa dose de justiça a fim de “dar a cada um o que é legitimamente seu, para assim conseguir o consentimento popular” visto que não é possível empregar a

⁸⁰ Conforme anteriormente descrito, para Foucault (1979), o sistema disciplinar não pode ser absolutamente transcrito no interior no direito, o discurso da disciplina é alheio ao da lei enquanto vontade soberana. Assim, o discurso disciplinar transcende a regra jurídica, instituindo-se como regra natural – a norma, desenvolvendo-se, desse modo, um código social que não é necessariamente o direito, mas, sim, a normalização (FOUCAULT, 1979, p. 189).

coação “a jato contínuo”⁸¹. Assim, as considerações acerca das iniquidades sociais podem revelar projetos de poder, controle e opressão do corpo social.

Nesta perspectiva, é possível perceber que essa zona conflituosa entre interesses antagônicos dos atores políticos revela-se mais uma estratégia de poder, que se estabelece a partir de estruturas institucionais na expressão do direito, da assistência social e da participação político social para a preservação de um *status quo* político-econômico liberal. Bobbio (1998, p. 403) aponta que, em fins do século XIX, os primeiros programas de “Bem-estar social” visavam, em realidade, contrastar com os avanços do socialismo, procurando assim criar uma relação de dependência dos trabalhadores com a entidade Estatal. Silva (2005, p. 225) aponta a adoção de estratégias de ordem paternalista e dentro de uma estrutura concentrada de poder, autocrática e mesmo destituída de legitimidade popular como uma das fragilidades deste tipo de organização estatal ⁸². Para Chauí (2008, p. 71) numa leitura contemporânea, menciona que a lei não figura o polo público do poder, no sentido da regulação de conflitos e na definição de direitos e deveres dos cidadãos, visto que, em específico, na realidade brasileira o papel da lei consiste na conservação de privilégios e no exercício da repressão.

Uma “terceira” concepção acerca da organização político-social de Estado pode ser visualizada na Constituição Federal de 1988, em seu Título I – Dos princípios fundamentais, artigo 1º:

1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como fundamentos: [...]

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988) [grifo nosso].

Para Silva (2005), essa perspectiva estatal, também chamada de estado democrático constitucional é regida pelo binômio da liberdade e da igualdade política, no princípio da soberania popular. Desse modo, “o princípio democrático deve ser, assim, o informador do Estado e da própria sociedade” (SILVA, 2005, p. 227). De acordo com Neves,

⁸¹ Foucault (1979) e Courtine (2008, 2013), como já dito, mencionaram diversos dispositivos sutis de poder dos quais a figura Estatal se apropriou para o exercício do poder numa perspectiva sutil e positiva, avesso aos sistemas disciplinares e essencialmente coercitivos.

⁸² É pertinente apontar as expressões da biopolítica e sua intersecção com as políticas de “bem-estar social”, no sentido em que se concebe toda uma estrutura de instituições sob julgo Estatal, de assistência, mas também mecanismos muito mais sutis e economicamente racionais, como seguros (saúde), poupanças individuais e coletivas e a seguridade social (FOUCAULT, 1979).

Silva e Santos (2012, p. 174), foi a partir da década de 1990, no Brasil, que a participação popular passou a ser caracterizada como participação negociada, e não mais como um confronto entre a sociedade civil e o Estado. No cenário do Brasil democrático, segundo Avritzer (2007, p. 443) observa-se o aumento da sociedade civil e de instituições participativas em coletivo com atores estatais na formulação de políticas públicas e sociais.

Para Lanna Junior (2010, p. 34), a redemocratização foi um período fértil para as demandas de ordem social e participação política ampla. Esse período se destacou pela ativa participação de diversos setores da sociedade civil, acarretando o fortalecimento de sindicatos e na reorganização dos movimentos sociais – “Era o Brasil, novamente, rumo à democracia”.

A concepção de democracia é uma categoria conceitual complexa que, segundo Bobbio (1998, p. 319), é derivada de três grandes tradições teóricas: a teoria clássica aristotélica, a democracia como governo do povo; a teoria medieval, de origem romana, em que o poder deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe, sendo transmitido por delegação; e a teoria moderna, em que a antiga democracia nada mais é do que uma forma de república. Assim, dentro do pensamento político, podemos discriminar a democracia como uma expressão do governo⁸³. Nesse caso, como afirmou Rosenfield (2006, p. 13), o conceito de democracia sofre um deslocamento de sentido. Passa-se a compreender esse aspecto como uma forma de governo possível do Estado. É como se esse elemento tivesse perdido sua significação prática de “ser o lugar público do processo de identificação da sociedade consigo” em favor de uma nova forma de organização política (ROSENFELD, 2006, p. 12).

Para Chauí (2008) e Silva (2005), a democracia enquanto conceito de expressão pode ser reduzida ao entendimento de um regime político baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, que se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções tecnicistas relacionadas aos problemas de foro econômico e social. Chauí (2008, p. 66) ainda nos alerta sobre a concepção liberal de democracia, que se fundamenta dentro de um regime de lei e ordem para a garantia das liberdades individuais. Assim, Rosenfield (2006, p. 13) ressalta que este conceito pode significar uma mera aparência de participação política, embora o seu significado originário seja precisamente o da efetiva participação dos indivíduos nos assuntos de ordem pública. Para Bobbio (1998, p. 326) e Chauí (2008), a democracia dentro de espectro teórico das elites e da teoria política contemporânea de países de tradição democrático-liberal se conformou

⁸³ De acordo com Telles Junior (2003, p. 54), o governo não é uma convicção, uma ideia, mas sim uma organização estruturada, uma entidade composta de órgãos e destinada a dirigir a coletividade.

como um método ou um conjunto de regras e procedimentos para a constituição de um governo e para a formulação de decisões políticas que abrangem a toda uma comunidade.

Como destaca o teórico italiano, as expressões acerca das decisões políticas que se estabelecem nas arenas democráticas revestem-se de complexidade, o que nos faz refletir a respeito do pressuposto de Chauí (2008, p. 68), que caracteriza democracia não como o regime do consenso, mas trabalho dos e sobre os conflitos.

[...] todas estas regras estabelecem *como se* deve chegar à decisão política e não *o que* decidir. O ponto de vista *do que* decidir, o conjunto de regras do jogo democrático não estabelece nada, salvo a exclusão das decisões que de qualquer modo contribuiriam para tornar vãs uma ou mais regras do jogo (BOBBIO, 1998, p. 327).

Já outra concepção categorial, expressa na Constituição Nacional de 1988, o Estado Democrático de Direito, para Silva (2005, p. 226), se configura no exercício da soberania popular, corresponde à efetiva e legítima participação democrática do povo nos mecanismos de controle e tomada de decisões no princípio da igualdade política “em todos os aspectos e variantes do poder estatal”.

A organização política e social do Estado Democrático de Direito não apenas prevê a representação da sociedade civil para além dos processos eleitorais, podendo ser observadas outras formas de representação, visto que, de acordo com Avritzer (2007, p. 454), é impossível expressar a pluralidade apenas pela via eleitoral.

Para Abers e Keck (2008, p. 100), dentro do que poderíamos chamar de uma teoria da representação, os representantes possuem legitimidade em função de mecanismos de autorização e prestação de contas, nos quais expressam tal relação. Avritzer (2007) menciona que o ato de representar na esfera política corresponde à delegação da soberania, um “agir no lugar de”. Nesse processo destacam-se três possibilidades de agentes políticos: o agente, o advogado e o partícipe/participante.

O agente representa o aspecto clássico da representação política e tem uma relação com o representado por meio do voto, requisito explícito da autorização e, ao mesmo tempo, instrumento que legitima e investe os sujeitos no exercício da soberania (AVRITZER, 2007).

O segundo aspecto elencado, a advocacia, não é necessariamente presidido por uma autorização como a expressa na representação eleitoral, mas na relação com o ente representado a partir da identificação de uma condição, ideia ou discurso. Esta forma de

representação não necessariamente possui uma autorização para sua efetividade, sendo legitimada pela identificação de um coletivo de sujeitos que se identificam com uma situação vivida por outros indivíduos (AVRITZER, 2007, p. 457). Como exemplos, podemos citar as Organizações Não Governamentais, os movimentos sociais (de representação de setores da sociedade civil) ou organizações de caráter supranacional que defendem atores que não as indicaram para tal função⁸⁴. As associações são outro exemplo de entidades que representam sujeitos a partir de um específico coletivo de ideias e discursos. Para Abers e Keck (2008, p. 100), esse tipo de organização política, a partir dos debates teóricos, busca representar setores sociais que, de alguma forma, não teriam voz. Assim, a legitimidade, tanto das tradicionais organizações de bairro como das contemporâneas ONG's profissionais, é derivada de sua presumida inter-relação com os movimentos de base.

A Constituição nacional de 1988 é outro instrumento normativo que legitima a expressão das associações, seu papel social e seus espaços de atuação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
XXI – as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente (BRASIL, 1988).

Lanna Junior (2010) relata que a partir da segunda metade do século XX surgem organizações criadas e geridas por pessoas com deficiência. Elas tinham como motivação inicial a solidariedade entre os pares nos mais diferentes tipos de impedimentos. As primeiras organizações associativas de pessoas com deficiência tinham uma abrangência limitada (não ultrapassavam o bairro ou o município), não tinham estatuto ou qualquer outro elemento de

⁸⁴ A pesquisa contemplou atores políticos que participam tanto de arenas políticas institucionalizadas, como de organizações não governamentais relacionadas à assistência a segmentos específicos da população com deficiência.

foro institucional e não tinham um objetivo político estabelecido (LANNA JUNIOR, 2010, p. 34). Entretanto, como ressalta o teórico, criaram espaços de convivência entre os atores, nos quais as dificuldades comuns poderiam ser objeto de reconhecimento e reflexão, um ambiente propício à configuração dos movimentos políticos/sociais das pessoas com deficiência como os que se expressam na atualidade.

Para Bobbio (1998), os movimentos políticos e sociais ocupam um lugar central na reflexão e na teoria sociológica, sejam em estudos contemporâneos ou clássicos. A ideia de “movimento” parte do pressuposto de que essas organizações se distinguem dos partidos, indicando a não institucionalização de uma pauta, um grupo ou uma atividade política (BOBBIO, 1998, p. 786). Em suma, os movimentos políticos/sociais são agrupamentos de valores comuns destinados a definir as formas de uma ação social e influir em seus resultados.

Fontes e Mechi (2019) afirmam que os movimentos sociais partem de um quadro histórico complexo. Todavia, localizam na década de 1960, por advento da conjuntura econômica mundial desfavorável, uma incipiente onda “movimentista”. Devido à diminuição dos direitos sociais e ao endurecimento de regimes políticos aflora pelo mudo uma nova realidade na participação política, seja na expressão de suas pautas ou nos atores políticos envolvidos. Esses atores se organizaram em torno de pautas como: “rebeliões democráticas estudantis contra ditaduras, autoritarismos e por cidadania (negros, mulheres, imigrantes); os protestos populares em apoio às revoluções de libertação nacional e independência, as massivas manifestações anti-imperialistas que se disseminariam pelo mundo com a agressão militar estadunidense ao povo vietnamita” (p. 6)⁸⁵.

No Brasil, para Fontes e Mechi (2019), entre as décadas de 1970 e 1980, vivenciou-se diversas contradições da crise econômica mundial, como o corte de políticas públicas, o acirramento dos problemas sociais e a impotência estatal. Esse cenário de necessidades básicas da população moldam um “clima de perplexidade” expresso principalmente nas ruas das grandes metrópoles nacionais por advento de ocupações coletivas de terras, saques e depredações de ônibus e trens (de péssimos serviços). Ainda de acordo

⁸⁵ Courtine (2013), em sua obra “Decifrar o corpo”, evidenciou as incipientes transformações políticas e sociais, mencionando tais acontecimentos como aspectos relevantes para a construção teórica de Foucault e sua compreensão do corpo como elemento essencialmente político. Não por acaso o corpo, segundo Courtine (2013), torna-se objeto de reivindicação pelos atores políticos que congregam diversos movimentos políticos sociais, como as mulheres, os negros, as pessoas com deficiência, os ciganos, entre tantas outras categorias populacionais historicamente segregadas. Outro importante elemento é o entendimento da possibilidade de ressignificação da experiência social da deficiência como expressão de militância, principalmente na concepção do modelo social de deficiência, como possibilidade de ativismo político dessa população.

com os teóricos (2019), tais movimentos sociais no contexto nacional possuem base popular no plano mais básico da reprodução da força de trabalho:

Com sua luta, movimentos coletivos comunitários tornam publicamente manifesta sua legítima reivindicação por direitos básicos, pondo ênfase em uma noção de “coletividade” que rompe com os padrões de manifestação política até então vigentes. Isto ocorre sobretudo em movimentos sociais ligados a bases progressistas – e mesmo radicais – da igreja católica, caso da Teologia da Libertação com sua interessante interpretação marxista centrada no “pobre”, não como objeto de caridade, mas como “sujeito” de sua própria libertação; bem como naqueles coletivos com proximidade a partidos de esquerda ou centro-esquerda – como se vê na nítida influência do Partido dos Trabalhadores (PT), no caso de São Paulo, na dinâmica de vários deles (p. 9).

Segundo Crespo (2009), as mesmas décadas de 1970 e 1980 marcam a gênese dos movimentos sociais de pessoas com deficiência no Brasil, mesmo que antes deste período ocorressem ações de atores políticos pioneiros na luta desse extrato populacional em torno de sua promoção social, acesso a direitos, bens culturais e meios de produção de seu meio. Ou seja, Crespo (2009), em suas análises, destaca que a atividade política em movimentos sociais da pessoa com deficiência como possibilidade de construção da cidadania dos corpos historicamente estigmatizados (com deficiência), não apenas com a reivindicação dos direitos, mas com o reconhecimento de sua existência. Entre os diversos movimentos nacionais, destacamos o MDPD, o NID, a FCD e os CVIs ⁸⁶.

⁸⁶ O MDPD – Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes – nasceu em 1980 como um tipo de fórum que reunia diversas organizações e pessoas com deficiência. Posteriormente o MDPD tornou-se uma entidade formal, assumindo a personalidade jurídica. Sua carta programa explicita a luta por direitos e contra o preconceito, tornando-se referência na construção de um novo discurso, trazido à sociedade pelas pessoas com deficiência (SÃO PAULO, 2007). Apresentou como uma das suas principais lideranças o militante Cândido Pinto de Melo. Em entrevista a Lanna Junior (2010, p. 128) Ana Maria Morales Crespo (Lia Crespo) descreve o NID – Núcleo de Integração de Deficientes – como: “[...] um grupo que se propunha a conscientizar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência (na época, se dizia “pessoas deficientes”). Era preciso incluir os próprios deficientes nesse processo de conscientização, porque eles mesmos não sabiam dos seus direitos. Esse era o nosso objetivo. Foi composto por expoentes como Araci Nallin, Ana Rita de Paula, Romeu Sasaki, Maria Cristina Corrêa (Nia) e Tuca Munhoz (Antônio Carlos Munhoz). Diferente do MDPD que se tornou uma entidade formal, o NID, segundo Lia Crespo, sempre foi um grupo muito pequeno – 10 ou 12 pessoas –, na sua maioria mulheres, estudantes universitários recém-formados, diferente do MDPD, composto majoritariamente por homens. De acordo com Lia Crespo: “Não havia divergência em relação ao objetivo, pois este era comum e muito explícito, mas havia diferentes propostas a respeito de como o objetivo deveria ser atingido” (ibidem, p. 132). A Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD), atualmente Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência, é um movimento apostolado leigo ecumênico, sendo sua formação e desenvolvimento direcionado para o resgate total da pessoa humana. No Brasil, esse movimento surge em 12 de julho de 1972, em São Leopoldo – RS (CASTRO, 2003). Esse movimento chegou em São Paulo em 1977, por intermédio de Maria de Lourdes Guarda, considerada um símbolo para as lutas das pessoas com deficiência (CRESPO, 2009). Os Centros de Vida Independente – CVIs – possuem sua origem nos Estados Unidos, no final da década de 1970. No Brasil, o CVI do Rio de Janeiro foi fundado em 1988 por líderes do movimento de pessoas com deficiência. O módulo básico dessa instituição consiste no fortalecimento da pessoa com deficiência e sua inclusão social (CRESPO, 2009).

Por mais que em essência os movimentos políticos/sociais estejam à parte da máquina administrativa estatal, eles podem se localizar no interior da burocracia estatal, o que Tatagiba, Abers e Silva (2018, p. 112) denominam ativismo institucional – revelando possibilidades acerca das influências desses movimentos no campo das políticas públicas e sociais.

O terceiro ator político, o “partícipe”, segundo Avritzer (2007, p. 458), consiste em atores da sociedade civil que lidam com problemas específicos nas políticas sociais. Eles assumem a função de representantes da sociedade civil em conselhos ou em outros organismos encarregados de articular políticas públicas⁸⁷. De acordo com o IPEA (2010, p. 565), instituições com os conselhos gestores de políticas públicas, conferências e o orçamento participativo são elementos que permitem a incorporação de uma dimensão inexistente na democracia representativa: processos decisórios que transcendem os tradicionais pleitos eleitorais e propiciam alternativas de inclusão de demandas e interesses de grupos organizados no cotidiano da esfera política, concebendo-se novas formas de mediação representativa entre Estado e sociedade. Para Abers e Keck (2008), esses espaços de participação política institucional revelam as expressões da democracia participativa na democratização dos processos de tomada de decisão e concepção de novas dimensões da cidadania⁸⁸.

Segundo Fischer (2007, p.8) e Alencar et al (2013), os Conselhos gestores de políticas públicas são considerados condutos formais de participação social, institucionalmente reconhecidos, com competências definidas por um estatuto e que têm por objetivo realizar o controle social e implementação de políticas públicas, setoriais ou na defesa de segmentos populacionais específicos. Assim, sua função social é garantir os

⁸⁷ De acordo com Avritzer (2007, p. 443), existem mais conselheiros que vereadores no Brasil.

⁸⁸ Para Chauí (1984), cidadania exige uma série de prerrogativas, entre eles consolidação de instituições, mediações e comportamentos, constituídos na criação de espaços sociais de lutas (como os movimentos sociais, sindicais e populares), definição de instituições permanentes para expressão política, como partidos, legislações e órgãos ligados ao poder público. Pode-se discernir dois tipos de cidadania: passiva – aquela outorgada pelo Estado (dentro da concepção de tutela do sujeito) e cidadania ativa – que institui os indivíduos não apenas como portadores de direitos e deveres, mas essencialmente como criadores de direitos promovendo a abertura de novos espaços de participação política. Assim, para Rosenfield (2006, p. 17), a cena pública torna-se não apenas o local do embate político, mas de luta pela satisfação das exigências mais elementares de uma grande parte da população. É importante contextualizar a concepção de cidadania com a fala de líderes de expressão de movimentos sociais de pessoas com deficiência. De acordo com Ana Rita de Paula, em depoimento a Crespo (2009, p. 355-56): “A gente ainda não usava a palavra ‘cidadania’, um termo que passou a ser utilizado na década de 90. Mas a ideia de cidadania estava lá, desde o princípio. É como se, naquela época, a gente estivesse dizendo que a verdadeira cidadania se compõe do acesso a todos os direitos. E não reivindicávamos só direitos. Nós queríamos também poder cumprir os deveres. Não estávamos só pedindo, nós queríamos também fazer. Essa ideia de cidadania voltada só para 356 direitos é falha. Para mim, direitos são apenas a metade do conceito de cidadania. Acho que cidadania também implica deveres, responsabilidades. Mas, para as pessoas com deficiência, certos direitos precisam ser disponibilizados para que elas possam cumprir determinados deveres”.

princípios da participação da sociedade nos processos decisórios, operacionalização e definição de políticas públicas e sociais. Para Abers e Keck (2008, p. 101), Alencar et al (2013, p. 112) e Bispo Junior e Gerchman (2013, p. 8), aqueles que defendem o papel mais amplo das arenas colegiadas as enxergam não como uma alternativa à democracia representativa, mas como possibilidade de expandi-la e compensar suas carências, ampliando o acesso de atores excluídos dos sistemas formais de participação política, possibilitando a aproximação e inserção da sociedade nos núcleos decisórios, constituindo se como instrumento de democratização do Estado. Os conselhos permitem novas expressões nas relações de poder entre o Estado e a sociedade civil, permitindo à segunda entidade a participação nos processos decisórios e a possível diminuição das assimetrias no exercício do poder⁸⁹.

De acordo com o IPEA (2010, p. 573), a maior parte dos Conselhos Nacionais foi criada posteriormente à constituição Federal de 1988, apenas cinco foram criados anteriormente, fato que não surpreende, pois, a contemporânea carta constitucional estabelece as bases normativas para a expansão dessas arenas políticas participativas. Avritzer (2007, p. 443) e Alencar et al. (2013, p. 116) mencionam que o cenário do Brasil democrático proporcionou o aumento das instituições democráticas participativas, bem como o aumento da participação da sociedade civil na formulação, gestão e controle dos processos decisórios em políticas públicas. A ideia de conselhos gestores e de políticas públicas no cenário contemporâneo nacional se originou como o movimento de saúde que, de acordo com Abers e Keck (2008), foi um dos poucos movimentos populares que avançaram no decorrer da década de 1980. Assim, os conselhos representam a institucionalização da participação popular nas esferas decisivas das administrações diretas em nível federal, estadual ou municipal. Desse modo, a participação popular se caracteriza muito mais por uma participação negociada entre os atores políticos do que propriamente pelo confronto entre sociedade civil e Estado (NEVES, SILVA, SANTOS, 2012, p. 174).

O processo de fortalecimento das iniciativas de articulação entre Estado e a sociedade avançou, principalmente na década posterior. Contudo, ele ocorreu em sincronia com a ascensão da vertente neoliberal do Estado por advento do desmonte da coisa pública, desconstrução de direitos sociais, redução dos recursos governamentais e fragilização das

⁸⁹ De acordo com o IPEA (2010, p. 573), os conselhos podem ser classificados em: conselhos de programas – auxiliam o acompanhamento de ações governamentais específicas (por exemplo, combate as drogas, a discriminação); os conselhos de segmento – acompanham políticas para segmentos específicos da população (por exemplo, política para as mulheres, negros ou a juventude); os conselhos setoriais – destinam-se a acompanhar políticas públicas setoriais de caráter universalista (saúde, educação, previdência social etc.).

relações trabalhistas (NEVES; SILVA; SANTOS, 2012, p. 179)⁹⁰. Esse cenário de desmantelamento Estatal apresenta uma das contradições da incipiente redemocratização brasileira frente aos compromissos constitucionais para a cidadania, a participação política e a justiça social.

Segundo o IPEA (2010), os conselhos podem ter um caráter consultivo ou deliberativo, e por mais que ambas as expressões busquem incorporar as decisões sobre políticas públicas, os conselhos deliberativos, de maneira geral, destacam-se em relação a sua capacidade de produzir decisões vinculantes a programas e sobre políticas.

É interessante ressaltar a participação da entidade governamental nos conselhos de caráter deliberativo, no sentido de contrabalancear o exercício do poder pela sociedade civil, possibilitando a imposição de preferências políticas sobre as temáticas abordadas nas arenas de participação política (IPEA, 2010, p. 578). É evidente a assimetria de poder entre as entidades que compõem essas arenas políticas (o que não se expressa em conselhos consultivos), pois a autoridade governamental, diferentemente da sociedade civil, tem a capacidade de reunir informações, influências às discussões a partir de dados e subsídios de foro técnico e detém o monopólio da implementação de políticas públicas. Sobre esse fato, Abers e Keck (2008, p. 103), a partir de estudos empíricos acerca das arenas colegiadas, revelam que existem poucas evidências de que os conselhos contribuem de fato para que “as vozes dos excluídos sociais e políticos” sejam ouvidas pela entidade Estatal⁹¹.

Alencar et al (2013, p. 120) apontam que nos conselhos da esfera municipal as relações de poder locais podem contaminar e direcionar essas instâncias participativas, pois o exercício da participação social sem o combate às desigualdades possibilita que as decisões sejam tomadas por quem tradicionalmente controla o jogo político⁹². Muito mais que espaços de expressão dos conflitos, os conselhos revelam-se arenas do monopólio do exercício do poder a partir de saberes compreendidos por entidades ligadas à administração direta para o

⁹⁰ Sociedade de mercado e Estado administrativo revelam-se como elementos ativos dentro do processo de diluição do político, de modo que a cena pública adquire cada vez mais um caráter meramente administrativo (ROSENFELD, 2006, p. 18).

⁹¹ É importante ressaltar a atual política de desmantelamento dos espaços da participação política por parte da atual gestão do governo federal, por advento do Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para órgãos colegiados da administração pública federal (BRASIL, 2019). Tal normativa exprime os conflitos e contradições da participação civil, vista por membros da atual gestão como forma de gerar despesas à máquina pública e de aparelhamento do Estado (MOTTA, 2019).

⁹² De acordo com o IPEA (2010, p 579), no período pós 1988, os conselhos municipais se tornaram uma realidade inevitável na estrutura político administrativa das cidades e parte fundamental do processo de concepção, execução e controle de políticas públicas locais. Esse argumento define os conselhos como espaços privilegiados para o exercício do poder, influenciando, por exemplo, a condução de políticas e o controle e distribuição de verbas da administração local.

controle social dos processos decisórios. Vale considerar que a integração entre as instituições e atores políticos constituintes da democracia participativa e da representação formal das casas legislativas consiste em um dos grandes desafios que se expressam nas principais democracias contemporâneas (IPEA, 2010, p 568).

Deste modo, a simples existência de mecanismos e arenas políticas participativas por si só não produzem o *habitat* necessário para a cogestão dos processos decisórios, concepção e controle social das políticas públicas e sociais entre sociedade civil e Estado. Apesar da institucionalização da participação popular se configurar no plano das assimetrias de poder, em virtude do exercício do poder pelo monopólio da informação, do desmantelamento da coisa pública e da tutela em detrimento do exercício da soberania popular, a existência dos conselhos tem oportunizado, ainda que de forma limitada, acesso ampliado, quando comparado a outros canais de relação política entre Estado e sociedade (ALENCAR, et al, 2013, p. 141).

No atual cenário podemos afirmar que os conselhos, enquanto instrumento de controle social, sofrem constantes investidas, muitas vezes sob o argumento da diminuição de custos da máquina Estatal ou aparelhamento ideológico de seus componentes. Desqualificar as possibilidades dessas arenas políticas destacando suas contradições como forma de afirmar uma falta de efetividade revela estratégias e projetos de poder de ordem tecnicista, em que o exercício do poder se restringe a um seletivo grupo da máquina administrativa Estatal.

Assim, no cenário atual, podemos discernir contradições quanto à plena consolidação das arenas políticas e da participação civil em relação ao controle social, muito em virtude da sobreposição da democracia representativa como espaço político de efetivação da ação política, do domínio da administração direta e da entidade Estatal devido aos maiores espaços de possibilidades, domínio de técnicas, procedimentos e saberes necessários para o pleno exercício do poder e uma zona conflituosa na expressão do Estado neoliberal, técnico e meritocrata com perspectivas mais progressistas, na tônica do acesso a direitos, ao “bem viver” e a justiça social.

Nesse espaço de contradições se constituem as expressões políticas do CMPD-SP (Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência). Por mais que a realidade dos conselhos, dentre eles o CMPD-SP, não esteja circunscrito apenas às prerrogativas legais/institucionais, não podemos desconsiderar as normativas na possibilidade de caracterizar o CMPD-SP, desvelando sua natureza política, seu papel social, seus espaços de possibilidade e exercício de poder diante da administração direta paulistana. Ademais, conhecer a cultura institucional

a partir de normativas legais, neste momento, objetiva apresentar sua específica estrutura organizacional, orientando nossos olhares para a sua natureza política dentro do “corpo social”.

4.2 Características político-administrativas do CMPD-SP

Segundo expresso pela Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOM), em seu Título II – do poder municipal, Artigo 5º, o poder municipal pertence ao povo, que o exerce via representantes nas instâncias do legislativo e do executivo, eleitos pelo sufrágio universal ou por advento de participação direta, conforme prevê tal legislação (SÃO PAULO, 1990). Este último aspecto é ao que vamos nos ater nas próximas linhas.

O exercício do poder a partir dos princípios da democracia participativa se processa no referido dispositivo por meio de iniciativas, como: a iniciativa popular em projetos de emenda à Lei Orgânica e de lei de interesse específico do município, da cidade ou de bairros; por meio do plebiscito e do referendo (Artigo 5º, incisos II e III), bem como pela garantia legal da administração municipal em aperfeiçoar a criação de arranjos institucionais de participação política, denominados conselhos municipais (SÃO PAULO, 1990).

Em conformidade a LOM, cabe ao poder municipal, em específico à administração direta, a Câmara Municipal, sob anuência do alcaide em exercício, por meio de dispositivos legais, a criação dos Conselhos Municipais, estabelecendo seus canais de participação, funcionamento e organização de tais arranjos institucionais que assegurem a adequada participação de todos os cidadãos em suas decisões (SÃO PAULO, 1990) ⁹³.

Os Conselhos Municipais, nomeados como conselhos de representantes na carta municipal, possui por atribuições, conforme artigo 55º:

- I - Participar, em nível local, do processo de Planejamento Municipal e em especial da elaboração das propostas de diretrizes orçamentárias e do orçamento municipal bem como do Plano Diretor e das respectivas revisões;
- II - Participar, em nível local, da fiscalização da execução do orçamento e dos demais atos da administração municipal;
- III - encaminhar representações ao Executivo e à Câmara Municipal, a respeito de questões relacionadas com o interesse da população local (SÃO PAULO, 1990).

⁹³ Redação dos artigos 8º e do 13º, inciso XVIII e artigo trigésimo sétimo, parágrafo primeiro da LOM (SÃO PAULO, 1990).

A partir desta introdução, podemos inferir algumas leituras da organização institucional da participação civil nos espaços de possibilidade de participação política: a legitimação desse movimento se processa por meio das normativas desenvolvidas pelos representantes da câmara e do executivo. Assim, a legislação será o recurso elencado para a formatação do desenho institucional do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

As questões pertinentes à pessoa com deficiência, à promoção de bandeiras como promoção e acesso a direitos, a políticas públicas e participação social, nas esferas sociais, econômicas, na cultura e na política local emergiram com força na década de 1980. Prerrogativas históricas para tal fenômeno se sustentam em fatos como o Ano e a Década da Pessoa com Deficiência (1980) e a mobilização de setores sociais que, de acordo com Rocha (2006), promoveram participação política e reflexos nas legislações de ordem federal, estadual e municipal.

Segundo Lanna Junior (2010, p. 71), o interesse público em relação aos direitos das pessoas com deficiência foi reconhecido dentro da estrutura do Estado Brasileiro por advento da criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), em 1986, e da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1989 (BRASIL, 1989). Posteriormente, em 1999 a partir do decreto n. 3.076/99 é criado o CONADE (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, consolidando os interesses das pessoas com deficiência nos espaços de poder da administração federal (BRASIL, 1999).

Nesse frutífero cenário se dá a criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPD (ou Conselho Municipal da Pessoa Deficiente) criado em 1989, a partir do Decreto n. 28.004/89 (SÃO PAULO, 1989), na administração da prefeita Luíza Erundina (1988-1992)⁹⁴.

Assumindo a perspectiva legal, a legislação base que rege a dinâmica e nos possibilita compreender que a natureza institucional desta arena política é: Decreto n. 58.031/17, que dispõe acerca da reorganização da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SÃO PAULO, 2017); o Regimento Interno do CMPD, de 2012 (SÃO PAULO, 2018), e a Lei n. 11.315/92 que dispõe sobre o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente

⁹⁴ No decreto n. 28.004/89 o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência estava ligado à Secretaria de Negócios Extraordinários (SÃO PAULO, 1989). Em 1992, o colegiado encontrava-se vinculado à Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos da Secretaria de Governo Municipal do Gabinete do prefeito, ainda sob gestão do governo Luíza Erundina (SÃO PAULO, 1992). A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência foi oficializada com a aprovação da Lei n. 14.659, de 26 de dezembro de 2007, sendo publicada no Diário Oficial da cidade no dia 27 de dezembro de 2007 (SÃO PAULO, 2007).

(SÃO PAULO, 1992), bem como informações provindas de seus canais eletrônicos (*sites* de internet) de informação institucional.

O *site* institucional do CMPD o descreve como “interlocutor direto da Secretaria com a Sociedade”:

O conselho é o órgão de representação das pessoas com deficiência perante a Prefeitura de São Paulo. Sua função é elaborar, encaminhar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse da pessoa com deficiência na saúde, na educação, no trabalho, na habitação, no transporte, na cultura, no lazer e esportes, na acessibilidade aos espaços públicos (SÃO PAULO, 2018a) ⁹⁵.

Com relação a sua natureza institucional, a partir da descritiva no plano legal, e de acordo com o artigo 22º do decreto n. 58.031/17, o CMPD- SP é órgão colegiado de caráter consultivo (SÃO PAULO, 2017). É um dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo, cabendo a esta o provimento de recursos humanos e materiais do CMPD para o desenvolvimento de suas atividades, em conformidade com a Lei n. 14.659/07 (SÃO PAULO, 2007) ⁹⁶. As competências deste órgão também são descritas no supracitado dispositivo legal, assim sendo, compete ao CMPD-SP, conforme artigo 24º:

- I - Formular e encaminhar propostas de interesse das pessoas com deficiência no âmbito do Município de São Paulo, bem como assessorar e acompanhar a implementação da política municipal da pessoa com deficiência;
- II - Colaborar com o monitoramento e a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo;
- III - promover e apoiar atividades que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política das pessoas com deficiência;
- IV - Colaborar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência por todos os meios legais que se fizerem necessários;
- V - Receber, examinar e efetuar, perante os órgãos competentes, denúncias acerca de fatos e ocorrências envolvendo práticas discriminatórias contra as pessoas com deficiência no Município. (SÃO PAULO, 2017) ⁹⁷.

⁹⁵ SÃO PAULO, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. **Conselho Municipal da Pessoa com deficiência. 2018a.** Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmpd. Acesso em: 5 mai. 2018.

⁹⁶Os outros dois órgãos colegiados pertencentes à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da capital paulista são: Comissão Permanente de Acessibilidade e o Conselho de Gestão (SÃO PAULO, 2017).

⁹⁷ Um dado relevante com relação às competências do CMPD-SP e a necessidade de influenciar os outros órgãos colegiados da capital paulista consta nas atribuições do referido conselho, em dispositivos ulteriores – Lei n. 11.315/92, que menciona em seu artigo 1º, inciso II: “Promover e apoiar atividades que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica social e política das pessoas portadoras de deficiência garantindo a representação dessas pessoas em Conselhos Municipais nas áreas de saúde, habitação, transporte, educação e outras” (SÃO PAULO, 1992). Tal possibilidade foi suprimida na redação dos dispositivos mais contemporâneos.

O CMPD- SP é composto de 7 (sete) membros efetivos e 7 (sete) suplentes, devendo ser garantida a participação de, no mínimo, uma pessoa com deficiência ou impedimento de ordem física, sensorial (visual e auditivo), intelectual ou múltiplo. Os critérios de elegibilidade para participação como membro do CMPD, conforme a lei n. 58.031/17 são: configurar-se na condição de pessoa com deficiência de acordo as prerrogativas descritas no artigo 2º da Lei Federal n. 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015). Conforme Regimento Interno (CMPD, 2012), artigo 4º, parágrafo 2º, não havendo candidato(s) para a(s) vaga(s) destinadas as pessoas com deficiência, serão elas consideradas livres. A atividade de conselheiro no CMPD não é remunerada, sendo considerada serviço público relevante (SÃO PAULO, 2017).

O mandato dos conselheiros e suplentes constituintes do CMPD tem duração de 2 anos, estando prevista a recondução, conforme informações provenientes do Regimento Interno (CMPD, 2012) e da Lei n. 58.031/17 (SÃO PAULO, 2017). Os pleitos ocorrem no mês de agosto nos Encontros Paulistanos Anuais de Pessoas com Deficiência.

A participação civil e o direito a voz são dados a todos os interessados em participar dos Encontros Paulistanos Anuais, todavia o direito ao voto para eleição dos 7 conselheiros que comporão a coordenação geral é reservado às pessoas com deficiência e aos representantes legais de pessoas com deficiência intelectual e múltipla cadastrados – artigos 3º e 4º do Regimento Interno (CMPD, 2012). Todas as pessoas com deficiência e residentes no município de São Paulo poderão se cadastrar no CMPD para participar de suas atividades com o direito a voz e ao voto (SÃO PAULO, 2018a) ⁹⁸.

A eleição dos Conselheiros e respectivos suplentes se dá por meio de voto secreto dos presentes em assembleia em único turno. O mandato tem início em 1º de setembro e termina em 31 de agosto ⁹⁹.

A organização institucional do CMPD, conforme o expresso no artigo 3º da Lei n. 11.315/92, corresponde às seguintes estruturas: I – Encontros Paulistanos Anuais das Pessoas Deficientes; II – Encontros Paulistanos Extraordinários de Pessoas Deficientes; III – Reuniões Plenárias Mensais; IV – Coordenação Geral e V – Grupos de Trabalho.

⁹⁸ SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. **Organização.** 2018b. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/conselho/o_que_e/como_participar/index.php?p=11347. Acesso em: 5 mai. 2018.

⁹⁹ SÃO PAULO, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. **Conselho Municipal da Pessoa com deficiência.** 2018a. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmpd/index.php?p=161704. Acesso em: 5 mai. 2018.

Os Encontros Paulistanos Anuais, conforme regimento interno do CMPD-SP (CMPD, 2012), além de definir os membros que irão compor o CMPD-SP, definem ou reavaliam propostas e questões regimentais, avaliam as ações do colegiado e apresentam novas propostas [em torno da promoção da pessoa com deficiência]¹⁰⁰. O atual Regimento Interno do CMPD foi aprovado durante a realização do XXII Encontro Paulistano de Pessoas com Deficiência, realizado no dia 18 de agosto de 2012.

Os Encontros Paulistanos Extraordinários de Pessoas com Deficiência, conforme artigo 7º do Regimento Interno (CMPD, 2012) “somente poderão tratar dos assuntos para os quais foram convocados”, decidindo questões não abrangidas no Encontro Anual e que pela importância e pertinência necessitem de apreciação. Da convocação para a realização ao Encontro Extraordinário deve ser respeitado o prazo mínimo de 30 dias.

A importância desses eventos com relação às deliberações do CMPD_SP para sua dinâmica institucional e a condução de suas competências é ressaltada no artigo 11º da Lei n. 11.035/92, que menciona: “a atuação do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente terá como base as decisões de Encontros Paulistanos de Pessoas Deficientes, não se sobrepondo a elas” (SÃO PAULO, 1992).

As reuniões plenárias têm por finalidade o debate direto com as pessoas com deficiência, acerca de seus direitos, propostas de políticas públicas e formas de encaminhamento para o segmento¹⁰¹. As plenárias ocorrem mensalmente, sendo de responsabilidade da coordenação geral os trabalhos de agendamento, escolha da coordenação dos trabalhos e abertura da plenária – artigos 9º ao 11º – conforme Regimento Interno. (CMPD, 2012). De acordo com o *site* institucional, as plenárias são abertas e os temas abordados em cada reunião “quase é sempre sugerido pelos munícipes que acompanham as atividades do CMPD-SP”¹⁰².

A coordenação geral é expressa no artigo 12º do Regimento Interno (CMPD, 2012) como a instância de encaminhamento das decisões dos encontros e das reuniões plenárias mensais. É composta pelos 7 membros efetivos do CMPD – SP, sendo que

¹⁰⁰ SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência: **Organização.** 2018b. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/conselho/o_que_e/como_participar/index.php?p=11347. Acesso em: 5 mai. 2018.

¹⁰¹ SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência: **Organização.** 2018b. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/conselho/o_que_e/como_participar/index.php?p=11347. Acesso em: 5 mai. 2018.

¹⁰² CMPD. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. **Como participar?** 2013a. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmpd/index.php?p=161704. Acesso em: 5 mai. 2018.

conforme redação do artigo 12º, parágrafo 1º “poderá ser atribuídas funções ou atividades aos membros suplentes”. Compete à coordenação geral:

- I - Elaborar e definir a programação geral do conselho municipal da pessoa com deficiência;
- II - Incentivar e garantir a integração de todas as equipes na definição das diretrizes políticas e de programação geral do conselho;
- III - Propor a estrutura administrativa do conselho;
- IV - Articular os programas de implantação de projetos com os programas das diversas secretarias e afins;
- V - Propor, incentivar, assessorar e acompanhar iniciativas que concernem às questões das pessoas com deficiência;
- VI - Elaborar o regimento interno do conselho;
- VII - Convocar os encontros paulistanos de pessoas com deficiência e as reuniões plenárias mensais do conselho, definindo as pautas concernentes a tais encontros, na forma do presente regimento interno.
- VIII - Promover, periodicamente, encontros ou seminários com a finalidade de debater as questões relacionadas aos direitos de cidadania. (CMPD, 2012).

Conforme artigo 19º, também compete à coordenação geral: I – Dar posse aos conselheiros eleitos; e II – Eleger o presidente do conselho municipal da pessoa com deficiência. (CMPD, 2012).

Aos grupos de trabalho atribui-se a finalidade de assessoria à coordenação geral onde são discutidas e apresentadas soluções para as problemáticas enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Tal espaço é aberto a todos os interessados para levantar e debater questões que impedem a inclusão social desta população ¹⁰³. Na redação da Lei n. 11.035/92, competem aos grupos de trabalho as seguintes atribuições (artigo 10º):

- I - Fornecer subsídios às políticas de implantação de projetos e demais políticas de ação de que trata esta Lei, na respectiva área;
- II - Participar da programação geral do Conselho;
- III - Elaborar estudos, diagnósticos e subsidiar o órgão oficial de divulgação do CMPD, conforme definido pelo seu Regimento Interno (SÃO PAULO, 1992).

Na atual modelo do CMPD-SP, os grupos de trabalho se concentram dentro dos seguintes eixos temáticos: acessibilidade; cultura, esporte e lazer; empregabilidade; entidades e parcerias; família. LGBT, mulheres; saúde e transporte ¹⁰⁴. As pautas das reuniões dos

¹⁰³ *Idem.*

¹⁰⁴ SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. CMPD. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. **Grupos de trabalho.** 2018c. Disponível em:

grupos de trabalho devem ser comunicadas à coordenação geral, bem como os recursos necessários para condução dos trabalhos dos grupos deverão ser de responsabilidade da presidência do CMPD e da Secretaria da Pessoa com Deficiência da capital paulista.

Realizar esse sobrevoo na cultura institucional do CMPD-SP localiza suas específicas dinâmicas e funcionamentos. Situar esse plano de fundo organizacional não exige o reconhecimento da complexidade na qual o poder é exercido nesse espaço, como os atores políticos estabelecem suas relações e seus diversos atravessamentos – discursos, imaginários, saberes e poderes que se expressam nessa arena política. É indubitável, dentro do plano metodológico, a importância do conhecimento preliminar acerca da comunidade observada (desde sua estrutura institucional até contexto histórico-social que possibilitou sua gênese de natureza política). Construir um mapa institucional/epistêmico sobre aspectos relativos às arenas políticas contribui para as observações *in loco* no CMPD-SP, com relação às dinâmicas de poder entre os corpos e, por conseguinte, para se referenciar toda produção discursiva/documental e imagética que se processa nessa arena política, histórico espaço de atravessamento de poderes e saberes e microcosmo da expressão do “corpo social”.

5.

RESULTADOS E DISCUSSÃO ONDE OS MARES SE REVOLTAM

A escrita é um lugar terrível onde entrevemos grandes possibilidades e experimentamos continuamente os limites.

Jean-Jacques Courtine

Nesta seção nos propomos navegar pela polifonia discursiva e imagética, presente nas falas dos atores políticos com deficiência, muitos dos quais, com destacada expressão dentro do cenário de lutas em torno da promoção social da pessoa com deficiência; na documentação institucional, em específico, as atas do CMPD-SP, como também, em diários de campo produzidos pela imersão do pesquisador nas plenárias do conselho. Por mais que as “rotas epistêmicas”, no que constitui a compreensão de corpo em sua natureza política, as diversas expressões, discursos e dispositivos de poder-saber que constitui o corpo social, neste momento, nos colocamos à exploração do desconhecido. O que as diversas fontes podem nos transportar no que tange os sentidos de corpo com deficiência?

Os “mares se revoltam”, expressa o intenso trabalho metodológico, epistêmico e conceitual que a pesquisa busca dialogar. Como discorre Courtine (2013), escrita é um lugar terrível, (o pessoal “Vale das Tormentas”), mas que ao mesmo tempo em que entrevemos grandes possibilidades, em contrapartida vivenciamos continuamente os limites. A noção de incompletude e da impossibilidade de navegar por outras rotas será uma constante, em virtude a densa rede de possibilidades e a complexidade que devida problemática fora se constituindo. Esta viagem não se encerra, sendo essa polifonia, ao mesmo tempo conflituosa, nos possibilita referenciar novos itinerários, em posteriores momentos. Na escrita se apresenta a finitude do ser-pesquisador e as suas contribuições na densa rede que conforma a construção do saber.

5.1 As narrativas orais dos atores políticos: poder, corpo e intervenções

5.1.1 Poderes e atravessamentos: uma reflexão sobre o processo de entrevistas

[...] uma família tinha um deficiente lá no fundo da casa. Ninguém via do deficiente. Aí chamaram [pausa] ele ficou doente e chamaram o posto de saúde e veio uma equipe de enfermeira, médico e vieram conversar com ele. Aí, conversaram, conversaram, conversaram e chegaram numa conclusão: Amanhã de manhã a gente vai vir aqui, vamos te que dar um banho e a gente vai até o posto de saúde, tá? Legal! Fizeram isso no dia seguinte, deram banho nele, pentearam o cabelo, colocaram ele na cadeira de rodas e vamos embora. Aí passou em uma banca de jornal - "aí que legal que revista joia", e acabaram comprando uma revista para ele. Aí foi andando outra vez e passou pela igreja. O padre estava ali e tal, padre, pastor, seja lá qual for a religião, mas o padre está ali "Oh rapaz, faz tempo que eu não lhe vejo. Por que você não pede para alguém lhe trazer aqui na igreja?" Ele brincou com o padre, não sei o que e tal. Bom, chegou no posto de saúde aí entrou e todo mundo cumprimentou ele, não sei o que e tal, aí ele entrou na sala do médico. O médico perguntou: o que você sente? Ele falou: "Nada". E a dor que você sentia? Passou. Sabe o quê era a doença dele? A mesmice.

Relato "fictício" do entrevistado 2

O processo das entrevistas é um dos momentos mais singulares das pesquisas sociais, sublinhando aspectos que muitas vezes não se evidenciam tanto nas observações de campo do pesquisador ou na leitura de documentações institucionais. A singularidade deste processo não corresponde apenas à resposta para as problemáticas da pesquisa dentro da lógica positivista de produção de conhecimento. Nas trilhas discursivas, em falas despreziosas e não direcionadas ao objeto de pesquisa em si, podemos vislumbrar questões éticas, metodológicas e políticas que merecem ser sublinhadas.

Essas premissas se materializaram, por exemplo, nos momentos finais da fala do entrevistado 2. Infelizmente, devido a motivos de ordem ética, a autoria do relato manteve-se confidencial. Em linhas gerais, o relato narra a relação que um corpo com deficiência começa a estabelecer com seu território, saindo da pseudoinvisibilidade e ressignificando o corpo enquanto entidade relacional, participante e interdependente com o seu meio. Em poucas linhas o entrevistado sintetizou a experiência de uma mudança de paradigmas acerca do corpo com deficiência e sua singularidade enquanto ator político e social, como observamos na unidade 2.

Esse depoimento ressalta como os corpos estabelecem relações entre si, uma das questões fundamentais da pesquisa. Desse modo a leitura política das entrevistas torna-se mais um modo de compreender como o sujeito com deficiência se projeta em sua realidade,

além de atrair o olhar do pesquisador para esse tema eivado historicamente pelas assimetrias de poder.

Em princípio reconhecemos que as falas dos atores políticos são atravessadas por discursos, imaginários e concepções historicamente construídas e significadas, na singularidade dos sujeitos, que se identificam enquanto corpos com deficiência. Esses discursos, dentro da produção de conhecimento, dialogam com disciplinas ou com um corpo de conhecimentos que proporcionam legitimidade às falas e ao campo de investigação em questão. Isso chama atenção para as possíveis assimetrias de poder na relação entre pesquisador e entrevistados.

Esse cenário evidencia o papel do pesquisador diante do conhecimento institucional e o papel dos entrevistados diante da produção do conhecimento. Relacionar os saberes institucionalizados, representado pelo substrato teórico conceitual da pesquisa, com a experiência empírica e a singularidade dos entrevistados é um desafio metodológico assim como a expressão do atravessamento desses sujeitos pelas relações de poder. Desse modo a constituição da pseudoinvisibilidade dos sujeitos entrevistados a partir da valorização do saber institucionalizado denotam relações de poder-saber alocadas em um modo cartesiano de conhecimento, alicerçado nas condições de produção do século XVIII na sociedade ocidental. Novas legitimidades nas instâncias do saber em ciências humanas se mostraram proeminentes no século XX, contribuindo não apenas com o delineamento metodológico e teórico das pesquisas mas também na natureza política que elas projetam¹⁰⁵.

Por mais que a pesquisa busque um delineamento no qual não configure as históricas e assimétricas relações de poder-saber que se projetam sobre a produção do conhecimento e sobre os corpos com deficiência, reconhecesse-se que ainda existem atravessamentos no sentido em que as concepções do corpo teórico se projetam com maior

¹⁰⁵ Os exemplos citados não representam o escopo metodológico e teórico da presente pesquisa, todavia ilustram a trajetória do pesquisador diante da reflexão acerca das expressões políticas e assimetrias de poder relacionadas à produção de conhecimento. Na disciplina PSA 5857 – Fundamentos teórico-metodológicos da prática de pesquisa de campo em ciências humanas numa perspectiva interdisciplinar, ministrada por Schmidt e Barros (2016), destacamos a relação entre informante e pesquisador em fatores como: a formação de subjetividades (do informante e do pesquisador, no exercício da alteridade) e nos espaços de representação do informante no texto – na possibilidade e reconhecimento de coautoria ou como apenas um sustentáculo para afirmação de teorias e discursos do próprio pesquisador (CRAPANZANO, 2005). Em pesquisas para delineamento do desenho da pesquisa nos aproximamos da corrente teórico-metodológica “História Oral” que, segundo Meihy (2002, p. 164), apresenta como objetivo central atender sempre a um interesse importante que vincula os sujeitos entrevistados a um sentido social, proposta que denota a importância do trabalho. A decolonização dos saberes, o reconhecimento de epistemologias que não se fundamentam na constituição do saber ocidental e as interconexões entre conhecimento científico e não científico são considerações epistêmicas de autoria do filósofo português por Boaventura de Souza Santos (2007), como também são propositivas que fundamentam o escopo teórico-político do DIVERSITAS/FFLCH/USP.

proeminência, estando as falas dos entrevistados no plano da reafirmação/legitimação de um pensamento hegemônico dentro do *corpus* acadêmico.

O segundo aspecto do atravessamento das relações de poder-saber no processo de entrevistas corresponde à relação entre os entrevistados e a figura do pesquisador. Após os processos de entrevistas, questionou-se os entrevistados a respeito da figura do entrevistador/pesquisador e o quanto tais concepções condicionavam suas falas e posicionamentos. Essa reflexão foi potencializada durante a entrevista com os participantes 7 e 8, que mencionaram durante o processo, quando indagados sobre o que corpo com deficiência significava para ela:

“Nossa R [entrevistador] que pergunta difícil. Eu vou responder o que eu entender, qualquer coisa **você pode escrever alguma coisa diferente** que eu autorizo, tá [sic] Nunca me fizeram uma pergunta assim [...]” (**Entrevistado 8**) [grifo nosso].

[Sobre o conceito de deficiência] **é uma opinião, desculpa**, é uma opinião minha (**Entrevistado 7**) [grifo nosso].

Quando o entrevistado 8 se projeta como subserviente e não assume como legítima sua própria argumentação e autoriza a reescrita de sua narrativa revela mais um cenário das assimetrias de poder e das relações históricas em que o conhecimento de si e de corpo com deficiência ficavam a cargo de outras expressões de saberes ou atores políticos, que evidenciam essas corporeidades como elemento a ser classificado, controlado e, essencialmente, silenciado. Cogitamos que uma das motivações para este fenômeno está na imagem que o colaborador tem do sujeito entrevistador/pesquisador, que direta ou indiretamente representa um saber institucional e hegemônico no plano da produção do conhecimento.

Evidentemente, esse papel de sujeito de conhecimento se relaciona a estratégias de poder e controle dos corpos a partir da formação de discursos da verdade orientados no plano da razão e da assimetria nas relações de poder-saber, sendo esse último a negação do outro enquanto existência como sujeito cognoscente. Destacar essas assimetrias de poder dentro de processos metodológicos é compreender no outro a existência de saberes dominados ou saberes não qualificados.

Em Foucault (1979, p. 170), saber dominado corresponde a conteúdos de ordem históricos considerados desqualificados, não competentes ou insuficientemente elaborados; saberes ingênuos, inferiores e abaixo de uma constituinte científica. Esses saberes não

qualificados alocam em sujeitos à margem do exercício do poder, como o psiquiatrizado, o doente, o enfermeiro e o médico marginal, nas diretrizes da razão biomédica. Assim sendo, não podemos colocar à margem os corpos com deficiência. Em contrapartida, observar os encontros e entrevistas numa perspectiva dialógica é discernir esse processo dentro de uma perspectiva genealógica.

Delineou-se assim o que poderia chamar uma genealogia, ou melhores pesquisas genealógicas múltiplas, ao mesmo tempo redescoberta exata das lutas e memórias bruta dos combates. E esta genealogia, como acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, só foi possível e só pode ser realizada à condição de que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica (FOUCAULT, 1979, p. 171).

As genealogias referem-se à ativação dos saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária, intencionada a ordenar, hierarquizar em nome de um conhecimento verdadeiro e dos direitos de uma ciência detida por poucos (FOUCAULT, 1979, p. 171). Reconhecemos a complexidade da abordagem genealógica como metodologia no arcabouço teórico das ciências humanas, todavia evocamos os princípios genealógicos às instâncias política do olhar do pesquisador acerca da densa rede de discursos, sejam de razão científica ou dos atores políticos colaboradores.

Por mais que os cenários expressos não orientem a intencionalidade da pesquisa, as manifestações das assimetrias de poder podem ser projetar não apenas pela coerção, a partir de discursos de verdade, no sutil consentimento e resignação epistêmica, mas pelos silenciamentos seletivos. Quantos entrevistados dentro do plano da pesquisa em ciências humanas calam-se por considerarem suas contribuições marginais com relação ao significado hegemônico e historicamente construído acerca de seus corpos e de sua existência?

Se estabelecer enquanto sujeito político e de conhecimento é buscar estabelecer relações de poder com menores assimetrias, é relacionar diferentes expressões de saberes e compreender-se enquanto corpo interdependente e relacional. Na composição entre os corpos envolvidos no processo, por exemplo, o pesquisador tensiona o seu papel enquanto produtor de conhecimento (fato expresso na presente seção) e os atores políticos, acerca de sua práxis política enquanto corpo com deficiência.

[Sobre o conceito de corpo com deficiência] Não sei esse tipo de pergunta, sinceramente R [entrevistador] eu nunca havia assim, nunca ninguém havia

perguntado nesse tipo que você está falando. A gente fala e fala o corriqueiro, do dia a dia que a gente está (**Entrevistado 6**).

Mas assim: eu fiquei feliz por um lado, fiquei. São novidades para mim estar preparada para o futuro, por que outra pessoa vai me fazer uma pergunta parecida como a sua aí eu vou saber responder (**Entrevistado 8**).

Ultrapassar o “lugar-comum” da compreensão de sua própria corporeidade revela processos de significação que demonstram que o papel das entrevistas supera a simples coleta de informações. Questionar a cultura hegemônica sobre o corpo com deficiência pode se revelar importante expressão do exercício do poder no sentido de se opor à produção discursiva e imagética cartesiana e capacitista sobre ele (entrevistado 6). Ademais, reconhecer-se enquanto sujeito cognoscente, no sentido de se projetar nas relações de poder-saber, revela outra possibilidade de se opor tanto às estruturas estigmatizantes como aos silenciamentos proporcionados pelas assimétricas relações entre corpo com deficiência e sua comunidade política e social (entrevistado 8).

Todavia, devemos observar os movimentos epistêmicos e políticos circunscritos nos fragmentos acima com parcimônia, pois a reflexão do que se constitui corpo com deficiência não é relação causal com a *práxis* política dos atores em questão, assim como o reconhecimento de si enquanto sujeito cognoscente pode estar atrelado a constructos que não rompem com a tradição da objetificação de deficiência na ordem da opressão do corpo.

Assim, as entrevistas devem ser assumidas como aspecto transcendente a sua instrumentalização metodológica e sua efetividade não deve estar circunscrita apenas à obtenção de dados dos informantes, mas como trabalho de composição e interdependência entre as partes envolvidas.

Pensando esse processo no plano das formações discursivas, em Foucault (2004) destaca que os discursos não se fundamentam como unidades autônomas de significações, mas como acontecimentos e segmentos funcionáveis, formando pouco a pouco um sistema. Por mais que o filósofo (2005) sacramente que não é possível definir todo um sistema de pensamento, ou uma episteme a partir de um coletivo de discursos, buscamos uma análise do significado¹⁰⁶ articulada a uma série de categorias históricas fundamentadas no corpo e que refletem as condições de produção e de conhecimento em uma série linear do tempo da sociedade ocidental.

¹⁰⁶ “Falar sobre o pensamento do outro, procurar dizer o que eles disseram é tradicionalmente fazer uma análise do significado” (FOUCAULT, 2004, p. XVI).

5.1.2 O desvelamento dos sentidos de deficiência/corpo com deficiência: entre opressões e ressignificações

As entrevistas em profundidade permitiram a observância dos sentidos impressos na deficiência enquanto experiência singular do corpo, em imbricação com imaginários e conceitos historicamente e socialmente situados. Essas narrativas se interseccionaram com as histórias de vida dos colaboradores e com as transformações políticas em desenvolvimento no cenário nacional/internacional.

É inegável que a experiência social desses corpos perpassa discursos, imaginários, saberes e categorias históricas, frutos de densas relações de poder, que não necessariamente são compreendidas pelos atores políticos contemporâneos. Segundo as teorizações de Foucault e as contribuições de Courtine, conforme anteriormente descrito, corpo e poder se projetam como elementos relacionais. Por meio do corpo se exerce e se sente as afetações do poder. Nessa perspectiva, o relato dos entrevistados assume o papel de recorte, a ação dos micropoderes no sentido em que retratam a densa rede de poderes, intervenções e afetações sob as corporeidades com deficiência.

Deste modo, nas veias abertas do corpo com deficiência se projetam seculares expressões da opressão e as possibilidades de ruptura e ressignificação, instaurando-se, de forma consciente ou não, resistências frente a perspectivas significativamente estigmatizadoras acerca desse aspecto. Entender o conceito de deficiência/corpo com deficiência para os colaboradores é conhecer os interstícios e os atravessamentos imagéticos e conceituais que subsidiam, de forma consciente ou não, o exercício do poder nas ações políticas por parte dos corpos com deficiência:

Olha, na verdade eu acho que essas definições desses conceitos que eu acabei de colocar para você já são uma **compreensão política da deficiência, porque minha atuação política é justamente espalhar, difundir essa compreensão de deficiência** (Entrevistado 4) [grifo nosso].

A fala do entrevistado quatro revela as imbricações políticas de sua compreensão acerca de deficiência, no sentido em que o seu arcabouço epistêmico sobre o tema materializa-se enquanto discurso e resistência a toda produção estigmatizante acerca de deficiência. Como assume Foucault (1996), o discurso, investido de poderes, não traduz as

lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, ou aquilo do que queremos nos apoderar¹⁰⁷.

Por mais que os discursos se assumam na autoria dos indivíduos acreditamos que os subsídios para a concepção de deficiência alicerça-se a partir de fragmentos discursivos, imaginários e concepções historicamente situadas que congregam a perspectiva do controle dos corpos advindos da episteme ocidental do século XVIII, orientada pela corrente político filosófica iluminista, na organização dos saberes teológicos, médicos e jurídicos, na institucionalização do corpo e nos seus usos dentro de uma estética\imagética e de uma concepção produtiva de corporeidade.

Nesta seção, não temos por objetivo promover discursos de verdade, alicerçados em saberes legitimados e constituídos no plano do conhecimento, mas desenvolver a compreensão localizada dentro de um sistema de pensamento/conceitual das narrativas desenvolvidas pelos atores políticos, no intuito do entendimento da realidade conceitual e, conseqüentemente, sociopolítica acerca de corpo com deficiência/ deficiência. Além disso, de acordo com Franco (2005), o sentido acerca dos fenômenos reflete a atribuição de um significado pessoal que se manifesta a partir das representações sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas. É de conhecimento geral o estabelecimento de um jogo de interpretações entre as partes envolvidas nesse processo em que se constrói narrativas singulares, como discursos atribuídos a experiência desses corpos na condição de deficiência por parte de outros atores sem deficiência.

Segundo Foucault (2005) e sua arqueologia do saber, reconhece-se que os discursos não são suficientes para reconstruir um sistema de pensamento, ou seja, os ditos, não ditos e os jamais ditos reconstroem um discurso “de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos” (FOUCAULT, 2005, p. 30-31).

O transcendental, a misticidade, o divino e o sagrado, destacaram-se por significativo período como elemento subsidiador na rede de significação – a serviço da compreensão e da explicação de fenômenos relativos à realidade do indivíduo e sua relação com a coletividade. As cosmogonias, por exemplo, refletem os esforços das mais diversas civilizações de interpretar as origens da existência humana sem bases empíricas. Nessa perspectiva, assumimos que os conhecimentos de ordem teológica/religioso provenientes das crenças, dos mitos e da religião promoviam um sentido social. Assim, antes da organização de

¹⁰⁷ O discurso enquanto estratégia de poder também foi analisado nas outras fontes materiais que compõem este estudo.

saberes hegemônicos, como as ciências médicas e jurídicas, o conhecimento teológico consistia em um substrato de significação e de normalização moral e política dos corpos na sociedade ocidental. Mesmo com a instauração de novas formatações no plano das relações de poder pelas novas expressões epistêmicas na perspectiva Iluminista, não podemos instituir o desaparecimento da razão teológica como forma de significar corpo.

A valorização do homem enquanto transcendência, o mito da alma em detrimento da materialidade, não é aspecto relativo à razão cartesiana, ou da lógica das sociedades capitalistas contemporâneas (FOUCAULT, 1979). Contudo, reserva-se à experiência em cristandade e à valorização do postulado da salvação e da eternidade. Ao corpo, enquanto realidade tangível, lhe reservava o signo do pecado, de maus espíritos e de toda moléstia que lhe afligia. Com o corpo com deficiência, ou os corpos com deformidades, anormalidades anatômicas e toda sorte dos infortúnios da carne essa era a realidade corrente (ROCHA, 2006; AMARAL, 1994). Para Courtine (2013), antes do corpo anormal ser concebido como atraente produto a serviço do capital, estava sob a tutela das entidades religiosas, sendo reconhecido como receptáculo e manifestação de todas as taras e personificação do pecado.

O corpo transcendente como forma de compreender corpo com deficiência pode ser observado a partir das seguintes falas dos colaboradores:

Olha, deficiência para mim é... **Eu costumo dizer religiosamente** que assim: eu sou deficiente porque **Deus está se manifestando em mim** para que a sociedade veja, de certa maneira, que a gente pode fazer mais do que aquilo que a gente imagina que dá para fazer. Outro dia o padre perguntou para mim [o que é deficiência?], eu acho interessante essa... o duro é que ele pergunta as coisas no meio da missa. Aí eu falei: “Não, **Deus deve ter um propósito de eu ser assim**”. E eu tenho feito muita coisa que eu nunca imaginaria fazer (Entrevistado 2) [grifo nosso].

[...] eu acho **que todo ser humano é deficiente, não existe ser humano eficiente, eficiente só Deus todo poderoso**. [...] Eu acho assim, não existe ser humano perfeito, eficiente só Deus (Entrevistado 7) [grifo nosso].

Suas falas se orientam dentro da perspectiva judaico-cristã, pois o entrevistado 2 participa de um movimento social eclesialístico. Todavia, as duas falas buscam construir um discurso que não se alinha à produção epistêmica proveniente da sociedade ocidental pré século XVIII. Se antes era insígnia do pecado e depósito de todas as taras humanas, este corpo corresponde agora à própria manifestação dos propósitos de Deus, como elemento de afirmação da força divina: nas suas imperfeições, comum à experiência humana, nos manifestamos enquanto corpo. A afirmação da condição humana comum torna-se uma

estratégia discursiva, em discurso de verdade, no sentido em que o corpo com deficiência participa da história divina conferida ao homem enquanto expressão de corpo, invocando uma norma teológica com os demais corpos, seja em origem, propósito ou expressão funcional/moral.

Ademais, confere-se ao corpo com deficiência uma natureza virtuosa devido à possibilidade de orientar o viver das outras corporeidades dentro de uma perspectiva positiva, produtivista e capacitista de existência. Ou seja, busca ressignificar o ideário do *déficit* orgânico e funcional, reafirmando a lógica liberal econômica vigente.

Os movimentos sociais eclesiais, como a FCD, e correntes teológicas, como a teoria da libertação, buscaram aproximar a comunidade cristã das questões políticas e sociais emergentes, principalmente na segunda metade do século XX, palco de intensas transformações no seio da sociedade ocidental. Porém, os princípios muitas vezes expressos nessas comunidades não são imunes a contradições, conforme observado nas falas dos entrevistados em questão.

Outra importante consideração é a compreensão de potência do sujeito enquanto ator político em detrimento do “propósito divino”. Assim, numa realidade processada pelos desígnios divinos, tende-se a desconsiderar a organização social enquanto produção cultural, política e moral e, em consequência, aprofundar processos de assimetria de poder? Por mais que movimentos sociais de expressão nacional tenham sua origem no seio eclesial, a assunção de sujeito e corpo dissociado de uma leitura social podem confluir para ações de controle dos corpos com a tônica de políticas assistencialistas e paternalistas de promoção social e o aparamento da potência do corpo e, conseqüentemente, do sujeito dentro das relações de poder.

A separação conceitual entre corpo, como entidade orgânica e manifesta enquanto lesão, e deficiência, corresponde a uma categoria analítica na tônica das opressões que perpassam experiência social do sujeito com deficiência (DINIZ, 2007; DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009). Se projeta, nesse sentido, todos os poderes e intervenções à experiência das barreiras essencialmente sociais, em detrimento da expressão material de corpo, esta, à ordem dos cuidados e da reabilitação, como objeto epistêmico das ciências da vida e da saúde. Desse modo, o afastamento entre corpo e lesão/deficiência, tanto na produção discursiva como na produção de conhecimento, assume possibilidade de resistência frente ao histórico estigma atribuído ao corpo com *déficit* e a hegemonia atribuídas aos saberes de ordem biomédica acerca do tema. Essa separação entre corpo e razão e a tônica da episteme cartesiana

encontrou expressões na produção filosófica do século XVIII e posteriormente na produção discursiva orientada na ascensão da razão clínica (FOUCAULT, 2004; ROUANET, 2009).

Entretanto, essa separação cartesiana entre o corpo como entidade biológica, como elemento desagregado de toda intervenção e poderes, da experiência sociopolítica dos indivíduos e das coletividades não se manifesta na genealogia dos poderes de Foucault. Conforme anteriormente mencionado, por mais que se busque negar a realidade do corpo, “nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder” (FOUCAULT, 1979, p. 147).

Assim, assumimos que deficiência enquanto categoria analítica encontra substratos de significação a partir de saberes, produções discursivas, imagéticas e toda intervenção de poderes no corpo. No desenvolvimento das narrativas, deficiência e corpo com deficiência serão abordadas de maneira dialógica, sendo as fraturas, as cisões entre essas categorias, também consideradas e devidamente contextualizadas.

As construções discursivas de corpo com deficiência, ou da deficiência como aspecto da experiência social de um corpo, o eu e o eles, se localizam a partir de duas grandes categorias analíticas: 1 – que partem de pressupostos e da existência da norma; 2 – a partir de constructos críticos em que se inserem a compreensão de corpo e deficiência.

O primeiro aspecto ou a subcategoria, a mais notável e a que se encontra mais introjetada no imaginário social acerca de corpo/deficiência ou corpo com deficiência, alicerça-se na razão biomédica, no olhar da clínica. Na reorganização de saberes, às ordens das mutações epistêmicas dos séculos XVII e XVIII, o corpo foi tela de manifestação e objeto epistêmico das ciências médicas, da saúde e da vida que, para além de técnicas de cura e de saberes que se requerem, adquire função política para definir uma norma corporal, como os princípios do *corpus* social (FOUCAULT, 2000; 2004). O corpo como expressão da clínica (FOUCAULT, 2004) perpassa os seguintes depoimentos:

Pesquisador: [...] o que você entende por corpo com deficiência?

Entrevistado: corpo?

Pesquisador: isso.

Entrevistado: **seria o corpo físico?** [...]

Entrevistado: Não sei esse tipo de pergunta, sinceramente R [entrevistador] eu nunca havia assim, nunca ninguém havia perguntado nesse tipo que você está falando. A gente fala e fala o corriqueiro, do dia a dia que a gente está. Mas assim, esse tipo assim, eu não sei se saberia expor explicar exatamente. Assim, vamos supor, mais dentro do campo **científico médico** eu saberia te dizer (Entrevistado 6) [grifo nosso].

Eu [...] entendo que é um corpo que falta alguma parte dele, **falta um braço** deficiência física ou tem um **problema sensorial na audição, no meu caso ou visual**. Que falta alguma parte para compor aquele corpo, que ele é imperfeito, ele não é completo (Entrevistado 7) [grifo nosso].

Então, eu entendo que deficiência é quando uma pessoa **adquire essa deficiência** através de uma **síndrome ou de uma patologia** que pode levar a uma **deficiência física**. Mas eu também entendo que pode ser uma deficiência física, por exemplo [...] (Entrevistado 7) [grifo nosso].

O que eu sei aí, que a gente tem alguma coisa, que é um **membro do corpo ou órgão que ele não funciona como deveria funcionar** e em função disso faz com que a gente seja **limitado de usar esse órgão ou esse membro do corpo [...]** (Entrevistado 6) [grifo nosso].

O entrevistado 6 projeta uma percepção conceitual de corpo, pautada na perspectiva cartesiana, vide a terminologia “corpo físico”, acerca desse aspecto no imaginário social, que hegemonicamente classifica o corpo como objeto epistêmico da clínica. Nas citações subsequentes, o imaginário de corpo, conforme o olhar se direciona ao estabelecimento da norma corporal, na dualidade do *déficit* e da completude, ou seja, institui-se uma norma corporal tanto ao seu funcionamento quanto a suas regularidades orgânicas.

Observando o processo de entrevistas e o possível estabelecimento de relações de poder, o uso de argumentos estabelecidos dentro de um corpo de saberes hegemônicos, como “o campo científico médico” possibilita que se instituem discursos de verdade¹⁰⁸, pois sua fala ancora-se em um discurso alinhado a um rol de disciplinas e saberes (FOUCAULT, 1996). O corpo com deficiência é visto como conceito transcrito à luz da racionalidade biomédica/cartesiana de um corpo deficitário, remetendo à concepção de uma norma corporal, de seu funcionamento orgânico, presente até hoje na concepção de “deficiência” em instrumentos normativos e institucionais concernentes ao acesso a direitos e saúde, como a CIF. (OMS, 2004), ou em legislaturas, como a CIDPd e sua classificação biomédica normativa dos impedimentos corporais (BRASIL. 2007, 2009). Por mais que o entrevistado construa uma argumentação simplificada, em um discurso predominantemente colonial, sua argumentativa encontra-se alinhada à razão biomédica de corpo/deficiência e corpo com deficiência.

O primeiro aspecto é a concepção cartesiana de corpo, a partir da segmentação corporal entre transcendência e tangibilidade, produto da produção epistêmica renascentista,

¹⁰⁸ Para Foucault (1979, p. 14), entende-se por verdade “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento de enunciados. A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que ela induz e que a reproduzem”.

mas que encontra reminiscências nos séculos XVIII e XIX na sociedade ocidental iluminista. O olhar médico para Foucault (2004, p. 57) nada mais é que uma das expressões da dialética Iluminista. A cisão entre corpo e pessoa, conforme a perspectiva antropológica de Le Breton (2001) deriva dos conhecimentos de ordem anatomofisiológica, tornando-se hegemônica a compreensão de corpo em sua dimensão biológica.

Nas leituras dos depoimentos percebe-se que alguns entrevistados buscam ressignificar a concepção de corpo com deficiência/ deficiência a partir dos imaginários estigmatizantes. Todavia, elevando a cultura da normalidade ou dos atributos comuns como estratégia argumentativa, indicando que esses corpos podem participar de sua coletividade em igualdade com os demais atores sociais:

Normal como o de uma pessoa sem deficiência. Normal como os padrões classificam: “Ah! Fulano **tem um corpo normal**”, outros falam assim: “Ah! Fulano tem um corpo gordo, ou muito magro” e é isso (Entrevistado 3) [grifo nosso].

Então, como eu disse no princípio, nós somos uma matéria, tem uma parte espiritual, tem a parte física. Pela minha compreensão de corpo com deficiência eu **não vejo a minha parte sensorial como uma deficiência**. Eu tenho meu **corpo normal, minha matéria normal**, mas eu **ajo como uma pessoa normal**. Agora a deficiência, nunca vi, eu particularmente **não percebo nada como uma deficiência**, por que para mim tudo é normal, a vida é maravilhosa, tudo é normal (Entrevistado 8) [grifo nosso].

[...] **a gente é normal**, na minha opinião, mesmo, nós somos normais. [...] Essa é a minha opinião como pessoa com deficiência, que **nós somos normais**. E não vejo nenhuma negatividade nesse ponto (Entrevistado 8) [grifo nosso].

Na fala do entrevistado percebe-se a necessidade de ressignificar a compreensão de corpo com deficiência para além do conceito sócio histórico baseado no estigma do *déficit* corporal e da inaptidão orgânica. Todavia, essa construção discursiva ainda se baseia nos mesmos mecanismos de poder que os entrevistados buscam refutar “a cultura da normalidade”. Pensar na premissa de que a materialidade é aspecto primal e que integra o corpo com deficiência ao coletivo dialoga com as premissas da biopolítica no que se refere a uma essência orgânica do homem e, a partir disto, conforma tecnologias e estratégias de poder massificadas. Assim, a busca pelo primal, no sentido de espécie, torna-se discurso e busca legitimar a existência desses corpos dentro de sua realidade. Todavia, são contrastantes no sentido de referir-se a uma norma corporal, princípio conflitante à diversidade e da interseccionalidade corporal, tão abordada pelo ideário feminista de deficiência.

Outro aspecto de ressignificação da deficiência para além do imaginário social do corpo lesado é alocar o conceito de deficiência como experiência comum relacionada ao desvio ético/moral.

O que eu entendo por deficiência? É uma pergunta complicada, porque eu poderia dizer que é uma doença que a pessoa tem e deixa algum tipo de deficiência, mas eu acho muito mais do que isso deficiência **é o que as pessoas vêm na pessoa com deficiência**. Elas nos veem como menores, incapazes e a grande deficiência é essa, não a deficiência que eu carrego [...]. Mas as pessoas que não têm deficiência me veem como coitadinha. **Eu acho que deficiência é isso, o que enxerga no outro**. Deu para entender? (Entrevistado 3) [grifo nosso]

[...] Mas temos a deficiência física e a **deficiência num todo**, como diria, uma deficiência geral mas eu não sei como te explicar essa parte [...] em algum momento as pessoas **têm a sua deficiência, a sua falha**. Ele pode ter uma deficiência física, mas pode ter uma **deficiência atitudinal**, ele pode ter uma deficiência ali com outra pessoa (Entrevistado 7) [grifo nosso].

De alguma falha, desculpa, em algum momento as pessoas **têm sua deficiência, sua falha** [...] vamos supor, eu E. sou deficiente, tipo, tenho uma deficiência física igual eu falei ou sensorial, ou mental, mas a qualquer momento **eu posso ter uma deficiência falhando com outra pessoa**, alguma atitude da minha parte, coisa que eu teria que fazer. Eu não sou perfeita não existe a E. perfeita, de alguma forma ela tem uma deficiência, não importa que é sensorial física, **mas tem uma deficiência relacionada ao ser humano** (Entrevistado 7) [grifo nosso].

A pretensa positividade em ressignificar deficiência enquanto corpo com lesão ainda tende para a concepção de uma norma corporal ou de existência, conforme podemos observar no depoimento. Desse modo, que prerrogativas subsidiam essa norma corporal: a concepção iluminista do ideário revolucionário francês da “igualdade”, assumida nos dispositivos legais das sociedades democráticas contemporâneas? A simples expressão de corpo no princípio de base orgânica comum a toda humanidade? A participação enquanto ser cognoscente nos modos de produção e na cultura de sua coletividade? Ou reduzimos a problemática às instâncias estéticas do olhar e dos contornos corporais comuns?

Independentemente das hipóteses, a concepção de uma norma corporal ou de um modo de existência enquanto corpo dialoga com os conceitos foucaultina (2009) e de Courtine (2008, 2013): o exercício do poder não foge à norma. Remetendo a uma popular propaganda veiculada na mídia, que tinha como *slogan* “Ser diferente é normal”, evita-se reconhecer as contradições e os históricos dispositivos de poder que circunscreveram e conformaram a experiência social dos corpos com deficiência.

Ainda no que condiz ao espectro de corpo como expressão orgânica e cartesiana, evidenciamos outra categoria analítica expressa nas falas dos entrevistados: o corpo à ordem da disciplina, os “corpos dóceis”. Para Foucault (2009), se faz necessário o controle minucioso das operações do corpo, que realiza uma sujeição constante de suas forças, o que lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade que se manifesta sob os processos disciplinares. Para o teórico (2009, p. 118) “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

O grande livro do Homem-Máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anatomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos e os filósofos continuaram, o outro técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar e corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível (FOUCAULT, 2009, p. 117-118).

Os corpos com deficiência são concebidos, como denotados enquanto elemento e valor a partir da funcionalidade de suas estruturas orgânicas. A funcionalidade é outro elemento que revela a condição social do corpo com deficiência enquanto cidadão de direitos no Brasil, pois o acesso a direitos e a benefícios sociais (BCP, INSS) estão vinculados à capacidade motora e cognitiva dos sujeitos (DI NUBILLA, 2011; DI NUBILLA, BUCHALLA, 2008; OMS, 2004).

Nas entrevistas, alguns colaboradores conceitualmente apontaram a compreensão de corpo com deficiência como experiência relacionada à limitação funcional, que reverberava na sua experiência social enquanto sujeito/ator político, nos possibilitando perceber uma perspectiva capacitista de existência:

Olha, no meu caso é uma **limitação**. Eu tenho uma limitação onde e não procuro ficar agarrado nela, vamos dizer assim. Eu faço o que posso e muitas vezes até o que eu não posso, mas a **deficiência é uma limitação** e em alguns casos, muito **severo** (Entrevistado 1) [grifo nosso].

É a mesma explicação, porque um corpo com deficiência é um corpo limitado. Nós não podemos fazer muitas coisas. [...] Um corpo com deficiência ele é muito **limitado em quase tudo** que pode imaginar: pra dormir, pra acordar, pra tomar um banho [...] (Entrevistado 1) [grifo nosso]

[O que é deficiência?] **É tudo aquilo que atrapalha** (Entrevistado 2) [grifo nosso].

Para mim, uma deficiência, eu entendo, como uma certa **limitação** para o exercício normal das atividades.

[Corpo com deficiência] **limitado** de usar esse órgão ou membro do **corpo e que nos traz uma limitação** para o **exercício normal das atividades** [...]

Eu acho que têm uma série de atividades **que normalmente uma pessoa exerce** que eu não poderia, **eu não teria condições de exercer** a não ser que haja, entende, o desenvolvimento de uma tecnologia para propiciar que, eu em igualdade, possa com as demais pessoas (Entrevistado 6) [grifo nosso].

[...] O que vejo como deficiência é também R. quando a gente **não consegue fazer uma coisa** que não está no nosso alcance (Entrevistado 8) [grifo nosso].

A experiência da deficiência é compreendida enquanto corpo limitado, e que não performa uma norma funcional, que designa modos de ser e estar em uma dada coletividade. Nas falas dos entrevistados essa norma corporal encontra sentidos e manifestação nas sutilezas do cotidiano, no espaço político do exercício do poder privilegiado evidenciado por Foucault (1979, 2009) e Courtine (2008, 2013), nas transformações políticas e epistêmicas dos séculos XVIII e XIX, que não correspondem necessariamente ao controle soberano de uma entidade com poder monárquico ou o Estado. A especialização do poder nas regulações do corpo foi objeto das instâncias do olhar, como evidenciou Courtine (2008), de modo que performar um corpo produtivo como parte de atrações teratológicas, por meio de “proezas do cotidiano”, não apenas divertia, mas ensinava a norma corporal enquanto corpo produtivo e os papéis sociais relacionados ao gênero. Na fala dos entrevistados, a norma corporal, como performar um corpo produtivo, pode ser observada nas seguintes passagens:

Eu sempre falava para ela “Ah mãe, faz as coisas para mim?”. Ela falava assim: eu vou fazer, mas primeiro você vai ter que tentar. Se você não conseguir eu faço. Então isso tudo ela me ensinou a fazer café. Você sabe com quantos anos ela me ensinou a fazer comida? Eu tinha 9 anos quando **eu consegui aprender a cozinhar**. É que eu cozinhava a minha vida inteira. Cinquenta anos eu aprendi a cozinhar porque eu tô com 59 e eu tinha 9. Então **eu tô na cozinha mexendo com cozinha esse tempo todo** (Entrevistado 1) [grifo nosso].

Eu acho que de tanto ela [mãe] falar isso, que eu aprendi a fazer hoje e te digo tranquila, para mim foi engraçado **eu descobri um jeito de dar banho** nas minhas filhas (Entrevistado 1) [grifo nosso].

Então, eu entendo como um tipo de limitação, quer dizer, eu tô [sic] sentado aqui agora e **a lâmpada está queimada e eu não posso trocar** porque eu sou limitado, eu tenho essa limitação. **Eu não consigo trocar essa lâmpada e tal**. Mas têm coisa que eu faço normalmente, por exemplo, eu tô trabalhando no computador agora, então trabalhando normalmente como qualquer pessoa. **Então, dependendo do tipo de atividade a gente pode ter**

uma limitação ou não. Eu me refiro a isso, por exemplo, a deficiência física, mais isso pode estender a todas as deficiências (Entrevistado 6) [grifo nosso].

Por exemplo, eu sou paraplégico **e não dá para jogar bola** [risos], eu tenho uma limitação. Então, por exemplo, **para dirigir eu preciso de um veículo que seja adaptado, o transporte tem que ser acessível**, o ônibus se fica com degrau para uma pessoa, tudo bem, normal e tal, mais para mim um degrau já dificulta, vamos supor [...] (Entrevistado 6) [grifo nosso].

[...] uma deficiência, ele **não consegue aprender direito, digamos, o português**, por algum motivo, mas é um defeito, por alguma deficiência (Entrevistada 7) [grifo nosso].

Então, por exemplo o CJ [marido da entrevistada, também pessoa com deficiência] sabe nadar e eu não, então isso me torna assim [deficiente]. Porque **eu não aprendi a nadar**. Porque eu tenho medo mesmo, eu uso boia, o CJ me segura, mas eu **não tenho essa habilidade, então as vezes eu me sinto um pouquinho com deficiência** também, porque eu não sei nadar [...] Então eu me vejo assim, nessa parte com deficiência. [...] Então, fica aquela coisa, mas acho que me sinto feliz quando eu não consigo fazer algo que está no meu alcance [sic] [...] (Entrevistado 8) [grifo nosso].

Observando a norma não como a identificação a um modelo uno, mas de aproximação entre os indivíduos em função de uma norma social e aos desvios aceitáveis a essa norma (STIKER, 2008), quanto mais alinhados a concepção de corpo produtivo, mas distantes os sujeitos encontram-se da condição de deficientes como construção histórica e discursiva de corpos à expressão do *déficit*. Tal perspectiva se manifesta a ponto de os corpos considerados deficientes, limitados, manifestarem-se enquanto corporeidades funcionais:

A minha filha mais velha fala: “Mãe, **eu não consigo te ver como deficiente**. Você tem uma limitação, mas eu preciso mais de você do que você de mim” (Entrevistado 1) [grifo nosso].

[...] eu sei onde eu consigo ir, eu sei as minhas limitações e algumas vezes eu não quero de deixar abater. **Aí é quando eu escuto a minha irmã falar que eu não penso como um deficiente**, por que a gente não sabe se deixar abater totalmente (Entrevistado 1) [grifo nosso].

A aproximação dos corpos com deficiência à norma corporal, seja como preceito biomédico, seja como preceito relativo à funcionalidade, revela as expressões dos investimentos do poder sobre os corpos. Isso reverbera nas falas dos colaboradores. Por mais que se busque uma positividade e um discurso de resistência na relação de pertencimento dos corpos anormais ao corpo social, podemos reconhecer o estabelecimento sutil da opressão na identidade corporal dos sujeitos.

Por mais que expresse certa inocência em sua argumentativa, não podemos desconsiderar uma intencionalidade política que a mensagem do entrevistado 8 (oito) busca imprimir que a condição de corpo com deficiência é *sine qua non* de todos os corpos, estratégia discursiva e de poder utilizada pelos primeiros teóricos do modelo social de deficiência, que pressupunham o *déficit* corporal como basilar da condição humana. A norma funcional de corpo se circunscreve na positividade de ascensão nos modos de ser e expressar-se enquanto corpos. Conceber outras construções discursivas que ressignificam a experiência da deficiência como elemento comum a condição humana se manifesta em outras categorias analíticas, orientadas em outros saberes e instituições e serão apresentados posteriormente.

O corpo disciplinado (FOUCAULT, 2009) em essência produtivo e alinhado à norma corporal e funcional adequada aos sistemas produtivos encontra, podemos destacar, dois suportes epistêmico-políticos: a ética liberal, produto do pensamento ocidental do século XVIII, e a institucionalização do corpo e sua inserção a um sistema de disciplinas e saberes orientados em instituições asilares e de reabilitação na expressão das ciências biomédicas e da vida (COURTINE, 2013; FOUCAULT, 1979, 2009).

Quando nos remetemos à ética liberal, destacamos os aspectos como: o indivíduo em detrimento ao coletivo – o “mito da superação individual”, a autorregulação do sujeito – que deve alinhar-se enquanto corpo disciplinado aos sistemas produtivos “o mito do resultado”. Assim, segundo Foucault (1979, p. 107) a disciplina corresponde a um conjunto de técnicas utilizadas pelos sistemas de poder para dominar os indivíduos em sua singularidade:

[...] eu acho que um corpo por mais limitado que nós somos **se houver vontade a gente acha um jeito** (Entrevistado 1) [grifo nosso].

Mesmo [sendo] muito difícil eu dava [sic] banho em uma, eu dava banho em outra e eu mesmo assim com minha deficiência eu nunca me sentei e fiquei pedindo ajuda pros [sic] outros. Faz isso o faz aquilo. A minha limitação é assim... eu me vejo limitada **mas eu não consigo me dobrar a limitação** (Entrevistado 1) [grifo nosso].

Um corpo com deficiência... não vou te dizer R. “eu não aceito”, eu não conheço ninguém que aceita uma deficiência, nem 80 por cento, o máximo que chega é os 80 por cento, eu acho que eu nem cheguei nos 60. Eu ainda não aceitei totalmente, **mas isso não me impede de fazer o que é preciso fazer**, o que eu tenho que fazer, é diferente, entendeu? (Entrevistado 1) [grifo nosso].

[pensar como deficiente] Eu acho que é aquelas pessoas [...] que sempre tá pedindo as coisas que consegue fazer, **mas não quer fazer ou porque está com preguiça ou porque tá muito revoltada ou porque não aprendeu a**

fazer, porque tem essa R. tem muitas mães que protegem demais e esquecem que podem partir antes dos filhos (Entrevistado 1) [grifo nosso].

Tudo o que eu puder fazer eu vou fazer [...] Mesmo [sendo] muito difícil eu dava banho em uma [filha] eu dava banho na outra e mesmo assim, com minha deficiência **eu nunca me sentei e fiquei pedindo pros outros**, faz isso, faz aquilo. A minha limitação, é assim, R., **eu me vejo limitada, mas não consigo me dobrar a limitação** (Entrevistado 1) [grifo nosso].

Então, **a deficiência tá na cabeça do deficiente**, porque ele pode fazer as coisas (**Entrevistado 2**) [grifo nosso].

“Daí eu comecei a perceber que **a deficiência maior estava comigo**. Eu tinha vergonha de mim, de ser deficiente [...]” (Entrevistado 2) [grifo nosso].

[...] por que eu sou uma pessoa com deficiência, **mas faço tudo** [...] (Entrevistado 3) [grifo nosso].

[como a sociedade define deficiência] Eles enxergam uma **falta de habilidade** na pessoa com deficiência fazer as coisas, que elas são **incapazes**, que elas são coitadinhas, que merecem pena, esse tipo de coisa (Entrevistado 3) [grifo nisso].

Todas essas produções tendem para o aspecto de um corpo cartesiano e disfuncional enquanto sistema anátomo-fisiológico, o que as aproxima da concepção Iluminista cartesiana, na qual a existência humana baseava-se no bom funcionamento das engrenagens corporais. Deste modo, afastar-se de toda produção discursiva e imagética acerca do corpo indolente e improdutivo torna-se uma possível estratégia de poder frente as assimetrias impostas pela condição da deficiência. Destacamos a fala do entrevistado 3 que situa a condição estigmatizante que a sociedade projeta nos corpos com deficiência e, ao mesmo tempo, firma a sua condição de existência enquanto sujeito produtivo.

A história do corpo produtivo na chancela dos conhecimentos científicos e biomédicos se intersecciona na institucionalização do corpo. O discurso institucional, de forte caráter biomédico, de alguma maneira se fez presente na história pessoal dos entrevistados, seja como cliente dos serviços de reabilitação, seja como usuário dos serviços de saúde. Os hospitais e instituições de saúde organizam-se a partir das transformações epistêmicas e políticas do século XVIII, relativas ao aperfeiçoamento do poder disciplinar como nova técnica de poder de gestão dos homens (FOUCAULT, 1979, p. 105). Se antes essa instituição médica se destinava a assistência caritativa, assistência e transformação espiritual, como, espaço da empiria da separação e exclusão, passa a ser considerado lócus de exercício da clínica – lugar de formação e transmissão de saber, responsável por uma ortografia corporal

baseada tanto no olhar ao indivíduo como em fenômenos da ordem de patologias comuns às populações (FOUCAULT, 1979).

É portanto, o ajuste desses dois processos, deslocamento da intervenção médica e a disciplinarização do espaço hospitalar, que está na origem do hospital médico. Esses dois fenômenos, distintos em sua origem, vão poder se ajustar com o aparecimento de uma disciplina hospitalar que têm por função assegurar o enquadramento, a vigilância a disciplinarização do mundo confuso do doente e da doença, como também transformar as condições do meio em que os doentes são colocados (FOUCAULT, 1979, p. 108)

O discurso institucional, de forte caráter biomédico, se fez presente na história pessoal dos entrevistados enquanto cliente dos serviços de reabilitação ou como usuário dos serviços de saúde. Ocupar estes espaços de manifestação hegemônica da clínica é manifestar nos corpos as marcas da violência institucional e dos sistemas de vigilância e autorregulação, ou mesmo conceber mecanismos de resistência e discursos contrastantes, como evidencia Foucault (1979, p. 146): os efeitos do poder e as consequências de suas conquistas emergem inevitavelmente da reivindicação de seu próprio corpo contra o poder:

[...] porque um corpo com deficiência se você ensinar a se movimentar a abrir a mão. Sempre que eu estou sozinha aqui eu fico vendo a minha mão, eu fico movimentando os meus pés, mesmo sentada no sofá. **A gente que tem uma deficiência não pode ficar relaxado, parado no lugar, aí se torna um corpo com deficiência** [...] (Entrevistado 1) [grifo nosso].

Ninguém me perguntava naquela época se eu queria usar aparelho. **Simplesmente colocaram.** Eu rejeitei várias vezes o aparelho. Eu tinha um modo de andar com a cadeira na ... ah, com o pé no chão. **A terapeuta queria que eu sentasse bonitinho com a bunda atrás, encostado, retinho** [sic], mas eu queria sentar do meu jeito. A deficiência do Z. tem como qualquer médico fazer ele andar hoje? Não. Então deixa ele viver o mais feliz possível (Entrevistado 2) [grifo nosso].

Uma vez me levaram na USP para fazer um teste de cadeira motorizada e o final do teste foi o seguinte: **“Você não pode usar cadeira motorizada”, “Você não vai conseguir”.** Ué? Hoje eu ando o bairro todo, hoje eu vou no shopping, hoje eu saio com minha filha e com minha esposa. O que aconteceu? **Que os técnicos, entre aspas, que estavam lá decidiram que eu não podia e eu tô fazendo?** (Entrevistado 2) [grifo nosso].

Os relatos dos colaboradores expressam os contrastes acerca do exercício do poder médico sobre a singularidade dos corpos com deficiência. O primeiro depoimento converge para a necessidade de adotar procedimentos e técnicas relativos à reabilitação física fora do espaço institucionalizado, demonstrando a necessidade de ajustamento corporal constante.

Esse depoimento apresenta a força que os sistemas disciplinares exercem sobre os corpos com deficiência, alimentando um sistema de autorregulação e vigilância que transcende os muros institucionais: o corpo em eterno processo de reabilitação. Os relatos subsequentes do entrevistado 2 que frequentou uma renomada instituição de reabilitação paulista entre os anos de 1959 e 1966 apresentam uma relação conflituosa, que questiona a autoridade de técnicas e sujeitos investidos de saberes hegemônicos acerca das potências da expressão do seu corpo.

Em Foucault (2004, p. 39), o olhar médico no século XIX regula-se pela compensação de uma norma corporal “em relação a um tempo de funcionamento ou de estrutura orgânica que ela [a medicina] forma seus preceitos e prescreve suas intervenções”. Assim, o sistema de disciplinas no exercício institucional do saber médico exerce-se sobre os corpos definindo marcas simbólicas como, estar em um espaço de autovigilância e coerções, ou de toda legitimação de ordem tecnicista como exercício de poder imposta aos corpos com deficiência.

Em mesma proporção os espaços de resistência à expressão do poder médico/disciplinar podem não ser apenas centradas nos corpos com deficiência, mas também nos atores políticos investidos do exercício de poder institucional, como os profissionais de saúde e reabilitação. Assim, a clínica pode ser espaço de escuta, coparticipação e da reprodução de ritos e procedimentos tecnicistas – caminhando para a diminuição das assimetrias de poder a serem manifestas nos ambientes institucionalizados:

Quando eu fiz um tratamento a 16 anos, mais ou menos, eu estava num lugar chamado V.. e eu tinha um T.O. [terapeuta ocupacional] que ele achava interessante como eu sempre fui “pó de mico” [...] **uma vez ele perguntou para mim o que foi para mim se tornar deficiente?** [...] (Entrevistado 1) [grifo nosso].

[...] ele T.O. falava: “Nina hoje fala com seu motorista que você vai sair 15 minutos depois do seu horário”. Eu saía 15 minutos antes da minha atividade [reabilitação] e geralmente era a atividade dele, por que ele folgava esse espaço para mim **e eu conversava com as mães [de crianças com deficiência]** (Entrevistado 1) [grifo nosso].

Olha, ser deficiente é se autodescobrir, não é? **Eu vou fazer uma reabilitação, em algum lugar de reabilitação e eu gosto de interagir com o terapeuta.** Aí o terapeuta me pergunta: “o que você quer ser na vida”. Olha, eu quero ser pintor. O terapeuta nunca pode dizer na cara: Ah! Você não vai conseguir ser pintor, como é que você vai ficar... não... Quer ser pintor? Legal, vamos experimentar? O que que o pintor usa? Brocha, tinta e uma escada. Dá para mim segurar a brocha? **OU dá para mim segurar, não dá. Dá para mm subir na escada para pintar lá em cima? Não dá. O importante disso é que eu descobri, não foi você que falou que não dá.**

Eu descobri que realmente não posso. Eu vou escolher algo que com minha deficiência dá para fazer (Entrevistado 2) [grifo nosso].

[...] quando chegou esse programa de cessão de cadeiras de rodas, a fisioterapeuta aqui do posto me ligou para eu ir lá. Aí eu fui e me disseram para ela que eu era liderança do núcleo de deficientes. Eu fui lá e cheguei lá era o dia do idoso, meu dia, e ela me convidou para dar uma volta no quarteirão com o pessoal. Eu fui. Aí passou, a gente deu uma volta no quarteirão. Aí, na volta eu entrei na sala dela para a gente conversar, eu falei assim: **“não tem um teste para eu fazer, se dá [sic] para eu dirigir a cadeira? Ela disse: “Você acabou de fazer Z..., você deu uma volta no quarteirão sem ter erro”. Esse era o teste** (Entrevistado 2) [grifo nosso].

É interessante observar as relações estabelecidas entre o corpo clínico e os corpos com deficiência que participam de ações institucionais de reabilitação. O entrevistado 1 explicita os espaços de escuta e coparticipação nos processos terapêuticos, oportunizando espaços de encontro e reflexão entre os atores com deficiência. O entrevistado 2, seja num relato fictício, seja na experiência pessoal, apresenta possibilidades de ressignificar-se enquanto corpo com deficiência por intermédio dos profissionais de saúde. Já no quinto fragmento discursivo podemos observar a expectativa do colaborador em se submeter a uma série de procedimentos técnicos, orientados à expressão da clínica e da disciplina, aspecto que perpassou a sua experiência enquanto corpo com deficiência, e a abordagem da profissional fisioterapeuta, em contraste aos técnicos da USP, apresentando uma visão sistêmica de funcionalidade, como possibilidade de fruição dos espaços da cidade valorizando a participação e o contexto comunitário em detrimento de propedêuticas orientadas exclusivamente à reparação das estruturas de um corpo disfuncional.

O corpo com deficiência, além de objeto epistêmico sob os olhares da clínica, também esteve à apreciação do olhar incauto do transeunte dos séculos XVIII e XIX. As imagens e os imaginários produzidos sobre os corpos instituíram discursividades relativas a civilização, estética, cuidados e profilaxia em saúde e controles dos corpos e da sexualidade (COURTINE, 2008, 2013). Assim, corpos à margem dos sistemas produtivos inseriam-se como mercadoria, alimentando uma indústria de massa considerada gênese tanto de uma estética do cinema como da indústria de divertimento em massa (COURTINE, 2008, 2013). Enquanto se divertiam causando curiosidade, ensinavam uma norma civilizatória e estética. O entendimento de corpo com deficiência, ou a consciência de si enquanto ator político na esteira das assimetrias de poder pode ser observado nos seguintes depoimentos:

Corpo com deficiência? Eu vejo como um corpo normal, um corpo bonito, tem corpos bonitos, tem corpos feios e é assim que eu acho que é um corpo, para muitas pessoas vai ser um corpo bonito, para outras um corpo feio. **Eu apesar de deficiente, gordinha e tudo mais** eu acho assim, tenho um corpo maravilhoso (Entrevistado 3) [grifo nosso].

O corpo com deficiência é no caso um corpo diferente, vamos dizer, **fora do padrão [de beleza] que a sociedade pede**. Então esse corpo entra como corpo de uma pessoa com deficiência, por que quando você fala do **padrão de beleza**, geral, você, tipo, já consegue ter uma imagem, vamos supor padrão. Aí quando falo no corpo com deficiência você já se perde e você não consegue mais saber o que você vai enxergar ou o que possa vir a encontrar pela frente. **Então o corpo com deficiência é uma pessoa fora do padrão do que a sociedade exige**, então esse é o meu jeito de ver (Entrevistado 5) [grifo nosso].

O padrão que eu falo no geral, vamos colocar um exemplo, as modelos, mulheres extremamente bonitas, corpos magros, que sejam altas que não têm um braço curto, ou não tenha esse braço. Eu entendo mais ou menos essa parte, a parti do momento em que você vê um corpo com deficiência que não tem um membro **a sociedade já enxerga isso de um jeito diferente, o olhar preconceituoso**, aí é taxado de vários títulos, não vamos colocar palavrados grotescos. Ele é taxado de vários nomes e isso no caso sai fora do padrão que a sociedade pede. Vamos supor, por exemplo, eu sou uma mulher de 37 anos, tenho nanismo, **sou um pouco gordinha e sou uma mulher fora do padrão da sociedade. Eu não sou do tipo de mulher que a sociedade em si enxerga como uma mulher normal**, vamos dizer assim, uma mulher deficiente (Entrevistado 5) [grifo nosso].

Nas entrevistas podemos identificar a concepção de uma norma estética nas instâncias dos olhares para os corpos e imaginários sociais acerca de um ideal de corpo. Institui-se o corpo com deficiência como antítese de toda expressão normativa relacionada a beleza e adjetivação do corpo. O imaginário dos corpos enquanto produto de consumo, em especial dos corpos com deficiência, localiza-se na episteme ocidental dos séculos XVIII e XIX. Nas instâncias do olhar, para além das opressões nos corpos por advento da desumanização do outro, concebeu-se uma série de dispositivos de curiosidade das excentricidades e do exotismo corporal como produções discursivas/imagéticas ou cênicas que atenuassem as contradições na violação da norma corporal ou da norma jurídica. De acordo com Foucault (2001), toda referência ao monstro era a transgressão da lei, seja ela natural ou jurídica. Courtine (2008, 2013) evidencia a construção de uma imagética relacionada à concepção de uma ciência das periculosidades na gênese de uma antropologia forense, bem como a quebra da norma civilizacional reafirmando a condição natural das assimetrias políticas entre os corpos ocidentais e os corpos não civilizados. Se refletirmos sobre a estética do cinema e das produções de mídia, os vilões ou sujeitos com grau de

periculosidade são caracterizados dentro de uma estética à margem dos padrões de beleza (diferente das figuras heroicas, ou dos ídolos) – recurso discursivo/imagético que de alguma maneira personifica o *status* moral dos personagens.

A imagem dos corpos com deficiência como transgressoras de toda expressão da norma vigente, como signo da periculosidade no sentido da degenerescência a todo o sistema que regimenta a sociedade ocidental conflui para toda manifestação de preconceito evidenciada pelo entrevistado 5? Em um discurso de positividade e afirmação ainda referenciar os corpos com deficiência dentro de um imaginário estigmatizante, como referenda o entrevistado 3?

Quando nos referimos à supracitada norma estética, não podemos supor os padrões corporais elegíveis à população média, mas toda a expressão do pensamento liberal e capitalista da sociedade espetacularizada. Segundo Debord (2003), o fetiche pela imagem e pela mercadoria aliena os corpos, no sentido de se reconhecer e se identificar a partir de ícones e imagens circulantes. É interessante destacar que o entrevistado 5, que tem sua profissão ligada ao mercado de moda, apresenta os contrastes entre a sua imagem corporal e as pretensas exigências estéticas da sociedade. De acordo com Foucault (1979, p. 146), os domínios da consciência do corpo só puderam ser adquiridos pelos investimentos do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do corpo belo “tudo isso conduz ao desejo do seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado metucioso que o poder exerceu sobre o corpo [...]”. Nessa esteira, Debord (2003, p. 32) analisa que quanto mais o sujeito contempla as imagens, menos ele vive, quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes, menos ele compreende sua existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisso, e os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhe apresenta.

As sutis ações dos mecanismos de poder, a intensa circulação de imagens e, em consequência, de produções discursivas contribuem para a legitimação de um olhar sob a deficiência como aspecto concernente à individualidade de um corpo com impedimentos, e que, por essa razão, é impedido de participar de sua realidade em igualdade de condição com os outros atores políticos. Reconhecer-se em posição inferior dentro das relações a partir da sensação de um mal-estar e a percepção negativa de si, do seu corpo pode influir na perspectiva do sujeito enquanto agente político nas relações de poder que constituem a sua realidade

Como reflexão, é evidente nos veículos de comunicação e mídia a intensa exposição de corpos contrastantes aos apresentados pelos entrevistados, principalmente na indústria cosmética. Assim, a beleza se assume diversa, plural. Será que a inserção dos corpos em sua diversidade é uma reformulação dos dispositivos de poder e controle dos corpos, considerando suas potencialidades dentro do mercado consumidor? Ser visto como consumidor e detentor do capital possibilita inverter a lógica do controle? Se antes almejavase a norma orgânica e funcional do corpo, por advento de um mercado consumidor, podemos mudar o *status* negativo do corpo por advento de um milionário mercado da estética?

Essa perspectiva é pertinente considerando as manifestações dos entrevistados, que recorrem à produção discursiva imagética como recurso para consciência de si enquanto corpo, nas quais ficam evidentes os desdobramentos políticos. A partir de uma leitura de Debord (2003), a natureza alienante da lógica da mercadoria e, por conseguinte, das relações baseadas nas imagens de uma sociedade espetacularizada converge para mais uma forma de controle social: “O consumidor real torna-se um consumidor de ilusões. A mercadoria é esta ilusão efetivamente real, e o espetáculo a sua manifestação geral” (DEBORD, 2003, p. 36).

Foucault (1979, p. 147), em suas análises acerca do corpo na publicidade e na pornografia, menciona que por advento da exploração econômica e ideológica dos produtos estéticos e das imagens pornográficas fundamentou-se um novo mecanismo sobre o corpo, não mais como forma de controle – repressão, mas de controle – estimulação. Assim, reconhecer-se à sombra das imagens de uma norma estética é compreender o corpo enquanto objeto inserido nos meios de produção simbólicos, que, conseqüentemente, são atrelados ao ideário liberal econômico hegemônico.

Segundo Foucault (1979), os saberes jurídicos e toda estrutura institucional necessários para a aplicação do direito conformam-se muito mais como procedimento de sujeição do que legitimidade a ser estabelecida. A letra da lei nessa perspectiva assume-se como mais um instrumento normativo de opressão. Podemos ter como exemplo a CIDPcD, pois tal normativa jurídica fundamenta-se dentro do espectro da contradição: uma perspectiva orientada nos direitos humanos e reconhecimento dos direitos sociais na mesma proporção em que congrega a reafirmação de uma perspectiva liberal, biomédica e iluminista de existência social e política dos corpos com deficiência. Nas entrevistas, a CIDPcD é identificada como uma forma de entender o conceito de deficiência:

Olha eu vou dizer um entendimento meu, **por que na convenção, tem uma convenção dos direitos da pessoa com deficiência** que traz lá (Entrevistado 6) [grifo nosso].

Agora, se você quiser eu posso, eu tenho aqui **a Convenção dos Direitos das pessoas com deficiência e já tem uma definição bem clara**. Assim, porque lá tem uma definição muito interessante que não é a deficiência em si, mas e a definição da deficiência com a sociedade. Porque no tempo em que eu comecei a participar, era na época mais ou menos assim, de fim de [19]79, 1980, acontece que existia um conceito assim, que a pessoa tinha que se adaptar para desenvolver suas atividades. Então, praticamente todo o problema estava na pessoa com deficiência, certo? A nova Convenção agora, ela coloca o problema também na sociedade, entende? Quer dizer, ela coloca o problema, por exemplo, no sentido da cidade, a cidade não oferece condições para que as pessoas com deficiência possam exercer normalmente suas atividades. Então, a gente tem um novo conceito agora, não é só o problema da deficiência, mas o problema da cidade também que não permite que essa pessoa desenvolva suas atividades, além de relação entre as pessoas, o preconceito e uma série de coisas mais. Mas é um conceito que mudou e isso é interessante porque o problema não é meu, não é meu. Não é eu que não consigo atravessar a rua, eu tenho uma limitação em atravessar a rua, mas acontece que a rua está toda esburacada, entende como é? Outra pessoa normalmente pula o buraco, mas eu não consigo pular o buraco. Então a cidade, ela também não oferece condições que deveria fazer para que a gente tivesse acessibilidade. Então, isso é uma mudança de conceito que têm a convenção de direitos das pessoas com deficiência que é muito interessante porque ela delega responsabilidades também para a sociedade e os governos resolverem o problema. Não é um problema do lado da pessoa com deficiência (Entrevistado 6) [grifo nosso].

O entrevistado 6, por mais que apresente a sua singular percepção acerca de deficiência/corpo com deficiência, elenca a CIDPCD de 2006/2007, como forma de significar as citadas temáticas. Na passagem acima o entrevistado relata as mudanças nos paradigmas da deficiência – da perspectiva da integração, para as legitimidades do modelo social. Toda a fala subsequente do colaborador evidencia a sua adesão política ao modelo social de deficiência a partir a leitura da CIDPCD. Podemos alocar essa percepção em postulados evidenciados pelos teóricos da primeira geração, que discerniam a existência de barreiras sociais como os elementos que proporcionavam a experiência da opressão social vivenciadas pelos corpos com deficiência. Conforme Michel Oliver, um dos primeiros teóricos do modelo social: “minha deficiência não está em poder não andar [o corpo com lesão], minha deficiência está na inacessibilidade do ônibus” (apud DINIZ, 2007, p. 19). Como menciona o entrevistado “A nova convenção agora coloca o problema também na sociedade”.

É interessante salientar que a compreensão de deficiência atrelada a uma perspectiva jurídica pode se expressar como eficiente estratégia de poder. Foucault (1979) condiciona a expressão do direito como mais um dos canais permanentes de relações de

dominação e sujeição. As pautas relativas aos corpos com deficiência são imbricadas à necessidade de readequação do corpo social, que, nas sociedades democráticas de direito, se exerce a partir de intervenções estatais, medidas normativas legais e nas políticas públicas e sociais. Desse modo, a produção discursiva torna-se estratégia de domínio, vide a mobilização de instituições e regulamentos estruturantes de toda uma coletividade a partir do campo legal. Assim, elencar a CIDPcD pode conformar-se estratégia por parte dos corpos com deficiência na tônica das assimétricas relações de poder manifestas no corpo social?

A relação do corpo com deficiência com a sua realidade, em específico na cidade, é sempre assumida enquanto relação predatória, ou seja, a cidade é o território de experiência da opressão social, que se manifesta no encontro do corpo lesado com as diversas expressões de barreiras. Podemos identificar uma produção discursiva que aloca ao corpo em uma condição negativa de existência. Em diversas passagens a existência do corpo com deficiência é significada insistentemente como “problema” – “que as sociedades e os governos devem resolver também”. Tal perspectiva não é divergente do entendimento de corpo por parte dos primeiros teóricos do modelo social de deficiência, conforme anteriormente mencionado, com base em uma visão liberal e capacitista. Em síntese na busca de uma positividade, no sentido de entender o corpo com deficiência como condição relacional de toda produção advinda do corpo social, ainda se faz recorrente na produção simbólica e discursiva relativa aos estigmas históricos e políticos do corpo lesado.

Foucault (1979, p. 146), em sua microfísica do poder: “[...] a partir do momento em que o poder produziu esse efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder”. Dessa forma as relações de poder que incidem sobre o corpo produzem as contradições e resistências, de forma que os corpos com deficiência buscam outras expressões e elementos para significar sua existência que não sejam correspondentes ao modo hegemônico político epistêmico de produção.

Essas posições, de ordem discursiva e política, foram observadas nos depoimentos dos nossos colaboradores, como no relato da entrevistada quatro e sua compreensão conceitual de corpo:

Olha, na verdade assim, a gente, de novo, precisa conceituar corpo não é? Eu acho importante a gente a distinção de corpo com organismo. Organismo é uma denominação científica certo? Ela é uma construção teórica. Organismo é uma construção biológica de corpo, é a parte biológica. E corpo é muito mais que biológico. O corpo é a sua residência, onde mora, onde você habita.

Então, o corpo é mais do que uma posição biológica, corpo é o que te permite existir no mundo (Entrevistado 4) [grifo nosso].

A posição assumida pela entrevistada 4 nos permite visualizar uma postura epistêmica mais aprofundada, na direção em que reconhece “corpo” a partir da composição de suas camadas, que se alicerçam tanto nos princípios da racionalidade biomédica (por ela denominada de “organismo”) como dotado de um espectro político, no sentido de compreendê-lo enquanto substrato da existência do sujeito em sua realidade. Entretanto, não devemos creditar apenas ao organismo o papel de objeto epistêmico, no caso, relativo às ciências médicas e da vida. O próprio corpo revela-se como objeto de apreciação teórica. Não é por acaso que, segundo Courtine (2013), o corpo enquanto instância política perpassou toda produção bibliográfica de Foucault. Ademais, não há saber neutro, todo saber é político e tem sua gênese nas relações de poder (MACHADO, 1979, p. XXI).

Assim, em Foucault (1979, 2009) e em Courtine (2008, 2013) os corpos são produto do atravessamento das relações de poder, no que se relaciona as produções discursivas, imaginários e signos que operam no e a partir de sua materialidade orgânica, ou em sua imagética, percebida pelos sentidos humanos. Intangibilidade e concretude estabelecem-se numa perspectiva político relacional que se fundamenta na existência do corpo, como denomina Foucault (2013): o corpo nada mais é do que produto de suas utopias.

Entretanto dentro desta concepção conceitual de corpo o que nos chama a atenção é o entendimento de corpo com “residência, morada, habitação”. Podemos supor que tais denominações se referem ao corpo como território da singularidade dos sujeitos que se manifestam na pluralidade dos corpos. Partindo de uma leitura semântica é interessante ressaltar as diferenças entre os verbos ser e estar. O primeiro denomina uma característica de um sujeito ou coisa, enquanto o segundo compreende um estado ou momento a partir de uma ação. Deste modo: somos um corpo ou habitamos um corpo?

Essa concepção dialoga com uma fala do entrevistado 3, quando menciona estabelecer uma relação de convivência com a sua deficiência, como se o seu *self* fosse cindido de sua condição enquanto corpo com deficiência

[Como você enxerga a deficiência?] É apenas um detalhe. Para mim a deficiência não tem grandes problemas. **Eu convivo com ela muito bem. Então isso é um detalhe** (Entrevistado 3) [grifo nosso].

Por mais que esse discurso não projete uma conotação abjeta *ipsis literis* sobre de deficiência, a partir do afastamento de toda conotação historicamente negativa sobre o tema, ainda persistem reminiscências da ordem do estigma, o entrevistado reduz todas as implicações e atravessamentos que a deficiência projeta em sua existência enquanto sujeito. Essa fala, de alguma forma, liga-se a depoimentos anteriormente descritos cujo propósito é afirmar os sujeitos enquanto atores sociais e que se referem às normas sociais como procedimento de significar a existência dos colaboradores em questão. Como exemplo podemos citar a ressignificação conceitual de deficiência enquanto condição ética/moral humana comum, ou na necessidade de aproximação da norma funcional no sentido em que quanto mais produtivo se manifesta o corpo com deficiência menos ele afirma os estigmas historicamente construídos sobre si.

Le Breton (2011) aponta a racionalidade Iluminista do século XVIII como fundante da separação entre corpo e sujeito, denotando a condição humana na sua existência anatomofisiológica. Entender a condição de habitar um corpo, ou mesmo que a deficiência estabelece a condição de coexistência com o *self* (por mais que a intencionalidade dos atores políticos busquem projetar uma positividade discursiva), ainda reverbera todos os atravessamentos advindos das históricas estratégias de poder que reduzem a potência política de existência dos corpos com deficiência à condição cartesiana de existência.

Em contrapartida, enquanto seres condicionados à contradição, podemos observar rupturas conceituais e discursivas na cisão cartesiana iluminista de corpo. Deste modo, o que é deficiência se não uma forma de significar a experiência existencial do corpo?

Eu enxergo a deficiência como um ponto da minha personalidade, **na minha vida, em tudo em mim** (Entrevistado 3) [grifo nosso].

E a **deficiência seria uma característica desse corpo e ela na verdade é indissociável da experiência do corpo**. Só assim, o meu corpo é imposto por deficiência só que eu **experimento a deficiência com parte existencial**. Eu existo com essa característica (Entrevistado 4) [grifo nosso].

Como aponta Foucault: “Meu corpo [...] pequeno fragmento do espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo” (2013, p. 7). Não podemos dissociar do corpo uma condição política de existência. Desse modo, reconhecer as imbricações da deficiência enquanto expressão do corpo é reconhecer corpo com deficiência como objeto investido de dimensão política (FOUCAULT, 1979, 2009). O domínio e a consciência do próprio corpo só puderam ser adquiridos por advento dos investimentos do corpo pelo poder. Do mesmo modo,

os efeitos do poder proporcionam inevitavelmente toda reivindicação do próprio corpo contra o poder (FOUCAULT, 1979). Nos manifestamos enquanto atores políticos na proporção em que nossos corpos são atravessados por investimentos e projetos políticos de poder. Não é por acaso que o corpo foi o objeto de reivindicação dos movimentos sociais, como aqueles ligados a pessoas com deficiência no período das intensas transformações políticas da década de 1960, como apontou Courtine (2013). Reconhecer a indissociabilidade entre corpo e deficiência é reconhecer a dimensão política de existência, descortinando toda pretensa intervenção instituída da neutralidade tecnocientífica sobre específicas dimensões do corpo. Assim, o corpo com deficiência é aquilo que deve orientar toda a luta às adversas condições de existência impostas aos atores políticos com deficiência.

O segundo aspecto a se considerar nas rupturas conceituais do entrevistado 4 é que o significado de deficiência/corpo com deficiência encontra gênese e manifestação a partir das coletividades, ou seja, os atributos conferidos a essa categoria analítica advêm das densas relações de poder no âmbito do corpo social:

É um estado no sentido de que é uma posição de vida, uma posição social. Eu acho que a melhor definição é essa de posição social, **ela tem uma pluralidade de significados atribuídos pela sociedade e pelas pessoas** (Entrevistado 4) [grifo nosso].

A deficiência também, você tem uma condição biológica, mas uma série de **representações sociais que são frutos do imaginário social** sobre essa condição [...] (Entrevistado 4) [grifo nosso].

Compreender que as construções simbólicas acerca de deficiência e corpo com deficiência enquanto posição social possibilita aos corpos, militantes ou não, visualizar os mecanismos e estratégias de poder que se manifestam e se subsidiam a partir de saberes, imaginários, e produção discursivas. É interessante salientar que as representações sociais para Foucault (1979) se conformaram como eficientes estratégias de poder, no sentido de imprimir a norma sobre o corpo social, assim, o discurso, o sinal decifrável torna-se o suporte do exemplo.

Assim, toda compreensão conceitual desses aspectos converge para projetos políticos e de poder. A ciência desta prerrogativa possibilita aos atores políticos reconhecer o pano de fundo e a cartografia dos sistemas de opressões que operam no e sobre os corpos:

Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os

pontos fortes, a que estão ligados os poderes – segundo uma organização que já tem cento e cinquenta anos – onde eles se implantaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha. Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma. dizer: eis o que vocês devem fazer (FOUCAULT, 1979, p. 86).

As intersecções entre o corpo enquanto dimensão orgânica e toda construção social e simbólica sobre o corpo com lesão são prerrogativas epistêmicas relacionadas a considerações advindas da segunda geração do modelo social de deficiência. As considerações dos planos conceitual e político são produtos das contradições do modelo social à luz da primeira geração, que alocava valores expressamente iluministas, liberais e que não contemplavam a pluralidade de significações relacionados aos corpos com deficiência. Além disso, não eram capazes de representar as demandas por justiça de diferentes grupos de pessoas com deficiência. A perspectiva feminista pode ser identificada como uma das expressões, no substrato epistêmico, com o intuito de significar deficiência/corpo com deficiência:

Então, por exemplo, a gente já ouviu falar, **eu acho, que a deficiência também é uma posição pauta na posição feminina**. Por exemplo, na posição feminina, você tem uma série de atribuições, de representações sociais que a gente identifica somente, por exemplo, pela questão da presença dos órgãos genitais, da questão do útero, assim, é para além do biológico. E assim, a deficiência também é biológica, mas também extrapola (Entrevistado 4) [grifo nosso].
[...]

Então, como eu estava falando, **da condição feminina e fazendo um paralelo com a posição de deficiência**. É assim, a condição feminina não se explica só pela existência de órgãos. É uma condição para além do biológico. Tem uma base biológica, mas também uma construção social em cima de tudo (Entrevistado 4) [grifo nosso].

A posição feminina deflagra outras possibilidades no entendimento dos corpos com deficiência enquanto atores políticos¹⁰⁹. A participação político-social, nessa perspectiva, não se deflagraria apenas nas grandes arenas políticas institucionalizadas ou nos espaços político-representativos constituintes da sociedade democrática de direito. Ela procede nos interstícios das relações de poder, a partir de uma concepção micropolítica instaurada no

¹⁰⁹ A condição feminina foi apontada como impeditivo para a manutenção da atuação política. Na fala da entrevistada 1, quando assumiu o papel de mãe, teve de interromper suas atividades na militância. O entrevistado 6 relata que as atividades relativas ao cuidado do lar e dos filhos dificultam o acesso da mulher nas arenas políticas institucionalizadas.

corpo social., revelando na sutileza cotidiana as ressignificações epistêmicas e conceituais e as resistências frente a estruturas seculares que observamos nas diversas passagens anteriores. Conhecer a intersecção entre o conceito de deficiência/corpo com deficiência como investimento de poder é fundamental para a compreensão de toda ação política desempenhada pelos colaboradores em questão.

Diante da polifonia de vozes, as entrevistas com os atores políticos com deficiência revelaram os diversos sentidos atribuídos ao corpo com deficiência e que dialogam com projetos de poder e opressão dos corpos orientados à episteme ocidental do século XVIII. As marcas simbolizadas de um corpo historicamente compreendido como ilustração da anormalidade se projetam ainda na contemporaneidade, revelando a potência com a qual os investimentos de poder por advento de construções discursivas e imagéticas se instauram na singularidade dos sujeitos entrevistados. Acreditamos que muitas considerações fazem parte da rede de sentidos e significados concebidos acerca do corpo com deficiência. Nossos entrevistados apenas reproduzem o atravessamento de poderes e saberes nas instâncias dos corpos. Que a jornada prossiga a partir da leitura e análise da documentação institucional do CMPD-SP.

5.2 As narrativas institucionais a partir das atas do CMPD/SP: poder, corpo e intervenções

5.2.1 Poderes e atravessamentos: a produção das atas como ritual de poder

As atas são um instrumento importante para documentação das ações institucionais relacionadas às entidades do poder público, do setor privado ou àquelas de natureza mista. Dentro do contexto democrático, na primazia da participação social, as atas permitem o exercício do controle social, expressão do poder civil sobre arenas políticas e outros espaços decisórios e de participação, conforme legisla a constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

Todavia, a ciência das funções sociais dessa documentação institucional não é suficiente para a compreensão de sua natureza política e das contradições relacionadas a sua presença nas arenas políticas¹¹⁰. Desse modo, esse documento deixa de ser compreendido na

¹¹⁰ É interessante salientar que as atas apresentam as manifestações dos conflitos entre os membros do CMPD-SP, demonstrando dispersões que justificam ora as especificidades dos impedimentos e das necessidades dos atores políticos, ora divergências de foro político na ação dessa arena.

esfera da objetividade descritiva dos fatos e dos acontecimentos, respondendo a projetos de poder específicos que esse espaço pretende exercer e se apropriar. Como releva Foucault (1996, p. 9-10):

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente e neutro no qual a sexualidade se desarma e a política pacífica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais terríveis poderes.

Para Foucault (1996, p. 39), a concepção de ritual como elemento que se faz no corpo, define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam, assim como define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso. Assim sendo, compreendemos a ata, elemento que se destaca dentro da ritualística política e institucional do CMPD-SP, como ritual que dá sentido político aos corpos que compõe essa arena política e ao próprio corpo institucional do CMPD-SP.

Ou seja, a produção das atas como um processo coletivo com os membros da plenária e expressão do exercício do poder exige a concepção de uma série de comportamentos, discursos e signos que se sintetizam na presença física e política do corpo, cabendo sua descrição, em brevidade (com base em observações do pesquisador no campo), à produção ritualística das atas pelo CMPD-SP.

O primeiro momento que destacamos a presença das atas nas plenárias corresponde a sua leitura na íntegra, circunstância que ocorre impreterivelmente nos momentos iniciais das plenárias. A leitura das atas, em diversos momentos, divide atenções com conversas paralelas, o que torna inaudível algumas passagens da leitura desse documento¹¹¹.

O segundo momento consiste na votação acerca do conteúdo da ata. Na plenária todos os participantes da plenária possuíam direito ao voto. É um dos poucos espaços de deliberação que conta com a participação de todos os atores políticos que compõem as plenárias. A aprovação da ata se dá em votação simples, aprovação por maioria, em que se solicita, em caso de concordância que se realize o gesto de levantar o braço. Alguns presentes

¹¹¹ As conversas alheias às dinâmicas do CMPD-SP foram reportadas em diversos momentos, como na ata de 7 de fevereiro de 2015 (CMPD-SP, 2015b) em que Irene, uma das participantes da plenária, menciona: “Querida saber se cada um de nós aqui exercesse respeito dentro dessa plenária fazendo esse cochicho e eu sou um pouco deficiente auditiva e não consigo ouvir”. Nota-se a expressão “um pouco deficiente auditiva”, o que nos possibilita refletir sobre o quanto os impedimentos no olhar clínico quantifica/qualifica a identidade dos corpos com deficiência.

levantam os dois braços, o que nos possibilita inferir a uma ênfase em sua decisão. Majoritariamente, as atas são aprovadas por aclamação em um processo relativamente rápido. Os poucos espaços para o contraditório é o único momento em que o gesto, como expressão política, se faz voz. As necessidades de retificação são solicitadas na maioria das oportunidades por membros da mesa do CMPD-SP.

A participação política sem uma dada consciência dos sujeitos de seu papel como ator político é elemento retratado nas atas das plenárias. Na ata de 06 de dezembro de 2014 (CMPD-SP, 2014d) é solicitado por parte da conselheira Sandra Reis “para as pessoas das Plenárias se engajarem mais na luta do CMPD-SP, porque elas são o futuro do Conselho”. Em diversas atas é reportado conversas paralelas e pouca participação dos membros das plenárias nos assuntos desenvolvidos pela mesa. Na ata de 13 de junho de 2015 (CMPD-SP, 2015f) observamos a falta de participação “Gilberto: Não tem mais ninguém inscrito. As vezes recebemos reclamação que não há espaço para a plenária falar. Abrimos esse espaço e ninguém se inscreve. A palavra é livre. Só conselheiro falou”.¹¹² Em duas atas, 1^o de novembro de 2014 e 24 de janeiro de 2015 (CMPD-SP, 2015a), é relatado que os membros das plenárias assinam documentos sem ler. Essa dissonância da arena política e os atores políticos que a compõem nos possibilita refletir sobre os processos de assimetria causados pelas relações de poder-saber (a figura do conselheiro como legítimo e único ator político de expressão por dominar a estrutura institucional deste espaço de participação) ou que os participantes das plenárias buscam satisfações mais utilitaristas em detrimento de aspectos estruturantes, como a reflexão acerca das políticas públicas municipais em prol dos corpos com deficiência.

¹¹² Na ata de 09 de maio de 2015 (CMPD-SP, 2015e) a conselheira Fátima revela que “as pessoas que criticam usam a rede social, mas não vem na plenária”. Interessante refletir sobre o espaço ampliado dos debates para além dos muros institucionais. Ou seja, da mesma forma que as tecnologias de comunicação e informação difundem discursos e imaginários sobre o “corpo com deficiência”, pode se configurar espaço ampliado da ação política dos membros do CMPD-SP. Por mais que não haja a presença física desses corpos, não podemos desconsiderar a presença discursiva, motriz na constituição das relações de poder. Em outra situação, Claudia Borges parabeniza a gestão antiga, cumprimenta os que estão chegando e diz que se a militância não participa não tem como cobrar do Conselho (ata 12 de setembro 2015) (CMPD-SP, 2015g). Existe uma grande fratura entre a militância dos movimentos sociais e o Conselho, conforme expressou a entrevistada 4 durante sua entrevista. As entrevistadas 3 e 5, conselheiras municipais, destacam a importância dos movimentos sociais, todavia não souberam mencionar atividades coletivas entre os movimentos e o Conselho. Ademais, a entrevistada 5 destaca que alguns movimentos podem ser caracterizados como verdadeiras “balbúrdias”, o que retrata de maneira mais evidente a fratura entre esses espaços de participação. Na ata de 24 janeiro de 2015 (CMPD-SP, 2015a) foi documentado um conflito entre conselheiros com relação ao apoio ao movimento social de habitação em prol das pessoas com deficiência. Para alguns conselheiros a ação do movimento caracterizou-se como invasão, sendo considerado ilegal o apoio do CMPD-SP. Já a outra parte dos conselheiros caracterizaram a ação desse movimento social como ocupação, apoiado assim, essa iniciativa.

A manifestação dos atores políticos com deficiência, ou seja, o voto do aceite dos conteúdos das atas nos revela, superficialmente, um gesto político de participação nessa arena que, ao mesmo tempo, chancela e legitima a sua produção documental. Em princípio, busca-se constituir um discurso único, representativo da instituição e daqueles que a constituem, o que não necessariamente é o movimento síntese do que podemos conceber por democracia.

Todavia, cabe refletir o quanto o gesto corporal de “levantar as mãos” se esvazia enquanto signo no sentido de expressão política, revelando-se muito mais um automatismo requerido pela ritualística institucional de votação das atas. Essa perspectiva nos possibilita compreender que a produção das atas possui maior sentido político ao CMPD-SP do que para o corpo dos atores políticos que compõem as plenárias.

Pensando na democracia como espaço da dispersão ou, como caracteriza Chauí (2008), espaço dos conflitos, estranhamos a subserviência dos presentes na plenária em relação à construção deste importante instrumento de controle social¹¹³. Todavia, é esperado maiores manifestações, enquanto voz, de membros da mesa do CMPD-SP. Os conselheiros, principalmente aqueles que possuem maior ligação com esferas da administração pública, dominam saberes e procedimentos de ordem política/institucional, acarretando mais possibilidades no exercício do poder. Tal fato remete a uma passagem da ata do dia 18 de abril de 2015, que se refere à importância da descentralização do conselho a partir da criação de núcleos de discussão sobre o assunto. Todavia, de acordo com a conselheira Nórcia:

[...] diz ser necessário fazer um **trabalho de base, de sensibilização**, aqui nas plenárias para depois implantar os núcleos regionais e cita o exemplo do Grande Conselho do Idoso. Gilberto diz que quem estiver interessado em criar esses núcleos entrar em contato com o Conselho para viabilizar sua criação (ata de 18 de abril de 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015d).

¹¹³ O controle social é muito mais do que o exercício do poder por parte da sociedade civil em torno das instituições públicas, ou o próprio CMPD-SP, em torno das ações da administração direta, nos trabalhos de fiscalização e acompanhamento de políticas públicas, tarefa que se encontra no escopo de seu regimento interno e manifesto em diversas passagens nas atas (ata de 18 de abril de 2015) (CMPD-SP, 2015d). Todavia, o trabalho de vigilância, um mecanismo de poder expresso por Foucault (2009), também pode ser elemento de afirmação de projetos de poder conflitantes que surgem no interior do CMPD-SP. Um exemplo interessante está apresentado na ata de 1º de novembro de 2014 (CMPD-SP, 2014d), a gestão do CMPD-SP através do documento “Questionamento ao presidente do CMPD”, no qual desenvolve uma série de questionamentos, consideradas pelo presidente do Conselho “rumores sem o cuidado de verificar aos fatos”. Tais argumentos relacionam-se a fatos como: possível ligação partidária do CMPD-SP (mencionado na ata de 24 de janeiro de 2015) (CMPD-SP, 2015a); deliberações sem quórum suficiente; desacordos com o regimento interno; necessidade de capacitação dos Conselheiros; más condições de trabalho (mencionado na ata de 24 janeiro de 2015) (CMPD-SP, 2015a); a não realização da escala de trabalho dos conselheiros; a falta de publicação das atas; interrupção de serviços oferecidos pelo conselho, entre outros aspectos. Em outras atas, o descumprimento do regimento e o ato de “legislar em benefício próprio” foi utilizado como argumento de oposição à gestão do CMPD-SP. Desse modo, o controle social das ações do CMPD-SP converte-se em projetos de poder de oposição as gestões do conselho.

Rosa diz que se todo o povo não tiver educação não adianta ter nada, **pois o povo é manipulado** (ata de 12 de setembro de 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015g).

Infelizmente a ata não discrimina do que se trata esse trabalho de base, essa sensibilização. Podemos crer, no entanto, que os atores políticos necessitam passar por estágios que os capacitem para a atividade política em arenas institucionalizadas. Tal posição corrobora a compreensão de que as plenárias, muitas vezes, são formadas de sujeitos desprovidos de saberes necessários para o exercício do poder nesse espaço político. Ademais, o projeto de poder orientado para a educação da população destaca-se como expressão política em torno das opressões sociais sofridas pela população com deficiência. Todavia, quais saberes condicionam a experiência político-social dos corpos? Uma tutela institucional desses corpos se faz necessária?

Assim, os automatismos gestuais dos demais membros da plenária e, conseqüentemente, a adoção do discurso hegemônico por parte de seus participantes se procedem a partir das assimetrias nas expressões das relações de saber e poder.

Discurso e ritual são elementos que se imbricam na conjectura dos espaços políticos. Eles são circunscritos a sistemas de controle e coerção que se relacionam com o exercício do poder por parte dos membros da plenária e na produção discursiva proveniente de suas atas¹¹⁴.

Segundo Foucault (1996), as sociedades operam dentro de sistemas de controle, os quais confluem incisivamente para a produção discursiva por advento de um sistema de interdições, ou seja: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo [tabu do objeto], que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um [ritual da circunstância], enfim, não pode falar qualquer coisa [direito privilegiado ou exclusivo de quem fala]” (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Na produção das atas, por exemplo, o tabu do objeto se projeta nos corpos dos participantes do CMPD-SP a partir do alinhamento dos discursos à ordem de uma racionalidade e da legitimação legal, tornando jurídicas as relações e as falas conforme apresentadas nas atas. Não é incomum que muitos discursos se legitimem na citação de um dispositivo legal ou na afirmação de um direito salvaguardado no aparato jurídico nacional.

¹¹⁴ Na leitura previa das atas é recorrente a desqualificação do discurso opositor, conforme ata de 1º de novembro de 2014 (CMPD-SP, 2014d). Assim, o que se expressa no documento se assume enquanto discurso de verdade e, conseqüentemente, argumentativa de poder diante das relações entre os atores políticos das plenárias.

GT [acessibilidade] A. diz que o objetivo é garantir o acesso como previsto na **Lei n. 7.405, de 12 de novembro de 1985**. M. F. que pertence ao grupo de trabalho sobre acessibilidade comenta sobre o **decreto-lei 5296, de 2 de dezembro de 2004** que tem como base cumprir o direito de ir e vir. Aproveitando o ensejo do decreto mencionado G. diz que até 2014 todos os ônibus devem estar acessíveis (ata de 14 setembro de 2013, grifo nosso) (CMPD-SP, 2013b).

[...] foi formado um Grupo de trabalho **para dar força de lei** ao Serviço Atende [...] (ata de 06 de setembro de 2014, grifo nosso) (CMPD-SP, 2014c).

Márcia Nórdia pergunta o que é **política pública** e [Adelheid Passetti – palestrante] responde que **a grosso modo são as leis**; diz para se verificar **as propostas da conferência se transformaram em lei** (ata 18 abril 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015d).

Compreende-se que no ritual da circunstância na produção das atas deve ser registrado apenas o que remete às demandas e finalidades do CMPD-SP, ou seja, os assuntos considerados paralelos a essa arena são severamente advertidos (conforme observação no campo), não são problematizados e que pouco estão presentes nos registros enquanto manifestação das plenárias¹¹⁵.

Por fim, o direito privilegiado de quem fala remete à discussão anteriormente realizada, o que corresponde ao domínio de saberes e dos ritos institucionais que investem de potência os discursos proferidos por alguns sujeitos que compõem essa arena política. Existem vozes nas plenárias que, pelo seu papel político e pelo domínio dos ritos institucionais, têm maior expressão política em relação à grande maioria dos expectadores das plenárias¹¹⁶.

Observando esse sistema de coerções em diálogo com a estrutura institucional e os ritos que dão sentido político e social ao CMPD-SP, nos questionamos se essas considerações não possibilitam outras manifestações políticas dos corpos que não seja na expressão de direitos e saberes adequados aos corpos com deficiência.

O último ritual que analisamos é uma das atividades-fim da produção institucional das atas. Por serem consideradas documentos de interesse coletivo, as atas são de jurisdição

¹¹⁵ Em algumas atas se documenta as diversas conversas paralelas que, segundo a mesa do CMPD-SP, tratam-se de questões alheias às tratadas nas plenárias. Infelizmente não tivemos acesso ao conteúdo dessas conversas, seja nas atas, seja na atividade de campo. O que estes encontros revelariam em relação aos sentidos políticos do corpo?

¹¹⁶ Como exemplo podemos citar os atores que representam a administração direta do município, que mesmo não possuindo representação formal no CMPD-SP sempre estão presentes nas plenárias do conselho. A autoridade governamental, diferentemente da sociedade civil, tem a capacidade de reunir informações, influenciar discussões a partir de dados e subsídios de foro técnico e detém o monopólio da implementação de políticas públicas.

das legislaturas nacionais e municipais, que preconizam o acesso à informação de caráter público (BRASIL, 2012; SÃO PAULO, 2012). Sua publicização, dentro do contexto democrático da constituição na primazia da participação social, torna-se importante elemento a serviço do controle social dos atos desenvolvidos pelas instituições no exercício das atribuições que lhe são imputadas. Assim, garantir acesso à produção documental das arenas políticas institucionalizadas é garantir a expressão do estado democrático de direito e do poder e controle social por agentes que muitas vezes não estão diretamente ligados a esses espaços de mobilização social.

Todavia, durante a coleta de dados referente a essa pesquisa notou-se a ausência de cuidado com a gestão da informação dessa documentação institucional. Em pesquisas recentes (no ano de 2021) não estão disponíveis no *site* institucional atas anteriores ao ano de 2019¹¹⁷. Podemos observar uma assimetria entre o que se preconiza na legislação nacional e federal na gestão da informação das instituições de caráter público¹¹⁸.

Como hipóteses para este fato, elencamos as descontinuidades que ocorrem na política de comunicação institucional do CMPD-SP, observadas principalmente nas trocas de gestões; na escassez de recursos humanos para gerência da informação digital e para as demais rotinas do CMPD-SP (parte dos recursos humanos são compartilhados com a Secretaria Municipal de Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida, de São Paulo); na falta de controle social por parte da população com deficiência, seja participante ou não dessa arena política. Esse último aspecto corrobora para a percepção da importância da produção das atas como ritual mais importante para a CMPD-SP do que para os atores políticos com deficiência em si.

Considerações expostas, as atas não se apresentam como um documento insípido, neutro, verossímil e que apenas descrevem acontecimentos das plenárias, mas como instrumento político formado no atravessamento de ritos, sistemas de coerções e poderes que proporcionam a tônica e sentido social às arenas políticas institucionalizadas.

¹¹⁷ A coleta de dados da pesquisa foi realizada em 2017. Neste período o pesquisador conseguiu coletar atas relativos ao período de 2013 a 2017.

¹¹⁸ Tal desacordo foi mencionado na ata do dia 1º de novembro de 2014 (CMPD-SP, 2014d), “Considerando que: o conselho tem como obrigação a realização e publicação de ata da Comissão e Ata do Encontro Paulistano conforme art. 8, §1º do capítulo II do Regulamento do Encontro Paulistano tendo o Presidente enviado quase um ano depois a ata de 2013, completamente fora do prazo regimental e a ata de 2014 ainda não foi publicada estando também fora do prazo, solicitamos justificativa formal do presidente Gilberto Frachetta sobre esta grave falha”.

5.2.2 O desvelamento de sentidos de corpo com deficiência: controle e opressões na documentação institucional

O corpo mantém intrínseca relação com a produção das atas, pois tal documentação institucional registra as relações entre atores políticos, interseccionadas por sentidos que outorgam, legitimam e direcionam a ação política dos participantes das plenárias. Em suma se revelam projetos de poder que de alguma forma perpassam por saberes e imaginários historicamente construídos, alguns, sensíveis ao objeto de investigação desta produção. Em princípio, destacamos a seguinte passagem, expressa na ata do dia 15 de março de 2014 (CMPD-SP, 2014a), uma citação para reflexão proferida, acreditamos, no fim da referida plenária:

“A desobediência, é aos olhos de qualquer estudioso da História, a virtude original do homem. É através da desobediência que se faz o progresso, através da desobediência e da rebelião” Oscar Wilde, escritor inglês do século XIX

Significado de desobediência civil: Ação geralmente coletiva e não violenta, de não obedecer à autoridade governamental ou as suas disposições, como forma de pressão política para a modificação de medidas ou para obter concessões do poder público.

São inegáveis a força, a intencionalidade desta frase contra toda normalização, os saberes, as disciplinas, os poderes e as opressões geradas nas instâncias da administração pública. Essa expressão política, em princípio, busca romper com a disposição das relações de poder que se processam no território, em que se reconhece a hegemonia das estruturas de poder, consolidadas dentro do processo histórico social da sociedade ocidental. Isso nos faz questionar se esta possibilidade de rompimento com estruturas de poder-saber, discursos e institucionalizações também se mostra factível no sentido de corpo com deficiência nessas documentações institucionais.

Por mais que se busquem novas possibilidades discursivas para significar a existência política, é evidente que as relações expressas no âmbito do corpo social, em específico nas arenas políticas ainda contêm reminiscências de imaginários e discursos dos projetos de opressão nos ambientes de promoção social, como as arenas políticas.

Um dos primeiros aspectos que podemos elencar na leitura das atas consiste na concepção clínica/legal do corpo com deficiência pelos atores políticos participantes das plenárias. Os aspectos inerentes ao corpo anormal como objeto do saber médico, sendo toda

ação voltada a este elemento, pautada numa concepção cartesiana de corporeidade, legitimada por uma moral caritativa salvaguardada pelo rigor das autoridades legais. O ato médico se manifesta nos mecanismos inerentes dos saberes da clínica, como o laudo médico e a perícia clínica e sua terminologia técnica:

Parágrafo 2º – A análise de nova **Ficha de avaliação médica** poderá resultar na descontinuidade e/ou suspensão dos atendimentos, caso se constate irregularidade na caracterização do perfil exigido no cadastramento [acesso ao serviço ATENDE] (ata 19 julho 2014, grifo nosso) (CMPD-SP, 2014b).

Marcio fala que se cadastrou [no Serviço ATENDE] e foi informado que não tem o perfil e pede uma **perícia**. [...] . Altair fala para o Marcio que vai chamá-lo para uma perícia na SPTrans (ata de 07 de fevereiro de 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015b).

[...] mas minha indignação é com o vale transporte, no Hospital do Servidor Público adquiri meu laudo médico e na SPTrans eles disseram que isso não vale para eu renovar minha carteirinha. Fui no Conselho e a Jô e a Fátima me ajudaram, fui a Santa Casa tirar ou **laudo médico** e vai demorar mais de seis meses. Essa é minha indignação (ata de 7 de fevereiro 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015b).

Cláudia fala sobre o desenvolvimento do seu trabalho nesses três meses com os CEFAIs, que seu público-alvo é a escola, alunos, família e Conselho, ela explica que às **vezes a escola diz ao aluno de inclusão que ele precisa de atividade diferenciada** e que esse paradigma precisa ser mudado, ela e Jô Nunes estão indo aos CEFAISs [...] (ata 5 de dezembro 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015i).

L [Secretária Adjunta da SMT] falou que o maior desafio da Secretaria Municipal do Trabalho são as empresas que querem **pessoas com deficiência leve** e a dificuldade de manter a permanência dessas pessoas em empresas [...] (ata de 07 de maio 2016, grifo nosso) (CMPD-SP, 2016a).

[...] perguntou sobre a porcentagem das entregas das unidades, serão contempladas só as pessoas com deficiência física? Foi respondida que todos os tipos de deficiência serão contemplados mediante ao **laudo médico** emitido pelo um médico dos serviços públicos [...] S. perguntou sobre o laudo se existe **tabela de CID** como é feito a classificação. Vão enviar a tabela sobre a definição das deficiências [...] (ata junho 2016, grifo nosso) (CMPD-SP, 2016b)¹¹⁹.

Na produção das atas o saber médico encontra-se imbricado com o acesso a direitos, nesse caso específico, a habitação, transporte, trabalho e educação. Como referido, de acordo com Foucault (2004, p. 45), o papel de técnico de medicina desempenha uma função

¹¹⁹ Essa ata não possui a data em que foi realizada a plenária mensal.

econômica na repartição de auxílios, com um papel moral, quase jurídico, em sua atribuição, convertendo-se em um vigilante da moral e da saúde pública. Essa função não é divergente das instituições de seguridade e outros benefícios que dependem da aprovação técnica da clínica. Desse modo, orientar o acesso a direitos dentro da perspectiva clínica da expressão dos corpos revelam projetos biopolíticos aos quais os corpos com deficiência são submetidos.

A escola como instituição de controle (FOUCAULT, 2009) institucionaliza mecanismos de estratificação e metrificação dos processos mentais e cognitivos a partir de instrumentos normativos, como avaliações e escalas de inteligência. É inegável que muitas escolas compreendem os processos educacionais dos alunos com deficiência dentro da perspectiva do diagnóstico clínico ou do relatório médico, que categoriza os corpos e subentendem sua existência dentro de prognósticos, aspecto recorrente nas instituições de reabilitação. Desse modo, reafirma-se a necessidade de submissão a projetos biopolíticos de poder para se acessar bens sociais, culturais e, ao menos, buscar diminuir as assimetrias históricas entre os corpos com deficiência e o corpo social? Em si, a própria conformação do CMPD-SP ancora-se na representação a partir dos impedimentos, sendo o CID um dos critérios para admissão de cargo de conselheiro.

Outra relevante questão é compreender o quanto os impedimentos corporais à luz de escalas e estratificações produzem, de forma sutil, as assimetrias de poder entre os corpos que compõem o CMPD-SP:

Fátima informa sobre a festa de final de ano que será na Assembleia Legislativa de São Paulo, no dia 12 de dezembro, e que serão entregues apenas para as crianças uma lembrancinha, adultos não irão receber, explica para que não haja mal-entendidos como houve no ano passado, cobrança a respeito dessas lembrancinhas e diz que todos que forem pelo CMPD são convidados a participar da festa, mas que as lembrancinhas serão entregues somente para as entidades cadastradas. **Também diz que adultos com deficiência intelectual e deficiência múltipla também irão receber** (ata novembro 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015h)¹²⁰.

Por mais que seja um gesto singelo, ele nos possibilita refletir sobre o comportamento diferenciado das duas “categorias” de corpos nesta arena política. Mesmo com cadeira e representação, tais corpos, devido aos impedimentos, ainda devem se alocar na infância no que constitui sua existência política? Como mencionado, a razão e a articulação de saberes provêm o efetivo exercício do poder por parte dos atores políticos que compõem essa

¹²⁰ Essa ata não possui a data em que foi realizada a plenária mensal.

arena. A razão, um dos princípios regentes do Iluminismo enquanto movimento epistêmico e político, se manifesta enquanto condição necessária para ocupar a cena e se afirmar enquanto ator político. Como manifesta Foucault (1979), poder e saber são elementos imbricados. Nem todos os corpos podem ocupar a cena política dentro dos ritos de poder manifestos nas arenas políticas institucionais. A razão cognoscente e a articulação de saberes se mostram relevante indicativo da práxis política do conselheiro:

Fátima. Numa reunião um conselheiro nosso disse que o povo que vem na plenária não entende de política pública. Pra mim [sic] um conselheiro desse não me representa. Se vocês acharem que ele representa e é digno de estar aí na mesa então mantenham ele aí na mesa. Que idiota são todos vocês, **que ninguém é culto que não sabe fazer política pública**, e não foi na reunião de Coordenação. Sr. Fernando, saia da mesa, esse é o respeito que lhe peço.

Fernando. Boa tarde a todos. Eu falei a palavra **analfabeto político**, ninguém entende de política, foi no sentido para todos eu não citei nomes. **Política para mim tem que ser estudada** e política pública é coisa nova. **E ontem não fui à reunião de Coordenação porque estudo.** O direito à palavra, Dona Fátima, é livre e constitucional, cada pessoa pode falar o que pensa. Eu estava falando, sim, que muitas pessoas não se importam com política. Porque em política tem que se pensar em todos. A conferência foi um sucesso e eu aprendi muito o que é fazer política. Hoje eu estava fazendo política, com o Anderson, na Câmara vai ao seu bairro. Se eu disse essa frase “analfabeto político” ela não é minha é de Bertold Brechet. Tem pessoas que não se preocupam com política, eu me preocupo, com o preço do feijão. Eu respeito a opinião da Dona Fátima mas tem hora que discordo dela, e não é por isso que não vou amar ela. Eu uso meu direito de expresso e **faço política para todos**

Manoel. Eu concordo com a fala da Fátima porque você, Fernando, falou da Conferência e a Fátima **se referiu às pessoas aqui que não têm esse entendimento.** A gente tem que respeitar as diferenças e sua fala foi agressiva com relação às pessoas com deficiência. Nada contra sua pessoa mas pense antes de falar (ata de 13 de junho 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015f).

Podemos observar que o conselheiro se afirma na arena institucionalizada utilizando o saber como elemento que instrumentaliza e potencializa a sua ação enquanto ator político, ao mesmo tempo em que revela as assimetrias entre si e os muitos participantes das plenárias, caracterizados por ele como “analfabetos políticos”. Entende-se a ação política enquanto uma série de atividades localizadas no âmbito institucional, como reflexo dos rituais de poder reservados à democracia representativa, como se os conselheiros, na teoria da representação, assumissem o papel de agentes, aos quais se outorga a soberania de si (AVRITZER, 2007).

Entretanto, podemos compreender que “fazer política”, nada mais é que a expressão do exercício do poder, no caso o conselheiro em questão é investido de um corpo de disciplinas e saberes que orientam a sua ação enquanto ator político¹²¹. A experiência dos corpos na coletividade é, em essência, expressão política (ARISTOTELES, 1991) (FOUCAULT, 1979). Enquanto a ação política se instrumentalizar como uma série de procedimentos e rituais de poder, corre-se o risco de não se perceber as sutis formas de controle e opressão dos corpos, que transcendem os espaços de manifestação das arenas políticas, entretanto invadem a singularidade dos seus participantes, como a circulação de imagens e discursos de estigmatização social dos corpos com deficiência.

A atividade de conselheiro no CMPD não é remunerada, sendo considerada serviço público relevante (SÃO PAULO, 2017). Todavia isso não quer dizer que a lógica liberal não esteja refletida nas insatisfações dos presentes nas plenárias. Como exemplo, podemos considerar o trabalho desempenhado de forma gratuita pelos conselheiros como expressões da precarização das relações no CMPD-SP, em virtude das demandas e necessidades do conselho. Como se, de alguma forma, a atividade remunerada e a participação da lógica produtiva recalçassem todos os processos de violência a que estariam sujeitos os corpos desses atores políticos.

Em suma, como se ocupar a cena política na lógica dos conselhos se convertesse na reprodução da democracia representativa, que dispõe de toda uma estrutura trabalhista reconhecida. Ademais, “o trabalho gratuito” também nos possibilita compreender a ação dos conselheiros enquanto exercício positivo do poder, por advento da caridade e do assistencialismo social.

A maioria sabe o que faço e o que está ao meu alcance. Preciso dar uma paradinha que estou no meu limite, que o curso de conselheiro fique para próxima gestão, o quanto é difícil ser conselheiro e essa semana fiquei muito triste, **a gente faz trabalho gratuito**, mas Gilberto, não vou deixar de comentar as ameaças que você recebeu de gente que vem na plenária dizendo que vai te processar, e não é bem assim (ata de 07 de fevereiro 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015b).

¹²¹ Destacamos que não se trata de um pensamento hegemônico, pois a ação política pode ser considerada pragmática e dissociada de um arcabouço epistêmico para sua efetivação: “Manoel, conselheiro da habitação, fala como ele veio ao conselho e sobre o dia Internacional da pessoa com deficiência, que no movimento de moradia, precisamos nos manifestar, refletir e mudar, **sair da teoria e ir para a prática, se continuássemos no discurso**, não teríamos 22 pessoas em seus apartamentos, fala do movimento dos estudantes quanto ao fechamento das escolas, que devemos aprender com eles, a fazer valer a política pública” (ata de 5 de dezembro 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015i). Nesse fragmento também observamos que o conselheiro desconsidera as dimensões do discurso como elemento de conotação política, conforme avaliam Foucault e Courtine.

Outro elemento elencado na produção das atas é o discurso difundido de que a condição de cidadão é alçada de acordo com a condição de corpo produtivo, no qual o “pagador de impostos” assume ser condicionante para o acesso a direitos. Desse modo, podemos inferir a existência de uma relação comercial com o Estado, em que o acesso a direitos se manifesta enquanto a lógica da mercadoria? Não é incomum a reflexão da promoção social dos corpos com deficiência mediante o acesso a tecnologias assistivas e outros recursos tecnológicos, como prega os CVIs (ROCHA, 2006). Ademais, a valorização do indivíduo em detrimento da coletividade, performar um corpo produtivo, participativo e o mito da superação individual revelam as expressões de um corpo na conjectura liberal/capacitista:

Vagner. Meu problema é o transporte público, tenho deficiência congênita, tenho hemiplegia infantil, meu problema é o vale transporte (bilhete único), estou sendo discriminado, **pago meus impostos, sou trabalhador [...]** (ata de 07 de março 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015c).

Antônio Marcos falou que todas as mães de pessoas com deficiência **são guerreiras**, sugeriu para ter um programa para ter um lugar onde cuide dos filhos com deficiência para as mães cuidadoras ter mais autonomias [sic] (ata de 07 de março 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015c).

Carlos Alexandre diz que o conselheiro **muitas vezes usa a função para obter vantagem pessoal** e sugere que antes da eleição se faça um curso de formação para ele saber da importância e responsabilidade que essa função tem (ata 18 de abril 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015d).

O “mito da superação”, nesse caso específico, pode ser assumido como a manifestação positiva do exercício do poder, no sentido de romantizar a existência dos sistemas de opressão, desconsiderando as contradições históricas e sociais em que os corpos com deficiência e os cuidadores, em extensão, são submetidos. Assim, retomam para o foro pessoal uma questão relativa ao corpo social.

Como menciona Rocha (2019b, p. 55), a ética liberal e o modo de viver capitalista naturalizam a eficiência e o poder competitivo em detrimento da noção de interdependência das relações e trocas e de apoio. Ou seja, o trabalho como conselheiro, enquanto serviço público relevante, torna-se mais uma possibilidade de ganhos pessoais. O ideário liberal se manifesta no sentido da valorização do indivíduo em sobreposição aos interesses da coletividade. Assim, para Chauí (2008), a concepção liberal de democracia se fundamenta

dentro de um regime de lei e ordem para a garantia das liberdades individuais para a manutenção dos privilégios e exercício da opressão.

Outra importante categoria dos sistemas de controle e opressão que se expressam nos corpos é a do poder institucional e do respeito as normas, que de maneira incisiva determina as sociabilidades e os papéis sociais assumidos pelos atores políticos. No microcosmo do CMPD-SP, ou mesmo no plano social, observamos o respeito às regulamentações, estatutos e outros dispositivos como forma de organizar e controlar as dinâmicas impressas para os corpos em seu meio:

Fátima pede que leiam o regulamento do Atende, que já tem gente se vendo prejudicada, que eles estão agora **ao pé da risca quanto ao regulamento**, que nós temos direitos mas também temos **deveres** (ata de 07 de fevereiro 2015, grifo nosso) (CMPD-SP 2015b).

Rivaldo diz que qualquer pessoa pode ser conselheiro de unidade de supervisão não precisando se organizar como associação. Cita um dos conceitos de controle social como “sendo um grupo de diferentes **normas e regulamentações estabelecidas explícita e implicitamente por uma sociedade** para manter a ordem dos cidadãos e permitir o desenvolvimento de um **nível de vida organizado e controlado**” (ata de 18 de abril 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015d).

A República Federativa do Brasil é formada pela união insolúvel dos estados, municípios e distrito federal (Brasília) que constituem estado democrático e de direitos e tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, portanto o ser humano deve ser priorizado, somos todos nós, é o negro, o branco, o judeu, o evangélico o cristão. Não estamos trabalhando com ser divino, estamos trabalhando com ser humano que tem **direitos e obrigações** (maio de 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015e).

Gilberto disse que essa era uma questão jurídica e que não se poderia **ir contra o Estatuto**, agradeceu a compreensão dos surdocegos, e que esse era o ponto pendente e como foi retirado não há nada mais a discutir sobre o regulamento. O conselheiro Manoel pede a palavra e diz que se sente contemplado com a palavra do Gilberto e diz para a Camila que ninguém é contra os surdocegos e como isso **é contra o Estatuto** alguém pode entrar com mandato de segurança e complicar o encontro (ata de 13 de junho 2015, grifo nosso) (CMPD-SP, 2015f).

O papel das instituições, na perspectiva de Foucault (1999), converge para a dominação e o controle social, tanto que, para o teórico, os sistemas educacionais assumem perspectiva análoga à das organizações militares, das instituições prisionais e a dos hospitais psiquiátricos, que se fundamentam na normalização do corpo a partir de um código disciplinar e de um sistema de vigilância específicos à natureza destes estabelecimentos.

Todavia, tal concepção pode ser ressignificada. Crespo (2009, 355-356) em sua série de depoimentos, relata um singular posicionamento de Ana Rita de Paula, utilizado em passagens anteriores:

A gente ainda não usava a palavra “cidadania”, um termo que passou a ser utilizado na década de 90. Mas a ideia de cidadania estava lá, desde o princípio. É como se, naquela época, a gente estivesse dizendo que a verdadeira cidadania se compõe do acesso a todos os direitos. E não reivindicávamos só direitos. Nós queríamos também poder cumprir os deveres. Não estávamos só pedindo, nós queríamos também fazer. Essa ideia de cidadania voltada só para direitos é falha. Para mim, direitos são apenas a metade do conceito de cidadania. Acho que cidadania também implica deveres, responsabilidades. Mas, para as pessoas com deficiência, certos direitos precisam ser disponibilizados para que elas possam cumprir determinados deveres.

Deste modo, essa concepção de cidadania concebida por Ana Rita de Paula no cumprimento de deveres e no acesso a direitos nos possibilita refletir sobre a necessidade de os corpos com deficiência compartilharem da construção histórica, coletiva e social de seu meio, mesmo que estes corpos nunca tenham estado à margem da sociedade: como observado nesta pesquisa, os corpos anormais remetem à norma civilizacional, moral e corporal. Ou seja, seus corpos foram a tela de expressão dos deveres normativos, um estatuto corporal, que regimentou as coletividades.

Pensando o conselho como instituição inserida em um sistema disciplinar (regido por estatutos), não se apresentam factíveis rupturas com o estabelecido institucional como o único caminho. Assim, a proposta e o estímulo a desobediência civil demonstram outras perspectivas para significar a ação política, que, todavia, coexiste com concepções clínicas, morais e liberais de corpo com deficiência. As leituras das atas não se mostram de forma insípida, inodora, mas como produto discursivo da ocupação da cena política por parte dos corpos com deficiência, que, ainda, se manifestam dentro de categoria de opressão relativa ao controle e à normalização dos corpos. Que prossigamos – e que nas instâncias do olhar se manifeste o campo de pesquisa.

5.3 As narrativas do pesquisador e o olhar para o campo: poder, corpo e intervenções

5.3.1 Aspectos gerais do CMPD-SP: um ensaio acerca do corpo do pesquisador em intersecções com o *corpus* institucional

A investigação *in loco* é um singular procedimento metodológico na investigação em ciências humanas e sociais. Conforme proferido, esse tipo de abordagem baseia-se na atuação do pesquisador como instrumento de pesquisa que documenta o mundo que observa (POPE; MAYS, 2005, p. 46). Historicamente, os trabalhos observacionais, desenvolvidos em um determinado campo, em ciências humanas se fundamentaram na racionalidade das ciências naturais, da saúde e da vida, na proporção em que todo fenômeno de ordem social se atrelava à tradicional lógica cartesiana de produção do conhecimento baseado em aspectos como a experimentação, a reprodutibilidade e a universalidade. Assim, se fazia necessário uma razão asséptica para que se conferisse legitimidade a toda ação metodológica observacional neste específico campo de produção de conhecimento¹²².

Com o desenvolvimento sócio histórico e epistêmico a tradição cartesiana foi questionada a partir da intensificação dos debates e estudos acadêmicos de saberes até então divergentes no *corpus* institucional universitário. Exemplos para esse fenômeno podem ser descritos, como o uso da sistematização da oralidade e a utilização de fontes literárias para a escrita historiográfica, o onírico como forma do entendimento dos processos de funcionamento da psique e a experiência estética e a subjetividade como elemento instituído de credibilidade acadêmica. Foucault, em sua história como teórico, situa-se nessa fronteira epistêmica, destacando constructos teórico-metodológicos que se sobrepuseram às tradições da produção do saber da sociedade ocidental: a sua incipiente arqueologia e, posteriormente, a concepção genealógica como possibilidade metodológica no sentido da valorização das diversas expressões dos saberes locais. Nesta proporção, o teórico francês (1979) salienta que toda produção acadêmica é acontece dentro das relações de poder, fato pelo qual não pode ser dissociada de projetos e investimentos políticos – seja no sentido de manutenção de um *status quo* hegemônico, seja como produto das contradições do próprio poder.

¹²² As reflexões relacionadas à investigação em ciências humanas foram proporcionadas pela incursão do pesquisador nas disciplinas “Conhecimento, compreensão e novas legitimidades” (ROCHA; NERLING; SCHWARTZ, 2015) e “Fundamentos teórico-metodológicos da prática de pesquisa em ciências humanas numa perspectiva interdisciplinar” (SCHMIDT; BARROS, 2016).

Entre tradições e resistências epistemológicas, podemos inferir que o corpo do pesquisador e, por conseguinte, o ser-pesquisador é atravessado por estas históricas relações de produção e de saber. Nas primeiras atividades relacionadas ao campo (no caso, a visitação ao CMPD-SP) o pesquisador responsável tinha por crença a necessidade de uma certa invisibilidade, no sentido de evitar qualquer tipo de envolvimento com a comunidade estudada. Toda e qualquer intervenção que não estivesse de acordo com o desenho metodológico poderia causar dissonâncias e reverberações que afetariam toda a criticidade da análise. Nas concepções de Pope e Mays (2005) é pertinente evitar grandes envolvimento com a comunidade estudada. Não por acaso esta pesquisa se caracterizou por ser um estudo de natureza velada e não participativa. Por uma certa “ignorância metodológica” apenas nos estudos, como a pesquisa ação, considerava a possibilidade de uma presença do corpo do pesquisador enquanto agente de expressão política dentro de seu campo observacional.

Com o desenvolvimento das leituras em Foucault e com o prosseguimento dos trabalhos relacionados ao campo observacional no CMPD-SP surgiram questionamentos quanto à real existência dessa condição asséptica e neutra. A simples presença de um observador ou de um “corpo estranho” que não participa da comunidade, ou que não é identificada por ela como um participante não reverberam de alguma forma na arena política? Como o pesquisador não se percebe como mais uma unidade que está em relação política com o espaço? Ou a concepção de onisciência e neutralidade nada mais é do que o estabelecimento das assimetrias de poder entre o pesquisador e sua comunidade estudada, comuns no olhar etnográfico do século XIX?

Em suma, enquanto seres cognoscentes, atravessados pelas históricas condições epistêmicas que se estabelecem na presença do corpo, torna-se pertinente refletir a presença política do corpo do pesquisador dentro da comunidade estudada. Sempre nas instâncias do olhar houve a necessidade de colocar em relevo as características do objeto (de pesquisa), inverter essa lógica, por mais que não seja a natureza central desta pesquisa, se faz exercício necessário. Desenvolveremos essa narrativa a partir de algumas cenas, nas quais destacamos a reflexão, direta ou indiretamente, do corpo do pesquisador no trabalho de campo, revelando dentro de uma perspectiva relacional os atravessamentos, sentidos, ditos e não ditos, tencionando as dimensões políticas do ser pesquisador. Outro importante elemento desta seção é a sua intencionalidade socrática no sentido de formular questões que não necessariamente encontram uma resposta dentro de uma razão epistêmica, mas possibilitam

formular novas rotas reflexivas sobre os corpos com deficiência nos espaços de participação política.

Cena 1 - Um corpo que observa e se mantém as sombras:

Na chegada aos locais das plenárias a primeira etapa institucional consiste no credenciamento dos participantes da plenária. Observou-se número reduzidos de funcionários incumbidos nessa tarefa o que majoritariamente acarretava aglomerações dos participantes. O pesquisador realizara o credenciamento nas duas primeiras plenárias em participou, sendo que, na terceira, por orientação de um funcionário do CMPD-SP, foi informado que não seria mais necessário a realização deste procedimento. Antes da condução dos serviços pela mesa eram distribuídos *kits* lanches aos presentes, causando assim mais aglomeração no reduzido espaço da Câmara Municipal (local em que ocorreu a maioria das plenárias), tornando muitas vezes intransitável a passagem pelo recinto. Os funcionários também distribuíram esses lanches para o pesquisador sem realizar nenhuma pergunta. Realizado esses procedimentos iniciais os participantes se acomodavam no espaço. Para aqueles com filhos menores poderiam deixá-los na sala de recreação aos cuidados de alguém do corpo de funcionários do CMPD-SP, todavia, não foi incomum ver crianças (com ou sem deficiência correndo nos corredores da Câmara). Em linhas gerais, o espaço da Câmara Municipal de São Paulo, composto por cadeiras fixas, dificultava a acomodação dos participantes usuários de cadeira de rodas e a sua circulação no recinto, fato que gerou embarço em uma plenária. As plenárias sempre ocorriam com atraso médio de 40 minutos de acordo com o horário divulgado (13h30). As maiores motivações eram de ordem de problemas técnicos com as tecnologias de comunicação e informação, atrasos de convidados da plenária ou mesmo de membros da mesa. De maneira geral as plenárias sempre transcorriam de forma conturbada, muito devido a conversas paralelas e assuntos alheios as tônicas propostas nessa arena política, sendo necessários em diversas vezes, pedidos insistentes da mesa por ordem. Esses pedidos de ordem muitas vezes, constrangedores, duvidaram da ação e da consciência política dos participantes das plenárias, que não eram replicados pelos presentes. A organização das plenárias ficavam sob responsabilidade de um conselheiro, que definia o tema e os participantes e convidados, no geral, um profissional, ou pessoas ligadas à administração pública, ou do terceiro setor para discorrer sobre uma temática proposta ligada diretamente à pessoa com deficiência. Um dos poucos espaços de manifestação dos participantes das plenárias era o momento das questões, reservado para o final de todas as apresentações do dia. O encerramento das plenárias ficava reservado para os informes, sejam de eventos políticos, culturais, esportivos ligados à pessoa com deficiência, espaço para o levantamento de pautas e mobilização à luta por direitos (chamamento para passeatas, assinatura de abaixo-assinados e petições) **(Impressões gerais do CMPD-SP).**

Os primeiros encontros das plenárias revestiam-se de intensa expectativa por parte do pesquisador observador, no sentido da ação política empregada nessas arenas

institucionalizadas. Muito desse imaginário foi produzido pela supremacia da democracia representativa como meio hegemônico de os corpos exercerem sua expressão política. Assim, mesmo o CMPD-SP sendo espaço de natureza consultiva dentro do organograma da administração direta aos olhares inocentes, manifestaria todos os ritos de poder das arenas representativas. Desse modo o corpo do pesquisador se normaliza aos ritos de poder, dentre os quais, o credenciamento dos participantes para participação nas plenárias. No propósito do estabelecimento da relação com o espaço se fez necessário a sujeição do corpo do pesquisador aos ritos de poder e à norma institucional. A norma, nesse sentido transpassa a dimensão existencial do ser pesquisador enquanto dimensão política neste espaço.

Em encontros posteriores foi aconselhado ao pesquisador adentrar ao recinto das plenárias sem credenciamento. O pesquisador também recebia *kits* lanches sem ser questionado sobre a sua participação nas plenárias. Por mais que o pesquisador não se tenha atentado às fisionomias e a todos os indicativos presente nos rostos (como meditou Courtine em seus estudos sobre a face), perguntou-se se os demais participantes buscavam na imagem do corpo os sinais corporais identificáveis que alçasse a condição comum aos participantes dessa arena. Ou, será que o credenciamento era apenas mais um rito institucional, em que a presença do corpo se fazia necessário apenas para fins comprobatórios de benefícios como a ATENDE, ou mesmo o recebimento do *Kit* lanche? Será que a presença do corpo do pesquisador passara de maneira ordinária?

Outra reflexão despertada é relativa às contradições entre os imaginários acerca de performar a ação política legítima para essa arena. Em outras palavras, quais comportamentos caracterizam os corpos dentro de sua natureza político-institucional? Desse modo, mais uma vez a norma de todo um ideário proveniente da democracia representativa conformava-se na singularidade do pesquisador, na expectativa de os atores políticos expressarem-se dentro de uma racionalidade e uma ordem disciplinar. Assim, era inimaginável a participação de outros corpos no espaço político, como as crianças, cuja simples presença acarreta reverberações em toda dinâmica expressada neste espaço. Toda repreensão da mesa das plenárias aos presentes, numa relação paternalista e quase de tutela, não foi significada de maneira crítica por parte do pesquisador nos primeiros encontros. Desconsiderar as diversas dimensões nas quais se estabelecem os encontros na arena política é não olhar toda a concepção micropolítica em que se estabelecem as relações de poder. Infelizmente não foi possível compreender as minúcias desses assuntos paralelos nas dinâmicas das plenárias, no sentido da potência política que poderia ser proporcionada pelo encontro de corpos que, em tese, compartilham históricos

estigmas e demandas políticas. Observar essas microrrelações no senso estrito da desordem é restringir as relações entre os corpos nas plenárias dentro de um regime disciplinar institucional. A disciplinarização dos espaços para voz dos demais membros das plenárias pode ser exemplificado nos poucos espaços de manifestação, que deveriam se reservar às temáticas trabalhadas nas diversas palestras, reduzindo a possibilidade de discussão de questões emergentes do coletivo da arena política.

O olhar do pesquisador para o espaço estava condicionado ao olhar das normas jurídicas, muito em virtude das expressões do CIDPcD enquanto instrumento normativo hegemônico acerca do significado de corpo com deficiência. Reduzir a experiência social do corpo com deficiência à interação com barreiras é compreendê-lo dentro de uma perspectiva liberal/capacitista de existência. Dessa forma, se fazer corpo com deficiência significa manifestar todas as contradições expressas na presença das barreiras. Nesse cenário concernente aos primeiros encontros, o corpo do pesquisador apenas observava as iniquidades espaciais, mantendo o afastamento necessário e condizente à norma metodológica assumida no trabalho.

Todas as plenárias acompanhadas seguiam determinada dinâmica institucional, a qual privilegiava a apresentação de palestras informativas dentro de específicas temáticas. Não foi de conhecimento do pesquisador se as demandas das plenárias correspondiam a uma construção do coletivo expandido das plenárias ou se consistiam em decisões monocráticas da mesa ou de um conselheiro. Observando o conjunto de palestras pudemos discernir a sua intencionalidade política dentro de uma estratégia de poder, conforme expressão da mesa:

A presidente do CMPD apresentou a temática proposta acerca das possibilidades da tecnologia assistiva, afirmando que tais recursos contribuem para o processo inclusivo. Acerca do formato das plenárias, que apresentam sim mais caráter informativo do que propositivo e propriamente crítico, visto que “as informações contribuem para se levantar políticas públicas” (**Diário 3 – maio 2019**).

Essa perspectiva não é divergente da postulada por Foucault (1979, 2009), em que saber e poder são elementos imbricados e como em toda ação militante é mister a articulação de saberes no sentido de conformar “todo o sumário topográfico e geológico da batalha”, obtendo uma percepção densa, localizando pontos frágeis e os pontos fortes aos quais estão ligados os poderes e onde estes se implantam. Entretanto, visualizando as diversas temáticas, muitas tratadas com um viés tecnicista, questionou-se sobre como as “informações” conectariam o coletivo dentro de suas potências políticas, visto que em grande parte este

espaço era dedicado à transmissão de um conjunto de procedimentos, informações burocráticas e acesso a serviços públicos.

Até os primeiros encontros o distanciamento do corpo do pesquisador com o espaço político era exercido com o silêncio – posicionamento assumido pela maioria dos membros participantes das plenárias. Muito desse silêncio também advinha de um sentimento de inadequação corporal. Por não ser corpo com deficiência.

Cena 2 - Um corpo que se manifesta em voz e ação:

Após as palestras, mais uma vez foi concedido espaço de fala aos presentes. Particpei deste momento indagando a mesa um posicionamento político acerca do Decreto n. 9759 de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Uma conselheira respondeu que uma articulação de repúdio a esta normativa já estava sendo conduzida, contando com a adesão de outros conselhos municipais da pessoa com deficiência, estando previsto um encontro para o dia 10 de maio na ALESP. Toda a movimentação política estava sendo realizada por aplicativo de mensagens, todavia repliquei que estas informações devem constar nas páginas e redes sociais do Conselho. Após o bloco de perguntas, os trabalhos da plenária findaram-se às 17:34. Sem mais questionamentos, o pesquisador foi ocupar o seu assento, mas antes foi interceptado por um grupo que lhe perguntou se ele era militante ao tema. Surpreso, o pesquisador disse que não. O grupo elogiou a fala feita na tribuna e disponibilizou a ele dois convites para participar da Reatch (Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação) que foram aceitos prontamente (**Diário 3 – maio de 2019**)
[...]

Sobre o espaço notou-se pouco cuidado no que tange a acessibilidade ambiental, principalmente para os indivíduos com mobilidade reduzida, tanto que o pesquisador em diversas oportunidades mudou a disposição de cadeiras a fim de proporcionar aos usuários de cadeira de rodas acesso aos postos de votação. Também o pesquisador notificou à equipe de apoio a sinalização de um cabeamento que passava na porta dos banheiros, oferecendo risco de quedas ou mesmo dificuldades do acesso ao banheiro por usuários de cadeira de rodas. As cadeiras oferecidas aos presentes do encontro eram de plástico e muitas estavam com uma das pernas comprometidas. Foi presenciado um acidente (quebra de uma das cadeiras), mas sem gravidade ao participante. O pesquisador retirou parte das cadeiras que estavam comprometidas. Essas ações de cuidado com relação à acessibilidade ambiental e apoio aos participantes com deficiência levaram o pesquisador a iniciar conversas e interações com alguns participantes do evento, levando a ciência de histórias do interesse e da participação nos espaços políticos de luta da Pessoa com Deficiência (**Diário 6 – agosto 2019**).

As duas cenas são emblemáticas e marcam o contraste nos comportamentos adotados nas primeiras observações. “Subverter”, mesmo que em tímidas proporções, as

normas metodológicas ou mesmo imaginativas sobre a legitimidade dos corpos que devem ocupar reservados espaços políticos afetaram a singularidade do pesquisador. O corpo do pesquisador, mesmo não apresentando os sinais identificáveis de corpo com deficiência poderia ocupar a tribuna do CMPD-SP e levantar uma questão, em tese, de interesse dessa arena política? A partir disso, podemos pensar em um ideal de corpo para ocupar os espaços políticos ou mesmo um “ideal de corpo militante”. Afinal, assim foi identificado pelo grupo o pesquisador por advento de sua ação em subir à tribuna.

Pensar na ação militante é um exercício discursivo, na proporção em que palavras, discursos e imaginários me identificavam como sujeito militante. Se para Foucault (1996) através das palavras se reconhecia a loucura do louco, que, no caso específico, remonta ao lugar da separação e da não escuta, o discurso proferido pelo pesquisador poderia remeter ao desejo com o poder, aquilo pelo que se luta, o poder pelo qual quer-se apoderar, premissa que pode ser compartilhada por alguns presentes da plenária? Em alguns encontros externos ao CMPD-SP o corpo do pesquisador não foi caracterizado como militante, visto que tal não participava de nenhuma entidade representativa ou arena política relacionada à pessoa com deficiência. A experiência política, nesta hipótese, seria apenas nas dadas esferas institucionalizadas, o que não compreende, em essência, a natureza política do corpo e das relações de poder-saber inerentes à experiência humana (FOUCAULT, 1979, 2009). Entretanto, a experiência de o corpo ocupar os espaços políticos com dada intencionalidade política (o discurso que revela o poder do qual queremos nos apoderar e, por fim, exercer) é sinal identificável de toda ação militante. Podemos observar isso na história e na passagem em que Courtine (2013) disserta sobre a reivindicação do corpo por parte das ditas “minorias” na passagem das transformações políticas e sociais da segunda metade do século XX. Em encontro informal com o militante da pessoa com deficiência, no dia 20 de outubro de 2019, na Paróquia Coração Eucarístico de Jesus e Santa Marina, foi partilhada a seguinte fala que sintetiza a presença do corpo como investimento político: “Não se faz ação política sem presença”.

Quanto ao corpo teórico desta pesquisa, na fase de projeto acreditava-se no seu forte componente militante, na proposição de orientar a práxis política dos atores que congregam o CMPD-SP. Muito desse reflexo foi proporcionado pela leitura da ação do pesquisador militante em Foucault (1979). Nesse sentido o processo de orientação foi de valia no sentido de compreender as expressões e as limitações políticas das produções acadêmicas. Em primeiro lugar conformar o sumário topográfico e geográfico da batalha, orientando o

atravessamento das históricas categorias opressivas acerca do corpo não necessariamente reverberará na ação política. Como menciona Foucault (2009), devemos ter ciência de que a derrubada dos micropoderes “não obedece a lei do tudo ou nada”, dentro dos processos de luta. O poder não é adquirido de uma vez por todas por um novo controle ou pela destruição das instituições, ou seja, a tese, por si só, não é suficiente para hercúleo movimento.

O segundo movimento reflexivo é compreender que a tese ocupa papel social dentro do *corpus* universitário, assim, é atravessada pelas contradições dessa singular arena, que também é de natureza política. Como reflete Foucault (1996, p. 44), “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Deste modo, a tese e o corpo do pesquisador são, por natureza, expressões políticas. Entretanto, esse movimento não pode se identificar como ação militante.

A segunda cena deste tópico revela também novas percepções no estabelecimento de relações com a arena política. Dentro de uma lógica que remete à primeira geração do movimento social da pessoa com deficiência, o que seria observável é a falta de acessibilidade e todas as contradições e opressões que tal fato acarretaria nos presentes no pleito eleitoral. Como um espaço de promoção da pessoa com deficiência não percebera tamanha falha procedimental? Dentro da asséptica proposta do distanciamento, deveria reportar as incongruências e orientar a crítica a partir do ordenamento jurídico, como a Lei 10.098/00 (BRASIL, 2000) (que preconiza a acessibilidade nos espaços institucionais) ou a Lei 13.146/15 (Estatuto da pessoa com deficiência) (BRASIL, 2015). Como observar as iniquidades sociais e não entender que o próprio *corpus* do CMPD-SP é perpassado por contradições? Será o que corpo do pesquisador não pode estabelecer outro tipo de relação que não seja balizada dentro de pressupostos normativos? E quais os perigos de qualquer intervenção do pesquisador diante das iniquidades expressas nos espaços de participação política?

Nesses intensos questionamentos o pesquisador sentiu-se confortado em estabelecer outro tipo de vínculo, no qual o corpo se mostra tão participante e interdependente quanto aqueles hierarquicamente mais importantes e com direito a voto na arena. Compor com o outro é buscar estabelecer relações menos assimétricas, entendendo na diversidade dos corpos aspectos e necessidades que não são normalizadas nos dispositivos legais. É entender que a ação política não está restrita aos atos deliberativos, às decisões que influenciam a administração direta ou à expressão democrática do voto. É nas microrrelações que nos

manifestamos enquanto corpo político. Tal experiência vivida pelo corpo do pesquisador dialoga com a fala de um dos entrevistados da pesquisa que relata a importância da participação da pessoa com deficiência em uma comunidade. Dada participação é manifesta nas pequenas ações do cotidiano, em um simples aviso de lâmpada queimada em um recinto de uma festividade: “eu participei dessa construção da festa e estou integrado a uma comunidade”. De alguma forma, podemos dizer que o corpo do pesquisador participou, dentro das sutilezas das microrrelações, das dinâmicas do CMPD-SP.

Cena 3 - Um corpo que se aloca nas entranhas dos rituais de poder do CMPD-SP

A primeira interação ocorreu com uma professora da rede municipal de ensino da capital paulista readaptada de função devido ao Acidente Vascular Encefálico que sofrera. Indaguei sobre suas motivações para participação das atividades com CMPD-SP. Em seu relato, vide o A.V.E, ela percebera a inacessibilidade dos ambientes para as pessoas com deficiência e já por apresentar uma pré-disposição para a “briga”, encontrou neste espaço de participação política um local para a luta e efetivação de demandas em torno da PcD. Nessa interação a professora apresentou-me aos membros do conselho municipal (gestão 2017-2019), sendo de valia para a pesquisa, pois foi obtido contato telefônico e por *e-mail* dos conselheiros.

A segunda interação foi com um dos candidatos a conselheiro, aspirante à vaga da deficiência visual, que estava acompanhado de sua esposa. Gentilmente o candidato solicitara ao pesquisador que o ajudasse a encontrar o banheiro. Após, retornando ao salão onde ocorria o pleito, o pesquisador indagou sobre as motivações do candidato em participar desta arena política. O candidato mencionou que sua participação em torno da promoção da PcD iniciara desde os tempos escolares. Neste ambiente para além da luta para a adaptação de materiais, sua presença, segundo seu relato contribuiu para a sensibilização do ambiente escolar de maneira geral. Outro interessante fato foi que o candidato já tinha exercido papel de conselheiro municipal da pessoa com deficiência na cidade de Mauá-SP. A gestão do conselho nesta cidade foi marcada por muitos percalços, segundo o candidato, ao ponto de sugerirem a interdição judicial de suas atividades no Conselho. Devido recente mudança de domicílio (agora o candidato era morador de São Miguel Paulista), ele buscava uma vaga no conselho paulistano visando à continuidade de sua atuação política em prol das pessoas com deficiência **(Diário 6 – agosto 2019)**.

[...] Durante a conversa o candidato perguntou ao pesquisador se tinha por interesse ser o seu representante no processo de apuração das urnas, pedido aceito visto a oportunidade de conhecer os bastidores do processo eleitoral. O pesquisador, agora com a função de fiscal deveria garantir a lisura do processo, contestando ou mesmo impugnando o processo em caso de desacordos com o regulamento votado pelos membros do Encontro **(Diário 6 – agosto 2019)**.

[...]

Cabe ressaltar o clima de tensão que se sucedeu no ambiente, pois ocorreu uma série de erros que atrasaram toda a apuração. Toda a apuração foi

realizada ao som de um grupo de *rock* metal, que consistiu na apresentação cultural para os participantes do Encontro, que contribuíra para o aumento do tom de voz entre os participantes do processo de apuração. O primeiro problema foi a incompatibilidade entre os votos presentes nas urnas e as listas de votantes. Apenas uma (seção dos deficientes visuais) os votos estavam de acordo com a lista de votantes. Os representantes dos candidatos rispidamente questionaram o fato à comissão eleitoral. Ficou acordado que o número total de votos deveria concordar com o número total de votantes. Neste processo descobriu que uma pessoa votou, porém não assinou a lista de presença, sendo decidido que um voto aleatório seria cancelado. O pesquisador indagara sobre este fato e a comissão alegara que casos omissos poderiam ser deliberados pela comissão (os representantes concordaram com a solução apresentada). Contados todos os votos e as listas (optou-se por não realizar a contagem dos crachás devido ao atraso), começou a apuração de fato. Em uma lousa uma representante da comissão escrevera os nomes de todos os candidatos participantes, sendo sua função sinalizar cada voto que o candidato recebia. Outra representante da comissão eleitoral realizou a leitura das cédulas. Durante a apuração alguns fatos emergiram, como, a expressiva quantidade de votos em branco, chegando ao ponto de cédulas conterem apenas um voto, sendo que os eleitores poderiam escolher um candidato dentro do rol de impedimentos – físico, sensorial (visual e surdez) intelectual, múltiplo e vagas livres (nesta última poderia votar em até 2 candidatos). Ademais, os eleitores geralmente tendiam a votar em candidatos que apresentavam a mesma deficiência que ele. Com a apuração já iniciada adentra na sala a presidente do conselho pedindo para que os presentes situem do cenário para os membros com deficiência visual, que tinham por função realizar a leitura das cédulas em Braille, assim como, solicitar que seja atendida uma demanda expressa pelos membros do Encontro que consistia na transmissão dos votos. A demanda foi atendida sendo anunciado em tempo real os votos recebidos pelos candidatos. O clima de tensão começa a dar lugar ao cansaço visto que o processo que inicialmente deveria transcorrer em 2 horas postergou-se para mais de 3 horas e meia. O fim dos trabalhos urgia de conclusão, pois o espaço estava reservado para uso até as 17:00 e com o atraso já passava das 18:30. Concluída a leitura da última cédula ocorreu uma rápida comemoração e em mesma proporção uma rápida retirada dos membros participantes do pleito (comissão e eleitores) do recinto. O pesquisador encontrou ao final o candidato que estava representando já na saída do evento. Prestou-lhe felicitações pela vitória, mencionando a tensão que estava no local (tanto pelo clima que se instalara na apuração como pela disputa acirrada entre o candidato e seu oponente). Agradecendo a oportunidade gerada pelo candidato o pesquisador se retira do evento (**Diário 6 – agosto 2019**).

Participar do pleito eleitoral do CMPD-SP foi uma experiência válida para conhecer os rituais que legitimam a conformação política dessa arena. O convite para esse processo estabeleceu uma relação entre o pesquisador e um dos membros participantes do pleito. Conhecer as histórias de vida de cada um, na potência do encontro entre corpos na emergência da problemática da deficiência proporcionou a singular oportunidade. O corpo do pesquisador não deve ser entendido como entidade destituída de sentidos e intencionalidades cujo contato com as diversas corporeidades não desenvolve percepções e ressignifica o seu

papel dentro do lócus analisado. Assim, o pesquisador furta-se mais uma vez de sua pretensa neutralidade que, em Foucault (1979, 1999), é perspectiva inverossímil, na medida em que nos colocamos na relação com o outro enquanto corpos políticos, produtos do atravessamento das relações de poder-saber.

Com o aceite do pesquisador em participar do corpo de sujeitos que conferem legitimidade ao pleito, imagens foram recorrentes em sua mente e deslocavam os olhares para os trâmites burocráticos concernentes à democracia representativa, não sendo incorreto afirmar que a tônica deste processo não foge a essa concepção. A formação de uma comissão eleitoral, da banca de verificação dos votos (cada candidato tinha direito a um representante), as cédulas eleitorais, a contagem e a verificação, a lista de votantes, entre outros elementos, consolidavam a conexão com os rituais de poder da democracia representativa. Observar as contradições do processo e os seus problemas de sistematização e conferência de votos nos faz indagar: para quem esse processo realmente é significativo? Um dos fatores desencadeantes para esse apontamento consistiu na emblemática cena: enquanto em um espaço reservado ocorria a intensa contagem de votos, os votantes assistiam a uma apresentação artística.

Evidentemente, não pretendemos desqualificar a participação política dos corpos que compõem essa arena, visto que o exercício do voto, podemos entender, é produto de uma densa rede de microrrelações políticas e sutilezas das expressões do poder, que muitas vezes fogem do olhar do pesquisador. Foucault e Courtine foram pertinentes no sentido de compreender a expressão política como aspecto que não se circunscreve à razão institucional. Infelizmente, reiteramos, essas minúcias, as redes conformadas em outros espaços políticos, até mesmo virtuais, com as quais o corpo do pesquisador não entrou em contato.

A participação do pesquisador neste processo em comparação com os outros auditores foi significativa, devido a sua inexperiência. Em uma das oportunidades de contestação sobre um dos processos adotados na contagem de votos o pesquisador foi atravessado pelo exercício do poder por advento dos códigos regimentais. Do mesmo modo que o edifício jurídico tinha o papel de servir de instrumento de justificação do poder real, como aponta Foucault (1979), estava em proporção similar ao regimento eleitoral e toda decisão da comissão eleitoral com os “casos omissos”.

Participar do processo eleitoral, podemos afirmar, foi uma possibilidade de o pesquisador se apropriar em profundidade dos ritos institucionais, em proporções maiores que muitos dos militantes com direito a voto do CMPD-SP. Tal experiência política de um corpo

até então “estranho” não seria oportunizada se o corpo do pesquisador não buscasse estabelecer o encontro com outras corporeidades, sendo que em cada encontro se expressa a natureza política. A experiência do corpo do pesquisador, inserido nas relações de poder foi exercício epistêmico necessário, no sentido de inverter a lógica do observador narrador, reconhecendo-se corpo atravessado e produto das densas e históricas redes de sentidos, saberes, imaginários e normalizações, tal qual os corpos com deficiência que constituem essa arena política.

Perceber a trajetória o olhar para si, confrontar imaginários sobre a ação política, as contradições não apenas do espaço, mas encarnadas no próprio corpo do pesquisador é um exercício epistêmico que muitas vezes não se faz presente nas produções acadêmicas, o que pode acarretar o apagamento político da presença de um corpo que em hipótese alguma se distancia do seu lócus observacional. Ademais, também é uma forma de se reconhecer atravessado e produto das históricas relações de poder e saber observadas nos atores e espaços políticos em questão.

5.3.2 O desvelamento dos sentidos de corpo com deficiência nas ações políticas expressadas no CMPD-SP

Desvelar narrativas acerca do corpo com deficiência em espaço institucionalizado de expressão política é complexo exercício epistêmico. Reconhecer em onze encontros o corpo na sutileza e na força de sua presença nos recortes e fragmentos de observação é construir uma interessante colcha de retalhos que, na sua pluralidade de cores, formas, tamanhos e densidades, revela em si uma unicidade. Ou seja, em toda expressão política se revelam os atravessamentos de poder, de toda espécie, exercido sobre os corpos que compõem a específica arena política.

Em primeiro lugar, é importante considerar, dentro do plano conceitual a expressão da ação política. Este termo remete a formas de participação dos atores no CMPD-SP. Para Bobbio (1998, p. 888), tendo como recorte as democracias das sociedades ocidentais, a terminologia “participação política” como expressão da ciência política, designa uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância em um partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação em um comício, o apoio a um determinado candidato numa campanha eleitoral a difusão de informações políticas “e por aí além”. A compreensão

de “participação política” é um aspecto complexo, e se articula a vários elementos, como: desenvolvimento social, infraestruturas políticas, regime político vigente, perspectivas e correntes ideológicas e o próprio nível de participação (ativa ou passiva) dos sujeitos nas arenas políticas (BOBBIO, 1998). Entretanto, não queremos restringir nossos olhares para a institucionalização da ação/participação política, visto que estar no mundo, enquanto corpo, na perspectiva foucaultiana (2009, 1979), é expressar-se enquanto entidade política em essência.

Em segundo lugar, diferentemente das entrevistas, em que a categoria conceitual de deficiência/corpo com deficiência era concebida a partir do significado pessoal na premissa de representações sociais cognitivas, emocionais e valorativas, necessariamente contextualizadas, nesta seção serão observados fragmentos de cenas nas instâncias das microrrelações, entre composições e decomposições, que possibilitariam emergir dos sentidos acerca de corpo com deficiência. Observar as cenas à luz das considerações teóricas de Foucault é considerar as imbricações discursivas, históricas e epistêmicas e conseqüentemente políticas que subjazem o corpo.

Por fim, orientamos nossas considerações a partir da ideia de tensionamento das marcas, em detrimento da formatação de discursos de verdade e conformadores de toda expressão política dos corpos. Reconhece-se que observar e analisar o campo é estar inserido e ser atravessado pelas relações de poder-saber tal qual os atores políticos observados, fato que corrobora as considerações anteriormente mencionadas e que invalidam toda ação neutra de observação do pesquisador no seu lócus observacional. No princípio dessas considerações assumidas, destacamos a questão: o que é corpo com deficiência?

Buscamos desenvolver nossa narrativa a partir de cenas que dialogam entre si e que revelam os sentidos que o corpo com deficiência expressa. Na potência de sua ação política ou afetação pelo poder sobre o corpo, ou nos corpos que compõem o CMPD-SP realizamos o exercício epistêmico dialógico com a episteme foucaultiana e as contribuições de Courtine. Observar e analisar o campo é realizar uma turbulenta viagem, na qual opressões e resistências/potências emergem em um mesmo cenário.

Cena 4 - Manifestações incomodas, estigmas sobressalentes e espaços de resistência

Como anteriormente mencionado, historicamente o corpo com deficiência foi significado à ordem de toda manifestação perniciosa, espaço de confluência e manifestação de

todos os estigmas e taras sociais. É estar em assimetria à norma, seja em sua tônica orgânica, da razão cognoscente, da moral, ou da lógica produtiva hegemônica. É fazer parte da coletividade enquanto signo, que ensina e remete à norma, como apontou Courtine (2008). É um corpo que denuncia as estruturas sociais opressoras dos corpos e, ao mesmo tempo, sujeita-se ao jogo assimétrico tendo em consideração a premissa de sua sobrevivência. Enfim, é um corpo que incomoda. Questionamos se a simples presença deste incômodo não é uma forma de militância a partir do corpo, na medida em que a simples presença do desvio retrata as contradições de imaginários historicamente segregantes imbricados a ideários democráticos e republicanos, como o acesso o acesso a serviços de educação e saúde:

Findada a apresentação de M permitiu-se a participação dos presentes a fim de sanar dúvidas sobre a palestra. Grande parte dos questionamentos foram relacionados às formas de acesso aos serviços da APAE. Todavia, de maneira insurgente uma mulher pede a voz. Ela estava acompanhada de seu filho adolescente e autista. Em sua fala a mãe mencionara que o atual paradigma não contempla o seu filho, **visto o grau de comprometimento, não poderia frequentar as escolas regulares. Enquanto ela se manifestara na plenária, seu filho caminhara pelos corredores do anfiteatro, sendo alvo dos olhares dos presentes, que dividiam as atenções entre o discurso de mãe e o andar inquieto do filho.** O atual paradigma era colocado em xeque e percebia-se uma tensão no ar, colaborada pelo tom de contestação da participante da plenária, nas tentativas de conter o adolescente e no desconforto de M. e representantes da Secretaria Municipal de Educação da capital (SME-SP). Mais uma mãe pede voz. Ela relata que seu filho, com deficiência intelectual, aluno **de uma escola pública é vítima constante de violência física e moral. Lágrimas vertem do seu rosto a cada palavra mencionada, aumentando a tensão e as contradições do paradigma da educação inclusiva (Diário 1 – fevereiro 2019).**

O ato de levar o filho com autismo para a tribuna do CMPD-SP nos faz refletir sobre os usos do corpo no ativismo político. Em princípio, poderíamos compreender o corpo da mãe e do filho como simbióticos, no sentido em que todos os estigmas reservados ao corpo com deficiência recaem aos seus familiares e cuidadores. Além disso, podemos lembrar dos corpos femininos sobre os quais recai a culpa pelos frutos desviantes. Ademais, historicamente, os cuidados do corpo com deficiência reservavam-se a figura materna ou ao gênero feminino, e podemos afirmar que ainda são reservados. Tal perspectiva, em consonância à segunda geração do modelo social, confere legitimidade e lugar de fala aos corpos não identificados como deficientes nessa arena política.

Entretanto, o mesmo corpo com deficiência, que não compartilha da razão cognoscente para ocupar esse espaço político também pode ser elemento discursivo em que se

reafirma toda a histórica percepção dos estigmas conferidos à sua expressão. Ou seja, dentro de uma narrativa em que estivesse sobressalente os sacrifícios pessoais da mãe diante de sua prole dentro de uma estratégia de poder serve de reforço argumentativo no propósito de sobrepor-se às legitimidades e paradigmas legais amplamente difundido no CMPD-SP. Dessa forma, ficam implícito imaginários acerca da escola como espaço da norma e da disciplina, da necessidade da institucionalização como ação necessária para fins da escolarização dos corpos desviantes e a distância entre uma moral instituída e as suas contradições no tocante a efetivação de direitos nos espaços sociais.

Diante da mobilização dos outros atores políticos especificamente relacionados às demandas apresentadas, podemos destacar as seguintes estratégias de poder, de acordo com as cenas subsequentes:

A fala “**procure pelos seus direitos**” proferida pela representante da APAE, conforme mencionado, apresenta-se como forma da pessoa com deficiência se inserir nos ambientes educacionais.

O setor público marcou a apresentação inicialmente por uma defesa do serviço público de Educação oferecido – como se fosse uma resposta às reivindicações da mãe do filho autista. **Superlativos, qualificações sobre o serviço Educacional oferecido pela cidade de São Paulo em comparação a outras cidades do país, a comparação com o passado e a realidade educacional presente e até mesmo a trajetória pessoal da palestrante foram argumentos utilizados em defesa do serviço público Educacional paulistano.** A palestra também se pautou em demonstrar a rede organizacional do atendimento ao aluno com deficiência e na apresentação de normativas paulistanas de Educação Especial, pautadas nas legitimidades mais contemporâneas (**Diário 1 – fevereiro 2019**).

Podemos compreender no primeiro fragmento que o corpo com deficiência efetiva sua participação social a partir do plano legal que, segundo Foucault (1979), não é a legitimação da ação política em si, mas sim, uma possibilidade de exercer o poder. Desse modo, “procurar pelos seus direitos” insurge com estratégia de poder para o acesso à escolarização. Assim a ação política dos corpos instrumentaliza-se nas expressões do regimento normativo legal. A ação do CMPD-SP não foi divergente, apenas notificando o ocorrido, sem abrir possibilidade para que as contradições fossem subsídio para um amadurecimento da expressão política dos sujeitos que compõem essa arena política.

Em contraposição, os representantes da administração direta (SME-SP) utilizaram-se de uma gama de informações e saberes claramente numa atitude opositora às demandas impressas na plenária. É sabido que o corpo institucional, principalmente ligado a

administração direta, detém recursos dos mais diversos que possibilitam deflagrar as assimetrias entre as corporeidades nas relações de poder-saber, como a apresentação de dados, informações, dispositivos legais, procedimentos, ações, dentro de uma dada razão/saber, instituindo discursos de verdade, acirrando polaridades e assimetrias entre os atores políticos. Como anteriormente descrito, o próprio CMPD-SP preconiza o saber como forma de instrumentalizar a ação política dos presentes nas plenárias. Todavia, essa estratégia nos possibilita refletir o quanto o formato de palestras realmente promove a ação política dos atores políticos ou se desdobram no sentido de elencar saberes específicos e desconectados das demandas e necessidades dos corpos presentes nessa arena.

A cena subsequente não é divergente, no sentido de corpo com deficiência como elemento que inquieta o estabelecido, o verdadeiro “*outsider*”, na sua ocupação e presença nos espaços sociais:

Foram reportados na plenária alguns problemas ocorridos no atendimento do CER em uma unidade de saúde da região sul da capital paulista. **Para a população em geral, conforme relato em plenária, o CER ocupava um espaço que deveria ser reservado à população e à ampliação dos serviços de saúde**, bem como relatou-se problemas de acessibilidade física no espaço, o que inviabilizava o atendimento à população com deficiência neste espaço. Como solução o CER, por intermédio do Conselho, foi alocado em outro espaço. (Diário 1 - fevereiro 2019).

Nesta passagem é interessante observar o incomodo dos corpos com deficiência nos espaços públicos, sendo considerados corpos que inviabilizam o funcionamento das instituições públicas e que devem ocupar espaços específicos, institucionalizando a sua participação nos estabelecimentos de saúde. Além disso, observa-se a sutil manifestação do poder na inacessibilidade dos espaços como forma de restringir a presença do corpo com deficiência nos espaços de saúde. Ou seja, não é apenas uma discussão normativa em referência à acessibilidade nos estabelecimentos e serviços públicos, mas a concepção de uma arquitetura que inviabiliza a participação política plural dos corpos na dinâmica social. Além disso, é pertinente mencionar que o imaginário social concebe os corpos com deficiência como elemento à parte da realidade comum, revelando a presença da norma corporal como meio de instituir os espaços ocupados pelos diversos corpos e atores políticos. Essa perspectiva, introjetada no imaginário social, pode ser observada em outros espaços e serviços públicos:

Acerca da representante da instituição de emprego apoiado, ficou evidente em sua fala acerca das dificuldades de relação da pessoa com deficiência nos demais espaços sociais, em princípio, o acesso às repartições públicas. Em seu trabalho de assessoria na prefeitura de Santo André foi realizado um amplo treinamento da equipe para assim compreender as demandas da pessoa com deficiência que buscassem atendimento na prefeitura da cidade. **Tal fato ocorreu visto que muitos deficientes eram direcionados à sua seção, responsável pela área técnica de acessibilidade. Ou seja, dúvidas sobre assuntos financeiros, administrativos, ouvidoria, que deveriam ser atendidos por tais setores específicos eram direcionados para essa área técnica da prefeitura.** Uma reflexão pode ser realizada: existem espaços reservados a estes corpos? Existe a compreensão do asilamento do corpo e que a relação deve se proceder apenas pelos seus pares? (Diário 2 - março 2019).

Observar a ação do CMPD-SP e a ciência da mudança do CER em princípio é observar a sujeição dos corpos com deficiência e a permanência de um *status quo* social que inviabiliza sua expressão política.

Entretanto, esse revés também pode ser tomando sob outra forma, pois reduzir um espaço de atendimento específico em saúde para essa população acarretaria significativas perdas também em seu âmbito político. Desse modo, este revés e a subalternização da ação política desvelam a premissa da sobrevivência (em sua organicidade), e essa realidade mostra a complexidade na qual se manifestam as relações de corpo, saber e poder. Em consciência das barreiras, em pleno gozo dos direitos, assumir os dispositivos de poder do opressor poderia ser uma forma de alçar a promoção social dos corpos com deficiência? Em uma das falas observadas por um familiar de um jovem com deficiência, essa afirmativa se mostra verdadeira:

Na fala de um segundo participante foram reportadas as dificuldades que o seu filho possuía para conquistar uma vaga de emprego, segundo o depoente, devido a sua deficiência. **Como medida para atenuar os episódios de discriminação desta população o participante sugeriu a aplicação de penas em valor monetário para punir episódios de discriminação (Diário 2 – março 2019).**

É interessante visualizar que os sistemas punitivos sugeridos estão alinhados ao ideário liberal-econômico-burguês, o que, conforme Foucault (2009), revela a especialização dos sistemas punitivos do século XVIII. Desse modo, assume-se o histórico discurso do opressor como maneira de instrumentalizar uma ação política em prol da promoção do corpo com deficiência. Nesse específico episódio soubemos se o filho do participante estava presente, o que nos possibilita levantar as mesmas reflexões advindas da primeira cena (a mãe

que subiu à tribuna com o filho autista): quanto os corpos se compõem enquanto corpo político, ou quanto o corpo com deficiência se materializa como elemento de afirmação de históricos estigmas pessoais? O corpo segregado possibilita os silêncios historicamente observados por parte desta população. Enfim, enquanto a arena política for espaço apenas de reivindicação de “produtos” e serviços públicos a partir da legitimação e do exercício do poder jurídico-institucional, o CMPD-SP estará circunscrito às ações de foro assistencial/paternalista ou mesmo a um órgão subordinado à administração pública direta da capital paulista¹²³.

Em contraposição, ocupar os espaços políticos e sociais a partir da presença do corpo também é uma estratégia de poder tendo em vista a promoção e participação dessas corporeidades historicamente excluídas:

Sobre a primeira categoria temática trabalhada no CMPD a presidente da instituição alerta para a importância da saúde básica, porta de entrada para os cuidados de saúde da população. **Nessa direção, ela comentou sobre os trabalhos das conferências municipais de saúde e a importância da população com deficiência participar desses espaços.** Ela passa a palavra para Sandra Reis, que comenta que as conferências de saúde são regionalizadas e se procedem a partir de eixos. Ela frisou a importância do eixo I, “Saúde como direito”, mencionando que nas conferências se observa pouca cobertura das demandas da população com deficiência, tornando-se imprescindível a **participação dessa população nesse espaço político (Diário 4 – maio 2019).**

Sobre esta questão, Glauci, representante do GT de cultura esporte e lazer, realizou um pertinente apontamento que reflete a necessidade da participação política das pessoas com deficiência: **“Devemos ocupar os espaços públicos” (Diário 7 – dezembro 2019).**

O corpo presente nos espaços a partir da participação política deflagra toda a ojeriza às institucionalizações compulsórias do corpo com deficiência e sua alocação a específicos espaços sociais. Estar em comunidade é experienciar o corpo em suas potências e conflitos, é na cena pública projetar-se enquanto corpo político. Porém, estar na cena pública também pode ser uma forma de projetar toda espécie de dispositivos de poder que outrora corroboraram para os processos de controle social dos corpos fora da norma. Acirra-se as

¹²³ Quinzenalmente o Conselho ofereceu serviços itinerantes de atendimento à população com deficiência em regiões distantes do centro da cidade de São Paulo. Serviços prestados pela administração pública (confecção de documentos, assessoria jurídica, serviços de saúde) foram disponibilizados por meio de parcerias com a iniciativa privada e universidades. Nesta perspectiva a ação do conselho e a efetivação de direitos ocorreram por meio do oferecimento de serviços de foro público.

polaridades, constituem-se assimetrias para a promoção/participação social dos corpos historicamente estigmatizados.

Cena 5 - Corpos, imagéticas e representação: um espaço de pertencimento ou de ocupação?

As reflexões de Courtine (2008, 2013) foram valiosas no sentido de compreender que todo elemento imagético congrega um discurso, possibilitando a difusão da norma dentro dos processos sutis de exercício do poder. Por mais que o CMPD-SP, em essência seja o espaço da contradição e do conflito, visto que o seu corpo representativo é formado por categorias dentro da classificação biomédica, essa instituição deve ser também espaço de representação da pessoa com deficiência como categoria política. A pertença do corpo nos espaços de representação política não deve se alocar apenas no discurso, seja na expressão escrita por advento de regimentos normativos, ou na oralidade das plenárias, mas também na identidade visual institucional:

Figura 13– Logotipo do CMPD-SP, representando quatro categorias de “deficiências”.



Figura 14 – Símbolo Internacional de Acesso da Pessoa com Deficiência.



As imbricações entre discurso, imagem e corpo enquanto ação e representação política foram observadas em dois encontros no CMPD-SP:

Durante abertura para falas dos participantes da plenária foram reportadas as seguintes colocações: uma participante com autismo mencionou que não se sente contemplada no conselho quanto à representação no logotipo do conselho. Os impedimentos de ordem mental ou de desenvolvimento, como o espectro autismo, gozam, dentro das prerrogativas legais, de direitos equiparados aos da categoria de “pessoa com deficiência”. É importante frisar a presença de setores e categorias específicas por identidades em torno dos “impedimentos” (autismo) e a busca de espaços dentro da arena política (**Diário 2 – março 2019**).

No último *slide* da apresentação encontrava-se a frase “A luta continua”, mas questionei-me sobre quem eram os atores protagonistas deste embate: a comunidade surda ou a população com deficiência como um todo? O questionamento pessoal advém de uma das falas de Zovico, **que diz não se sentir representado com o símbolo internacional da pessoa com deficiência da ONU, que faz alusão a imagem estilizada de um usuário de cadeira de rodas (Diário 3 – maio 2019).**

Ao findar a palestra foi aberto um espaço de fala para o Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência da cidade de São Paulo, Cid Torquato. O secretário pontuou a sua ação política dentro da secretaria. Mencionou também a polêmica da simbologia da pessoa com deficiência. Para a autoridade, tal discussão é boba, irrelevante e que a população com deficiência deve se concentrar em pautas mais importantes. Na realidade, tal pauta sempre é recorrente nas plenárias do CMPD, conforme observações anteriores (Diário 3 – maio 2019).

As discussões em torno da representação imagética refletem o coletivo de corpos que ocupam essa arena política e nela possuem. Também se torna forma de imprimir a participação de um dado setor em uma arena tão territorializada, como se revelou o CMPD-SP. O conhecido símbolo internacional da pessoa com deficiência, representado pela figura do usuário de cadeira de rodas revela a sobreposição de uma categoria de corpo com deficiência que assumiu o cenário epistêmico, político e legal a partir das transformações políticas da segunda metade do século XX. Conforme Diniz (2007), os primeiros teóricos ativistas do modelo social de deficiência eram homens, brancos, escolarizados, a verdadeira “elite” das pessoas com deficiência.

Visualizar meu corpo enquanto objeto de representação não revela apenas o acolhimento do princípio da diversidade corporal dos componentes, mas um projeto de poder em que se transmite, na sutileza do símbolo, a presença de uma categoria corporal nessa arena de participação política. Reduzir essa manifestação, conforme a fala do secretário municipal de São Paulo, é reduzir as contradições do CMPD-SP, visualizando-o muito mais como espaço de convergência do que propriamente de expressão do conflito. Ademais, como usuário de cadeira de rodas e por sua imagem corporal ser a síntese imagética de corpo com deficiência, tais afirmativas proporcionam a deslegitimação dessa pauta apresentada pela participante com autismo da plenária, recentemente alçada à categoria de “pessoa com deficiência”? Sentir-se representado dentro de uma arena política não se configura uma forma de exercer o poder e de instituir sua existência enquanto corpo dotado de expressão política?

Como releva Foucault (1996), os discursos revelam o poder do qual queremos nos apoderar, os espaços de representação para fins de efetivação de uma dada ação política tornam-se o objeto pelo qual se luta:

Durante a participação das pessoas na planária outros aspectos com relação a buscas de espaço de representação foram observados. Um movimento de indivíduos com esquizofrenia **questionou as possibilidades do esquizofrênico nos ambientes educacionais e no próprio Conselho.** Nesta ação observa-se uma luta setorializada dentro desta arena política a partir de identidades políticas conformadas por advento do impedimento de ordem mental (**Diário 1 – fevereiro 2019**).

Se antes alocada ao signo do corpo clínico patológico, o corpo com deficiência instituiu-se no plano do saber-poder no imaginário social. O corpo esquizofrênico busca alçar-se corpo no sentido de categoria política. Ocupar esses espaços é revelar um projeto de poder em que esse corpo se personifica enquanto ator político, em detrimento da imagética e de sua representação enquanto cliente das instituições asilares ou como corpo enfermo e com necessidades relacionadas apenas aos cuidados medicamentosos e de saúde mental. Assim, participar do CMPD-SP e de outro órgão de representação, como o coletivo que ocupou a plenária, revelam essa estratégia de poder e reconfiguração de sentidos e imagéticas acerca do corpo esquizofrênico que hegemonicamente circulam na realidade social.

As assimetrias entre os diferentes corpos que ocupavam os movimentos sociais é aspecto levantado por Lanna Junior (2010, p. 13), visto que as especificidades de demandas deflagram a impossibilidade de uma coalisão, fato que gerou a formação de divisões e federações nacionais identificadas a partir do tipo de impedimento:

O sentimento de pertencimento a um grupo é elemento discursivo importante para mobilizar qualquer luta política. Os movimentos sociais são formados pela diversidade de identidades, porém unificadas nas experiências de coletividade vividas pelas pessoas. A unidade é ameaçada por fatores como a disputa de poder, pela legitimidade da representação e pela agenda de luta política.

A estética, no que corresponde à disposição da mesa principalmente quando determinadas temáticas são desenvolvidas, também surge como recurso argumentativo, ao mesmo tempo que político no princípio do alinhamento moral assumido, no caso, pelo CMPD-SP:

A presente plenária, vista a oportuna data buscou conscientizar e refletir de maneira mais aprofundada sobre os espaços e as diversidades enfrentadas na perspectiva do gênero. Como convidados, **a mesa da Plenária foi composta unicamente por mulheres**, transmitindo a possibilidade de leitura: a presença do corpo feminino presente em pautas de seu interesse e que os espaços de fala devem ser ocupados por aqueles alijados de participação social, conforme a pauta da pessoa com deficiência em torno da temática “nada para nós, sem nós” (**Diário 2 – março 2019**).

Para continuação dos trabalhos, **a partir de uma mesa exclusivamente feminina**, a conselheira Maria de Fátima inicia os debates realizando uma crítica à menção da prevenção do câncer de mama apenas no mês de outubro, bem como dos poucos recursos de saúde em relação aos cuidados com a mulher (**Diário 7 – outubro 2019**).

Compor uma bancada totalmente feminina (com e sem deficiência) não deixa de ser um discurso visual-imagético da participação feminina em pautas sensíveis a essa população. Ou seja, revela-se a conquista de espaços políticos de representação, por advento de uma estética, uma disposição dos indivíduos no espaço. É sabido que foi organizado no CMPD-SP um Grupo de trabalho relacionado às demandas de gênero feminino (GT-Mulheres), com a atual presidente do conselho como participante. Ademais ressalta-se que foram organizadas duas plenárias que tangenciavam o universo feminino: Violência contra a mulher (março 2019) e Outubro Rosa – Saúde da Mulher (Outubro 2019).

Sem adentrar os aspectos estruturais e as contradições que a pauta feminina enfrenta no cenário político, podemos visualizar um cenário menos hostil, ao menos na possibilidade de representação e exercício do poder expressos tanto no organograma institucional como na imagem da presença do corpo no CMPD-SP.

Dentro deste aspecto, de maneira geral, as relações políticas conformadas no CMPD-SP respeitam muito mais os princípios das polaridades do que os das convergências. A imagem representativa do conselho (o logotipo institucional) nada mais é do que a representação da organização institucional prevista em estatuto (a classificação biomédica dos impedimentos de ordem orgânica/funcional do corpo). A compreensão de uma identidade corporal ligada à tradição clínica se mostra no “Regulamento do XXIX Encontro Paulistano de Pessoas com Deficiência (2019)” (CMPD, 2019), disponibilizado a todos os presentes neste evento:

Capítulo V dos Candidatos

Art. 13 Os candidatos a conselheiro deverão apresentar os seguintes documentos:

Documento oficial com foto;

CPF

Comprovante de residência e domicílio no município de São Paulo atual;

Atestado de antecedentes criminais (Lei da Ficha Limpa – Anexo único a que se refere o art. 3º no 53.177, de 4 de junho de 2012);

Laudo médico com CID atestando a deficiência e validade de 6 (seis) meses;

Mini currículo.

Art. 16º Na cédula de votação deverá constar os tipos de deficiência e os (as) candidatos (as) às respectivas vagas, e relacionar os candidatos (as) para as vagas livres na seguinte ordem:

I – **Deficiência auditiva/ Surdez** seguida da relação dos respectivos candidatos;

II – **Deficiência Múltipla** seguida da relação de respectivos candidatos;

III – **Deficiência Intelectual** seguida da relação de respectivos candidatos;

IV – **Deficiência Física** seguida da relação de respectivos candidatos;

V – **Deficiência visual** seguida da relação de respectivos candidatos;

VI – Vagas livres seguida da relação de respectivos candidatos.

Art. 17º Cada participante com direito a voto poderá votar em até 7 (sete) candidatos (as) da seguinte forma:

Um voto para o (a) candidato (a) a vaga: **Deficiência Auditiva/Surdez**

Um voto para o (a) candidato (a) a vaga: **Deficiência Múltipla;**

Um voto para o (a) candidato (a) a vaga: **Deficiência Intelectual;**

Um voto para o (a) candidato (a) a vaga: **Deficiência Física;**

Um voto para o (a) candidato (a) a vaga: **Deficiência visual;**

Dois votos para o (a) candidato (a) a vagas: Vagas Livres.

[grifo nosso].

Esta percepção clínica de corporeidade, simbolicamente atrelada à patologia, que tem no CID sua maior expressividade, também é evidente em outras arenas políticas de representação da pessoa com deficiência:

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) reserva uma vaga mais o suplente para representantes de movimentos ou instituições de apoio a PcD. A conselheira Pamela (representante das pessoas com deficiência da gestão anterior) vem apresentar a necessidade da ocupação desta cadeira, porém, devido ao seu declarado nervosismo, não apresentou muitas informações sobre o pleito aos presentes. A conselheira mencionou que quem tivesse dúvidas sobre o processo poderia entrar em contato via aplicativo de mensagens. A eleição ocorrerá no dia 29 de fevereiro, das 9h00 às 10h00 – local ainda não confirmado. **A mobilização foi a tônica da fala da conselheira, mencionando que “a deficiência e a patologia esteja lá” [CMS].** Enfim, a expressão do *déficit* é o que confere unidade e identidade aos representantes que, na fala de Pamela, podem legitimamente ocupar essa vaga (**Diário 8 – fevereiro 2020**).

Deste modo, na identidade corporal para os membros do CMPD-SP inter-relaciona-se a expressão clínica e a intersecção do olhar que investiga quais impedimentos legitimam o seu corpo dentro de um segmento político. Essa geografia política forma verdadeiros condados eleitorais, no sentido em que o exercício do poder não se manifesta

apenas na expressão do voto, mas em ocupar os espaços de poder com sujeitos que partilhem de sua identidade corporal. Não é apenas uma identificação discursiva de uma plataforma político-ideológica, que em tese poderia representar o coletivo de demandas sociais dos corpos com deficiência, mas uma identificação corporal/ clínica, a ocupação de espaços de poder e representação é que se revelam factíveis no processo de formação dos componentes do CMPD-SP:

Em uma lousa uma representante da comissão escreveu os nomes de todos os candidatos participantes, sendo sua função sinalizar cada voto que o candidato recebia. Outra representante da comissão eleitora realizaria a leitura das cédulas. Durante a apuração alguns fatos emergiram, como a expressiva quantidade de votos em branco, chegando ao ponto de cédulas conterem apenas um voto, sendo que os eleitores poderiam escolher um candidato dentro do rol de impedimentos – físico, sensorial (visual e surdez) intelectual, múltiplo e vagas livres (nesta última poderia votar em até 2 candidatos). **Ademais, os eleitores geralmente tendiam a votar em candidatos que apresentavam a mesma deficiência que ele, observado se um certo “padrão” no momento de apuração dos votos. (Diário 6 – agosto 2019).**

Deflagrar fronteiras como maneira de construir polaridades políticas revela a percepção de que as arenas políticas relativas às pessoas com deficiências se constituem na perspectiva da setorialização, sendo que no CMPD-SP não é diferente. As diversas microrrelações, tensões e assimetrias entre os atores políticos que compõem arenas e movimentos políticos relacionados à pessoa com deficiência diminuem os espaços de possibilidade no exercício do poder na tônica da participação e da inclusão desses corpos em seu meio:

De acordo com Cruz são evidentes os avanços acerca da promoção da pessoa com deficiência no seu meio e que tais conquistas são advindas de uma sociedade civil organizada que articula com os seus direitos. **Todavia, hoje se observa uma fragmentação acerca da participação política da pessoa com deficiência**, bem como a permanência dessa população em uma denominada “zona de conforto”. Nessa direção, Cruz frisou a necessidade da consciência política dos presentes para sua participação ativa e consciente nas plenárias do CMPD-SP (segundo Cruz, poucas pessoas com deficiência se apropriaram do texto da PL 1569/19) **(Diário 7 – dezembro 2019).**

Segundo ele [conselheiro] as barreiras dificultam a expressão da pessoa com deficiência em relação ao acesso a direitos. **A desarticulação do movimento de promoção da pessoa com deficiência** também foi citada, ou seja, **a divisão dos movimentos representa um perigo para a concepção de uma sociedade mais inclusiva. (Diário 7 – dezembro 2019).**

Esse fenômeno não se inscreve apenas nos códigos institucionais, ou na percepção de atores políticos externos a composição do CMPD-SP, mas também na sutileza de alguns encontros entre as diversidades corporais:

Durante a condução da palestra ocorreu uma situação constrangedora, envolvendo o palestrante, uma participante usuária de cadeira de rodas e ouvinte da plenária e o Secretário Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência, Cid Torquato. **A ouvinte passou à frente do palestrante, que interrompeu sua fala, mencionando a falta de etiqueta da ouvinte, visto que não deve passar pela frente de uma pessoa surda, pois tal comportamento atrapalha o seu processo comunicativo.** O secretário municipal interveio, mencionando que a ouvinte tinha que satisfazer suas necessidades fisiológicas. Destaco que o ambiente em que se desenvolve a plenária não possui muitas opções de circulação para usuários de cadeira de rodas (**Diário 3 – maio 2019**).

No fragmento acima podemos conceber a instituição de uma norma comportamental/disciplinar em relação ao deficiente auditivo/surdo com as outras expressões da diversidade corporal. O destempero do palestrante não revela uma ação pontual, mas um silenciamento coletivo, visto que naquele espaço o seu corpo é espaço representativo de uma categoria político-clínica. Nota-se o estabelecimento de uma fronteira, na qual exige-se uma certa mecânica dos gestos que regula a relação entre os corpos que compõem o CMPD-SP, revelando assimetrias de poder legisladas por um código comportamental. Essa concepção nos faz refletir sobre a produção dos “Manuais de Convivência” relacionados a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e o quanto regimentamos as relações sociais, atrelando-os muito mais às especificidades dos impedimentos em detrimento da singularidade dos sujeitos¹²⁴.

Dentro da luta política setorializada existem pautas que possibilitam a aproximação entre as identidades corporais. Desse modo, os perigos da fragmentação política acarretariam a perda de direitos historicamente conquistados, o que poderia diminuir os espaços de possibilidade e exercício do poder por parte dos corpos com deficiência. Por mais que o título do movimento seja sugestivo, fazendo alusão aos usuários de cadeira de rodas,

¹²⁴ Para saber mais: GABRILI, M. **Manual de Convivência: Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida - 2ª. Edição, ampliada e revista.** 2017. Disponível em: <https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2017/10/manual_web.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021. É importante citar que os discursos e as palavras podem adquirir fluidez semântica, revelando outras possibilidades e sentidos. Em experiência durante o acompanhamento de um grupo de tetraplégicos para compreender o que o esporte apresentava para esta população, Pinto (2013) relatou que era comum ouvir trocas afetivas entre eles por meio da expressão “chumbado”. Assim, entre coletividades específicas, expressões tidas como segregantes possibilitam observar o escorregamento de sentidos e as prerrogativas que conformam o sentido da palavra.

existe a necessidade de os organizadores formarem um coletivo uno, indivisível, coeso na expressão de uma específica pauta política:

Em contradição à setorialização das demandas em torno das pautas políticas da pessoa com deficiência subiu à tribuna o movimento **“Eu empurro esta causa” que tinha como reivindicação “para todos os deficientes”, conforme a ativista, lutar pelo recebimento do BCP (Benefício de Prestação Continuada)**. Caminhadas em regiões centrais da cidade seriam organizadas para sensibilizar e pressionar para a pauta do grupo, ficando o convite para a participação dos demais participantes da plenária. Também foi distribuído um abaixo-assinado, que podemos caracterizar como um instrumento de poder e mobilização por parte da população com deficiência frente às legitimidades legais e ao silêncio da administração pública diante dessa demanda (**Diário 1 – fevereiro 2019**).

Em suma, enquanto outras categorias buscam, de alguma maneira, espaços de representação, seja na imagética institucional do CMPD-SP ou como categoria com direito à representação, outros coletivos demonstram a expressão de sua força política em um discurso manifesto pela imagem/estética. Essa argumentativa revela as assimetrias entre as categorias corporais, inerentes à essência do CMPD-SP, e que se expressam na imagem e na estética, nas instâncias do olhar, tornando-se aspecto pertinente à observância das relações de poder saber entre os corpos nessa arena política.

Em contrapartida, a apreciação estética, a imagem como forma de expressar um discurso, como evidencia Courtine (2013), também podem constituir outro instrumento para o exercício do poder¹²⁵.

As convidadas, ambas com Síndrome de Down, relataram suas experiências de sucesso na atuação de suas áreas: uma artista que buscou reconhecimento por meio da dança (**Diário 2 – março 2019**).

A primeira convidada foi a DJ Camila Harumi, deficiente visual. Ela apresentou o seu ofício a partir de um videoclipe de uma canção de sua autoria. **A música tratava da seguinte reflexão: o que é ser invisível e o que é invisibilidade para quem não tem uma deficiência?** A invisibilidade como profissional foi elemento presente na trajetória da DJ. Sua competência foi colocada em xeque devido à natureza de sua deficiência. Para contornar esse aspecto, segundo Harumi, foi necessário ampliar o seu rol de competências por meio de cursos de capacitação, dentre eles, o curso de gestão de eventos (**Diário 7 - dezembro 2019**).

¹²⁵ Acerca deste fato é importante mencionar a categoria conceitual “ativista”, que corresponde ao artista que se utiliza de sua arte como forma de ativismo, sensibilizando e problematizando para a sociedade causas e reivindicações.

Conforme expresso no fragmento, a arte se constituir em um dos espaços de ocupação, todavia ainda é um campo de resistências no reconhecimento do corpo com deficiência como produtor de elementos sensíveis/estéticos e artísticos. Assim, a produção artística e cultural se reserva a específicos atores, àqueles com capital no plano epistêmico/técnico. Existe um ideal de corpo sensível/estético? Não é por acaso que a artista com deficiência buscou a capacitação profissional como forma de legitimar sua atividade profissional, revelando as assimetrias de poder nas possibilidades do corpo com deficiência como elemento de manifestação e produção estética.

Cena 6: o corpo e a lógica liberal e do direito – os instrumentos de poder da opressão na mentalidade dos historicamente oprimidos

O corpo com anomalias experimentou uma intensa transformação simbólica no intuito de adequar-se às novas necessidades do mercado no consumo das excentricidades humanas. Courtine (2008, 2013) apresenta em seus estudos outras possibilidades de significar o corpo anormal, para além dos campos de saber da medicina e do direito, inserindo-o dentro de uma produção estética, discursiva/simbólica e do capital. Desse modo, o capital dentro da ética político-liberal denotava sentido social para corporeidades que não participavam do *modus* produtivo dessa sociedade, revelando assim mais uma manifestação da opressão sobre os corpos com deficiência.

Se antes produtos de uma lógica mercantil, o corpo com deficiência se constitui como objeto epistêmico das ciências médicas e da vida, todavia ainda se faz presente reminiscências de lógica liberal, a assunção do discurso opressor como possibilidade de exercício de poder por parte dos corpos com deficiência que ocupam as arenas políticas. O primeiro aspecto que podemos destacar nesse fenômeno conceitual consiste na difusão de valores do ideário político liberal como forma de promoção social:

A segunda palestra, desenvolvida por Laércio Santana, tinha a pretensão de relatar as “Tecnologias e aplicativos no mundo da Pessoa com Deficiência”. **A fala do palestrante ancora-se no reconhecimento da Pessoa com Deficiência como potencial mercado consumidor e que as empresas de tecnologia estão reconhecendo tal fato.** Como argumento, observam-se recursos de acessibilidade disponíveis de fábrica em aparelhos celulares. De acordo com Santana “não será mais aceito que o mercado não olhe para o diferente”. Foram apresentados diversos recursos, mas me questiono se os presentes de alguma forma tinham familiaridade com a linguagem apresentada na palestra (**Diário 3 – maio 2019**).

A segunda palestra ficou a cargo da Instituição Sebrae, que tinha o objetivo de dissertar sobre o tema “Empreendedorismo como opção de carreira”. O palestrante Edson desenvolveu sua fala tendo como recurso o humor e o tom motivacional, situações do cotidiano, dizendo que grandes franquias do ramo alimentício nasceram de ideias caseiras, com dados e informações relacionadas ao que se constitui por “empreender”. Percebeu-se que o tom da fala se ligava à autorresponsabilização do sujeito frente às demandas do mercado: **“A vida não é fácil”, “Empreender é sair da zona de conforto”, “Empreender é pensar grande, mesmo começando pequeno”,** “Quais os seus sonhos”, enfim, chavões facilmente encontrados em livros de autoconhecimento e sucesso profissional. No espaço para interação com os presentes, o conselheiro Luís tomou a palavra afirmando a necessidade de formar um mercado setorializado das pessoas com deficiência: **“A sociedade não nos enxerga, somos invisíveis. O consumo realizado pelas pessoas com deficiência gera riqueza e isso não converge para direitos e políticas públicas”**. Nas perguntas da plateia para os representantes do SEBRAE percebeu-se que as questões ligadas à acessibilidade não são o norte, visto que os dados de pessoas com deficiência empreendedoras se encontram desatualizados (2018), a inacessibilidade dos ambientes de trabalho “O SEBRAE não tem poder para isso”. No encerramento da fala dos representantes do SEBRAE, o conselheiro Sílvio pergunta aos presentes sobre a pertinência desta Plenária. Todos concordam em unanimidade. A presidente do CMPD afirma a urgência de se desenvolver um grupo de trabalho em empreendedorismo e que os encontros ocorram nos fins de semana em que não estiver marcada a plenária mensal. Sílvio destacou a força das redes sociais como terreno de possibilidades para se empreender (**Diário 7 - fevereiro 2020**).

O conselheiro relata que a pessoa com deficiência tem poder de compra e, por conseguinte, podemos supor importância dentro da lógica de produção e nesse sentido, deve ser respeitada. (**Diário 7 – dezembro 2019**).

Neste fragmento podemos perceber que o exercício do poder e a desmistificação de imaginários atrelam-se ao poder de consumo dos corpos com deficiência. É interessante ressaltar a perspectiva do conselheiro em atrelar o poder de consumo ao acesso a direitos, refletindo a compreensão de cidadania como elemento relacionado à produção de capital. Tal perspectiva remete ao pensamento tão difundido nas produções cinematográficas estadunidenses, na qual, o “pagador de impostos” detém um *status* moral e político ilibado, independentemente de qualquer circunstância. Assim, formar um mercado setorializado e produtivo relacionado às demandas dos corpos com deficiência insurge como meio de inverter a lógica e alçar-se enquanto corpo produtivo em pleno exercício do poder. Enquanto consumidor/empreendedor, busca inverter toda lógica excludente que simbolicamente foi constituída acerca de corpo com deficiência. Outra intersecção entre cidadania, direitos e a ideia moderna de cidadania, parte, de acordo com Benevides (1994, p. 6), de sólidas raízes das lutas e imaginários da Revolução Francesa, que herdou também parte das contradições que até hoje lhe são presentes.

De acordo com Rocha (2006, p. 51), essa lógica da cidadania se aproxima da visão de reabilitação e equiparação de oportunidades dos CVI(s) – Centro de Vida Independente. Nesse caso, a deficiência circunscreve-se a situações específicas e ou circunstanciais, na proporção que o corpo com deficiência se estabelece enquanto consumidor, sendo o terapeuta e as tecnologias recursos auxiliares no processo de decisão deste consumidor. As tecnologias assistivas foram tema exclusivo de uma plenária, relacionada às barreiras comunicacionais. Diferente da realidade americana, território de origem do CVI, as discussões no CMPD-SP atrelam-se à necessidade de articulação com políticas públicas e demais dispositivos de foro legal, institucional relacionados ao tema:

A primeira palestra foi realizada pelo conselheiro Carlos Jorge, a partir da temática “A tecnologia assistiva na visão do surdo-cego”. A palestra intentava dissertar acerca de alguns recursos tecnológicos, como os ampliadores em vídeo, a linha braile e a lupa eletrônica, que contribuem de alguma forma para o acesso à informação da pessoa com deficiência sensorial. Durante o espaço para questionamentos, um dos presentes levantou a inviabilidade de muitos em adquirir tais recursos devido ao seu alto custo financeiro. **Como resposta, a mesa levantou a possibilidade de pressão política para a votação de um projeto de lei relacionado ao abatimento de impostos em produtos deste gênero (Diário 3 – maio 2019).**

A terceira palestra sob responsabilidade de Nivaldo Zovico, professor de matemática de uma escola de educação especial pública da capital. **Com o tema “Tecnologias para surdos” elencou primeiramente o discurso legalista da constituição de 1988, e a igualdade de todos perante a lei, a Lei 13.146/15, o Estatuto da Inclusão, e a Lei 10.098/00, “a lei da acessibilidade”.** Dentro dos recursos tecnológicos o palestrante mencionou o “avatar” – que consiste em um apoio comunicativo, como um dicionário, nas palavras de Zovico. Todavia, afirmou-se a importância e a obrigatoriedade legal do intérprete de Libras como ponte para a comunicação com o ouvinte, visto que o intérprete compreende a comunidade surda e sua estrutura linguística **(Diário 3 – maio 2019).**

Por tratarem de recursos tecnológicos muitas vezes de elevado custo financeiro, o que impossibilita exercer o poder por uma relação de consumo, buscam-se os instrumentos legais e do escopo das políticas públicas como possibilidade de acesso às tecnologias. É interessante refletir neste cenário o quanto o acesso a tecnologias assistivas relaciona-se a um aspecto jurídico do direito individual, conforme manifesto na sociedade americana e como, por si só, tais recursos constituirão meio efetivo para a inserção dos corpos com deficiência em sua coletividade. Não nos colocamos em oposição acerca dos impactos positivos das

tecnologias relacionadas ao acesso à informação, à comunicação e à produção cultural de seu meio, todavia é pertinente observar como a relação com esses bens de consumo é estabelecida entre os atores políticos.

A conexão entre o acesso a bens de consumo, inclusão social e cidadania, como no CVI, ou mesmo como estratégia de poder emergida no próprio CMPD-SP podem mostrar-se dissonantes: “Sem dúvida, a pseudonecessidade imposta pelo consumo moderno não se opõe a nenhuma necessidade ou desejo autêntico, que não seja ele próprio, modelado pela sociedade e pela história” (DEBORD, 2003, p. 30). Ou seja, as demandas, necessidades, objetos de desejo, dentro das relações de consumo transcendem os desígnios setorializados dos corpos com deficiência, alimentando um ciclo de opressões em que mercadoria e consumidor não estabelecem uma fronteira entre si (DEBORD, 2003).

A ética liberal não se instala nos corpos com deficiência apenas por advento da verbalização do pensamento empreendedor como estratégia de ocupação do espaço em termos políticos, mas também insurge de forma imbricada na subjetividade dos sujeitos a partir de histórias de vida:

A Secretária Adjunta afirma que a deficiência é uma das tantas características que compõem o sujeito. A inclusão no mercado de trabalho é uma via de mão dupla, **entendendo-se que a pessoa com deficiência deve buscar meios para se inserir no mercado. “As empresas não devem contratar por dó”**. Cruz comentou que em diversos processos seletivos o deficiente não comparece às entrevistas, **ou mesmo esperam que a conjuntura de sua vida mude de forma que não precise imprimir esforços**. Na palestra foi proferida a seguinte frase **“Querer é poder existe para todo mundo”**, o que apresentou um tom motivacional, porém pode apresentar armadilhas ao não reconhecer as assimetrias que existem nas relações de poder. **“Barreiras existem, sendo a maior a barreira de atitude”**. No caso desta fala a **“atitude” corresponde ao imobilismo ou mesmo a autodepreciação que perpassa a pessoa com deficiência. “Quem gosta de mim vai ter que gostar como eu sou”, “Se eu estou bem eu não me abalo”, “A empresa não tem dó – e não precisa ter”**. A tônica da apresentação sintetiza-se na seguinte perspectiva, de acordo com Cruz: **“Parar de falar só na legislação e olhar um pouco para si” (Diário 9 – fevereiro 2020)**.

Neste fragmento, por mais que proferido por um agente da administração direta, ressaltamos que a superação pessoal invade a tônica abordada, desconsiderando as contradições estruturais relacionadas aos corpos com deficiência, que transcendem requisitos ligados ao mundo corporativo. Ou seja, planifica-se toda uma conjuntura histórico-política à ordem da autodeterminação dos sujeitos, que devem buscar formas de se integrar ao mercado produtivo. Dessa forma, naturaliza-se as históricas assimetrias de poder daqueles detentores

do capital (“A empresa não tem dó – e não precisa ter”; “As empresas não devem contratar por dó”) e toda relação determinada pelos princípios liberais, relativas à valorização do indivíduo em detrimento do coletivo, à meritocracia e ao capacitismo (“Barreiras existem, sendo a maior a barreira de atitude”).

Por mais que a representante da administração pública modere seu discurso, elencando que a inclusão da pessoa com deficiência é uma ação política de cogestão participativa entre os detentores do capital e a massa proletária, ainda é sobressalente toda ordem estigmatizante acerca de corpo com deficiência: o imaginário social de corpo improdutivo/indolente e a sujeição aos sistemas de opressão disciplinares como mecanismo de participação social – a docilização dos corpos.

Esse recorte apresentou outro aspecto singular e debate em voga no cenário contemporâneo nacional: as contradições regimentais do direito e suas reverberações como mecanismo regulador da dinâmica produtiva. Não é incomum que entidades da democracia representativa elenquem que os atores sociais deverão optar por direitos ou por empregos, sinalizando a necessidade de reformas estruturais que visem desonerar empresas dos atuais encargos trabalhistas ¹²⁶. Tal fato demonstra a força dos sistemas produtivos sobre as arenas políticas nacionais e como podemos observar na fala “Parar de falar só na legislação e olhar um pouco para si”. Desse modo regimenta-se que toda a rede de proteção legal concebida para a pessoa com deficiência, como os programas de transferência de renda, revela-se como fator que inviabiliza a sua inclusão e participação nos meios de produção:

Outro aspecto interessante na fala de Cruz é a sua percepção do processo legal de acesso ao emprego formal pela pessoa com deficiência. A palestrante frisou a importância da lei de cotas, **todavia compreende que não é apenas essa lei, ou o conjunto de dispositivos legais que garantirão o sucesso ao acesso ao mercado de trabalho por parte desta população**, reconhece-se o papel desses dispositivos em termos de acesso ao mercado de trabalho. **O BCP – Benefício de Prestação Continuada – foi citado como um dos fatores de entrave para o acesso ao mercado de trabalho, no sentido da pessoa com deficiência sentir-se mais segura com a quantia financeira recebida em detrimento de enfrentar um mercado de trabalho com poucas expectativas de acesso e efetivação.** Por vias de informação, Cruz afirma que é possível trabalhar sob regime de aprendiz e ainda continuar recebendo o BPC. **Esse benefício deve ser observado como**

¹²⁶ Para saber mais: CATRACA LIVRE. **Bolsonaro**: trabalhador terá que escolher entre direito e emprego. 05 de maio de 2018. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-trabalhador-tera-que-escolher-entre-direito-e-emprego/>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

“um degrau” e não como o único meio de subsistência. A Secretária adjunta afirma que ser assalariado e estar sob o guarda-chuva dos direitos trabalhistas é mais vantajoso do que receber o benefício, vide as vantagens financeiras e no plano da subjetividade: com o aumento das relações interpessoais e aquisição de conhecimentos (Diário 8 – fevereiro 2020).

Durante o início do processo eleitoral [do CMPD-SP] foi observado certo tumulto, com indivíduos se dirigindo a postos que não eram de sua correspondência, desinformação quanto ao papel dos acompanhantes para os indivíduos com direito a voto e o aparecimento de sujeitos sem direito a voto ou mesmo voz que reivindicaram direito de participação no processo. Sobre este último aspecto o organizador do evento pronunciou em tom denunciativo **a ação deste grupo como se tais estivessem buscando algum benefício em causa própria**. Na fala do organizador, destacamos o seguinte aspecto: **“Eu até tenho uma deficiência, mas não uso em benefício próprio” (Diário 6 – agosto 2019).**

A fala da secretária-adjunta da pessoa com deficiência do município de São Paulo desvelou os atravessamentos de poder e imaginários construídos sobre os corpos com deficiência. Ao mesmo tempo em que assume uma defesa das legitimidades legais historicamente construídas e conquistadas, se elenca um ideário liberal como expressão política necessária para a participação dos históricos sistemas de opressão corporativista, mesmo que os atores políticos abduquem de dispositivos de poder de direito. É interessante ressaltar também a fala do organizador do processo eleitoral, que coloca a deficiência como uma possibilidade de usufruto de uma gama de benefícios e dispositivos legais. Desse modo o sujeito se projeta como moralmente ilibado por conta de sua deficiência não ter lhe proporcionado nenhum tipo de vantagem social, alocando o corpo com deficiência em toda sorte de estigmas concebidos em numa sociedade paternalista e liberal. A “deficiência” não se configura enquanto corpo de expressão e potência política, mas deflagra os atores e público-alvo dos benefícios, da caritas, da cessão de direitos e do assistencialismo social.

Historicamente o direito articula-se com eficiente mecanismo de poder, regimentando todos os espaços de possibilidade, intervenções, controles e opressões exercidos nas instâncias dos corpos, localizada numa dada episteme hegemônica (FOUCAULT, 2009, 2001, 1979; COURTINE, 2008, 2013). Entretanto, diante as transformações político-sociais da segunda metade do século XX, em consonância às mobilizações de setores sociais, como os movimentos político-sociais de pessoas com deficiência, regimentaram suas demandas. Estas foram institucionalizadas nos mais diversos dispositivos legais, federal, estadual e municipal, promulgando uma série de compromissos políticos reservados a essa população (ROCHA, 2006; CRESPO, 2012).

Abdicar do direito e toda estrutura que lhe pertence como forma de exercer o poder não é um consenso, visto que o próprio CMPD-SP se mobilizou na defesa da “lei de cotas”:

A plenária iniciou suas atividades às 14:25 hrs, com a leitura e aprovação da ata mensal referente ao mês de novembro. A presidente do CMPD, Marly dos Santos discursou sobre a PL 6159/19, **denominada por Santos com a “PL da Exclusão”**. Tal dispositivo regulamenta mudanças acerca da **lei de cotas (Lei 8213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências)**. Segundo a presidente do CMPD-SP, trata-se de um grande ataque à inserção da pessoa com deficiência no mercado formal de trabalho, pois abre precedente para a não contratação desta população. **Ou seja, a contratação de pessoas com deficiência poderia ser substituída pelo pagamento de uma taxa ao governo**. Ademais, segundo Santos, apesar de Rodrigo Maia (presidente em exercício da Câmara dos Deputados Federais) prometer não aprovar a PL 6159/19 não existem meios de garantir que esse dispositivo não volte a ser pauta dos debates deste círculo político. **(Diário 8 – dezembro 2019)**

Atrair uma negatividade aos movimentos originários da política representativa não é apenas reforçar as iniquidades sociais, é expressar o descontentamento com a redução de dispositivos de poder e, em consequência, com a redução da expressão política desses corpos não apenas nas arenas políticas, mas em toda tônica social. Esse fragmento nos possibilita perceber o imaginário de corpo incapaz/inválido historicamente assumidas pelo pensamento empresarial, pelo Estado e pelos corpos com deficiência, alocando neles toda sorte de estigmas atreladas a essa concepção simbólica e conceitual.

Percebe-se no CMPD-SP que o direito surge como elemento de articulação e exercício do poder em seu sentido *lato*, e faz necessário dois movimentos específicos: apropriar-se dos saberes circunscritos ao direito e toda sua estrutura conexa e ocupar os espaços políticos relativos à concepção da norma jurídica, localizado nas instituições democráticas representativas. Desse modo a concepção de “ação política” se constitui em acessar espaços e saberes e vincular particulares demandas à ação de atores políticos dotados de maiores espaços de possibilidade no plano das relações de poder-saber:

A partir da fala de Cruz, o mestre de cerimônias e conselheiro do CMPD expressou diversas reflexões acerca do cenário da participação da pessoa com deficiência como agente político e o acesso a direitos. De início o conselheiro alertou para a necessidade de **capacitar a pessoa com deficiência em relação a leis, políticas públicas e organização social, ou seja, tópicos relacionados à luta e fruição de direitos historicamente conquistados por e para essa população**: “O que tem é gente querendo acabar com o que foi conquistado” (discurso em referência às prerrogativas

expressadas na PL 1569/19) (Diário 7 – dezembro 2019).

[O conselheiro] **Também cita a importância da ocupação das arenas políticas de representação por parte da PcD, com representantes na Câmara municipal e de procurar políticos que se sensibilizem com as temáticas relacionada a PcD. Ou seja, “Pessoas que façam leis para nós”. Nessa direção, de acordo com Luís, “quanto mais direitos, mais possibilidade de participação”.** No fim da plenária o conselheiro Fernando reforça a fala de Luís, destacando que **“Ativismo sem política não chega na ponta”.** As falas dos conselheiros denotam uma posição política e uma estratégia de poder e mobilização política. (Diário 8 – fevereiro 2020)

Diante desse cenário reforça-se o direito como mecanismo imprescindível no exercício do poder por parte dessa parcela populacional. “Chegar na ponta” mostra a subordinação do CMPD-SP a outros espaços institucionais e deliberativos de poder, reduzindo a expressão política a uma articulação de foro partidário. Sobre isso, Avritzer (2007, p. 455) relata que as decisões da sociedade civil e de seus representantes se apoiam em órgãos ligados ao poder executivo, apontando as influências da administração direta e do poder executivo na implementação de políticas públicas e sociais.

Reduz-se os espaços de possibilidade e a compreensão de “política” como espaço ampliado, complexo e microrrelacional, atravessada por uma densa rede em que se articulam discursos/imagéticas, saberes, poderes e toda ordem de intervenção. Além disso desconsidera-se a efetividade da ação política dos corpos com deficiência em articulação com outros atores políticos relacionados a históricas mobilizações das pessoas com deficiência, como os movimentos sociais. Ao ser indagado sobre a possível negligência do Estado, Foucault (1979, p. 149) evidencia as contradições dos movimentos marxistas e a ocupação dos espaços de poder Estatal:

A que foi que isso levou? Para poder lutar contra um Estrado que não é apenas um governo, é preciso que o movimento revolucionário se atribua o equivalente em termos de forças político-militares, que ele construa, portanto, um partido organizado – interiormente – como um aparelho de Estado com os mesmos mecanismos de disciplina, as mesmas hierarquias, a mesma organização de poderes.

Essas considerações apontadas no movimento revolucionário demonstram a cooptação de ideário revolucionário e toda ordem de dispositivos e mecanismos de opressão que outrora exerciam poderes e opressões sobre seus corpos. Não foi incomum observar a diminuta participação dos movimentos sociais de pessoas com deficiência nas reuniões do

CMPD-SP, visto que tais organizações se manifestavam apenas nos momentos abertos a participação entre as palestras/apresentações ou apenas durante as considerações finais das plenárias. Assim, as pautas do CMPD-SP poderiam ser mais conservadoras das que as presentes atualmente, devido à pouca aproximação com os movimentos sociais.

Questionamos também a potência política e representativa do Conselho como espaço de lutas dos atores políticos com deficiência, conforme concepções advindas do corpo do CMPD-SP:

Na seção de perguntas o conselheiro Luís tomou a palavra. Ele mencionou que na dinâmica de participação do CMPD existe uma luta “setorializada” é que as pessoas **vão para as plenárias apenas para fazer “networking” e comer (Diário 8 – fevereiro 2020).**

Em dado momento da fala, Santos pediu ordem, **declarando descontentamento com o desenvolvimento da plenária, visto que o ambiente estava tomado por conversas paralelas**, as quais, podemos inferir, alheias às questões iniciais tratadas. “Estou falando coisa séria, **não estou brincando**” declarou Santos (**diário 7 – dezembro 2019**).

Desse modo, “chegar na ponta”, expressão que também pode ser interconectada a considerações da ética liberal, revela mais um projeto de poder alicerçado na clássica assimetria entre os atores políticos, revelando a lógica da opressão na mentalidade dos corpos historicamente oprimidos.

Nas cenas das atividades do CMPD-SP na perspectiva do olhar do pesquisador, observou-se as históricas categorias corporais, orientadas a partir de projetos de poder e normalização manifestas e difundidas no contexto do corpo social ocidental do século XVIII. Nas instâncias do olhar do pesquisador se emergiu discursos e imagéticas que historicamente conformaram o sentido social aos corpos com deficiência. Entrevistas, atas das plenárias e os diários de campo produzidos nas observações das plenárias do CMPD-SP revelaram a necessidade de se repensar dentro do campo político, a compreensão de corpo com deficiência. Afinal, o conceito de corpo com deficiência é muito mais do que expressa dos dispositivos legais e outras normativas jurídicas.

6. CONCLUSÃO

As palavras e o(s) corpo(s)

O mágico de Oz pode ser considerado uma das pérolas da literatura mundial. Trata-se de um conto de fadas americano, publicado em 1900, escrito por L. Frank Baum (BAUM, 2013). Em síntese, o livro narra as aventuras de Dorothy que é levada por um tornado do Kansas a uma terra desconhecida. Seu principal objetivo é retornar a sua terra natal e, para isso, deve chegar à fantástica terra de OZ, a Terra das Esmeraldas, seguindo a famosa estrada de tijolos amarelos. A jornada é árdua, uma verdadeira epopeia, personificando as diversas jornadas em que nos lançamos, dentre elas a viagem epistêmica em que se colocam os pesquisadores no trabalho de investigação científica. A utopia, o elemento fantástico nada mais é do que formas de compreender e dar sentidos à realidade.

Nessa jornada, caminhar pela estrada de tijolos amarelos rumo à particular terra de OZ da pesquisa consistia em compreender “o que é deficiência? ”, emblemática pergunta que surgiu durante a banca para admissão do programa “Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades” do DIVERSITAS/FFLCH/USP. Por mais que o meu projeto inicial não versasse sobre este questionamento, com o prosseguimento dos estudos percebemos a necessidade de investigação desta pertinente categoria analítica, basilar no campo de conhecimento denominado “Estudos da Deficiência”.

Durante as investigações iniciais entramos em contato com a polifonia de significados e sentidos sobre deficiência/corpo com deficiência, de certa forma organizada dentro de uma linha temporal positivista (a perspectiva teológica, o modelo médico e o modelo social), na qual um paradigma “canibalizava” o outro, dando lugar a novas expressões conceituais e terminológicas. Aos olhos inocentes de um jovem pesquisador a leitura dessas sobreposições terminológicas e conceituais acerca de “deficiência” tratava-se de um caminho natural, produto das sensibilidades das coletividades em torno de um projeto social democrático na tônica da justiça social, no amadurecimento de reflexões acadêmicas a partir de um espectro humanista e do reconhecimento legal/jurídico em torno da questão. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2007) representa a síntese de todas essas transformações mencionadas, sendo considerada a bússola

regimental nos princípios legais e na produção técnica/científica em nível mundial sobre essa temática.

Esse coletivo de fatores, que possui como baluarte o reconhecimento da CIDPeD, consolidou discursos de verdade sobre o tema. A nosso ver, essas legitimidades legais e epistêmicas e seus efeitos no pensamento coletivo sobre “deficiência” muito se assemelhavam a passagem dos aventureiros do conto de OZ em que foi oferecido a Doroty e seu bando um par de óculos para adentrar a maravilhosa Terra das Esmeraldas, evitando que fossem cegados com o intenso brilho resplandecente do local. Tudo assumia um tom monocromático verde, como se o entendimento acerca da questão fosse normalizado em poucas linhas.

E se esses óculos fossem retirados? Será que eles sucumbiriam ao intenso brilho do local? E sobre o conceito de “deficiência”? Com quais perigos entraríamos em contato se retirássemos os óculos, arraigados em um potente substrato epistêmico, legal e político? Se tentássemos sair da rota traçada pela estrada de tijolos amarelos?

Com o desenvolvimento do trabalho de pesquisa começamos a questionar esse caminho utilizado por muitos pesquisadores, todavia não era seguro considerar novas rotas sozinho. Da mesma forma que Doroty encontrou amigos em sua jornada, as pesquisas necessitam de um substrato epistêmico no amadurecimento de críticas e formulação de emergentes reflexões. Assim, nos valem das lentes epistêmicas de importantes teóricos da tradição francesa, o filósofo Michel Foucault e o linguista Jean Jacques Courtine. Elas nos possibilitaram observar a questão da deficiência a partir de outras perspectivas, nas quais o conceito não se mostra monocromático e que, na verdade, não precisamos mais dos óculos verdes, oferecido a nós quando observamos o tema.

Foucault e Courtine, na riqueza de suas considerações, apresentam o corpo como substrato de significação e existência política dos sujeitos em sua coletividade. Assim, os teóricos compreendem o corpo como a inscrição dos sujeitos no mundo, em suas marcas simbolizadas e manifestas em formações discursivas, saberes e imagéticas que se subscrevem os sentidos sociais dos atores que compõem os agrupamentos sociais. Desse modo o corpo é, em essência, elemento relacional e político. Nenhum fenômeno, cultural, social ou político se expressa ou se materializa sem a presença do corpo. Não poderíamos entender “deficiência” como categoria conceitual desarticulada a compreensão de corpo, este como importante substrato de significação.

Nas lentes de Foucault e Courtine pudemos compreender o “corpo com deficiência” (aqui assumido como sinônimo a categoria analítica “deficiência”) como produto

do atravessamento de saberes e poderes no qual os sentidos e significados historicamente atribuídos a ele formavam um campo político e espaço de disputa. Não é por acaso que Foucault (1996), em sua ordem do discurso, não traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta ou aquilo do que queremos nos apoderar.

Não buscamos apresentar uma nova legitimidade terminológica e conceitual sobre o que é deficiência, visto que para tais fins é importante o debate ampliado com os atores políticos com deficiência, mas compreender como se processaram as construções conceituais, no plano dos sentidos, tendo o corpo como substrato de significação, na sua expressão epistêmica e política.

Nas lentes de Foucault e Courtine o corpo, como elemento relacional, responde a projetos de poder, em vista da difusão das normas e o recalçamento das sociabilidades. Ou seja, a partir de saberes, simbolizamos as marcas e as expressões dos corpos, se concebem produções discursivas e imaginários que possibilitam os mecanismos de opressão e, em síntese, o exercício do poder. O corpo com deficiência na episteme desses autores, se manifesta nos contornos discursivos e imagéticos do “corpo anormal”, categoria na qual encontraram-se os corpos não alinhados à norma iluminista e eurocêntrica civilizacional.

O corpo anormal foi um importante instrumento de uma pedagogia normativa, principalmente a partir do século XVIII, ponto de inflexão definido por Foucault como de intensas transformações na episteme ocidental, referida na reorganização dos saberes, na racionalização dos sistemas punitivos, nas instâncias políticas do corpo ou mesmo, como revelou Courtine, na profusão das imagens e na ainda incipiente indústria de divertimento em massa, no século XIX, como forma de controle. Concebe-se dispositivos e discursos institucionais, legais, de ordem clínica, estética, e mesmo de curiosidade, mecanismos sutis ou deliberados no propósito da difusão da norma civilizacional, moral, morfológica, produtiva e estética. Em si, revela-se um modelo social/corporal no contexto iluminista (eurocêntrico), liberal e eugênico.

Assim, ao corpo com deficiência, dentro da história do corpo anormal, juntamente com os corpos negros, hotentotes, ciganos, obesos, dentre outros, se instituíram discursos, imaginários, saberes e instituições que simbolizaram as marcas manifestas nos corpos e que deram substrato de legitimidade aos projetos de poder, opressão e recalçamento das subjetividades da sociedade ocidental. A estes corpos podemos creditar as seguintes construções: o corpo enquanto elemento dos saberes teológicos, à ordem das disciplinas e instituições, a partir da reorganização dos saberes da clínica (uma biopolítica dos corpos);

como instrumento do capital (como mercadoria), e como objeto de apreciação dos saberes médicos e jurídicos (seja na racionalização dos perigos sociais, ou na percepção da sensibilidade caritativa das coletividades).

A partir desses elementos teóricos, analisamos nesta pesquisa que essas construções discursivas/imagéticas se manifestam na concepção dos sentidos acerca de “corpo com deficiência/deficiência” em sujeitos dentro de instituições que fazem parte da cena política das pessoas com deficiência da capital paulista.

A partir do contato com pessoas com deficiência que participam de ações políticas na cidade de São Paulo, como no CMPD-SP e na militância de históricos movimentos sociais, das reuniões de plenárias do conselho e da sua produção documental (atas), podemos considerar que os projetos de poder normativos à ordem iluminista da sociedade ocidental ainda se fazem presentes. E tal consideração não é excludente às legítimas construções teóricas e legais contemporâneas, como o modelo social de deficiência e a própria CIDPCD (BRASIL, 2007). Ademais, não podemos desconsiderar que a própria CIDPCD é fruto das contradições histórico-sociais expressas nas arenas políticas, atravessadas por sentidos, imaginários e poderes, das quais, refletem os seculares dispositivos de poder, controle e normalização dos corpos. Por mais que tal dispositivo legal alicerce as principais políticas públicas e sociais em torno da promoção da pessoa com deficiência à nível internacional e busque difundir um significado de deficiência para o corpo social, ainda se institui um modelo civilizatório de existência, enquanto corpo com deficiência, à ordem produtiva, legal/institucional de caráter iluminista. Revisitar essa temática, retirando os óculos “da cidade das Esmeraldas”, os instituídos, os discursos de verdade, é um exercício político epistêmico necessário no que constitui o desenvolvimento dos estudos da deficiência.

Observam-se as contradições, as fraturas entre a necessidade de se conceber produções discursivas com ênfase na justiça social, no acesso ao “bem viver” e na diversidade corporal e, em contrapartida, de forma sutil, as históricas categorias de se referir à norma civilizatória ocidental os corpos estrangeiros. Essas considerações demonstram que as construções terminológicas e conceituais em torno de corpo com deficiência/deficiência não se manifestam na tônica positivista da sobreposição entre saberes e legitimidades normativas, mas se conforma na perspectiva de uma densa rede de sentidos e significados de históricos elementos discursivos e imagéticos, que atravessam as subjetividades e os corpos sociais. Observar essas dimensões dos sentidos do corpo com deficiência com as lentes epistêmicas de Foucault e Courtine contribui para um olhar ampliado da cena política deste elemento, sendo

este conceito entendido no plano da existência do sujeito e não apenas em ações institucionais, na militância para o acesso à direitos ou articulação com outros setores sociais. A experiência social do(s) corpo(s) é, em essência, expressão política.

As arenas políticas institucionais e os movimentos de base, como outros espaços de participação político social são perpassados por construções discursivas e imagéticas que remetem a projetos seculares referente à normalização do(s) corpo(s), todavia, tal perspectiva em hipótese alguma, deve subsidiar projetos de poder, dos quais, deslegitimam todo sentido social construído por esses espaços políticos. É de ciência na cena contemporânea o desmonte das instituições e das arenas políticas, como os conselhos, por parte de políticas advindas da esfera federal, ou mesmo do destaque aos mecanismos referentes à democracia representativa como única e efetiva possibilidade de expressão do exercício do poder de um coletivo. Destituir a existência dos espaços de participação político social em virtude a uma pretensa eficiência burocrático-liberal no que tange o acesso a direitos e as políticas públicas e sociais desautoriza toda manifestação, institucional ou não, relacionada a valorização da cena pública, da reafirmação da ágora e da construção coletiva e democrática do *ethos* do corpo social, tais, elementos evocados pela Constituição Federal de 1988. Se as bandeiras de luta, seja dos espaços institucionais ou de coletivos organizados orbitavam na tônica do acesso a direitos, no cenário atual, mostra-se incipiente a luta pela própria existência e legitimidade desses espaços - fato que reflete no reconhecimento e no exercício do poder de grupos sociais historicamente segregados da cena público-política e dos espaços de poder dentro das estruturas do Estado.

Precisamos transcender as estradas de tijolos amarelos do plano da construção de conhecimento, buscando investigar no plano reflexivo/teórico incipientes formas de se conceber conceitos e constructos legitimados no plano das relações de poder. Afinal, os discursos de verdade podem revelar uma ilusória perspectiva que não contempla os processos de contradição, tal qual o caminho dourado trilhado por Dorothy e seus amigos.

Outra possibilidade de “ir além” da estrada de tijolos amarelos, é observar o corpo do “ser pesquisador” como entidade relacional com o objeto de investigação científica, ou seja, visualizar as composições e decomposições na singularidade, em detrimento da cartesiana e hegemônica forma de produção do conhecimento. Focalizamos tanto os resultados das produções acadêmicas, os olhares para a problemática primordial dos trabalhos acadêmicos que não observamos o quanto o ser-pesquisador se compôs enquanto ser cognoscente, sensível e político.

A entrada do corpo do pesquisador no programa “Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades” (DIVERSITAS/FFLCH/USP), o contato com os corpos com deficiência, o processo de entrevistas com atores políticos, o contato com suas subjetividades, histórias e narrativas, e adentrar um espaço político/institucional não familiar, como a CMPD-SP, foram importantes para o amadurecimento da consciência do pesquisador enquanto ator político.

Nas entrevistas percebemos que de forma sutil se revelam as assimetrias de poder, nas quais o entrevistado se resigna a um imaginário sobre si e sobre o outro a ponto de invalidar o próprio discurso. Esses processos são alheios a qualquer instrumentalização metodológica-procedimental e fundamenta-se na existência política dos sujeitos. Na visitação constante ao CMPD-SP, durante a pesquisa de campo, o pesquisador considerava-se “corpo estranho”, no sentido de projetar voz e ação neste espaço. Participar dos processos eleitorais, conhecendo os bastidores das ações institucionais, ou mesmo subir na tribuna do conselho, questionando os presentes acerca dos ataques e desmontes das instituições de participação por parte do governo federal, revelou a possibilidade de o pesquisador compor, enquanto agente político, com os corpos com deficiência. Se a construção com o conhecimento não é neutra, conforme mencionaram Foucault (1979) e Rodrigues (1975), o contato com o objeto epistêmico ou com os atores sociais também não se procede de forma antagônica, independentemente das concepções metodológicas que prezam pela invisibilidade do corpo do pesquisador na constituição do saber.

Desenvolver esses tópicos no âmbito dessa pesquisa reverberou no pensamento do pesquisador enquanto ser cognoscente e enquanto participante de um *corpus* universitário de grande tradição nacional. Pertencer a este espaço produziu na singularidade do pesquisador processos de recalçamento e silenciamentos, que conseqüentemente interferiam tanto no *conatus* como em sua potência política de existência. Os processos de resistência a essas seculares estruturas de poder foram necessárias e interferiram nos processos de escrita desta pesquisa. Como uma grande amiga mencionou: “Essa universidade é sua também”. Internalizar e compreender a força desta simples frase perpassa a compreensão das estruturas de opressão que atravessam os corpos e a expressão política que se manifesta na produção do saber.

Assim, estas poucas linhas não são capazes de contemplar o coletivo de experiências, trajetórias epistêmicas e sensibilidades envolvidas no processo de escrita da tese. Assim como a trupe do “Mágico de OZ”, que não são mais os mesmo em comparação com o início da jornada, no âmbito do ser pesquisador não somos mais os mesmos, tendo

como referências os portos epistêmicos ou políticos dos quais partimos. Entre composições e decomposições, nos afirmamos no plano da existência, enquanto corpo(s).

7.

REFERÊNCIAS

ABERS, R. N; KECK, M. E. Representando a diversidade: Estado, sociedade e relações fecundas nos conselhos gestores. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, jan./jun. 2008. PDF.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).PDF.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M; VEIGA-NETO, A; SOUZA FILHO, A. Uma cartografia das margens. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M; VEIGA-NETO, A; SOUZA FILHO, A. (orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos).

ALENCAR, J. Et al. Participação social e desigualdades nos Conselhos Nacionais. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 15, n. 32, p. 112-146, jan/jun, 2013. PDF.

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

AMIRALIAN, M. L. T. et al. Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97-103, fev. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/HTPVXH94hXtm9twDKdywBgy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

“ANORMAL” In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/anormal>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

“ANORMAL”. In: **Dicionário de Sinônimos online de português do Brasil**. Disponível em: <<http://www.sinonimos.com.br/anormal/>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

ARAGÃO, A. S. **Rede de proteção social e promoção de direitos**: contribuições do Conselho Tutelar para a integralidade e a intersetorialidade. 2011. 384 f. Tese (Doutorado em Enfermagem e Saúde Pública). Universidade de São Paulo, Riberão Preto – SP, 2011. PDF.

ARAUJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas com deficiência**. 4 ed. revista, ampliada e atualizada. Brasília: CORDE. 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2016.

ARBEX, T.; LOPES, R. J. Alckmim critica FAPESP por pesquisas ‘sem utilidade pública’. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 27 abr. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/04/1765028-alcmin-critica-fapesp-por-pesquisas-sem-utilidade-pratica.shtml>>. Acesso em: 05 out. 2016.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano**. São Paulo: Nova Cultural. 1991. Disponível em: <<https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/%C3%89tica-a-Nic%C3%B4mano.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.PDF.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUM, L. F. **O mágico de Oz**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. (Bolso de Luxo)

BBC NEWS BRASIL. **Após 114 anos, zoológico dos EUA se desculpa por exibir joven negro em jaula de macacos**. 27 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53939919>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BENEVIDES, M. V. M. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 33, p. 5-17, ago. 1994.

BENJAMIN, W. **A obra de arte no tempo de sua reprodutibilidade técnica**. 1936. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/benjamin-obra-de-arte-1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BIBLIA DA FAMÍLIA. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

BISPO JUNIOR, J. P; GERSCHMAN, S. Potencial participativo e função deliberativa: um debate sobre a ampliação da democracia por meio dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 7-16, 2013.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1 ed. 1998. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 11 ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1992.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel. 1989. Disponível em: <http://lpeqi.quimica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU__Pierre._O_poder_simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2016.

BRASIL. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Aposentadoria por Invalidez**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/outros/aposentadoria-por-invalidez>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF. 11 abr..2019 . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 7 jul. 2015. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 05 out. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 7.845, de 14 de novembro de 2012.** Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7845.htm>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 17 ago. 2011.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/ Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência.** Brasília: PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 5 dez 2016.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 26 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 05 out. 2016.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência:** protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000: características gerais da população (resultado da amostra). **Censo demográfico.** Rio de Janeiro, p. 1-178, 2000a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000b. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 19 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em 06 out. 2015.

BRASIL. **Decreto n. 3.076, de 1 de junho de 1999.** Cria, no âmbito do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, e dá outras providências. 1999. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3076-1-junho-1999-372471-norma-pe.html>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Casa Civil. Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 20 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL, Presidência da República. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 14 dez. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 16 ago 2021.

BRITTEN, N. Entrevistas qualitativas na pesquisa em atenção a saúde. In: POPE, C.; MAYS, N. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa na Atenção à Saúde**. 2 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2005. p. 21-29.

BUENO, J. G. S. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, M. C. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em: <<http://www.manancialvox.com/diversos/Jose-Bueno-Historia-social-da-infancia-no-Brasil.txt>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org.) **A escrita da história**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CANGUILHEM. **O normal e o patológico**. 6a edição revista. Rio de Janeiro: Forense universitária. 2009.

CASTRO, L. F. O. História da integração e formação do movimento da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes – FCD. **Biblos, Rio Grande**, v. 15, p. 175-180, 2003. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/19601>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

CARTOGRAFIA. In: Dicionário Google. 2022 Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=dictionary&hl=en#dobs=cartografia>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CATRACA LIVRE. **Bolsonaro: trabalhador terá que escolher entre direito e emprego**. 05 maio 2018. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-trabalhador-tera-que-escolher-entre-direito-e-emprego/>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**: revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires, a. 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Moderna, 1984.

CINTRA, M. E. R.; PEREIRA, P. P. G. O corpo nas ciências sociais. **BIS – Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 12, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000100010&lng=pt&nrm=iso=pt>. Acesso em: 18 dez. 2017.

CMPD. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. **Regulamento do XXIX Encontro Paulistano de Pessoas com Deficiência**. 2019. Mineo.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Extraordinária de Janeiro realizada no dia 24 de janeiro de 2015**. 2015a. p. 1-5. PDF

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada no dia 7 de fevereiro de 2015**. 2015b. p. 1-7. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO.. **Ata de Plenária Mensal realizada no dia 07 de março de 2015**. 2015c. p. 2. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada no dia 18 de abril de 2015**. 2015d. p. 1-5. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada no dia 09 de maio de 2015**. 2015e. p. 1-4. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada no dia 16 de junho 2015**. 2015f. p. 1-13. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada no dia 06 de setembro de 2015**. 2015g. p. 1-4. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada em novembro de 2015**. 2015f. p. 1-3. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada em 5 de dezembro de 2015**. 2015g. p. 1. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada em 15 de março de 2014**. 2014a. p. 1-4. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada em 05 de julho de 2014**. 2014b. p. 1-23. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada em 06 de setembro de 2014**. 2014c. p. 1-4. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada em 01 de novembro de 2014**. 2014d. p. 1-10. PDF.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada em 06 de dezembro 2014**. 201e. p. 1-3. PDF.

CMPD. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. **Como participar?** 2013a. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmpd/index.php?p=161704>. Acesso em: 5 mai. 2018.

CMPD-SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO. **Ata de Plenária Mensal realizada em 14 de setembro de 2013**. 2013b. p. 1-3. PDF.

CMPD_SP. CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- **Regimento Interno do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (2012)**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/conselho/o_que_e/estatuto_do_conselho/index.php?p=254615>. Acesso em: 5 mai. 2018.

COSTA, A. M; SOUZA, S. B. Educação física e esporte adaptado: histórias, avanços em relação aos princípios da integração\inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004. PDF.

COURTINE, J. J. **Decifrar o corpo: pensar em Foucault**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COURTINE, J. J. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, A; COURTINE, J. J; VIGARELLO, G. (orgs.) **História do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2008. p 253-340.

CRAPANZANO, V. A cena lançando sombra sobre o real. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p; 357-383, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27451.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2016.

CRESPO, A. M. M. Movimento Social e político das pessoas com deficiência: da invisibilidade à construção da própria cidadania. **Oralidades**, São Paulo, ano 6, n. 11, p. 197-220, jan/jul. 2012. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/files/10.%20CRESPO,%20A.M.L.%20Movimento%20social%20e%20pol%C3%ADtico%20das%20pessoas%20com%20defici%C3%A2ncia2_0.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2016.

CRESPO, A. M. M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28052010-134630/publico/ANA_MARIA_MORALES_CRESPO.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** s/d. Disponível em: < <https://nsp.unb.br/popnegra/images/library/Kimberle-Crenshaw-Interseccionalidadenadiscriminaoederaaegenero.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

DELEUZE, G. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W.R. Deficiência, direitos humanos e justiça. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200004>. Acesso em: 23 nov. 2016.

DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

DI NUBILLA, H. B, V; BUCHALLA, C. M. O papel das classificações da OMS- CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Revista Brasileira de Epidemiologia.** São Paulo, v. 11, n. 2, p. 324-35, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2008000200014>. Acesso em: 5 dez. 2016.

DI NUBILLA, H. B. V. **Aplicação das classificações CID-10 e CIF nas delimitações de deficiência e incapacidade.** Tese. Doutorado em epidemiologia. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-09042007-151313/publico/TESEDoutHBVDN.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

DIVERSITAS, Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos. **Tema e Justificativa**, 2012. Disponível em: < <http://diversitas.fflch.usp.br/pos/tema>>. Acesso em: 05 out. 2016.

ELIAS, N. **Introdução a sociologia.** Lisboa: Edições 70, 1980. Disponível em: < https://monoskop.org/images/5/58/Elias_Norbert_Introdu%C3%A7%C3%A3o_a_Sociologia_1980.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FERREIRA, F. R. A produção de sentidos sobre a imagem do corpo. **Interface**, Botucatu-SP, v. 12, n. 26, p. 471-83, jul/set. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/KFjLwHL5JHcx3KxBHN4Yr7t/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FISCHER, R. M. (coord). **Os bons conselhos: pesquisa conhecendo a realidade.** 2007. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/pdf/conhecendoarealidade.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

FONTES, Y. M; MECCHI, P. **História e lutas sociais: a classe que trabalha em movimento.** São Paulo: EDUC, Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: < https://www.pucsp.br/educ/downloads/Historia_v5.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

- FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotropias**. São Paulo: N1 Edições, 2013.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.
- FOLCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins fontes, 2008.
Disponível em: < <https://projetophronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-seguranca-territorio-populacao-curso-no-college-de-france.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2016.
- FOUCALT, M. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCALT, M. **O nascimento da clínica**. 6 ed. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCALT, M. **Os anormais: curso no College de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em: < https://monoskop.org/images/6/62/Foucault_Michel_Os_anormais.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**: São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes. 1999. (Coleção Tópicos).
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, v, n. 7).
- FOUCALT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978. (Estudos). Disponível em: <https://monoskop.org/images/1/15/Foucault_Michel_Historia_da_loucura_na_idade_classica.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- FREDERICO, A. FCD de São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://cantineoamigoespecial.blogspot.com/2009/03/fcd-de-sao-paulo.html>>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- GABRILI, M. **Manual de Convivência: Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida - 2a. Edição, ampliada e revista**. 2017. Disponível em: <https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2017/10/manual_web.pdf>. Acesso em : 21 nov. 2021.
- GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, p. 395-418, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/Zy5L6Jw5JCzPqNGKC9yfJQD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

GAUDENZI, P.; OTEGA, F. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3061-3070, 2016. PDF.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSE, M.; KEMPFER, L. B.; LOPES, P. H. **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. PDF.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. (Coleção Antropologia Social).

HUGHES, B.; PATERSON, K. 'The Social Model of Disability and the Disappearing Body: Towards a sociology of impairment', **Disability & Society**, v.12, n. 3, p. 325 — 340, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/samsung/Desktop/HughesandPaterson1997.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Norma técnica 01/2018: Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington**. 2018. Disponível em: <https://brasa.org.br/wp-content/uploads/2019/10/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Ipea, 2010**. PDF.

JANNUZZI, G. Algumas concepções da educação do deficiente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004. Disponível em: <<http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/235/237>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: IMAGO, 1976. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/JAPIASSU,%20Hilton%20-%20Interdisciplinaridade%20e%20patologia%20do%20saber.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2016.

LANNA JUNIOR, M. C. M. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. PDF.

LE BRETON. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

LENZI, M. B. Os dados sobre a Deficiência nos Censos Demográficos Brasileiro. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, XVIII, 2012. Águas de Lindóia/SP. **Anais...** ABEP: Belo Horizonte. 2012. p. 1-20. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST35\[845\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST35[845]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2017.

LIMA, S. M. T. **Educação física adaptada: proposta de ação metodológica para a formação universitária**. 2005. 223 p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000348630>> Acesso em: 19 dez. 2016.

LINDENMEYER, C. Qual é o estatuto do corpo na psicanálise. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 44 n. 2, p. 341-359, 2012. PDF.

LOBO, L. F. Exclusão e inclusão: fardos sociais das deficiências e das anormalidades infantis no Brasil. In: DEL PRIORE, M; AMANTINO, M. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. p. 405-424.

LOSURDO, D. O que é o liberalismo. In: LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida – SP: Ideias e Letras, 2008.

LOURO, G. L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a Educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, a. 9, p. 541-553, jun. 2001.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, v, n. 7). p. VII- XXIII.

MAIA, M. Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso. **Revista da AGU**, Brasília, v. 12, n. 37, p. 209-306 jul/set 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/samsung/Desktop/novo_conceito_de_pessoa_com_deficiencia_e_proibicao_d_o_retrocesso.pdf>. Acesso em 23 nov. 2016.

MARAFON, G.; PILUSO, R. P. Deficiência, mulheres e cuidado: intersecções entre relações jurídico sociais aplicadas. **Teoria jurídico contemporânea**, Rio de Janeiro, v.5, n. 1, p. 110-134, jan-jun. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/27991>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 4 ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

MELLO, A. G. MOZZI, G. A favor da deficiência nos estudos interseccionais de matriz feminista, In: NARDI, H. C. et al. (orgs) **Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional**. Porto Alegre: Secco Editora, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341297843_Politiclas_Publicas_Relacoes_de_Genero_Diversidade_Sexual_e_Raca_na_Perspectiva_Interseccional/link/5eb9b7c792851cd50dab3e23/download>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MITO. In: Dicionário Google. 2022. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=dictionary&hl=en#dobs=mito>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MOLLINIER, P. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1 pp. 17-33, ju. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/8P99gKzNYJM6bFLhhKfMmNP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MOTTA, C. Decreto de Bolsonaro extingue canais de participação social em políticas públicas. In: **Rede Brasil Atual**. 12/04/2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/04/decreto-de-bolsonaro-extingue-orgaos-de-participacao-popular/>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MOULIN, A. M. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, J. J; VIGARELLO, G. (orgs). **História do corpo: as mutações do olhar – o século XX**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. p. 15-82.

NALLIN, A. **Reabilitação em instituição: suas razões e procedimentos**. Brasília: CORDE, 1985, p. 23-30.

NEVES, A. V.; SILVA, S. H.; SANTOS, C. O. V. Conselhos municipais de Assistência Social: novas competências para o trabalho do assistente social. **R. Katal**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 173-181, jul/de. 2012. PDF.

NOBRE JUNIOR, E. P. O direito e o princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 37, n. 145, p. 185-196, jan./mar. 2000. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/568/r145-19.pdf?sequence=4>>. Acesos em: 5 dez. 2016.

NOVAES, A. A ciência do corpo. In: NOVAES, A. (org.) **O homem máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p 7-14.

NUGARA, S. **Seção Livre: entrevista inédita com Jean-Jacques Courtine sobre seu percurso científico, sobre as noções de “discurso” como objeto de estudo**. 2008. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/28682/17365>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

NUNES, M. J. R. Deus é menina ou menino. **Lua Nova**, São Paulo, v.2, n. 3, p. 50-55, dez. 1985. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/X6jBC4965Y3FZ73QWcBrG7q/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

OLIVEIRA, C. B. **Políticas educacionais inclusivas para a criança deficiente: concepções e veiculações no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1978/1999**. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. PDF.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 09 de dezembro de 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Lisboa: OMS, 2004. Disponível em :<<https://repositorio.observatoriodocuidado.org/bitstream/handle/handle/1777/CIF%20->

%20Classifica% c3% a7% c3% a3o% 20Internacional% 20de% 20Funcionabilidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ORLANDI, E. Nota ao leitor. In: PÉCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2008. p. 7-9.

PARADIGMA, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/paradigma>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

PARSONS, A.; WINCKLER, C. Esporte e Pessoa com deficiência - Contexto Histórico. In: De Mello, MT; Winckler, C. (Org.). **Esporte Paralímpico**. 1ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2012, p. 3-14.

PAULA, A. R. **Asilamento de Pessoas com Deficiência**: institucionalização da incapacidade pessoal. São Paulo: Mennon, 2008.

PINTO, R. J. **A produção de sentidos na prática esportiva**: o discurso de praticantes de rúgbi em cadeira de rodas. 2013. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000949226&opt=1>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

POPE, C.; MAYS, N. Métodos observacionais em estabelecimentos de atenção a saúde. In: POPE, C.; MAYS, N. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa na Atenção à Saúde**. 2 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2005. p. 41-50. PDF.

RESENDE, C. Weintraub: 'Não quero sociólogo, antropólogo e filósofo com meu dinheiro'. **Uol Notícias**, São Paulo, 14 jun. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-quiero-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROCHA, E. F. **Corpo com deficiência em busca da reabilitação?** a ótica das pessoas com deficiência física. São Paulo: Hucitec, 2019a.

ROCHA, E. F. **Terapia Ocupacional e Reabilitação de pessoas com deficiência**: como aprendi a polir lentes com Espinosa. 2019b. 219 f. Tese (Livre Docência – área de Terapia Ocupacional) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019b.

ROCHA, E. F.; NERLING, M. A.; SCHWARTZ, G. **Conhecimento, compreensão e novas legitimidades** (Orgs.). São Paulo: Disciplina do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da FFLCH/USP, 2015, Mimeo.

ROCHA, E. F. Deficiência e reabilitação: questões históricas e epistemológicas. In: ROCHA, E. F. (org.) **Reabilitação de Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Roca, 2006. p. 9-54.

RODRIGUES, J. C. **Tabu do corpo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Achuiami, 1975. (Série Universidade Antropologia Social).

ROSENFELD, D. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROUANET, S. P. O Homem máquina hoje. In: NOVAES, A. (org.) **O homem máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p 37-64.

SÁ, S. M. P; RABINOVICH, E. P. Compreendendo a família da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 68-84, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100008>. Acesso em: 5 dez 2016.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861897/mod_resource/content/1/said%20edward%20w%20-%20orientalismo.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021.

SANTA RITA. B. Governo confirma que reduzirá recursos para filosofia e sociologia. **Carta Capital**. 27 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/associacao-de-filosofia-repudia-weintraub-por-cortar-recursos-da-area/>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SANTOS B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20a%20bissal_RCCS78.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. **Conselho Municipal da Pessoa com deficiência**. 2018a. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmpd. Acesso em: 5 mai. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência: **Organização**. 2018b. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/conselho/o_que_e/como_participar/index.php?p=11347. Acesso em: 5 mai. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. CMPD. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. **Grupos de trabalho**. 2018c. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/conselho/atividades/grupos_de_trabalho/index.php?p=18488. Acesso em: 5 mai. 2018.

SÃO PAULO. Decreto n. 58.031, de 12 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência, bem como altera a denominação e a lotação de cargos de provimento em comissão que especifica e transfere cargos de provimento em comissão entre órgãos. **Leis Municipais/ São Paulo**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2017/5803/58031/decreto-n-58031-2017-dispoe-sobre-a-reorganizacao-da-secretaria-municipal-da-pessoa-com-deficiencia-bem-como-altera-a-denominacao-e-a-lotacao-dos-cargos-de-provimento-em-comissao-que>>

especifica-e-transfere-cargos-de-provimento-em-comissao-entre-orgaos>. Acesso em: 5 mai. 2018.

SÃO PAULO. **Decreto n. 53.623, de 12 de dezembro de 2012.** Regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo, estabelecendo procedimentos e outras providências correlatas para garantir o direito de acesso à informação, conforme específica. 2012. Disponível em: <
https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2012/diario%2520oficial%2520cidade%2520de%2520sao%2520paulo/dezembro/13/pag_0001_09OM1NTBFPC42eDORT52905VI9N.pdf&pagina=1&data=13/12/2012&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial%20Cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo&paginaordenacao=100001>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SÃO PAULO. Lei n. 14.659, de 26 de dezembro de 2007. Cria a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida - SMPED, bem como dispõe sobre seu quadro de cargos de provimento em comissão. **Jus Brasil.** Disponível em: <<https://cm-sao-paulo.jusbrasil.com.br/legislacao/710126/lei-14659-07>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

SÃO PAULO (estado) **Capa e páginas (doze) internas do folheto do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD).** 200?. Disponível em: <
<http://www.memorialdainclusao.org.br/br/exposicoes/tour-virtual/sala-principal/movimento-social/modulo-2-organizando-a-luta/capa-e-paginas-doze-internas-do-folheto-do-movimento-pelos-direitos-das-pessoas-deficientes-mdpd/>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

SÃO PAULO. Lei n. 11.315, de 21 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente – CMPD e dá outras providências. **Leis Municipais/ São Paulo.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1992/1131/11315/lei-ordinaria-n-11315-1992-dispoe-sobre-o-conselho-municipal-da-pessoa-deficiente-cmpd-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

SÃO PAULO. **Lei Orgânica do Município de São Paulo (com suas alterações).** 1990. Disponível em:<
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/educacao/cme/LOM.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SÃO PAULO. Decreto n. 28.004, de 21 de agosto de 1989. Dispõe sobre a criação, junto a Secretaria de Negócios Extraordinários, do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente e dá outras providências. **Leis Municipais/ São Paulo.** Disponível em: <
<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1989/2801/28004/decreto-n-28004-1989-dispoe-sobre-a-criacao-junto-a-secretaria-dos-negocios-extraordinarios-do-conselho-municipal-da-pessoa-deficiente-cmpd-e-da-outras-providencias-2017-12-12-versao-compilada>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

SASSAKI, R. K. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. **Revista Reação**, ano XVII, n. 96, jan./fev. 2014, p. 10-12.

SASSAKI, R. "Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano V, n. 24. 2013. PDF.

SCHMIDT, M. L. S.; BARROS, D. D. **Fundamentos teórico-metodológicos da prática de pesquisa em ciências humanas numa perspectiva interdisciplinar – 2016.** (Orgs.) Disciplina do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Área: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Instituto de Psicologia/USP, 2016, Mineo.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Cultura. In: SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Editora Contexto. 2006. Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_CULTURA.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016.

SILVA, E. M. O Estado Democrático de Direito. **Revista de informação legislativa, Brasília**, v. 42, n. 167, p. 213-229, jul/set. 2005.

SILVA, J. M. O imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 15, ago. 2001.

SILVA, O. M. **A epopeia ignorada:** a pessoa com deficiência na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987. PDF.

SILVEIRA, E. L. Pensar com Foucault: história, sujeito e discurso. **Cadernos Discursivos, Catalão – GO**, v. 1, n. 1, p. 38-50, 2014.

SIMÕES, A; ATHIAS, L.; BOTELHO, L. (orgs). **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais:** grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <<https://portal.uneb.br/proaf/wp-content/uploads/sites/65/2019/03/Panorama-de-Indicadores-Sociais-IBGE-2018-.pdf>>. Acesso em: 11 abri. 2021.

SPINOZA, B. **Ética.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

STIKER, H. J. Nova percepção do corpo enfermo. In: COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (dir.) **História do Corpo:** da revolução à Grande Guerra. Petrópolis: Vozes. 2008. p. 347-374.

TATAGIBA, L; ABERS, R; SILVA, M. K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideais e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, R; LOTTA, G; OLIVEIRA, V. E (orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil:** interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap, 2018 p. 105-138.

TELLES, JUNIOR, G. **O povo e o poder:** o conselho do planejamento nacional. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

TERNES, J. Michel Foucault e o nascimento da modernidade. **Tempo Social:** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 45-52, out. 1995. PDF.

WEBER, M. Estruturas e funcionamento da dominação. In: WEBER, M. **Economia e Sociedade.** v. 2. Brasília: Ed. UNB, 1999. p. 187-196.

VANNUCHI, P. Prefácio. IN: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência**: protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE. 2007. p. 7-8. PDF.

VEJA. Bolsonaro elogia ideia de Weintraub de reduzir verba para os cursos de filosofia. **Portal Veja**. 26 de abril de 2019. Disponível em: <
<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-elogia-ideia-de-weintraub-de-reduzir-verba-a-cursos-de-filosofia/>>. >. Acesso em: 17 abr. 2021.

8.

ANEXOS E APÊNDICES

8.1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O Sr. (a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “O corpo com deficiência: a visão das pessoas com deficiência que participam de ações políticas da cidade de São Paulo”. A pesquisa pretende entender o conceito de “corpo com deficiência” sob o ponto de vista de pessoas com deficiência que participam ou participaram do CMPD – Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência da cidade de São Paulo e dos movimentos sociais de pessoas com deficiência da capital paulista, como aquelas vinculadas ao NID (Núcleo de Integração de Deficientes), FCD (Fraternidade Cristão de Doentes e Deficientes Físicos), MDPD (Movimento dos Direitos das Pessoas Deficientes), VCI (Centro de Vida Independente) “Araci Nallin” e outros.

Os motivos que nos leva a estudar o tema, visto que o conceito “deficiência” está em constante evolução (conforme a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2007) é observar o entendimento de “corpo com deficiência” para além do que é dito nos documentos oficiais, evidenciando a voz dos atores em questão.

Para a coleta de dados serão realizadas entrevistas abertas, conduzidas pelo pesquisador responsável a fim de compreender os sentidos de “corpo com deficiência” na sua vida política.

As entrevistas devem durar em média de 60 a 90 minutos, sendo que nesse período o pesquisador se compromete em explicar ao senhor(a) sobre este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de como ocorrerão as entrevistas e outras informações importantes do interesse do senhor(a).

O áudio da entrevista do senhor(a) será gravado, transcrito em integralidade e transformado em texto. O texto escrito a partir da gravação da entrevista do senhor(a) será analisado em conjunto com o de outras entrevistas. Depois disso, o áudio será destruído e a transcrição das entrevistas ficará em posse do pesquisador responsável em um prazo de 5 anos. Após esse período o material também será destruído, protegendo assim sua identidade.

O pesquisador responsável, se necessário, solicitará ao senhor(a), ao final da entrevista, a indicação de um próximo entrevistado. A indicação de um possível entrevistado não é obrigatória e será fornecida pelo senhor(a) se lhe for conveniente.

A análise deste material e os seus resultados serão divulgados em publicações de caráter acadêmico e científico (revistas, livros e congressos).

Em nenhum momento o(a) senhor(a) será identificado(a). O(A) senhor(a) tem garantia de que seu nome será mantido em segredo durante a pesquisa e no momento de publicação dos resultados. O(A) senhor(a) não é obrigado(a) a participar dessa pesquisa e poderá deixar de colaborar a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer tipo de prejuízo.

O senhor(a) também não terá despesas decorrentes da pesquisa, nem mesmo despesas de transporte, pois as entrevistas serão realizadas em local e horário de sua definição podendo acontecer, inclusive, em sua casa.

O senhor(a) não receberá pagamento por sua participação, todavia lhe é garantido do direito do ressarcimento de valores gastos pelo(a) senhor(a) em decorrência à sua participação da pesquisa.

A participação neste estudo prevê riscos mínimos, visto que a mesma pode gerar desconforto ou constrangimento ao responder à entrevista, fato que poderá ser contornado com conversas e orientações realizadas pelo pesquisador responsável. Em caso de dano de qualquer natureza sofrido pelo senhor(a) em decorrência da pesquisa lhe é garantido o direito à indenização.

Caso concorde em participar, lhe daremos este termo de consentimento para assinar.

Se precisar, poderá levar o termo de consentimento e conversar sobre ele com sua família e amigos de sua confiança antes de decidir participar deste estudo. Se aceitar, uma via deste termo de consentimento ficará com o senhor(a) e a outra com o pesquisador responsável. Todas as páginas devem ser rubricadas (assinadas de forma breve) pelo senhor(a) e pelo pesquisador responsável e a última folha deverá ser assinada por uma testemunha de escolha do(a) senhor(a).

Se houver necessidade, será providenciado que o TCLE seja convertido para um documento em formato digital/acessível e sem modificações quanto ao conteúdo expresso neste termo de consentimento.

Colocamo-nos à disposição para acolher possíveis dúvidas do(a) senhor(a) sobre a pesquisa enquanto esta durar.

O principal pesquisador é Raphael de Jesus Pinto, e qualquer dúvida, sugestão sobre a pesquisa o(a) senhor(a) pode entrar em contato com:

NÚCLEO DE ESTUDOS DAS DIVERSIDADES INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Avenida Prof. Lineu Prestes, 159 – Subsolo, Casa da Cultura Japonesa – CEP: 05508-000 - Cidade Universitária – São Paulo/SP. **Tel:** (11) 3091-2441 (Recados com Teresa).

Doutorando Raphael de Jesus Pinto (pesquisador responsável)

E-mail: raphael.jp86@hotmail.com **Celular:** (11) 993313956

Co responsável: Profa. Dra. Eucenir Fredini Rocha

E-mail: eucenir@usp.br **Celular:** (11) 3091-8438

Caso o(a) senhor(a) tenha alguma dúvida, reclamação ou denúncia relacionada a aspectos éticos desta pesquisa, pode entrar em contato com:

COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA COM SERES HUMANOS – INSTITUTO DE PSICOLOGIA – USP

Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 – Bloco G, 2º andar, sala 27, CEP: 05508-030 - Cidade Universitária – São Paulo/SP.

Tel: (11) 3091-4182 **E-mail:** ceph.ip@usp.br

Eu, _____

_____ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “O corpo com deficiência: a visão das pessoas com deficiência que participam de ações políticas na cidade de São Paulo” de maneira clara e detalhada e esclareci todas as minhas dúvidas. Estou ciente que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim desejar. Declaro que concordo em participar deste estudo. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e me foi concedida a oportunidade de

lê-lo e esclarecer minhas dúvidas. Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação neste estudo.

São Paulo, _____ de _____, de 2020.

Assinatura do participante

Assinatura da testemunha

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do referido participante ao qual permite a sua adesão neste estudo.

Raphael de Jesus Pinto
Pesquisador responsável